

BRUNO SILVA OLHER

**FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO  
DESENVOLVIMENTO LOCAL DA ZONA DA MATA  
MINEIRA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2018

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

O45f  
2018  
Olher, Bruno Silva, 1979-  
Família e educação : um estudo do desenvolvimento local  
da Zona da Mata Mineira / Bruno Silva Olher. – Viçosa, MG,  
2018.

xix, 247 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Maria de Lourdes Mattos Barreto.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 212-232.

1. Desenvolvimento econômico - Efeitos da educação -  
Zona da Mata (MG : Mesorregião). 2. Família - Condições  
econômicas - Zona da Mata (MG : Mesorregião).  
3. Desenvolvimento social - Zona da Mata (MG : Mesorregião).  
4. Educação - Zona da Mata (MG : Mesorregião).  
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia  
Doméstica. Programa de Pós-Graduação em Economia  
Doméstica. II. Título.

CDD 22. ed. 379.8151

BRUNO SILVA OLHER

**FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO  
LOCAL DA ZONA DA MATA MINEIRA**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 30 de novembro de 2018.



Brasilina Elisete Reis de Oliveira



Tharcísio Alexandrino Caldeira



Luciano Rodrigues Costa



Gustavo Bastos Braga  
(Coorientador)



Maria de Lourdes Mattos Barreto  
(Orientadora)

Dedico este meu Doutorado a Deus primeiramente, a minha esposa Luz D'alma, minhas filhas Rafaella e Mariana, peço perdão pelas ausências e momentos de esgotamento físico e emocional. Dedico igualmente ao Toby, meu cãozinho que me acalmou em momentos difíceis.

Dedico do mesmo modo a minha mãe Shirley e meu irmão Brayner e especialmente em honra e memória de meu Pai Daniel, e minha avó Ruth. Que em conjunto com minha mãe, sempre me aconselhavam a estudar, já que seria a única coisa que eles poderiam deixar para mim sem que ninguém me retirasse. E que infelizmente não conseguiram ver essa minha conquista.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela proteção e oportunidade de me permitir fazer doutorado em uma excelente Universidade.

Agradeço principalmente a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Lourdes Mattos Barreto, pela liberdade e confiança referente ao presente trabalho, além da indiscutível amizade, e dos inúmeros terceiros turnos nas quartas-feiras e principalmente pela compreensão e apoio em momentos difíceis. Faço também meus agradecimentos especialmente ao Prof. Dr. Gustavo Bastos Braga e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria das Dores Saraiva de Loreto, por aceitarem prontamente o convite de participarem da comissão orientadora, e no auxílio na construção da tese e tratamento dos dados.

Agradeço a todos os Professores do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da UFV, pelo convívio e a transmissão de saberes, certamente foi uma experiência única, conhecimentos estes que levarei comigo por toda minha vida pessoal e profissional.

Agradeço ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, em especial ao diretor geral, e aos chefes de departamento, por proporcionar o afastamento das minhas atividades do Departamento Acadêmico de Ciências Gerenciais pelo período de três anos e meio, que possibilitou tranquilidade para que a minha qualificação pudesse ser concluída de forma mais proveitosa.

Agradeço a todos os alunos e amigos do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica pelo convívio e o enorme aprendizado, apoio e carinho. Percebi que o aprendizado é uma construção diária cujo ingrediente principal é o afeto.

Por fim agradeço a minha família, minha esposa Luz D'alma e minhas filhas Rafaella e Mariana e meu cãozinho Toby, que compreenderam minha ausência, agradeço por entenderem minhas angústias e nervosismo neste período de constante pressão, se não fosse por vocês certamente não teria conseguido. Agradeço a minha mãe, a meu irmão e ao meu pai (in memoriam), a família é o alicerce de uma base forte, obrigado pela educação. Obrigado pela generosidade e simplicidade. Pelo amor incondicional, pelo carinho e afeto recebido de todos vocês. Não encontro palavras que consigam expressar meu sentimento de gratidão. Muito obrigado!

“Embora a escola não crie a desigualdade  
(ela começa muito antes da escola), é a  
educação quem decide quem vai e  
quem não vai ser incluído na  
sociedade”.

Moacir Gadotti

## RESUMO

OLHER, Bruno Silva, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2018. **Família e Educação: Um Estudo do Desenvolvimento Local da Zona da Mata Mineira**. Orientadora: Maria de Lourdes Mattos Barreto. Coorientadores: Gustavo Bastos Braga e Maria das Dores Saraiva de Loreto.

Esta tese está dividida em um capítulo introdutório e outros três capítulos que visam examinar a situação da Zona da Mata de Minas Gerais, considerando-se dois objetivos: o primeiro apresenta a construção metodológica e o aporte teórico que sustenta a tese, bem como os objetivos e problemas que fomentaram a construção desta pesquisa. O segundo capítulo traz a revisão sistemática dos investimentos e gastos em educação e sua influência no desenvolvimento societário, baseando-se em uma análise de teses e dissertações registradas na Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações dos principais Programas de Pós-Graduação das Universidades Brasileiras, entre 2000 e 2018. Aborda-se o tema por meio de breve análise da metodologia, teoria e resultados alcançados em todos os trabalhos pesquisados. A revisão sistemática ancorou-se em seis dimensões (abordagem metodológica, tipos de pesquisa, métodos de coleta e análise dos dados, autores que mais produzem na área e referências mais utilizadas), cujos resultados apontam quanto este tema ainda é incipiente nas pesquisas de pós-graduação. Desse modo, é imprescindível que seja dada maior atenção sobre o tema investimento/gasto em educação, visto ser uma realidade enfrentada por todos os municípios, exigindo maiores conhecimentos que possam subsidiar os gestores públicos, para maior responsabilidade com os cidadãos. O terceiro capítulo retrata o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), analisando-se a situação de pobreza das famílias das cidades de médio porte da Zona da Mata de Minas Gerais, sob a perspectiva multidimensional, nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010. Para alcançar os resultados, foi adaptada a metodologia proposta por Barros, Carvalho e Franco (2003), com base nos microdados dos Censos Demográficos. Em síntese, o índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) das cidades de Cataguases, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa, em suas seis dimensões, revelaram progresso no nível de bem-estar das famílias, com características particulares para cada município. Considera-se que a geração desse índice possibilita, de certa forma, auxiliar na elaboração de políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais locais. No quarto, e último, capítulo, procurou-se lançar

luz sobre a importância da educação no desenvolvimento da sociedade. Entretanto, indicadores sociais indicaram situações desfavoráveis, tendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é dividido em três dimensões (longevidade, renda e educação) seu pior desempenho na educação, contexto agravado pelas diferenças socioeconômicas percebidas nos municípios da Zona da Mata mineira. Utilizaram-se o coeficiente de correlação de Pearson, para calcular se existe relação entre gasto educacional e elevação do IDH-M na variável educação; e a estatística descritiva e de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) dos 142 municípios da região, para classificá-los quanto ao nível de gasto em educação e ao crescimento do indicador relacionado à educação no período de 2000 a 2010. Foram coletados dados secundários sobre a arrecadação municipal e os gastos com educação, no Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS/FJP); sobre a população, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); e sobre os índices municipais de desenvolvimento, coletados do Atlas do Desenvolvimento Humano dos municípios, elaborado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP). O resultado foi de certa forma angustiante, uma vez que os cálculos indicaram que não houve correlação entre gasto em educação e elevação do IDH. Entretanto, o desfecho da pesquisa corrobora outros estudos, que indicam que diversos fatores necessitam ser avaliados para se obter um resultado que realmente retrate com precisão essa realidade.



## ABSTRACT

OLHER, Bruno Silva, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, November, 2018. **Family and Education: A Study of the Local Development of the Zona da Mata Mineira.** Advisor: Maria de Lourdes Mattos Barreto. Co-Advisors: Gustavo Bastos Braga and Maria das Dores Saraiva de Loreto.

The thesis is divided in an introductory chapter and three other chapters, which aim to examine the situation of the Zona da Mata de Minas, considering two objectives: the first one presents the methodological construction and the theoretical support that support the thesis, besides presenting the objectives and the problems that fomented the construction of this research. The second chapter presents a systematic review of investments and expenditures on education and its influence on societal development, based on an analysis of theses and dissertations registered at the National Library of Theses and Dissertations, the main postgraduate programs of the Brazilian Universities, between 2000 and 2018. The subject is approached through a brief analysis of the methodology, theory and results achieved in all the researches. The systematic review was based on six dimensions (methodological approach, types of research, methods of data collection and analysis, authors that produce the most in the area, most used references), whose results point to the fact that this theme is still incipient in researches postgraduate studies. In this way, it is imperative that greater attention be paid to the issue of investment / spending on education, since it is a reality faced by all municipalities, requiring greater knowledge, which can subsidize public managers, for greater responsibility with citizens. The third chapter describes the Family Development Index (IDF), analyzing the poverty situation of the families of medium-sized cities in the Zona da Mata de Minas Gerais, under the multidimensional perspective, in the years 1980, 1991, 2000 and 2010, for the results were adapted to the methodology proposed by Barros, Carvalho and Franco (2003), based on the micro-data of the demographic census. In summary, the Cataguases, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá and Viçosa cities, in their six dimensions, showed progress in the level of family welfare, with particular characteristics for each family. County. It is considered that the generation of this index makes it possible, in a way, to help in the elaboration of public policies aimed at reducing local social inequalities. It is considered that the generation of this index makes it possible, in a way, to help in the elaboration of public policies aimed at reducing local

social inequalities. The fourth and final chapter of this thesis sought to shed light on the importance of education in the development of society. However, social indicators show unfavorable situations. The Human Development Index (IDH), which is divided into three dimensions (longevity, income and education), has its worst performance in education, a context aggravated by the socioeconomic differences perceived in the municipalities of the Zona da Mata de Minas Gerais. Pearson's correlation coefficient was used to calculate if there is a relationship between educational expenditure and elevation of the Municipal Human Development Index (IDH-M) in the education variable, we also used descriptive statistics and geographical information systems (SIG) in 142 municipalities in the Zona da Mata de Minas Gerais, to classify them as to the level of spending on education and growth in the indicator related to education in the period from 2000 to 2010. Secondary data on municipal collection and education expenditures were collected in the Minas Social Responsibility Index (IMRS / FJP); on population at the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE); The municipal development indexes were collected in the Atlas of Human Development in the Municipalities developed in partnership by the United Nations Development Program (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) and Fundação João Pinheiro (FJP). The result found was somewhat distressing, since the calculations showed that there was no correlation between spending on education and index elevation. Entertaining the outcome of this research corroborates with several others that indicate that there are several other factors that need to be evaluated for a conclusive result.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 01: Processo de agregação de valor informacional ao indicador.....	19
Figura 02: Diagrama do IDF .....	31
Figura 03: Mesorregiões do Estado de Minas Gerais .....	47
Figura 04: Fluxograma de atividades do capítulo II .....	52
Figura 05 - Modelo esquemático para o cálculo de índices .....	54
Figura 06: Faixas do IDF .....	89
Figura 07: Universidade Federal de Viçosa .....	113
Figura 08: Estabelecimento de Ensino em Cataguases .....	115
Figura 09: Estabelecimento de Ensino em Leopoldina.....	117
Figura 10: Estabelecimento de Ensino em Manhuaçu .....	118
Figura 11: Estabelecimento de Ensino em Muriaé .....	119
Figura 12: Estabelecimento de Ensino em Ubá.....	121
Figura 13: Estabelecimento de Ensino em Ponte Nova .....	122
Figura 14: Vista parcial da periferia da cidade de Manhuaçu .....	165
Figura 15: Vista parcial da cidade de Viçosa .....	166
Figura 16: Mapa do IDHM nas cidades da Zona da Mata Mineira, 2010 .....	183
Figura 17: Mapa do IDHM educação nas cidades da Zona da Mata Mineira, 2010 .....	189
Figura 18: Mapa das cidades da Zona da Mata de MG que atendem o artigo nº 212 da Constituição Federal de 1988. ....	191
Figura 19: Investimento Médio em Educação das cidades da Zona da Mata de MG 2000/2010.....	194
Figura 20: Desvio Padrão do Investimento Médio em Educação das cidades da Zona da Mata de MG 2000/2010 .....	195
Figura 21: Mapa do Desvio Padrão do Percentual de Investimento em Educação das cidades da Zona da Mata de MG. ....	198
Figura 22: Correlação.....	199
Figura 23: Mapa Crescimento do IDHM Educação das cidades da Zona da Mata de MG – 2000/2010.....	202

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Anos de defesa dos trabalhos relacionados ao tema .....	68
Gráfico 02: Autores mais citados com aspectos metodológicos .....	69
Gráfico 03: Evolução do IDF nas Cidades de Médio Porte da Zona da Mata de Minas Gerais 1980-2010.....	90
Gráfico 04 - Tendência de evolução do IDF no censo de 2010 .....	92
Gráfico 05 – Comportamento da linha do IDF das Cidades de Médio Porte da Zona da Mata Mineira - 1980 - 1991 - 2000 -2010.....	93
Gráfico 06 – Comportamento das cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira .....	92
Gráfico 07 - Vulnerabilidade da Família - Cataguases 1980 - 1991 - 2000 – 2010.....	101
Gráfico 08 – Faixa etária da população de Cataguases.....	102
Gráfico 09 - Vulnerabilidade da Família – Viçosa 1980 - 1991 - 2000 – 2010.....	103
Gráfico 10 - Vulnerabilidade da Família – Leopoldina 1980 - 1991 - 2000 – 2010.....	104
Gráfico 11 - Vulnerabilidade da Família – Ubá: 1980 - 1991 - 2000 – 2010 .....	105
Gráfico 12 - Vulnerabilidade da Família – Manhuaçu: 1980 - 1991 - 2000 – 2010 .....	106
Gráfico 13 - Vulnerabilidade da Família – Ponte Nova: 1980 - 1991 - 2000 – 2010.....	107
Gráfico 14 - Vulnerabilidade da Família – Muriaé: 1980 - 1991 - 2000 – 2010 .....	108
Gráfico 15 – Acesso ao Conhecimento, cidades de médio porte da Zona da Mata de MG, 1980 a 2010.....	109
Gráfico 16 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento – 1980 – 2010 .....	110
Gráfico 17 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Viçosa – 1980/2010... ..	114
Gráfico 18 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Cataguases – 1980/2010.....	116
Gráfico 19 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Leopoldina – 1980/2010.....	117
Gráfico 20 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Manhuaçu – 1980/2010.....	119
Gráfico 21 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Muriaé – 1980/2010.. ..	120
Gráfico 22 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Ubá – 1980/2010.....	121
Gráfico 23 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Ponte Nova – 1980/2010.....	122

Gráfico 24 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010.....	126
Gráfico 25 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Cataguases, 1980 a 2010.....	127
Gráfico 26 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Leopoldina, 1980 a 2010.....	128
Gráfico 27 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Manhuaçu, 1980 a 2010.....	129
Gráfico 28 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Muriaé, 1980 a 2010....	131
Gráfico 29 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Ubá, 1980 a 2010 .....	133
Gráfico 30 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Ponte Nova, 1980 a 2010.....	135
Gráfico 31 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Viçosa, 1980 a 2010 ....	138
Gráfico 32 – Comportamento da dimensão Disponibilidade de Recursos, 1980 a 2010 .....	139
Gráfico 33 – Comportamento da dimensão Disponibilidade de Recursos, 1980 a 2010 .....	142
Gráfico 34– Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza, 1980 a 2010 ...	144
Gráfico 35 – Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza, 1980 a 2010 ..	145
Gráfico 36 – Comportamento da dimensão desenvolvimento infantil, 1980 a 2010 .....	151
Gráfico 37 – Comportamento do subíndice trabalho precoce, 1980 a 2010.....	152
Gráfico 38 – Comportamento do subíndice acesso à escola, 1980 a 2010 .....	153
Gráfico 39 – Ausência de criança até seis anos fora da escola, 1980 a 2010.....	154
Gráfico 40 – Ausência de criança entre 7 e 14 anos fora da escola, 1980 a 2010.....	156
Gráfico 41 – Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso, 1980/2010 ...	157
Gráfico 42 – Comportamento do subíndice mortalidade, 1980 a 2010.....	159
Gráfico 43 – Evolução da condição habitacional nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010 .....	164
Gráfico 44 – Famílias com residência própria ou cedida nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010 .....	167
Gráfico 45 – Residência com densidade de até dois moradores por dormitório nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010.....	168
Gráfico 46 – Residência acesso a agua tratada nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010 .....	168

Gráfico 47 – Residência acesso a esgotamento sanitário nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010 .....	170
Gráfico 48 – Residência com coleta de lixo nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010 .....	171
Gráfico 49 – Residência com energia elétrica nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010 .....	172
Gráfico 50 – Comparação entre IDHM e IDF nas cidades pesquisadas .....	176
Gráfico 51 – As 10 cidades da Zona da Mata Mineira com maior percentual de gasto médio orçamentário em educação .....	192
Gráfico 52 – As 10 cidades da Zona da Mata Mineira com maior gasto médio em educação .....	196
Gráfico 53 – Evolução dos gastos em educação na cidade com maior média no período....	197
Gráfico 54 – Dispersão de valores entre crescimento IDHM educação e gastos educacionais nas cidades pesquisadas entre 2000-2010 .....	200

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Projeção de crescimento pelo critério da taxa geométrica.....	94
<b>Tabela 2</b> - Tendência de crescimento pela regressão linear simples .....	95
<b>Tabela 3</b> - Crescimento do IDF entre 1980 e 2010.....	86
<b>Tabela 4</b> - Dimensão Vulnerabilidade da família, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010 .....	91
<b>Tabela 5</b> - Índice de Vulnerabilidade das Famílias nos municípios de médio porte da Zona da Mata Mineira .....	93
<b>Tabela 6</b> - Tendência de crescimento pela regressão linear simples dimensão acesso ao conhecimento.....	104
<b>Tabela 7</b> - Dimensão Acesso ao Conhecimento, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010 .....	106
<b>Tabela 8</b> - Dimensão Acesso ao Trabalho, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010.....	119
<b>Tabela 9</b> - Dimensão Disponibilidade de Recursos, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010 .....	136
<b>Tabela 10</b> - Evolução do Indicador Disponibilidade de Renda nas cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010.....	138
<b>Tabela 11</b> - Percentual de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.....	141
<b>Tabela 12</b> - Dimensão Desenvolvimento Infantil, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010 .....	144
<b>Tabela 13</b> - Subíndices da dimensão Desenvolvimento Infantil, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010.....	146
<b>Tabela 14</b> - Dimensão Condições Habitacionais, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010 .....	159
<b>Tabela 15</b> - Crescimento do IDHM Educação e dados estatísticos das cidades da Zona da Mata de Minas Gerais 2000-2010.....	183

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Genealogia dos indicadores .....	21
Quadro 02: Diferença ente o IDH e IDHM.....	28
Quadro 03: Faixas IDHM Brasileiro.....	29
Quadro 04: Avaliação da aderência do Índice de Desenvolvimento Familiar ás propriedades desejáveis.....	34
Quadro 05: Conceitos de políticas públicas .....	36
Quadro 06: Descrição das variáveis e fontes de dados .....	52
Quadro 07: Dimensões e Variáveis do IDF.....	57
Quadro 08: Síntese das obras pesquisadas .....	69
Quadro 09: Os autores mais citados pelas teses e dissertações pesquisadas .....	73
Quadro 10: Relação dos melhores e piores resultados do IDF por dimensão e ano pesquisado .....	167



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADH .....	Abordagem de desenvolvimento humano
BDTD .....	Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações
CEFET.....	Centro Federal de Educação Tecnológica
DEA .....	Data Envelopment Analysis
DMU .....	Decision Making Unit
DSBM .....	Dinamic Slacks Based Model
FJP .....	Fundação João Pinheiro
FNDE .....	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB .....	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF .....	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GEE.....	Generalized Estimating Equations
IBGE .....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT .....	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB .....	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDF .....	Índice de Desenvolvimento das Famílias
IDH .....	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM.....	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDI.....	Índice de Desenvolvimento Infantil
IES .....	Instituição de Ensino Superior
IFSUDESTEMG.....	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
IMRS .....	Índice Mineiro de Responsabilidade Social
INEP .....	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA .....	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPUMS.....	Integrated Public Use Microdata Series
IQGP .....	Índice de Qualidade dos Gastos Públicos
LPT .....	Luz Para Todos
OMS .....	Organização Mundial de Saúde
ONU .....	Organização das Nações Unidas
QGIS .....	Quantum Geographic Information System
OSGEO .....	Open Source Geospatial Foundation
PEA .....	População Economicamente Ativa
PETI .....	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIA .....	População em Idade Ativa
PIB .....	Produto Interno Bruto
PNAD .....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD .....	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTF.....	Produtividade Total dos Fatores
PROUNI .....	Programa Universidade para Todos
RDH .....	Relatórios de Desenvolvimento Humano
SEE/MG .....	Secretaria de Estado de Educação
SIG .....	Sistema de Informações Geográficas
SIOPE.....	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
TEP .....	Teoria da Escolha Pública
UDH.....	Unidades de Desenvolvimento Humano
UEMG .....	Universidade do Estado de Minas Gerais
UF .....	Unidade da Federação
UFV.....	Universidade Federal de Viçosa
UFJF.....	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO .....	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
VRS .....	Variable Return to Scale

## SUMÁRIO

CAPÍTULO I – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS .....	1
1.0 INTRODUÇÃO .....	1
1.1 Contextualização e justificativa do problema .....	5
2.0 OBJETIVOS .....	9
3.0 ESTRUTURA DA TESE .....	10
4.0 REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL .....	10
4.1 Conceito de Desenvolvimento local .....	10
4.1.1 Definições de Pobreza .....	10
4.1.2 O Caráter Unidimensional de análise dos índices de pobreza .....	11
4.1.3 O Caráter Multidimensional da análise da Pobreza .....	13
4.2 Teorias do Desenvolvimento.....	15
4.3 Capital Humano e Crescimento Econômico .....	16
4.4 Indicadores Sociais .....	18
4.4.1 O Desenvolvimento com foco na Abordagem das Capacitações .....	23
4.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal .....	25
4.4.3 O Desenvolvimento Humano segundo Mahbub Ul Haq.....	26
4.4.4 Diferenças percebidas entre o IDH e IDHM .....	28
4.4.5 Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal.....	29
4.4.6 Índice de Desenvolvimento Humano dimensão educação .....	30
4.4.7 Índice de Desenvolvimento Familiar .....	31
4.5 Definições de Políticas Públicas.....	35
4.5.1 Famílias e Políticas Públicas .....	39
4.5.2 Políticas Públicas Educacionais .....	43
4.6 A importância da educação para a sociedade.....	45
5.0 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	48
5.1 Tipo de Pesquisa.....	48
5.2 Área de estudo .....	49
5.3 Procedimentos de coleta de dados.....	51
5.3.1 Procedimentos de coleta de dados do Capítulo II.....	51
5.3.2 Procedimentos de coleta de dados do Capítulo III .....	51
5.3.3 Procedimentos de coleta de dados do Capítulo IV .....	52
5.4 Método de Análise dos dados.....	53
5.4.1 Método de Análise dos dados do Capítulo II .....	53

5.4.2 Método de Análise dos dados do Capítulo III .....	55
5.4.2.1 Elaboração do Índice de Desenvolvimento das Famílias – IDF .....	56
5.4.2.2 Vulnerabilidade da Família .....	59
5.4.2.3 Acesso ao Conhecimento .....	60
5.4.2.4 Acesso ao trabalho .....	60
5.4.2.5 Disponibilidade de Recursos .....	61
5.4.2.6 Desenvolvimento infantil .....	61
5.4.2.7 Condições habitacionais .....	61
5.5 Método de Análise dos dados do Capítulo IV .....	62
5.5.1 Base de Dados .....	63
5.5.2 Análise de Dados .....	63
5.5.2.1 Interpretação da correlação .....	64
<b>CAPÍTULO II - INVESTIMENTO E GASTOS EM EDUCAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA .....</b>	<b>65</b>
1.0 INTRODUÇÃO .....	65
2.0 MÉTODOS DE PESQUISA .....	67
2.1 Identificação do problema de pesquisa .....	67
2.2 Coleta da literatura .....	67
2.3 Coleta de dados .....	68
3.0 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS ESTUDOS .....	68
3.1 Explicação dos dados coletados .....	68
3.2 Apresentação dos resultados da pesquisa .....	74
4.0 CONCLUSÕES .....	80
<b>CAPÍTULO III - A ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF) NAS CIDADES DE MÉDIO PORTE DA ZONA DA MATA MINEIRA .....</b>	<b>81</b>
1.0 INTRODUÇÃO .....	81
2.0 SÍNTESE DO IDF NAS CIDADES DE MÉDIO PORTE DA ZONA DA MATA DE MG .....	93
3.0 Dimensões do IDF da Zona da Mata de Minas Gerais .....	89
3.1 A Ausência de Vulnerabilidade .....	89
3.2 Acesso ao conhecimento .....	103
3.3 Acesso ao Trabalho .....	118
3.4 Disponibilidade de recursos .....	134
3.5 Dimensões referentes ao Desenvolvimento Infantil .....	143
3.5.1 Mortalidade .....	154
3.6 Condições Habitacionais .....	157

4.0 CONCLUSÕES.....	171
CAPÍTULO IV – A RELAÇÃO DOS GASTOS EM EDUCAÇÃO E SEU REFLEXO NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IDHM) NA DIMENSÃO EDUCAÇÃO, NAS CIDADES DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS.....	178
1.0 Introdução .....	178
2.0 Objetivos .....	180
2.1 Justificativa .....	180
3.0 A Relação entre Gastos em Educação e Reflexo no IDHM-Educação .....	180
4.0 Conclusão.....	202
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	205
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	212
Apêndices .....	234
Apêndice A – Índice de Desenvolvimento Familiar de Cataguases/MG, 1980 a 2010 .....	235
Apêndice B – Índice de Desenvolvimento Familiar de Leopoldina/MG, 1980 a 2010 .....	236
Apêndice C – Índice de Desenvolvimento Familiar de Manhuaçu/MG, 1980 a 2010 .....	237
Apêndice D – Índice de Desenvolvimento Familiar de Muriaé/MG, 1980 a 2010 .....	238
Apêndice E – Índice de Desenvolvimento Familiar de Ponte Nova/MG, 1980 a 2010.....	239
Apêndice F – Índice de Desenvolvimento Familiar de Ubá/MG, 1980 a 2010.....	240
Apêndice G – Índice de Desenvolvimento Familiar de Viçosa/MG, 1980 a 2010.....	241
Apêndice H – Estatísticas descritivas do IDF de Cataguases/MG, 1980 - 2010.....	242
Apêndice I – Estatísticas descritivas do IDF de Leopoldina/MG, 1980 - 2010 .....	243
Apêndice J – Estatísticas descritivas do IDF de Manhuaçu/MG, 1980 - 2010.....	244
Apêndice K – Estatísticas descritivas do IDF de Muriaé/MG, 1980 - 2010 .....	245
Apêndice L – Estatísticas descritivas do IDF de Ponte Nova/MG, 1980 - 2010.....	246
Apêndice M – Estatísticas descritivas do IDF de Ubá/MG, 1980 - 2010 .....	247
Apêndice N – Estatísticas descritivas do IDF de Viçosa/MG, 1980 - 2010.....	248

## CAPÍTULO I – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

### 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 garante alguns direitos sociais, entre os quais se destacam: a educação, a saúde e a habitação. A Lei maior estabelece claramente a obrigatoriedade do acesso à educação de forma gratuita, com responsabilidade dos municípios e auxílios técnico e financeiro da União e do Estado, e os municípios devem fornecer e manter os programas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Porém, constatam-se ainda relevantes desigualdades quanto ao acesso a esse serviço público. Conforme dados do Banco Mundial (1995, p. 19), “a educação contribui para o fortalecimento das instituições da sociedade civil, para a construção da capacidade nacional e para a governança”.

A pesquisa de Barros, Henriques e Mendonça (2002) aponta relação entre os níveis educacionais e a desigualdade de renda e consideram que o nível escolar dos trabalhadores é fator preponderante da desigualdade salarial.

O papel da família, local de moradia, condições de habitação, acesso a meios de comunicação, recursos públicos, entre outros, são aspectos fundamentais na formação dos indivíduos, determinando suas características pessoais, capacitando suas habilidades sociais e profissionais e contribuindo para a formação da sociedade.

Existe muita discussão sobre o desenvolvimento, seus significados e, principalmente, suas correntes teóricas. Conforme aponta Oliveira (2002), a discussão em torno do conceito de desenvolvimento é muito ampla no meio acadêmico, especialmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Alguns autores destacam exclusivamente os aumentos constantes da renda como condição para alcançar o desenvolvimento sem, no entanto, se importar como tais incrementos são distribuídos.

Souza (2005) afirma que o pensamento econômico tem duas correntes sobre o tema. A primeira encara o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, em que estão presentes os modelos de desenvolvimento das tradições clássica e neoclássica, como os modelos de Harrod e Domar. Na segunda perspectiva, o crescimento é requisito indispensável para o desenvolvimento, mas não é o único. Nessa segunda corrente estão os conceitos de economistas com orientação crítica e formação marxista, baseando seus pontos de vista, principalmente, nos estudos de Rostow. Conforme Sarmiento (2012), a intenção da teoria de Rostow é esclarecer a compreensão do desenvolvimento como teoria dinâmica, por meio de etapas subsequentes até que a sociedade possa gozar do pleno desenvolvimento econômico.

O cerne da teoria rostowiana busca características de nações em desenvolvimento, de maneira que possam superar certas etapas até que atinjam o desenvolvimento econômico. O momento que as sociedades avançam economicamente é chamado de *take-off*, ou decolagem (ROSTOW, 1974). Segundo Sarmiento (2012), é quando a economia consegue alavancar, atingido o ponto crítico do desenvolvimento, em que as amarras que reprimiam a economia se soltam, estimulando o crescimento em busca da modernização.

Na corrente teórica rostowiana, o crescimento é definido como simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por transformações qualitativas no estilo de vida das pessoas, nas organizações e nas estruturas produtivas, em ritmo superior ao do crescimento demográfico (SOUZA, 2005). Dentro dessa corrente estão as obras de Arthur Lewis, Simon Kuznets, Ragnar Nurkse, Rosenstein-Rodan, Celso Furtado, Eugênio Gudín, entre outros importantes teóricos do desenvolvimento econômico.

Esta pesquisa se fundamenta na segunda corrente, acreditando que o conceito de desenvolvimento está intimamente ligado à noção de progresso material e de modernização tecnológica e da qualidade de vida. Torras (1995) corrobora esse pensamento, afirmando que o desenvolvimento, em qualquer percepção, deve emanar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida. O conceito humanístico de desenvolvimento está essencialmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que idealiza o crescimento econômico não como fim, mas como meio de diminuir as carências e as preocupações da sociedade.

A elevação do poder de compra da população é importante indicador de desenvolvimento, mas atrelado a ele se devem considerar as questões de bem-estar coletivo para que, além do poder de compra, a população tenha qualidade de vida. Sandroni (1994) analisa o desenvolvimento econômico como avanço econômico seguido do progresso do nível de vida da população e das transformações estruturais na economia. Segundo ele, desenvolvimento origina-se das características de cada região, ou seja, sofre influência do seu passado histórico, da situação e extensão geográfica, das características demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

O desenvolvimento necessita ser observado considerando os aspectos de cada comunidade, o que implica mudança consciente da realidade local (MILANI, 2005). Precisa ser encarado como melhora complexa de transformações de ordens econômica, política e, sobretudo, humana e social. Como destaca Oliveira (2002, p. 40): “Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para

satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras”.

Esse autor ressalta ainda a crescente preocupação da sociedade em enxergar apenas como o crescimento econômico influencia na qualidade de vida de toda a população. E isso pode ser percebido na maneira como países e regiões são classificados, divididos entre ricos e pobres, empregando, apenas, as variações do PIB, sem ao menos tentar estimar a qualidade de vida dos habitantes. Surge, assim, a necessidade de utilização de indicadores mais robustos, que não consideram apenas a renda como instrumento para avaliar o desenvolvimento.

Os indicadores socioeconômicos, projetados por vários órgãos, evidenciam a necessidade de subsídios e metodologias que apurem o nível de desenvolvimentos social e humano. Pode-se notar que tais índices não proporcionam respostas claras sobre o papel dos gestores e da ponderação do impacto dos investimentos sociais e, igualmente, não destacam a contribuição de cada área, ou atividade, no desenvolvimento social e humano.

Existem várias maneiras de classificar o desenvolvimento das cidades, regiões, Estados e países. Geralmente, relaciona-se o Produto Interno Bruto (PIB) com investimento em determinados setores ou, até mesmo, sua relação *per capita*. Contudo, o avanço das condições de vida das pessoas não deve ser avaliado apenas por sua condição econômica. A Organização das Nações Unidas (ONU), no início dos anos de 1990, lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), propondo verificar o desenvolvimento de um país. Desde então, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza esse índice para apurar o desenvolvimento do Brasil em suas regiões, Estados e municípios. O IDH, em muitos países, rapidamente se tornou o principal instrumento de avaliação de desenvolvimento, sendo a utilização desse índice ligada aos debates sobre a qualidade de vida da população. Assim, o grande objetivo de Mahbub ul Haq, Amartya Sen e outros idealizadores era que o IDH se tornasse ferramenta abrangente, pois convencionou três princípios do desenvolvimento humano: a longevidade, a educação e a renda. O IDH tem sido muito utilizado em escala global, fornecendo subsídios para pesquisas e melhor entendimento sobre a situação local.

A questão da pobreza era tratada apenas como as necessidades vitais para sobrevivência. Dessa forma, outras questões altamente relevantes para o bem-estar social eram simplesmente desconsideradas. Percebendo essa importante lacuna, segundo Machado e Pamplona (2016), foi lançado o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Mesmo contando com equipe numerosa, esse documento nasceu do grande empenho e da liderança do economista paquistanês Mahbub ul Haq. Amartya Sen também teve papel determinante na estruturação do



conceito de desenvolvimento, desde o princípio dos RDHs, em 1990, até os dias atuais. Para concluir e fazer o lançamento desse Relatório, Mahbub juntou um grupo de companheiros economistas e amigos para desenvolver esse modelo, entre eles Paul Streeten e Francis Stuart, que tinham trabalhado com ele na Abordagem das Necessidades Básicas; Gus Ranis e Keith Giffin, seus ajudantes no Paquistão; além de outros, como Sudhir Anand e Meghnad Desi, com perfil em métodos quantitativos. Dúzias de outros colaboradores que compartilhavam da mesma visão também contribuíram (HAQ, 1995).

Segundo Haq (1995), são quatro os elementos essenciais do paradigma do desenvolvimento humano:

- a) Equidade: isto é, as pessoas necessitam ter acesso justo às oportunidades. No entanto, isso não garante a igualdade em termos de resultados.
- b) Sustentabilidade: consiste da premissa de que as próximas gerações devem contar com as mesmas oportunidades de que os indivíduos gozam no presente.
- c) Produtividade: esta é a parte fundamental do modelo, a que demanda investimentos nas pessoas e um ambiente macroeconômico que permite a esses indivíduos conseguirem seu potencial máximo.
- d) Empoderamento: que equivale ao sentido de que as pessoas não precisam ser favorecidas e passivas de políticas para o desenvolvimento humano. Na verdade, os indivíduos necessitariam ter papel ativo e participação real no processo, o que vai determinar suas vidas.

Haq (1995) assegura que partir do paradigma do desenvolvimento humano implica abordar todos os pontos dos modelos tradicionais de crescimento, partindo-se, no entanto, do ponto de vista das pessoas. O modelo do desenvolvimento humano busca o entendimento integral dos fenômenos e procura avaliar todos os conceitos de desenvolvimento. Todavia, o principal fator seria a expansão das escolhas pessoais e o enriquecimento de suas vidas, em todos os seus aspectos – econômicos, políticos ou culturais (HAQ, 1995). Desse modo, faz sentido falar em desenvolvimento econômico, desde que se discuta se as pessoas participam e se beneficiam do crescimento. Os gestores públicos procuram indicadores que mensurem o desempenho da gestão, em relação às finanças públicas municipais, estaduais e nacionais. De acordo com Slomski (1999, p. 36), no entanto, “o cidadão, no papel de principal, não sabe, com certeza, se o seu gestor público, no papel de agente, está maximizando o retorno de seu capital na produção de bens e serviços, gerando, assim, uma assimetria informacional”.

Assim, fica evidente que uma análise focada apenas na renda *per capita* não consegue avaliar o desenvolvimento nos termos anteriormente apresentados. Somente os fatores econômicos não conseguem mostrar como a renda é verdadeiramente distribuída na sociedade. A ideia é de que exista um olhar na dimensão humana do desenvolvimento e, dessa forma, as questões econômicas seriam discutidas e percebidas em termos de seus resultados para a sociedade. O desenvolvimento humano deve considerar o desenvolvimento como um método para ampliar as opções de escolha dos indivíduos não apenas da geração atual, mas também das futuras, o que levaria à sustentabilidade desse crescimento. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990 (UNDP, 1990) ressalta que é muito antiga a ideia de que as pessoas precisariam ser vistas não só como meios, mas também como fins de todas as atividades.

A Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, assim como a maioria das regiões do Estado, é marcada por grandes desigualdades sociais, em que é possível identificar concentrada riqueza e acentuada pobreza. Para se ter um panorama da realidade local, será necessária a utilização de um índice mais robusto e, para isso, este trabalho propõe, através da estimação do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), elaborado por Barros et al. (2003), descrever o perfil socioeconômico das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira para os anos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nesse contexto em que se situam muitas famílias e pelo fato de a educação pública ser obrigação do Estado, esta pesquisa busca averiguar qual é a relação entre os gastos realizados em função da educação que o Estado oferece e qual o seu reflexo no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), na dimensão educação e no Índice de Desenvolvimento da Família (IDF).

A partir dos indicadores IDHM e IDF será possível examinar as condições de vida das famílias das cidades estudadas, apontando as maiores necessidades de políticas públicas específicas e caracterizando os municípios mais carentes e o que os diferem dos mais desenvolvidos.

### **1.1 Contextualização e justificativa do problema**

O estudo pioneiro que abordou a relação investimento em educação e desenvolvimento social foi a pesquisa do Dr. Eric Hanushek, causando grande polêmica por negar a visão do governo, dos pais e dos educadores de que o aumento de recursos para a educação era o fator preponderante para a sua qualidade. Entretanto, Hanushek (1986, p. 1167) defende que o “(...) aumento das despesas por si só não oferece nenhuma promessa para melhorar a educação”.

Segundo esse autor, isso acontece porque os administradores públicos utilizam os recursos de forma inadequada, ou seja, eles os empregam em insumos que não estão diretamente relacionados com a qualidade da educação (HANUSHEK, 1986). Porém, existem outras pesquisas que destacam a importância do aumento de recursos na educação, como os resultados do estudo de Greenwald et al. (1996), que indicam que os gastos com educação são elementos essenciais para melhor desempenho dos estudantes.

Mesmo correntes distintas defendem que o bom uso do dinheiro público em recursos educacionais são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. Diante dessas constatações, esta pesquisa resolve verificar qual é a realidade local de investimentos diante dos índices IDHM, dimensão, educação e IDF.

A Zona da Mata de Minas Gerais representa um espaço de grande heterogeneidade, sendo comum encontrar disparidades em setores fundamentais para a sociedade, como saúde, segurança pública e educação (PNUD, 2013). Neste estudo, destacam-se os fatos relacionados à família e à educação.

Considerando os indicadores sociais, como forma de reconhecimento da realidade local, tem-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – específico da dimensão educação. A Zona da Mata mineira, em 2010, apresentou índice de 0,54, demonstrando constante crescimento da região, visto que esse mesmo índice em 1991 estava em 0,186 e no ano 2000 era equivalente a 0,372. Entretanto, dentro do ideário neoliberal, os dados evidenciam redução nos gastos sociais como os da educação. Peterson (1995) e Banting e Corbett (2003) registram que há propensão dos entes federativos a produzir níveis comparativamente mais baixos de gasto social. Segundo Camargo (2004):

(...) o Estado brasileiro gasta pouco com educação e uma parte substancial desta despesa é apropriada pelos 40% mais ricos. Concretamente, apenas 3,6% do PIB do país, em 2000, eram gastos com educação fundamental, enquanto 29,6% da população brasileira tinha naquele ano entre 0 e 14 anos de idade. O resultado desta estrutura de gastos sociais criou um mecanismo de reprodução da pobreza ao longo do tempo. Uma parcela substancial das crianças brasileiras vive em famílias pobres (50%). Destas crianças, mais de 80% não completam o ensino fundamental, ou seja, não possuem oito anos de estudos, ou porque não têm condições de fazê-lo por precisar entrar no mercado de trabalho muito cedo, ou porque as escolas públicas a que têm acesso são de tão baixa qualidade que são incapazes de mantê-las. Como consequência, 40% das crianças brasileiras, ao se tornarem adultas, terão menos de oito anos de estudos. Dificilmente conseguirão um trabalho decente. Serão os pobres do futuro (CAMARGO, 2004, p. 76).

Segundo Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010), os documentos oficiais contemporâneos não permitem a comparação de custos e resultados, o que impede a percepção sobre as políticas

públicas ou, mesmo, a análise de ações alternativas que possibilitassem os mesmos resultados com gastos menores.

Considerando os indicadores sociais, como forma de reconhecimento da realidade local, tem-se apenas o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Portanto, esta pesquisa se justifica por representar um ganho de conhecimento sobre a realidade social das cidades da Zona da Mata de Minas Gerais. Além disso, por estabelecer relações entre indicadores sociais e gastos públicos e, ao mesmo tempo, lançar luz sobre informações que não são disponibilizadas nos relatórios oficiais. Assim, fica manifestada a importância da realização de pesquisas que descrevam a conjuntura atual dos municípios estudados.

É de compreensão de todos os pesquisadores que colaboram com a construção do conhecimento científico que jamais se compreende o suficiente de determinado objeto de pesquisa. Entretanto, a cada objetivo respondido é possível alcançar algumas respostas para as inquietações.

Esse crescimento do IDHM-Educação da Zona da Mata mineira, em face da redução dos gastos sociais, conduz ao seguinte questionamento: **Os gastos públicos destinados à educação básica são refletidos diretamente no IDHM dos municípios de médio porte da Zona da Mata mineira?**

Obedecendo ao rigor científico, a resposta desta questão envolve examinar a evolução histórica do IDHM e sua comparação entre os dos municípios da Zona da Mata mineira, por meio dos dados oficiais, bem como sua associação com os gastos públicos educacionais, delimitando um dos problemas de pesquisa.

O outro problema de pesquisa do referido estudo foi fomentado pelo anseio de se conhecer um pouco mais a problemática da pobreza, uma vez que temos como proposta a elaboração do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) nas cidades de médio porte da Zona da Mata mineira.

Assim, nosso problema de pesquisa gira em torno da seguinte questão: **Qual a relevância da elaboração do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) para a reflexão sobre o desenvolvimento local, considerando a análise multidimensional da pobreza na Zona da Mata mineira?**

Com esta questão, procurou-se compreender as dimensões e variáveis da situação familiar das comunidades estudadas e, de maneira especial, lançar luz sobre as disparidades sociais demonstradas em cada município. Isso de forma a fomentar mais estudos sobre as

políticas sociais de combate à desigualdade, além de promover discussões sobre a pobreza como indicador social e suas interpretações no cenário local.

A temática proposta apresenta variações inéditas dos índices de desenvolvimento familiar proposto por Barros (2003) e dos estudos realizados por Oliveira (2014) e Rossi (2012), priorizando a elaboração do IDF para as cidades de médio porte da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais.

A educação é grande preocupação da população, sendo pauta de constantes reivindicações à administração municipal, tendo em vista que, por meio de uma educação de qualidade, a sociedade tem a possibilidade de elevar seu desenvolvimento em termos de crescimento econômico, bem como ser uma das principais opções de amenizar as desigualdades sociais. Segundo Schultz (1961), os benefícios alcançados por mais tempo de estudo não impactam somente no aumento da renda dos trabalhadores, mas, também, nos benefícios sociais anexados ao capital humano, como a disseminação do conhecimento, o avanço da capacidade produtiva e a oportunidade que as pessoas têm em expandir as alternativas à sua disposição, melhorando seu bem-estar e sua qualidade de vida.

Há, portanto, uma incógnita relacionada aos gastos públicos na economia de uma sociedade, principalmente com os impactos desses gastos sobre o desenvolvimento econômico, social e educacional. A população sempre espera políticas públicas que utilizem com eficiência os recursos. Estudos apontam que os gastos públicos podem aumentar o desenvolvimento econômico através da ampliação da produtividade dos setores público e privado (CASHIN, 1995).

Conforme Grossman (2006), quando a população tem acesso à educação de qualidade esta pode resultar em benefícios pessoais e sociais, uma vez que aumenta os ganhos das famílias e a capacidade produtiva, ou seja, o reflexo positivo da capacitação humana possibilita à economia alteração na distribuição de renda e da produtividade, elevação da competitividade e qualificação profissional, além de apresentar impactos na diminuição da criminalidade e na disparidade social, com reflexos positivos sobre o desenvolvimento familiar.

A família, que existe em todas as sociedades, é sem dúvida o principal ambiente de socialização do ser humano, agindo como intercessora fundamental dos padrões, modelos e influências culturais, ou seja, ela tem, conseqüentemente, influência significativa e grande importância na conduta de seus membros (DESSEN, 2007). É considerada base não somente para a sobrevivência dos indivíduos, sendo também fundamental para o apoio e socialização de seus membros e a transferência, além do capital social, dos aspectos culturais e do capital

econômico, produzindo, agrupando e dividindo os recursos para a satisfação de suas necessidades básicas (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

Entretanto, a abundância de informações disponíveis nos relatórios, na mídia impressa, na internet e nos livros é vasta e muito complexa para a maioria da população que tenha algum tipo de interesse na alocação de recursos públicos. Embora exista a obrigatoriedade da publicidade e transparência, os dados nem sempre expressam os reais resultados da situação de desenvolvimento e pobreza das famílias da Zona da Mata mineira, o que restringe a discussão em torno de alternativas sobre o melhor uso de verba pública, conforme a realidade de cada município.

## **2. OBJETIVOS**

O objetivo geral desta pesquisa é dividido em dois momentos. O primeiro consiste em apresentar a situação das famílias dos municípios da Zona da Mata mineira, com uma população entre 50.000 e 100.000 habitantes, através da elaboração e análise do Índice do Desenvolvimento Familiar (IDF), visando examinar a relação entre pobreza e desenvolvimento local. Em um segundo momento, consiste em analisar a relação entre a aplicação dos recursos públicos destinados à educação nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais e o seu reflexo no IDHM-Educação.

Especificamente, objetivou-se:

- Desenvolver um estudo teórico que reflita sobre a eficiência da Educação municipal nos anos de 2000 a 2018, por meio de uma revisão sistemática.
- Criar o Índice de Desenvolvimento Familiar dos municípios da Zona da Mata mineira com população entre 50.000 e 100.000 habitantes, com dados dos quatro últimos censos, visando dimensionar a situação da pobreza.
- Comparar o Índice de Desenvolvimento Familiar entre os municípios da Zona da Mata mineira com população entre 50.000 e 100.000 habitantes entre os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010.
- Avaliar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal nas cidades da Zona da Mata mineira nos anos de 2000 a 2010.
- Mensurar a relação dos gastos públicos em Educação nos municípios da Zona da Mata de Minas no período compreendido entre 2000 e 2010.

### **3. ESTRUTURA DA TESE**

Além deste capítulo introdutório, a tese divide-se em mais quatro capítulos. No Capítulo 2, apresentam-se uma meta-análise sobre o tema gasto com educação e a evolução do IDHM. No Capítulo 3, discute-se o IDF da cidade de Viçosa. O Capítulo 4 trata do IDF das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira, enquanto o quinto, e último, capítulo aborda os gastos com educação dos municípios da Zona da Mata mineira e sua evolução no IDHM.

### **4. REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL**

O Referencial Teórico Conceitual deste estudo busca a compreensão dos conceitos de desenvolvimento e pobreza, do papel das famílias nas políticas públicas em educação, do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF).

#### **4.1 Conceito de desenvolvimento local**

Para entender sobre desenvolvimento local é imprescindível conhecer a pobreza e especificar algumas linhas teóricas, não se posicionando em um horizonte à parte das características de desenvolvimento do país ou da região, pois se faz necessário um entendimento do que acontece em toda a economia, para analisar situações locais.

##### **4.1.1 Definições de pobreza**

A pobreza e a desigualdade social acompanham a linha histórica do desenvolvimento da humanidade. Segundo Schwartzman (2007), até o século XIX o entendimento da pobreza se baseava em uma condição natural e inevitável para a maioria da humanidade. Essa situação só seria considerada problema social se a população pobre colocasse em perigo a ordem em vigor. A caracterização de pobreza acena para algum tipo de carência, que pode ser exclusivamente material ou abranger elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis individualmente ou familiar. Essa exiguidade pode ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2016).

Conforme Codes (2008), a pobreza tornou-se tema de pesquisa científica a partir da Revolução Industrial. O assunto ganhou força em países em desenvolvimento, ente o final do século XIX e o final do século XX. Porém, a caracterização de pobreza nessa ocasião estava atrelada à ideia da satisfação das necessidades mínimas para a sobrevivência humana. O bem-estar, inserido neste ponto de vista, seria concebido pelos aspectos monetários. Dessa forma, a pobreza era identificada como carência de renda ou consumo. Rocha (2003) corrobora esse

conceito, definindo a pobreza como a ausência de recursos para se manter adequadamente no meio social em que se vive.

Vale ainda salientar que apenas o uso de aspectos financeiros para definir a pobreza é alvo de certas considerações. Codes (2008) defende que os indivíduos não são exclusivamente organismos que necessitam de reposição energética, mas entes sociais, que exercem papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos. Não são exclusivamente e meros consumidores de bens materiais, mas também produtores daqueles bens e integrantes ativos de complexos ambientes sociais.

Os parâmetros, ainda que não uniformes e fundamentados pelo critério de renda, tendem a definir que são pobres aqueles indivíduos que, temporária ou permanentemente, não têm acesso a um mínimo de bens materiais e recursos financeiros e, conseqüentemente, são excluídos, em graus distintos, da riqueza social (YAZBEK, 2012).

O entendimento da pobreza como insuficiência de recurso ou o não atendimento às necessidades básicas é muito complexo, partindo do pressuposto de que cada indivíduo tem necessidades específicas.

Assim, existem muitas definições de pobreza na literatura econômica, como também várias maneiras diferentes de rotular as famílias ou pessoas que possam ser consideradas como pobres para cada tipo de análise, ou seja, definir a pobreza é algo muito complexo, embora existam duas correntes teóricas que tratam dessa temática. A primeira corrente analisa a pobreza do ponto de vista apenas monetário (unidimensional), enquanto a segunda corrente busca características não econômicas (multidimensional), para contextualizar a pobreza individual ou coletiva. Essas duas correntes são tratadas nos tópicos subsequentes.

#### **4.1.2 O caráter unidimensional de análise dos índices de pobreza**

No diagnóstico da pobreza, o tradicional destaque na renda expressa o conceito de que condições de pobreza ou representam de modo direto a escassez de recursos para a aquisição de bens e serviços básicos ou os recursos são indiretamente alcançados via renda, no critério em que renda e bem-estar estariam profundamente correlacionados. A análise unidimensional da pobreza trata basicamente as questões monetárias para definição e classificação da precariedade do indivíduo. Segundo Barros et al. (2006), uma opção, historicamente predominante, tem sido discutir a pobreza exclusivamente como insuficiência de renda.

A definição unidimensional para caracterizar a carência humana vem de longa data, com destaque para o período migratório dos camponeses para as cidades da Inglaterra. Silva (2012) afirma que, nesse país, durante o reinado de Elizabeth I, passou a existir a ideia de subsistência,



proveniente da chamada “Lei dos Pobres”. Durante esse período, decorrente do grande êxodo rural, a população urbana teve aumento considerável, culminando no excesso de oferta de mão de obra não aproveitada pelo mercado de trabalho, o que, conseqüentemente, levou essa população a viver em situação de mendicância.

Hagenaars e de Vos (1988), em pesquisa direcionada a expor os distintos significados de pobreza, conceituam pobreza em três grandes grupos de definições: o primeiro deles seria da pobreza absoluta, que é ter menos do que é objetivamente determinado, mínimo absoluto; o segundo é da pobreza relativa, caracterizada por ter menos do que os outros na sociedade; e o terceiro seria a pobreza subjetiva, em que a carência seria o sentimento de não se ter o bastante para sobreviver.

A caracterização de pobreza absoluta refere-se às necessidades básicas, ou seja, a carência ou a escassez de renda para a satisfação de aspectos mínimos imprescindíveis à sobrevivência física. Oliveira (2014) afirma que o uso da renda como base para avaliar o nível de vida de uma sociedade se baseia na estreita relação entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físicos, que serviriam de aproximação dos indicadores físicos de qualidade de vida. Uma prerrogativa desse tipo de indicador é auxiliar a comparação internacional.

Fruto da relação entre renda e qualidade de vida, surgiu a linha da pobreza, que é o custo monetário para uma pessoa, em determinada localidade e tempo, atingir o nível de bem-estar. Conforme Kageyama e Hoffmann (2016), o meio mais simples e rotineiramente empregado para avaliar a pobreza é a criação de um nível de renda (linha de pobreza) abaixo do qual os indivíduos são classificados como pobres:

Nas economias modernas e monetizadas, onde a parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população (ROCHA, 2003, p. 12).

No início dos anos de 1900, Rowntree (1901) estimou a miséria a partir de uma linha de pobreza concebida por um valor monetário, que possibilita a pessoa ter acesso a uma dieta nutricional apropriada e obter vestuário e moradia. Nesse sentido, esse autor define a pobreza na abordagem da insuficiência de renda. Melhor explicando, nesse momento cria-se a chamada linha da pobreza, que conforme Ravallion (1998) e Hoffmann (2011) é o limite que permite ao indivíduo vida digna e, dessa forma, são consideradas pobres as pessoas que não atingirem esse nível de bem-estar.

Mas a definição dessa linha cria alguns questionamentos, a exemplo das diferenças culturais entre as sociedades. Rocha (2008) assegura que a definição de um valor da linha de pobreza adequada para atender às necessidades básicas é cercada de discussões, uma vez que, quanto mais evoluída for uma sociedade, mais proeminente se torna a ideia de que a pobreza se afasta do atendimento das necessidades de sobrevivência.

Como a visão unidimensional se restringe à análise da renda, a partir dela todas as ações e políticas de redução da pobreza são apenas de caráter econômico, não considerando as questões de cunho social, que são essenciais ao ser humano. Sob esse olhar, pobre era a pessoa que não tinha condições financeiras para garantir sua sobrevivência e de quem dele dependia. Assim, a pobreza está atrelada à sobrevivência física e ao não atendimento das necessidades a ela vinculadas (ROCHA, 2003).

Conforme Araújo e Campos (2012), a partir da década de 1970 o enfoque unidimensional passou a ser refutado, obrigando muitos autores a buscarem outros meios de analisar tal fenômeno. Desse modo, a abordagem multidimensional passou a ganhar espaço, principalmente porque a pobreza, expressão direta das relações sociais, “certamente não se reduz às privações materiais” (YAZBEK, 2009, p. 73-74).

#### **4.1.3 O caráter multidimensional da análise da pobreza**

A partir de colaborações críticas de pesquisadores que vêm contestando a teoria convencional, a utilização de renda para definição da pobreza tem perdido espaço para novos enfoques, destacando-se a multidimensionalidade como indispensável à caracterização do fenômeno pobreza.

A análise contemporânea multidimensional da pobreza baseia-se, principalmente, no estudo das capacidades e funções de Amartya Sen (SEN, 1999). Segundo esse autor, as informações de renda devem ser complementadas com outros dados que estão presentes na vida humana, uma vez que nem todos os indivíduos têm a mesma capacidade de utilizar os recursos monetários para suas realizações e sobrevivência. Conforme Amartya Sen (1999), a pobreza pode ser determinada como uma carência das capacidades básicas de uma pessoa e não exclusivamente como uma renda inferior a um nível preestabelecido. Portanto, foi desenvolvida, especialmente por Sen (1999), Sen, Motta e Mendes (2000) e Sen e Foster (2001), a definição de um índice de pobreza multidimensional que abrange a análise das "capacitações" dos sujeitos, através do conjunto de características da sociedade onde estes vivem.

Os estudos da pobreza multidimensional defendem a tese de que só é admissível entender realmente a pobreza se ela for analisada em suas várias dimensões, o que envolve tratar o assunto a partir de suas múltiplas hipóteses e seus diferentes aspectos, avaliando-os em determinado contexto histórico e social.

Sen (2000) apresenta cinco tipos de liberdade que são ferramentas indispensáveis do desenvolvimento: oportunidades sociais, facilidades econômicas, liberdades políticas, segurança protetora e garantias de transparência. Elas se conectam de forma complementar, ao mesmo tempo que se estimulam mutuamente, adquirindo robustecimento e apoiando-se umas nas outras.

A presença de diversos sentidos a respeito do significado da pobreza tem se refletido em diferentes indicadores que possibilitem determinar quais aspectos necessitam ser priorizados para avaliar o nível de bem-estar das pessoas. A análise multidimensional não se caracteriza exclusivamente pela carência material, entretanto é categoria política que se explica pela ausência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (MARTINS, 1991).

A correlação entre renda e capacidade é excessivamente afetada pela idade da pessoa, pelas questões de gênero e sociais, pela localização, pelas condições epidemiológicas e por outras diferenças sobre as quais um indivíduo pode não ter controle ou ter um controle somente limitado (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Algumas diferenciações, como idade, deficiência física ou doença, diminuem a capacidade pessoal para conseguir renda. Do mesmo modo que é mais complexo transformar renda em bem-estar, uma vez que idosos, pessoas com necessidades específicas ou com algum tipo de enfermidade podem precisar de mais renda para conseguir o mesmo padrão de vida de pessoas que não passam por essas dificuldades. Crespo e Gurovitz (2002) afirmam que, quanto maiores forem as capacidades individuais, maior o potencial produtivo de uma pessoa e, portanto, maior a chance de conseguir uma renda mais alta.

O conceito central, segundo Kageyama e Hoffmann (2016), é de que a pobreza apresenta duas naturezas. A primeira delas está relacionada ao subdesenvolvimento regional e local, que culmina em carências de condições básicas para o bem-estar, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias e dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação. Entretanto, a pobreza está fundamentada nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, o que afeta a capacidade de elevar a renda familiar. Dessa forma, o entendimento científico da pobreza multidimensional, através dos avanços nas pesquisas,

amplia o pensamento sobre o desenvolvimento socioeconômico, a partir de um ponto de vista humanista (SILVA; NEDER, 2010).

É importante destacar que aqueles que estudam a pobreza como fenômeno multidimensional concordam com a importância de utilizar uma medida agregada da pobreza, especialmente com o objetivo de auxiliar na elaboração de políticas públicas. Isso porque ações de combate à pobreza são mais eficazes quando atendem às necessidades corretas.

## **4.2 Teorias do desenvolvimento**

Os teóricos do desenvolvimento econômico buscam avaliar como acontece esse processo e o que o impulsiona e também pesquisam sua tendência. As teorias do desenvolvimento econômico ficaram em evidência a partir das oscilações econômicas do século XIX e com a visível disparidade entre países ricos e pobres (OLIVEIRA, 2002).

Assim, importantes reflexões sobre o desenvolvimento surgiram a partir da obra de Rostow, que, recuperando o darwinismo social, se fundamenta na compreensão do ciclo evolutivo de estágios, a exemplo da natureza e das sociedades humanas, que evoluíram de padrão inferior para superior (LAYRARGUES, 1997).

Na visão de Rostow (1974), o desenvolvimento econômico envolve as participações sociais, econômicas e políticas, sendo o efeito das forças econômicas percebido pela industrialização. Já o envolvimento da sociedade nasce do avanço da produtividade, que resulta no aumento dos investimentos, que serão aplicados na geração de empregos, o que propicia o crescimento autossustentado por meio da ampliação da renda *per capita*.

Segundo Souza (2005), os estudos iniciais sobre o desenvolvimento econômico traziam como ideia para determinar o grau de desenvolvimento de uma nação a comparação do produto real e da renda *per capita* com os de outras nações mais desenvolvidas. Entretanto, outros economistas creem que o desenvolvimento sugere transformações nas estruturas sociais, econômicas e políticas, com o avanço da produtividade e da renda média dos sujeitos envolvidos no processo produtivo. Assim, quando se objetiva verificar o desenvolvimento regional, é preciso ter em mente que o desenvolvimento engloba pelo menos duas correntes teóricas.

A primeira corrente é inspirada em autores mais teóricos, que entendem o crescimento como sinônimo de desenvolvimento na segunda corrente, em que se encontram autores com olhar mais voltado para a realidade de cada país e que consideram o crescimento essencial, mas não bastante para atingir o desenvolvimento (SOUZA 2005).

Sandroni (1994, p. 95) assegura que o “Desenvolvimento Econômico é o crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto *per capita*) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”. No entanto, na visão de Arocena (1995) o desenvolvimento significa percorrer um caminho predeterminado através de um conjunto de leis naturais que marcam as etapas, avanços e retrocessos superados pelas tradições locais.

Segundo Rostow (1974), o desenvolvimento, ou a *take-off* de cada localidade, corresponde a um tempo de amadurecimento diferente, e a intervenção realizada pelo Estado, de modo planejado em um setor da economia, é capaz de fomentar o crescimento, de maneira que interfira e até favoreça o crescimento em outros setores da economia. Nesse sentido, Gallichio (2002) conceitua:

Os processos de desenvolvimento local transcorrem em um território específico. Por isso, quando falamos de desenvolvimento local, falamos de desenvolvimento de um território. Mas o território não é um mero espaço físico. Ele não deve ser visto como um lugar onde as coisas acontecem, mas sim como uma variável, uma construção social. O território é ao mesmo tempo condicionador e condicionado por e a partir das ações dos atores e das comunidades (GALLICHIO, 2002, p. 78).

É importante sempre destacar as diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Conforme Erber (2011), o crescimento econômico consiste em produzir mais riquezas, ou seja, produzir mais do mesmo. Já o desenvolvimento econômico provoca alterações estruturais pautadas em um dispositivo cognitivo coletivo, composto por conhecimentos que permitam hierarquizar problemas e soluções e promover a coordenação entre os atores sociais.

### **4.3 Capital humano e crescimento econômico**

Existe um interminável debate entre pesquisadores sobre os motivos do desenvolvimento econômico, possivelmente pela grande potencialidade de frutos a serem colhidos em consequência da compreensão dos agentes causadores do desenvolvimento econômico. É clara a dificuldade de esclarecer, de forma conclusiva, as causas que induzem as comunidades à acumulação de capital e ao bem-estar da população. Alguns teóricos defendem a tese de que a acumulação de capital humano transforma, de maneira qualitativa, a comunidade, transformando suas organizações.

Em meio às muitas questões que desafiam os pesquisadores sobre os motivos da desigualdade de renda entre os trabalhadores parece, a princípio, haver uma resposta evidente,

que estaria fundamentada no fato de que os trabalhadores percebem diferentes salários, conforme a sua produtividade, assim como é tratado pela teoria microeconômica da firma (BRAZ, 2013).

A escolha racional pode balizar o entendimento sobre a disparidade econômica percebida pelos membros de uma sociedade. Mincer (1958) considera que os indivíduos fazem escolhas com o objetivo de aumentar seu capital. E é natural presumir que a alternativa de adiar a entrada no mercado de trabalho para estudar, por vezes investindo os recursos próprios pela formação adquirida, busca maximizar os ganhos futuros de maneira a compensar os custos presentes. Corroborando Mincer, Becker (1962) trata a educação como meio fundamental de buscar novas habilidades, uma vez que a educação é o método de transmitir o conhecimento acumulado pela comunidade a novas gerações. O ensino objetiva instigar, naqueles que o buscam, habilidades socialmente consideradas importantes. É simples entender que, em meio às capacidades socialmente relevantes, várias são aquelas que transformam o indivíduo em um sujeito mais produtivo, de modo a, no mínimo, igualá-lo aos trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho (BRAZ, 2013).

O acúmulo de capital humano tem influência qualitativa sobre a força de trabalho de uma sociedade, de modo correlato às modificações sobre o capital reprodutível decorrentes de melhora tecnológica (SCHULTZ, 1961). Essa implicação, assim como todos os fundamentos econômicos importantes para o bem-estar da comunidade, precisa ser avaliada, uma vez que o efeito positivo da acumulação de capital humano sobre o desenvolvimento econômico necessita alcançar importância coesa com a sua função, do mesmo modo como políticas voltadas para o capital reprodutível.

Buscando entender melhor o processo do crescimento econômico de uma nação com grande desenvolvimento industrial, Solow (1956) estudou o fenômeno nos Estados Unidos que crescia, em média, 2% a.a. durante o século XX. Solow desenvolveu um modelo teórico amparado em princípios neoclássicos, chegando à conclusão de que o crescimento econômico dos EUA não podia ser explicado somente valendo-se do aumento do capital e do trabalho disponíveis. Dessa forma, foi determinado que existiam outras fontes de crescimento econômico, ou seja, “Na formulação da teoria do crescimento de Solow, o conhecimento ganhou papel central, mas foi considerado elemento exógeno ao modelo” (SAGIORO, 2004, p. 2).

Solow (1956) considera que o desenvolvimento tecnológico é dado exogenamente, ou melhor, o avanço tecnológico não é explicável pelo próprio modelo, e o seu efeito sobre o crescimento tenderia a ser designado de “resíduo de Solow”. De modo elementar, o resíduo de Solow está conexo à taxa de progresso tecnológico de uma forma simples. Esse resíduo é igual à parcela do trabalho vezes a taxa de progresso tecnológico. Desse modo, tem-se uma ferramenta com fundamentação teórica, em que se permite avaliar um possível nível de progresso tecnológico, sendo o produto do trabalho vezes o estado da tecnologia (SAGIORO, 2004).

O que faz o modelo de Solow especialmente importante é seu potencial de absorver impactos e retornar para a direção do desenvolvimento, de modo que o progresso econômico possa ocorrer ainda que aconteçam alterações em parâmetros-chave, como a taxa de poupança ou o ritmo de crescimento populacional. Essa predisposição de incorporar uma economia mais flexível, distanciando o crescimento econômico de um caminho no “fio da navalha”, em que qualquer anormalidade é irreversível, se deve, em boa parte, à incorporação da substitubilidade entre capital e trabalho (BRAZ, 2013).

Solow (1956) incluiu em seu modelo a mudança tecnológica neutra. Essa extensão se transformou em seguida no cerne de sua teoria, por possibilitar o desenvolvimento contínuo e sustentado por meio do avanço tecnológico.

Braz (2013) afirma que o modelo de Solow é uma metodologia eficiente para se compreender a dinâmica do desenvolvimento econômico. Porém, isso não impediu que várias críticas fossem feitas a esse modelo, e a principal foi que ele acontece na deficiência de explicações sobre a raiz do seu crescimento. O avanço tecnológico é inteiramente exógeno no modelo, não existindo qualquer explicação nele inserida para justificar sua origem. O modelo, por consequência, transfere o problema da origem do crescimento econômico para o princípio do avanço tecnológico.

#### **4.4 Indicadores sociais**

Os indicadores sociais passam a existir no Brasil buscando mensurar a dimensão das carências sociais e, assim, determinar os setores mais críticos e, posteriormente, formular e implementar políticas públicas, objetivando atender à população carente de maneira eficiente. As evoluções dos indicadores sociais estão profundamente ligadas à consolidação das práticas

de planejamento do setor público no decorrer do século XX. As primeiras contribuições importantes para a elaboração de indicadores sociais surgiram nos anos 1920 e 1930.

O desenvolvimento dos indicadores ganha corpo científico em meados dos anos de 1960, caracterizando-se em organização de sistemas mais amplos de acompanhamento das mudanças sociais e medidas dos impactos das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. O crescimento dos indicadores foi registrado por várias organizações internacionais e regionais, como: ONU, Comunidade Econômica Europeia (CEE), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), institutos de pesquisa, entre outros. Conseqüentemente, o bem-estar assume papel importante, juntamente com o enfoque econômico, para responder a quantas anda a situação social da nação (MORSE, 2004; JANNUZZI, 2004).

Embora os indicadores sociais fossem ferramentas interessantes para o acompanhamento da realidade local, eles também começaram a apresentar indícios do descompasso entre crescimento econômico e melhoria das condições sociais da população em países do Terceiro Mundo (JANNUZZI, 2004). Diante dessa situação, Santagada (2007) acrescentou que a escassez das análises econômicas para esclarecer o contrassenso entre crescimento econômico e as demandas sociais não atendidas instigou a teoria sociológica a buscar explicações. Mesmo com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), continuavam altos os níveis de pobreza e agravavam-se as desigualdades sociais em diversos países. Crescimento econômico não era garantia de desenvolvimento social.

Na obra “Social Indicators”, organizada por Bauer (1967), nasce o termo “indicadores sociais”, objetivando discutir o desenvolvimento desses índices e sua ligação com as metas sociais e com a elaboração de programas de ação, além da contabilização dos dados. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* até então empregado como indicador de nível de desenvolvimento socioeconômico apresentava-se cada vez menos indicado como medida do bem-estar social. E tal medida também não realizava o monitoramento efetivo da transformação social em suas múltiplas características: “(...) as melhores medidas das mudanças sociais seriam descrições quantitativas reais sob a forma de séries estatísticas temporais, se possível, e, caso contrário, de observações cuidadosamente descritas” (CARLEY, 1985, p. 17).

Outra particularidade na criação dos índices que Barden (2009, p. 62) citou “(...) foi a busca por indicadores que levassem em consideração a necessidade de diferenciar,



territorialmente, os níveis de bem-estar”. Segundo Jannuzzi (2004), os indicadores devem ser diferenciados das estatísticas públicas, uma vez que estas representam o dado social na sua forma bruta, não diretamente contextualizada em uma Teoria Social, mas apenas parcialmente organizado para ser utilizado na interpretação empírica da realidade. Entretanto, esse autor destaca que as estatísticas públicas constituem matéria-prima para a elaboração dos indicadores sociais. Estes são demonstrados como taxas, proporções, médias, índices e distribuição por classes e também por cifras absolutas. Na Figura 1, podemos visualizar o procedimento de transformação dos eventos empíricos em indicadores sociais.

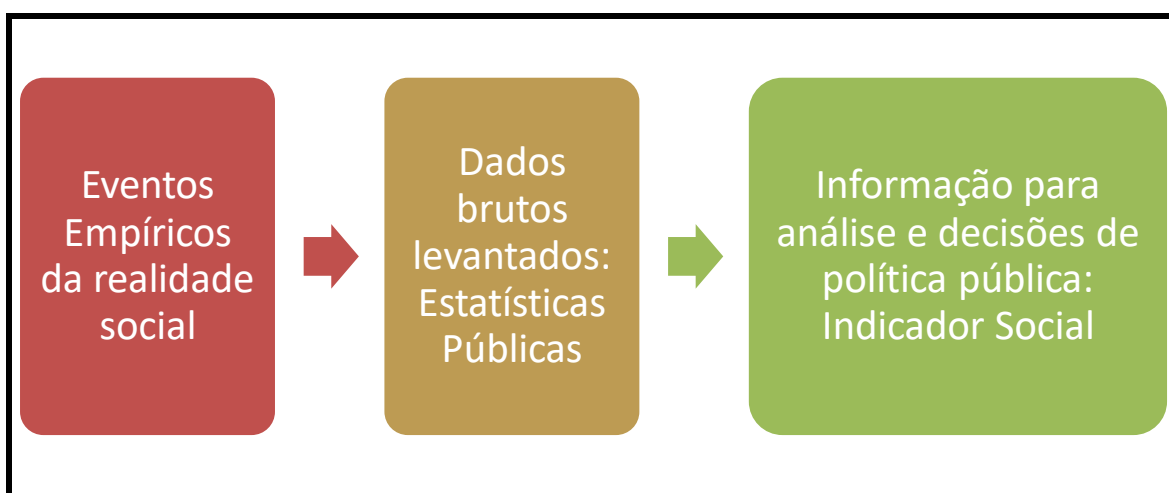


Figura 01 - Processo de agregação de valor informacional ao indicador

Fonte: Jannuzzi (2004)

Conforme destacam Salama e Destremalu (1999), foram criados índices de bem-estar sintéticos, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A criação do IDH instituiu um marco no movimento dos indicadores, uma vez que, além de apresentar os princípios do desenvolvimento humano, estimulou a criação de novos indicadores, o que transformou o seu enfoque teórico e tornou esses indicadores multidimensionais.

Conforme destaca Jannuzzi (2004), no Brasil as estatísticas sociais, econômicas e demográficas empregadas para elaboração dos indicadores são produzidas, compiladas e disseminadas por diversas agências, situadas em âmbitos federal ou estadual. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cumpre seu papel de agente coordenador do Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas, como produtor de dados primários, compilador de informação proveniente de ministérios e agente disseminador de estatísticas. Portanto, IBGE, agências estaduais de estatística e ministérios/secretarias integram

o Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas no Brasil. A principal base de dados para construção de indicadores municipais no país é o Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos. O objetivo inicial dos censos mais antigos era estimar o tamanho da população de um país e suas regiões, para fins militares e fiscais. Atualmente, além de quantificar a população, os censos prestam-se ao levantamento de uma gama variada de informações.

Barden (2009) elaborou um estudo (Quadro 1) que apresenta um resumo dos indicadores e suas possíveis vantagens e desvantagens.

**Quadro 01** - Genealogia dos indicadores

<b>Década</b>	<b>Tipo</b>	<b>Indicador (es)</b>	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
1950	Indicadores Simples	- PIB, PIB per capita; - Curva de Lorenz; - Índice de Gini	- Disponíveis praticamente para todos os países; - De fácil entendimento; - Claramente comparáveis.	- Desconsideram a distribuição da renda interna de cada área; - Fortemente afetados pela variação cambial - Unidimensionais - Não captação de outras dimensões importantes.
1990	Indicadores Compostos	- IDH: Índice de Desenvolvimento Humano (ONU)	- Sinalizar aos governantes e políticos dos diversos países que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento da produção; - Multidimensionais; - Produto de consenso de diversos atores.	- Restringe o desenvolvimento a três dimensões (saúde, educação e renda); - Estabelece padrões universais mínimos de qualidade vida, - Falta de sensibilidade para particularidades
1991	Indicadores Compostos	- IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Fundação João Pinheiro Machado MG)	- Preocupados em medir resultados de curto prazo, os esforços da gestão pública municipal na busca de melhorar alguns indicadores e avaliar a criação e consolidação de mecanismos institucionais.	- Idem ao anterior, acrescido da desfocalização.
2003	Indicadores Compostos	- IDF: Índice de Desenvolvimento da Família (IPEA)	- Leva em consideração diversas dimensões da pobreza para além da insuficiência de renda e, por outro, presente, assim como os índices tradicionais de pobreza, a capacidade de poder ser	- Os indicadores podem apresentar problemas cujas causas vão desde a má qualidade dos dados até diferenças nas metodologias empregadas na obtenção de um mesmo indicador.

			construído para cada família individualmente e de poder ser facilmente agregado.	- Dificuldade para comparação com dados similares em outros países.
--	--	--	--	---

Fonte: Barden (2009)

Entre as vantagens dos indicadores compostos, podem ser registradas a possibilidade de evidenciar a diferença entre crescimento e desenvolvimento, a multidimensionalidade dos elementos e a organização dos indicadores. Quanto às características negativas, registra-se a limitação do desenvolvimento a três dimensões quando se trata do IDH e IDH-M e da desfocalização no caso do IDF, dado o grande número de dimensões e variáveis resultantes do intuito de abraçar maior número possível de elementos relacionados aos fenômenos estudados.

Existem vários conceitos e vários autores que tratam dos indicadores sociais, no entanto as teorias trazem alguns pontos em comum, ou seja, que os indicadores são poderosos instrumentos para medir a realidade de dada localidade em determinado período de tempo. Tais indicadores fomentarão informações ao poder público e à população para a elaboração de políticas públicas que busquem a transformação dessa realidade.

Conforme Kao e Liu (1984), os indicadores devem descrever tendências e diagnosticar situação de desenvolvimento particular, para analisar inter-relações e *trade-offs* entre políticas variáveis e atividades – prevendo tendências futuras ou resultados prováveis – e avaliar a eficiência e eficácia de um programa. Segundo Torres, Ferreira e Dini (2003, p. 82), “(...) os indicadores são vistos como poderosas ferramentas não somente para o planejamento, mas também como formas dos governos democráticos se relacionarem com a opinião pública e a mídia e com as pressões vindas dos políticos tradicionais e demais forças locais”. Francelino (2012) complementa dizendo que a construção de indicadores se justifica, uma vez que as questões de exclusão e desigualdade social em países em desenvolvimento motivam a necessidade de coleta de estimativas públicas que mapeiem a intensidade de pobreza, níveis de carência e acesso a bens e serviços públicos.

Independentemente da ênfase colocada sobre o desempenho das economias ou condições sociais, a função principal de um indicador é medir determinado fenômeno – renda, educação, saúde, poluição etc. O objetivo dessa medida é, muitas vezes, refletir o progresso ou o retrocesso. Um indicador também deve ser uma medida serial que pode ser usada para descobrir uma tendência relativa. Quando uma variável econômica e social é usada como

indicador, não são esses dados o resultado mais significativo, mas, sim, o que eles apontam como tendência (KAO; LIU, 1984).

Pode-se dizer que os indicadores sociais são ferramentas de empoderamento da população e de encaminhamento das atividades públicas; em ambas as situações, sua missão é retratar os fenômenos que, na maior parte das vezes, são complexos. De tal modo, é imprescindível estudá-los, para que os indicadores exerçam suas finalidades.

Para um indicador dispor de medidas sensíveis, ele deve permitir mudanças tão facilmente quanto mudam as circunstâncias que o compõem. Melhor explicando, um indicador é sensível se for capaz de refletir mudanças significativas em momentos que as condições que afetam a dimensão social em estudo se alterarem. Ao realizar a avaliação do impacto de um programa social, é preciso verificar qual indicador responde mais às mudanças implementadas na realidade social.

Um indicador pode não apresentar mudanças estatisticamente significativas após a aplicação de políticas públicas não somente porque não houve melhora nas condições de vida da população, mas, talvez, porque ele não possui sensibilidade suficiente para avaliação do tópico em estudo.

#### **4.4.1 O desenvolvimento com foco na abordagem das capacitações**

A teoria da Abordagem das Capacitações remete à compreensão de vida boa proposta por Aristóteles, que busca a ordenação de bens e serviços, garantindo ciclo de vida completo e decente dentro de um contexto social. Segundo Gasper (2004), na visão aristotélica, a boa vida era principalmente orientada para a atividade e não para os fins do Estado. A repartição política pondera que o seu funcionamento está fundamentado na distribuição justa das capacitações, que, ao lado dos funcionamentos, assumem importância vital nos contextos dos arranjos políticos. Gasper também conceitua que, como os seres humanos são animais sociais, a definição completa da vida boa era específica e dentro de um modo de vida da sociedade em particular. As personalidades, mentalidades e desejos das pessoas são parcialmente determinados pelo seu caminho de vida (GASPER, 2004).

Sen e Nussbaum (2002) partilham das teorias e da relevância imposta às liberdades políticas e às capacitações, que são fundamentais do ponto de vista tanto individual quanto coletivo. O desenvolvimento econômico, segundo Fukuda-Parr (2002), não era um fim e, sim, um meio de atingir tais objetivos. A inquietação com o bem-estar de todas as pessoas ressalta a

justiça como o fundamental objetivo político, que demanda acompanhamento de progresso não somente em termos de média, mas por meio de avaliações de privação e distribuição.

Sen (2002), baseando-se na teoria de Aristóteles, diz que a renda é uma maneira imprópria de julgar o desenvolvimento, uma vez que a riqueza não é o bem que se busca, pois ela é simplesmente útil e serventia de algum outro bem ou serviço. Amartya Sen apoia a ideia de que se fundamenta nas pessoas e na vida que estas possam verdadeiramente levar e não em um sistema autorreferente, remoto e incompreensível para a maioria dos indivíduos. O valor do bem-estar, das experiências e das realizações humanas é insubstituível, assim como não sendo permutável pelas instituições e pela ordem normativa operante (OLIVEIRA; DOS SANTOS, 2017). A prosperidade individual não é algo que se valoriza em si mesmo, pois ela também não serve sistematicamente como bom indicador do tipo de vida que se pode atingir. Segundo esse autor, um indivíduo com graves problemas de saúde não pode ser considerado mais desenvolvido apenas porque tem fortuna maior do que a de seu vizinho forte e sadio (SEN, 2011).

A abordagem da capacidade proposta por Amartya Sen está atrelada à liberdade substantiva que ela atribui ao indivíduo a opção de fazer diferentes coisas que ele valoriza: “[...] escolher pode em si ser uma parte valiosa do viver, e uma vida de escolha genuína com opções representativas pode ser concebida como mais rica” (SEN, 2001, p. 81). Assim, esse olhar se centraliza nas vidas humanas e não somente nos recursos que as pessoas têm, ao sugerir um deslocamento essencial do foco de atenção, alterando as análises dos meios de vida para as possibilidades reais de um indivíduo. O enfoque das capacidades busca uma transformação drástica das abordagens avaliativas padrão amplamente utilizadas em Economia e Ciências Sociais (SEN, 2011).

Segundo Barden (2009), as escolhas pessoais refletem nas realizações, ao mesmo tempo que as opções de escolha conjecturam a liberdade para realizar, escolher e fazer as combinações alternativas de ações. As escolhas podem alternar em relação a meios considerados básicos, como estar saudável e estar bem nutrido, até sugestões mais complexas, como a possibilidade de se destacar em uma sociedade e ter respeito próprio. Portanto, para se ter um padrão mais justo na estimativa do desenvolvimento, Sen (2000) afirma que a escolha dos pesos em um processo de avaliação é determinante, uma vez que incide na escolha entre tecnocracia e democracia, sendo a mensuração arrazoada o meio de avaliação que apresenta os melhores resultados.

Segundo Fukuda-Parr (2002), Amartya Sen teve papel determinante na estruturação do conceito de desenvolvimento, desde o início dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDHs), em 1990, e foi peça fundamental na evolução deste importante indicador. Segundo essa autora, os relatórios utilizaram a abordagem de Sen sobre a capacidade como uma base conceitual, no seu diagnóstico dos desafios do desenvolvimento contemporâneo. Esses relatórios vêm promovendo um modelo diferenciado de desenvolvimento, sendo a abordagem de desenvolvimento humano (ADH) empregada para auxiliar nas escolhas de políticas públicas em diversas áreas, da redução da pobreza ao desenvolvimento sustentável, gênero, globalização e governança.

#### **4.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**

O desenvolvimento econômico sempre mereceu destaque entre os economistas e, assim, a ciência econômica tem buscado entender os padrões de desenvolvimento entre países e regiões, uma vez que alterações constantes nas taxas de crescimento acarretam, no longo prazo, a surpreendente desigualdade no bem-estar da população (SCARPIN; SLOMSKI, 2007). “As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e também internamente, de geração para geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas” (ENGELS, 1979, p. 127). Para tanto, é imprescindível conhecer e explorar novos meios para resolver problemas, diminuir perdas ou realizar ações para alcançar pactos governamentais (KAYANO; CALDAS, 2002).

Campos et al. (2011) atestam que o desenvolvimento humano tem sido um conceito em evolução que, embora indicando uma abordagem, uma maneira de olhar para o homem, para a sociedade e as metas de relações econômicas, sociais e políticas se tornou um direito do cidadão que integra novas expectativas. Um aspecto central do desenvolvimento humano é um modelo que inclui, no seu interior, uma forma de entender a qualidade de vida dos indivíduos, de seus direitos e suas realizações, juntamente com a interpretação da sociedade para regular as relações entre os cidadãos na comunidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida-resumo do desenvolvimento humano de um país em três dimensões básicas: longevidade, educação e renda. Pesquisas elucidam que as três dimensões do IDH devem estar atreladas a uma vida longa e saudável, medida pela expectativa de vida; ao conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada com a educação básica, o ensino médio e o ensino superior; e, finalmente, a um nível de vida digno, medido pelo PIB

*per capita* (FUKUDA-PARR, 2003). O IDH-M é uma adequação do IDH, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP) e seus colaboradores, pois trata de um índice que propõe representar e aferir o grau de qualidade de vida e o desenvolvimento econômico dos municípios de determinada região, tendo como base as dimensões Renda, Longevidade e Educação, que são as mesmas consideradas no cálculo do IDH. Porém, como o IDH-M se aplica às cidades, alguns dos indicadores empregados nas dimensões Educação e Renda diferem dos computados no cálculo do IDH. Assim, o IDH-M não é comparável ao IDH, mesmo quando os dois índices fazem referência à mesma unidade geográfica e ao mesmo ano.

#### **4.4.3 O desenvolvimento humano segundo Mahbub Ul Haq**

O desenvolvimento humano não é um produto novo; vem dos primórdios dos pensamentos políticos e econômicos. Segundo Ul Haq (1995), a ideia de que envolve os arranjos sociais buscando promover o bem-estar humano é encontrada nos pensamentos de Aristóteles (384-322 a.C.). Ele demonstrava que a riqueza não é, claramente, o bem mais procurado, pois a renda é meramente utilizada em função de algo mais. Aristóteles também caracterizava um arranjo político pelos seus sucessos e fracassos em permitir a população desfrutar de uma vida próspera. Depois de várias décadas de desenvolvimento das sociedades, Ul Haq (1995) destaca que as pessoas são os meios e o fim do desenvolvimento econômico.

O foco do desenvolvimento é desenvolver as escolhas individuais. As pessoas repetidamente buscam realizações que não procedem, pelo menos imediatamente, em renda ou crescimento econômico. Outras realizações são necessárias, como: mais acesso à educação, melhor nutrição e melhores condições de saúde, uma subsistência garantida, segurança pública, horas satisfatórias de lazer, liberdade política e cultural e um sentimento de participação nas atividades sociais. O objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente que permita às pessoas usufruir de uma vida longa, saudável e criativa. O capital financeiro tomou o centro dos estudos sobre desenvolvimento humano, com a exclusão de muitos outros fatores de produção. Contudo, o capital humano não é medido quantitativa nem qualitativamente. Tampouco não recebe a atenção que merece, e muitas localidades, apesar da fartura de capital financeiro, não se conseguiram desenvolver como sociedade (UL HAQ, 1995).

A grande diferença entre a escola do crescimento econômico e a do desenvolvimento humano é que a primeira se dedica unicamente à expansão da renda, enquanto a segunda envolve a extensão de todas as escolhas humanas: econômicas, políticas, culturais e sociais. Alguns defensores da teoria do desenvolvimento podem alegar que o aumento da renda pode

expandir as outras escolhas também. Contudo, Ul Haq (1995) afirma que isso não é fundamentalmente verdadeiro, por um grande número de razões. Segundo esse autor, a renda geralmente é desigualmente distribuída em uma sociedade. Pessoas sem renda ou com baixa renda terão escolhas bastante restritas. Conseqüentemente, em muitas sociedades o crescimento econômico não chega aos mais pobres. Todavia, Ul Haq (1995) destaca um motivo ainda mais importante, que faz que a expansão da renda não amplia as alternativas humanas. E isso tem a ver com as prioridades nacionais, instituídas pela sociedade ou pelo poder público, um modelo elitista ou equitativo de desenvolvimento, autoritarismo político ou democracia política, uma economia de comando ou o desenvolvimento participativo.

É inegável que tais características constituem uma diferença substantiva. Contudo, a ampliação de renda pode se converter em menor satisfação humana em um cenário político de opressão, ou em um ambiente sem cultura, do que em um contexto econômico e político mais liberal. Não há relação espontânea entre renda e vidas humanas (UL HAQ, 1995).

Segundo Ul Haq (1995), qualquer indicador que valorize uma arma de fogo muito mais do que uma garrafa de leite tem sua relevância questionada quando se trata da mensuração do desenvolvimento humano. Assim, não é nenhuma surpresa que, desde a divulgação das contas públicas, houve grande insatisfação com a utilização do PIB como medida de bem-estar. O referido indicador reflete os preços do mercado em termos monetários. Esses dados indicam o poder econômico e de compra predominante na nação, mas eles são omissos quanto à distribuição, caráter ou qualidade de crescimento econômico. O PIB também não considera as atividades não monetárias, como trabalho doméstico, agricultura de subsistência, serviços voluntários. E o mais grave, o PIB é unidimensional: ele não consegue capturar o cultural, o social, a política e muitos outros atributos que fazem parte das realizações pessoais.

Para equacionar o problema dos indicadores unidimensionais, surgia então o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) envolvendo escolhas sociais e econômicas. Ul Haq (1995) diz que um erro no passado foi a utilização de índices independentes para mensurar o progresso econômico (PIB) e para o progresso social, como o índice de qualidade de vida (IQV). Tal formulação perde a sinergia entre o desenvolvimento social e o econômico. O crescimento econômico aumenta os recursos e as opções disponíveis para o bem-estar social. E o desenvolvimento social cria um ambiente favorável para o crescimento econômico. Portanto, o progresso das nações e dos indivíduos deve ser avaliado em ambas as frentes, não separadamente. Esse raciocínio incluiu a inclusão de renda real, bem como a expectativa de



vida e a escolaridade na construção do IDH. A fusão de indicadores econômicos e sociais é um dos principais pontos fortes do IDH (UL HAQ, 1995).

#### 4.4.4 Diferenças percebidas entre o IDH e o IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano regional inclui fatores relacionados a longevidade, saúde e educação, sendo esta determinada em âmbitos institucional e social e caracterizada por colaborar para o desenvolvimento regional de forma singular em cada região. Repensar os assuntos conceituais do desenvolvimento e da educação permite ponderações a propósito da procura de um novo modelo de desenvolvimento, que agregue o crescimento da produção com a melhora na repartição e utilização dos bens e serviços, em um compasso que contribua para a melhoria da qualidade de vida e da educação (SILVA et al., 2014).

De acordo com o PNUD (2013), a ideia de que desenvolvimento não se abrevia do ponto de vista do crescimento econômico, mas, sim, promove a comparação entre locais, gerando mais informações no debate de políticas e incitando a procura por melhores desempenhos socioeconômicos entre os municípios e as regiões do Brasil. O índice não envolve todos os aspectos de desenvolvimento humano e não é uma reprodução da "felicidade" dos indivíduos e nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver", mas resume as mais importantes dimensões do desenvolvimento humano.

O IDHM é um ajuste da metodologia do IDH em nível municipal. Os dois índices possuem as dimensões Saúde, Educação e Renda, mas alguns dos indicadores aplicados para retratar essas dimensões diferem, como apresentado no Quadro 2, que mostra a diferença entre o IDH Global e o IDHM nas suas três dimensões.

**Quadro 02:** Diferença ente o IDH e IDHM

		LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
			População Adulta	População Jovem	
IDH Global		Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar do ano de 2005 como referência.
IDHM Brasil		Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo	5-6 na escola 11-13 nos anos finais do fundamental 15-17 com fundamental	Renda mensal per capita (em R\$ ago/2010)

				completo 18-20 com médio completo	
--	--	--	--	---	--

Fonte: PNUD (2013), adaptado pelo autor

Ao compreender que o desenvolvimento humano indica a realização de uma vida digna, por meio da expansão das liberdades e dos direitos, é necessário ter consciência de que isso é conseguido através da socialização, educação, vida cívica, produtividade científica e execução de políticas públicas. De acordo com Caleiro (2010), a educação é o processo que permite transformar a potencialidade de cada criança em competências, sendo essencial no processo de desenvolvimento humano.

O Brasil foi um dos precursores em adaptar o IDH ao nível municipal em 1998. Desde então, vários países vêm estabelecendo seus próprios índices municipais, ajustando a metodologia do IDH Global às necessidades locais. É importante observar que, ao adaptar o IDH ao nível nacional, os números podem variar. De acordo com as diretrizes dos documentos globais sobre desenvolvimento humano do PNUD, a escolha dos indicadores empregados necessita ser baseada na disponibilidade de dados subnacionais e na contextualização com as realidades locais (PNUD, 2013). Ao conservar as três dimensões, garante-se que o índice instituído conserve a padronização do IDH e as adaptações metodológicas admitem maior aprimoramento do índice municipal.

#### 4.4.5 Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal

As faixas de Desenvolvimento Humano Municipal não adotam as faixas do IDH Global. Elas foram ajustadas para contextualizar melhor a realidade brasileira. Conforme o Quadro 3, as faixas do IDHM são desmembradas em Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto Desenvolvimento Humano.

**Quadro 03:** Faixas IDHM Brasileiro

IDHM	
Muito baixo	0 – 0,499
Baixo	0,500-0,599
Médio	0,600 - 0,699
Alto	0,700 - 0,799
Muito alto	0,800 e 1

Fonte: Adaptado Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2013

Assim, para o IDHM, as faixas foram subdivididas em cinco, e a faixa "Muito Baixo" do IDHM combina, de modo geral, com a faixa "Baixo" do IDH Global. E as faixas "Alto" e

"Muito Alto" concordam com as mesmas faixas do IDH Global. As faixas "Baixo" e "Médio" distinguem as localidades brasileiras classificadas entre 0,500 e 0,699, de forma a observar as diferenças e reconhecer os valores de municípios, UFs, regiões metropolitanas e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), que estão mais próximos de "Alto" Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013).

A importância do índice consiste no fato de indicar o acesso da população local a serviços, como a educação. Conforme dados da Fundação João Pinheiro (FJP) (1998), o IDH-M admite, entre outras atuações, examinar onde políticas públicas e ações da sociedade foram bem-sucedidas ou não e destaca a importância capital da educação para a evolução do índice.

#### **4.4.6 Índice de Desenvolvimento Humano, dimensão Educação**

A dimensão Educação do IDHM constitui o parâmetro a ser utilizado neste estudo, pois através dele é possível mapear a atual situação do Estado de Minas Gerais nessa importante variável que mede o desenvolvimento local e apresenta o retrato educacional de cada município mineiro. Igualmente como no IDH global, o IDHM-Educação é uma conciliação de duas referências: um indicador provê dados sobre a condição educacional da população adulta e um indicativo da população em idade escolar (jovens). Todavia, as variáveis são diferentes. No indicador da população adulta, a média de anos de estudo de indivíduos de 25 anos ou mais, tal como é calculado no IDH Global, não pode ser obtida das informações do Censo 2010 e foi substituída pela dimensão da população adulta de 18 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental (PNUD, 2013).

Esse número permite adequada estimativa do nível de deficiência da população adulta em relação à escolaridade considerada básica (nível fundamental). Nos dados da população jovem, o método aplicado pelo IDH Global a partir de 2010 à expectativa de anos na educação é um conceito de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência, e inclui o ensino superior. A adequação do IDHM para o contexto nacional e municipal foi elaborada com uma combinação de quatro indicadores que permitem examinar até que ponto as crianças e os jovens estão frequentando e concluindo determinados ciclos da escola (PNUD, 2013).

O subíndice resultante refere-se à trajetória escolar da população jovem, sendo a média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola; do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano); do percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo; e percentual de jovens de 18 a 20 anos de idade, com ensino médio completo (PNUD, 2013).

#### **4.4.7 Índice de Desenvolvimento Familiar**

Não é trabalho fácil criar indicadores que avaliem, de maneira clara e precisa, o desenvolvimento social e a pobreza. Conforme Fontes de Andrade e Pereira Dias (2009), a avaliação da pobreza apresenta conceitos multidimensionais que não podem ser resumidos a características unicasais em seu conteúdo: (...) “para avaliar se o nível de desenvolvimento social de um país melhorou ou não, é preciso saber o que se passou com as dimensões e indicadores considerados mais relevantes pela sociedade” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003, p. 5).

Diferentes autores assinalam o uso de índices sintéticos como a maneira de extrapolar o entendimento de pobreza simplesmente como insuficiência de renda. Esse fato fomenta uma pluralidade de aspectos, revelando-se como abertura para influenciar a formulação de políticas públicas e estabelecendo condições para procurar caminhos para o equacionamento de diferenças apontadas (POCHMANN; AMORIM, 2004).

Os alcances e as deficiências de um indicador estão intimamente ligados às propriedades almeçadas. Consequentemente, quanto maior essa conexão, maior a amplitude do indicador e vice-versa. Segundo Francelino (2012), o IDF procura aferir aspectos da realidade que são particulares e qualitativos. Desse modo, por se fazer referência a fatos concretos e a entes empíricos da realidade social, sendo estabelecido por meio de estatísticas públicas disponíveis, pode-se considerar o IDF como indicador objetivo. Esse autor ainda destaca que esse índice é descritivo, pois apresenta características e aspectos da realidade local, embora, em segundo plano, também inclua conceitos normativos, de juízo de valor a respeito da situação social do objeto estudado.

O Índice de Desenvolvimento da Família surge para ser um indicador sintético de pobreza, baseando-se em uma metodologia de mensuração similar à empregada na construção do IDH. Entretanto, apesar de utilizarem o mesmo método de avaliação, Barros, Carvalho e Mendonça (2003) buscam superar algumas deficiências apresentadas no IDH. Uma delas trata da desagregabilidade, que se refere à unidade mínima de análise para a qual se pode obter o indicador sintético. Francelino (2012) complementa afirmando que, devido à complexidade metodológica, o indicador é composto ou sintético, tendo em vista que seu método de cálculo possui seis dimensões para ponderar o desenvolvimento social das famílias. Contudo, mesmo o IDF sendo um índice composto, apresenta objetividade e poder de síntese, possibilitando a orientação de políticas públicas.

A criação do IDF nasceu da necessidade de se ter um índice que, além de considerar algumas dimensões da pobreza como o IDH, pudesse ser concebido para cada família particularmente. O IDF possibilita avaliar o nível de desenvolvimento de uma família, assim como acrescentar dados sobre o grau de desenvolvimento de bairros, municípios, Estados e países, podendo ser empregado tanto em análises individuais (entre famílias) quanto em nível agregado, comparações entre regiões ou grupos demográficos (FRANCELINO, 2012).

Os criadores do IDF empregaram os conceitos da abordagem multidimensional, utilizando a análise de pobreza sob a perspectiva das necessidades básicas e das capacitações, para desenvolver um índice multidimensional de pobreza familiar, fundamentado nas informações do IBGE. Barros, Carvalho e Franco (2003) consideram que uma das grandes vantagens do IDF é a possibilidade de desmembrar os dados e, de tal maneira, seria possível dimensioná-los para distintos grupos demográficos.

Oliveira e Loureiro (2010) aferiram que o IDH, devido à maneira como trata os dados, tem na unidade geográfica sua unidade básica de avaliação. Conseqüentemente, na mensuração do IDH, primeiro se agregam espacialmente os dados sobre as famílias de determinada área. Já o IDF, por ter a família como a unidade básica de análise, emprega uma metodologia de agregação diferente. Primeiramente, agrupam-se os dados temáticos, e posteriormente acontece a associação espacial, possibilitando que esse índice seja aditivamente agregável. Os autores ainda destacam que, em termos de agregabilidade, o IDF representa uma evolução em relação ao IDH. Enquanto o IDH de um país não pode ser alcançado com a média ponderada dos IDHs dos Estados que o compõem, o IDF de um país pode ser calculado pela média ponderada dos respectivos valores estaduais.

As seis dimensões do IDF se relacionam em uma conexão de causalidade que pode ser observada de maneira aproximada na Figura 2.

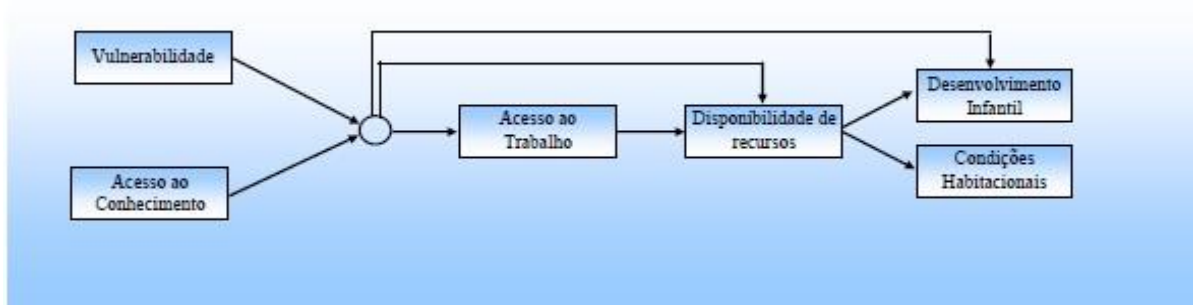


Figura 02: Diagrama do IDF

Fonte: Barros et al 2009, Texto para discussão nº 1414, IPEA.

O IDF pode usar tanto os dados do Censo Demográfico do IBGE quanto da PNAD, sendo feitos ajustes periódicos para assegurar a qualidade dos dados levantados. Já o IDF tem pouco mais de uma década de existência, podendo ser objeto de discórdias e readequações por parte dos pesquisadores. O IDF sobressai-se por ser quantitativo e ter a prerrogativa de utilizar dados disponíveis, o que viabiliza a sua obtenção a custos factíveis. Outra característica marcante está na viabilidade de atualização dos dados, possibilitando a construção de séries históricas (FRANCELINO, 2012).

Portanto, no entendimento do IDF, as dimensões Ausência de Vulnerabilidade e Acesso ao Conhecimento possibilitam conhecer a situação de cada família e, posteriormente, permitem, com as variáveis acesso ao trabalho e a disponibilidade de recursos, conhecer os meios que cada família dispõe para suprir as suas necessidades básicas e, finalmente, as variáveis que induzem o desenvolvimento infantil. E as condições habitacionais adequadas retratam a situação de bem-estar e de preocupação com o desenvolvimento dos mais jovens. Essa transparência metodológica promove a tomada de decisões técnicas pelos gestores públicos e possibilita a compreensão delas por parte da população (FRANCELINO, 2012).

Najar et al. (2008) afirmaram que o IDF é capaz de absorver e refletir a melhora no nível de desenvolvimento das famílias decorrentes da adoção de políticas públicas eficientes na educação, na saúde e na disponibilidade de recursos propiciada pela estabilização monetária. Porém, tal sensibilidade pode ser comprometida pela ausência de variáveis em algumas dimensões.

O IDF, conforme a metodologia desenvolvida por Barros et al. (2003), é formado por seis dimensões, quais sejam: a) Ausência de vulnerabilidade, b) Acesso ao conhecimento, c) Acesso ao trabalho, d) Disponibilidade de recurso, e) Desenvolvimento infantil e f) Condições habitacionais. Nas suas seis dimensões do IDF, nota-se que há uma divisão entre as que constituem o acesso aos meios indispensáveis para as famílias satisfazerem suas necessidades e as que representam a satisfação efetiva de tais necessidades. A vantagem de um indicador sintético para uma sociedade é enorme, uma vez que é possível acompanhar o cumprimento das metas das políticas públicas e dos programas sociais, permitindo a avaliação dos resultados alcançados.

Fato importante destacado por Carvalho et al. (2007) é que o IDF permite que os indicadores sejam excluídos ou incluídos e que podem ser atribuídos pesos distintos a cada

item, permanecendo isso na dependência do que se almeja estudar. No Quadro 4 são apresentadas resumidamente as 12 características, cuja avaliação de aderência pontua o alcance e os entraves do IDF.

**Quadro 04:** Avaliação da aderência do Índice de Desenvolvimento Familiar às propriedades desejáveis.

<b>PROPRIEDADES</b>	<b>IDF*</b>
Relevância social	+ + +
Validade do Construto	+ + +
Confiabilidade	+ +
Grau de Cobertura	
Com dados do IBGE	+ + +
Com dados da PNAD	+ +
Especificidade	+ + +
Sensibilidade	+ +
Comunicabilidade	+ + +
Inteligibilidade	+ + +
Periodicidade	
Com dados do IBGE	+ + +
Com dados da PNAD	+ +
Custos factíveis	+ + +
Desagregabilidade	+ + +
Historicidade	+ +

\*Atribuído:       + - pouca aderência;  
                       + + - média aderência;  
                       + + + - alta aderência.

Fonte: Francelino (2012)

Segundo Francelino (2012), as dimensões do IDF coletam, tratam e disponibilizam informações sobre os efeitos e mudanças resultantes das ações e programas sociais desenvolvidos. Esses dados são avaliados e consolidados subsidiando os gestores e formuladores das políticas sociais nas tomadas de decisão e implementação de melhorias. Ao mesmo tempo, o uso do IDF como instrumento de monitoramento e avaliação das ações de assistência social proporciona a identificação de situações de alerta e oportunidades, sendo possível fazer intervenções planejadas para o aperfeiçoamento das ações e programas.

Por ter sido criado a partir do IDH, o IDF é caracterizado como indicador de terceira geração. Contudo, apesar do aumento das dimensões na tentativa de focalizar mais aspectos atrelados às condições sociais e econômicas, Francelino (2012) destaca algumas limitações, como: a falta de dimensões que retratam as condições de saúde e segurança alimentar; a ausência de uma variável na dimensão Ausência de Vulnerabilidade que identifique a presença

de pessoas com deficiência; e as variáveis utilizadas na dimensão Acesso ao Trabalho não são compassivas para verificar a situação de aposentadoria e pensão de idosos.

Mesmo com suas limitações, o IDF, índice sintético desenvolvido pelo IPEA, objetiva facilitar e subsidiar o procedimento de tomada de decisão, controle, monitoramento e avaliação de programas sociais e políticas públicas, buscando avaliar o desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, mostrar o caráter multidimensional da pobreza. Os dados provenientes do IDF permitem ao gestor público formular programas e ações específicas para atender às dimensões mais críticas, o que favorece o avanço dos serviços observados por tal dimensão ou determinando a transferência de renda de modo mais apropriado, gerando o bem-estar social e, conseqüentemente, alcançando o desenvolvimento.

#### **4.5 Definições de políticas públicas**

A diversidade entre os sujeitos faz que a vida em sociedade seja extremamente complexa e cercada de conflitos, os quais necessitam ser administrados pelo Estado, através de políticas públicas, para que haja diminuição destes e, por conseguinte, desenvolvimento de local justo.

Nos países de língua latina, os termos que caracterizam as ciências políticas são confusos e competem vários significados, como o termo política, que pode ostentar duas conotações básicas em países de língua inglesa: *politics* e *policy* (SECCHI, 2012). *Politics*, no entendimento de Barreto (2003), representa a arte ou a ciência de governar, enquanto *policy* diz respeito ao conjunto de procedimentos para a execução de uma ação.

Cavalcanti (2007) garante que, na língua inglesa, existem termos particulares que são empregados para referir os diferentes aspectos ou dimensões que são pertinentes ao que é denominado política, como os termos *polity*, *politics* e *policy*. Mesmo que exista analogia de causa e efeito entre os significados dos termos *polity* e *politics*, podem ser enxergados como aspectos da *policy* (política pública).

Bazua e Valenti (1993) também conceituam os termos definindo que política (*politics*) acena ao discurso político que está na retaguarda da *policy* (política pública). E a *policy* propriamente dita é o discurso técnico da política pública (*public policy*) e está conexo com a maneira como se podem atingir os objetivos do Estado. A *policy* pauta-se, então, na dimensão Técnico-Prescritiva das Decisões.

Embora os conceitos de política e de políticas públicas sejam distintos, Parada (2006) considera que esses conceitos se influenciam devido ao fato de estarem conectados ao poder



social. Política é um conceito extenso em analogia ao poder em geral, enquanto políticas públicas abrangem soluções específicas sobre a forma de gerir os assuntos públicos.

No Quadro 5, apresenta-se, resumidamente, a definição de vários autores sobre a política pública.

**Quadro 05:** Conceitos de políticas públicas

<b>AUTOR</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
<b>Easton (1953)</b>	Políticas públicas como uma série de decisões e ações que distribuem de forma imperativa os valores na sociedade.
<b>Hecló e Wildavsky (1974)</b>	Uma política pública é uma ação governamental destinada a alcançar objetivos fora dela.
<b>Anderson (1984)</b>	A política é o curso de ação intencional que um ator ou grupo de atores segue ao lidar com um problema ou questão de interesse. O conceito de política presta atenção ao que realmente é feito e realizado, mais do que o proposto e o que é desejado. Distingue também a política de uma decisão, que é a mera escolha de alternativas.
<b>Peters (1986)</b>	Uma política pública é a soma das atividades dos governos, seja por ação direta, seja por meio de agentes na medida em que tem influência na vida dos cidadãos.
<b>Dye (1992)</b>	Política pública é uma decisão puramente caracterizada por uma conduta consistente. É tudo aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer.
<b>Subirats (1994)</b>	Geralmente, inclui um conjunto de decisões relacionadas a uma variedade de circunstâncias, pessoas, grupos e organizações. O processo de elaboração e a implementação desta política ocorrem em um determinado período de tempo e podem envolver a existência de vários sub-processos.
<b>Aguilar Villanueva (1996)</b>	Uma política é em duplo sentido um curso de ação: é o curso de ação deliberadamente projetado e o curso de ação efetivamente seguido, não só o que o governo diz e quer fazer. Também o que realmente faz e atinge, por si só ou em interação com atores políticos e sociais, além de suas intenções. Por um lado, a política que é decidida e quer ser realizada é basicamente um conjunto de ações mais ou menos inter-relacionadas, que, com base nos recursos com os quais os atores contam, os meios que eles usam e as regras que se seguem, é considerado ideal e eficaz para realizar o estado de coisas preferido.
<b>Albi (2000)</b>	As políticas públicas têm procedimentos de aplicação complexas e se desenvolvem ao longo do tempo, dentro de uma realidade social, desde a tomada de decisão até a execução, podem apresentar complicações que comprometem a eficiência e a equidade necessárias para o bem-estar social.
<b>Larrue (2000)</b>	Uma concatenação de atividades, decisões ou medidas coerentes, pelo menos em sua intenção, e tomadas principalmente pelos atores do sistema político-administrativo de um país com o objetivo de resolver problemas coletivos.

Fonte: Adaptado de Cavalcanti (2007).

Cavalcanti (2007) admite que correntes ou abordagens têm a finalidade de conhecer as práticas e resultados subjacentes às políticas públicas, sendo eles o enfoque de análise de políticas e de avaliação de políticas. O enfoque de análise de políticas nasce na interconexão entre as áreas de Ciência Política e de Administração Pública, partindo do entendimento do conceito de *policy process* ou *policy making process*. Segundo essa autora, a análise de políticas

abrange desde o procedimento de formulação das políticas públicas até a constatação de seus resultados, passando pela fase de implementação. Já o enfoque de avaliação de políticas foca na ação governamental, com destaque para a mensuração dos efeitos e impactos da política, isto é, sem maior detalhamento da avaliação de políticas públicas, limitando-se ao exame do resultado da política.

A avaliação de políticas tem como principal fundamento lançar um juízo de valor acerca daquilo que foi programado anteriormente e do resultado. Sobre a análise de políticas, Figueiredo e Figueiredo (1986, p. 107) registram que “os cientistas políticos têm se preocupado, essencial e tradicionalmente, em estudar como as decisões são tomadas: que fatores influenciam o processo de tomada de decisão e as características desse processo”. De forma resumida, as definições apresentadas por Cavalcanti (2007) sintetizam as várias definições de políticas públicas, ponderando as especificidades de cada idioma. Em termos gerais, a palavra política (*polity*) é empregada para fazer referência à “organização política de um grupo, governo ou sociedade ou a uma sociedade organizada, como uma nação, que tem uma forma específica de governo” (CAVALCANTI, 2007, p. 18). Segundo essa mesma autora, o termo política (*politics*) é um conjunto de processos formais e informais que destacam relações de poder que se propõem à solução dos conflitos relacionados aos bens públicos e políticas públicas (*policy public, policies*), que “podem ser *outputs*, da atividade política (*politics*) e compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores” (CAVALCANTI, 2007, p. 18).

Enfim, conhecer sobre políticas públicas e entender as relações entre Estado e sociedade é decisivo para verificar os resultados que ela irá alcançar. Além dos modelos e ferramentas de avaliação de programas, projetos e também de políticas públicas, é essencial referir-se às políticas fundamentais garantidas pela Carta Magna, entendidas como o “Estado em ação”. Gobert Muller (2007) reconhece que esse elemento representa o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para áreas específicas da sociedade. Höfling (2001) complementa dizendo que o Estado não pode ser reduzido à burocracia pública. As políticas públicas, especialmente as políticas sociais, dizem respeito a atos que produzem o padrão de proteção social praticado pelo Estado, destinados, em princípio, ao remanejamento dos benefícios sociais, tendendo diminuir as disparidades estruturais produzidas pelo progresso socioeconômico.

Assim, a educação pode ser entendida como política pública social, de responsabilidade do Estado, mas não arquitetada exclusivamente por seus órgãos. Segundo Höfling (2001), as

políticas sociais e a educação são meios de intervenção do Estado, buscando a conservação das relações sociais de determinada sociedade. Esse processo pressupõe os conflitos de interesses e os arranjos elaborados nas esferas de poder que passam das instituições do Estado para a sociedade em geral. Essa autora ainda reitera que as políticas sociais devem considerar prioritariamente como sua função de atender toda a sociedade, não favorecendo os interesses dos grupos possuidores do poder econômico, mas estabelecer como prioridade os programas de ação universalizantes, que permitam a inclusão de conquistas sociais dos indivíduos menos favorecidos, de forma a reverter o desequilíbrio social.

Corroborando o exposto, Gupta, Verhoeven e Tiongson (2002) defendem a visão de que os gestores públicos devem se interessar pelo arranjo dos gastos públicos, confiando que os gastos com educação e saúde podem acelerar o desenvolvimento econômico, gerar a igualdade de renda e reduzir a desigualdade, estando inversamente correlacionados com os índices de corrupção.

Souza et al. (2010) observam o papel relevante e expressivo que os municípios assumiram no provimento da educação na Administração Pública brasileira. Corroborando esses autores, Brião (2006) alega que a descentralização das receitas ao lado da divisão de responsabilidade dos gastos públicos entre as esferas públicas, sobretudo em relação aos municípios, é particularidade do federalismo fiscal promulgado na Constituição de 1988. Assim, cada vez mais compete ao governo local assumir e definir suas políticas públicas, especialmente quando se refere ao provimento dos serviços educacionais. Will (2014) afirma que os programas sociais, principalmente de educação, na maioria das vezes têm muita influência no desenvolvimento humano; logo, a ampliação dos gastos do governo nesses programas deverá ocasionar melhores resultados sociais. Corroborando essa proposição, Andrade et al. (2011) reconhecem que os gastos com políticas públicas educacionais, zelando pelo controle e transparência, precisam ter como finalidade o avanço dos níveis educacionais da sociedade e, como decorrência, o desenvolvimento de toda a nação.

A importância de pesquisar os efeitos da eficiência nos gastos públicos merece atenção devido ao fato de que, não necessariamente, a maior aplicação de recursos reflete em qualidade (JANNUZZI, 2004). Corroborando esse autor, Will (2014) apresenta o mesmo raciocínio, relatando que a função da gestão pública é demonstrada pelos resultados. Além disso, ocorre avanço no nível de transparência da informação a partir do momento que é consentido à população ter percepção maior sobre o impacto das políticas públicas realizadas e o volume de recursos empregados para tal. Seguindo esse raciocínio, Rezende, Cunha e Bevilacqua (2010)

asseguram que o conhecimento sobre a quantidade de recursos utilizados pelo governo para o fornecimento de bens e serviços não é o suficiente, pois o importante é ter conhecimento do efeito gerado por esses gastos e se o resultado poderia ser obtido com menores custos para a sociedade. Especialmente em termos do Estado de Minas Gerais, registram-se aspectos extremamente desiguais. Dessa forma, a política educacional precisa cumprir enorme papel, ao mesmo tempo, em relação à democratização do acesso e à formação do cidadão, no tocante a tornar as famílias competitivas diante do mercado globalizado (SILVA, 2013).

#### **4.5.1 Famílias e políticas públicas**

Durante séculos, a educação dos filhos era compromisso intrínseco à família, pois, segundo Paschoal e Machado (2009), era na convivência com os adultos e outras crianças que ela se inseria nos costumes e se aprendiam as normas e regras da sua cultura. Desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal Brasileira, as crianças têm a oportunidade e dever de frequentar as escolas, que são ambientes de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura, por intermédio de múltiplas interações com seus pares e adultos.

As famílias são fundamentais na formação do indivíduo, estando o sucesso escolar atrelado, em grande parte, ao apoio direto e metódico da família, que investe nos filhos e pondera tantos problemas individuais quanto deficiências escolares. Conforme De Carvalho (2000), quanto maior o envolvimento, maior o aproveitamento e menor a evasão escolar, e quanto mais participação dos pais na escola, melhores tendem a ser esses estabelecimentos de ensino. A educação é basicamente um método social presente tanto no seio familiar quanto em outros espaços e períodos da construção da personalidade do cidadão. Dessa forma, à educação escolar, elemento de políticas públicas, compete papel especial nos processos de fundamentação do desenvolvimento local.

O resultado da relação famílias e políticas públicas educacionais vem ganhando destaque em várias pesquisas sobre o tema. Buscando problematizar sociologicamente a educação, Resende e Silva (2016) e Romanelli, Nogueira e Zago (2013) destacam a sua importância e seus impactos sociais, principalmente, nos últimos anos do século XX. Considerando que cada família tem suas peculiaridades oriundas do meio em que está inserida, Resende e Silva (2016) ressaltam a importância de compreender a relação família-escola não como cooperação, prestação de serviço ou meramente aproximação. Segundo eles, essa relação deve ser um elo forte entre essas duas importantes instâncias, como também destaca Perrenoud (2001, p. 30): “família e escola são duas instituições condenadas a cooperar numa sociedade escolarizada”.

Nesse contexto, a Escola e a Família são instituições que participam da tarefa de preparar e conduzir os cidadãos para a vida nos seus mais distintos aspectos. A partir do final do século XX, a escola foi adotando a responsabilidade pela educação de conteúdos formais e à família incumbia zelar pela moralidade, cultura e religião de suas crianças. Dessa forma, considera-se que a família e a escola adotam obrigações complementares a respeito da educação das crianças e jovens (SARAIVA; WAGNER, 2013). Corroborando esses autores, Polonia e Dessen (2005) afirmam que a família e a escola surgem como duas instituições essenciais para desencadear os métodos evolutivos dos cidadãos, agindo como impulsionadores ou inibidores do seu desenvolvimento físico, intelectual e social. Também Dessen e Polonia (2007) relatam que os vínculos afetivos constituídos dentro do ambiente familiar, especialmente entre pais e filhos, podem ser aspectos estimulantes de um desenvolvimento saudável e culturalmente positivo, permitindo a adaptação do indivíduo aos distintos espaços de que participa.

O entendimento da educação como bem público, como direito e como serviço, indica aspectos importantes que norteiam a sua natureza ético-política. A educação como um bem público é fundamental para humanizar a humanidade, ela é o principal instrumento para criar homens e mulheres livres (CAMPOS; RENGIFO, 2011).

A educação deve ser utilizada pelas famílias como instrumento para a formação intelectual dos indivíduos, a fim de condicionar a sociedade para enfrentar melhor os obstáculos de um mundo extremamente competitivo, como pontuaram Dessen e Polonia (2007):

Uma de suas tarefas mais importantes, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 25).

Duarte (2007) destaca a importância de criar políticas públicas educacionais que garantam a equidade de condições para ingresso e permanência na escola, em uma nação de enormes desigualdades sociais e regionais, tornando imprescindível aos poderes públicos buscar a redução das condições que conduzam à evasão ou à dificuldade de acesso à educação. Corroborando essa autora, Arroyo (2010, p. 1385) assegura que a “relação educação–desigualdades, tão abstrata e genérica, exige ser recolocada na concretude dos coletivos feitos desiguais, reagindo às desigualdades e se apresentando e afirmando como sujeitos políticos, de políticas, de afirmações positivas”.

Essas ações positivas devem ter como base o princípio constitucional do artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016), que define a educação como um direito fundamental de natureza social. Conforme Duarte (2007), seu amparo tem grandeza que extrapola, e muito, o conceito de interesses meramente pessoais. Embora a educação represente

uma forma de inclusão no mundo da cultura e, ainda, um bem que fomenta o desenvolvimento do indivíduo, para a sociedade ela se caracteriza como um bem comum, já que proporciona o crescimento individual e da comunidade em seu entorno.

A Constituição Federal do Brasil reforça a importância das políticas públicas educacionais em conjunto com a estrutura familiar que devem zelar e cobrar das autoridades condições para a educação das crianças, amparadas pelo Artigo 205 (BRASIL, 2016), que trata a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”. Resende e Silva (2016) esclarecem que o texto da Constituição Federal determina a educação como encargo comum do Estado e da família:

Sendo a escola pública, na nossa sociedade, o principal equipamento para o desempenho da responsabilidade do Estado pela educação, configura-se, nessa corresponsabilidade, o estabelecimento de um vínculo que está na base da relação entre família e escola (RESENDE; SILVA, 2016, p. 36).

Dessa forma, seja do ponto de vista da construção de um novo indivíduo, da função da família ou das obrigações do Estado, a educação destaca-se, de modo muito claro, como prioridade. Educação, como direito, assume uma condição essencial para o pleno desenvolvimento de crianças e jovens como construtores de ordens social e cultural e como requisitos fundamentais para o desenvolvimento individual e coletivo (CAMPOS; RENGIFO, 2011). Dessa forma, Dessen e Polonia (2007) afirmam que a família não é a única instituição responsável pelo progresso do indivíduo, uma vez que a escola também o é, especialmente na obtenção do saber culturalmente estruturado em suas diversas áreas de conhecimento.

O Estado e a escola, assim como a família, têm suas parcelas de responsabilidade na formação do cidadão, e o Estado deve se preocupar, juntamente com a escola, com a construção de um mundo mais justo (ANANIAS, 2000). Pensando na partilha de responsabilidade com o Estado, a participação das famílias nos debates e formulações de políticas públicas que buscam garantir o progresso de uma comunidade é fundamental, pois, segundo Arroyo (2007), quando o Estado está na condição de único agente, as políticas públicas propostas são de cunhos compensatório, reformista e distributivo, buscando equilibrar carências e desigualdades, por meio de serviços públicos. Assim, nessa visão unilateral, as famílias são caracterizadas pelo Estado como problema e as políticas, como solução.

Polonia e Dessen (2005) destacam a importância de se conhecer a relação entre famílias e escola, o que viabilizaria um olhar mais ativo do processo educacional e, seguramente, condutas mais claras e efetivas. Tal fato, conseqüentemente, fomentaria amplo debate

harmônico entre esses dois agentes educacionais, ponderando a realidade brasileira, como indicado por Duarte (2007):

O Estado deve aparelhar-se para fornecer a todos, progressivamente, os serviços educacionais mínimos. Isso significa reconhecer que o direito à educação só se efetiva mediante o planejamento e a implementação de políticas públicas. Em outras palavras, a satisfação do direito não se esgota na realização do seu aspecto meramente individual (garantia de uma vaga na escola, por exemplo), mas abrange a realização de prestações positivas de natureza diversa por parte do poder público, num processo que se sucede no tempo (DUARTE, 2007, p. 710).

Segundo Campos e Rengifo (2011), um serviço público como a educação requer eficiência, qualidade e continuidade para servir a comunidade, promover o bem-estar familiar e a distribuição justa de oportunidades, beneficiar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da população, cabendo às famílias cobrar a implementação e fazer a inspeção e o monitoramento, a fim de garantir o cumprimento e qualidade do serviço.

Para Barreto (1998), embora exista melhoria na legislação brasileira que garanta a educação das crianças, ao mesmo tempo é imprescindível considerar os imensuráveis desafios impostos para o real cumprimento desse direito, o que pode ser sintetizado basicamente em duas grandes demandas: o acesso ao atendimento e a sua qualidade. Segundo Oliveira (2002), o fortalecimento da educação como direito só aconteceu com muita luta. A Constituição Brasileira trouxe a opção às famílias de partilharem com o Estado a educação dos filhos, cabendo ao poder público garantir esses direitos. A melhoria em termos de ingresso e acessibilidade, especialmente no caso do ensino obrigatório, provocou novas demandas de atendimento, considerando que o principal desejo da população é receber educação de qualidade para todos (DOURADO, 2007).

Refletindo sobre a importância da educação para o desenvolvimento do ser humano se desenvolver e desenvolver a sociedade, Freire (1979) afirma que não apenas estamos no mundo, mas com o mundo e também pelo mundo. Da mesma maneira que constituímos seres condicionados e não determinados, desse modo a nossa chance de mudar a realidade que oprime a sociedade é a mesma possibilidade dialética que conduz a história da humanidade e nos consente produzir novos meios de viver socialmente.

Além de desenvolver o estudante para o emprego e o mercado de trabalho, a educação deve seguir os passos do desenvolvimento de toda a sociedade, preparando para uma construção autônoma e cidadã de uma carreira baseada nas mudanças operacionais e no dinamismo da sociedade (GARCIA, 2011). Nesse sentido, a escola deve ser vista não somente como ambiente de produção de conhecimento, mas um espaço de transformação social, defendendo que é

necessário confiar nas utopias, na mudança, numa sociedade mais justa e igualitária (FREIRE, 2000).

Assim, o primordial é que a educação de qualidade possa ser reconhecida não só nas leis e nos documentos oficiais, mas, de forma geral, por toda a população. Enfim, o provimento da educação de qualidade para todos é de obrigação pública e, portanto, precisa prioritariamente ser abraçada por todos – Esse é o grande desafio.

#### **4.5.2 Políticas públicas educacionais**

Considerando que políticas públicas são ações que o Estado faz ou deixa de fazer, as políticas públicas educacionais referem-se a tudo aquilo que o Estado executa ou deixa de executar em educação. Este é o assunto principal desta pesquisa, ou seja, buscar entendimento para discutir como o Poder Público e a sociedade têm atuado e, ou, reagido em relação às políticas educacionais. Arroyo (2010, p. 1391) afirma que o “Estado, as suas políticas e instituições correspondem o dever de incluí-los. De abrir as portas, de permitir o acesso àqueles mantidos fora dos recintos do convívio social e cultural”.

Barros (1997) comenta sobre as dificuldades de avaliar os impactos de gastos em educação, uma vez que esses não apenas influenciam as condições de vida daqueles que recebem educação, mas, também, provocam uma série de externalidades sobre o bem-estar de toda a comunidade. Do ponto de vista particular, a educação tende a elevar os salários via avanços de produtividade, aumentar a expectativa de vida com a eficiência dos recursos familiares empregados e reduzir o tamanho da família com a diminuição do número de filhos e a elevação da qualidade de vida destes, o que diminuirá também o grau de pobreza futuro.

Campos et al. (2011) determinam que o direito à educação é parte dos direitos sociais, econômicos e culturais, adquirindo caráter especial de regras e tratados internacionais ratificados por parte dos países onde as obrigações do Estado e da sociedade são ajustadas para assegurar a sua promoção, realização e proteção. Constitui, portanto, uma política ética para assegurar o respeito da dignidade humana e para o estabelecimento de uma cultura de direitos humanos e solidariedade na obrigação pluralista.

Há muito ainda a ser feito em relação às Políticas Públicas, e o simples fato de tentar conhecê-las e como elas podem melhorar a vida em sociedade já é um passo considerável. Assim, Höfling (2001) faz reflexão sobre as políticas públicas educacionais, enfatizando que, sendo o Brasil extremamente desigual e heterogêneo, a política educacional em vigor necessita cumprir importante papel em relação à democratização da estrutura ocupacional que se instituiu e à formação do cidadão, de modo a torná-lo competitivo diante da ordem mundial globalizada.



A Educação Básica, primeiro contato da criança com a escola, tem por desígnio desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum imprescindível para o aprendizado da cidadania e fornecendo-lhe meios para prosperar no trabalho e em estudos futuros. Os municípios e Estados devem trabalhar de maneira articulada para oferecer o ensino básico de qualidade e para todos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2009).

Conforme a estrutura política brasileira e a descentralização de obrigações entre as esferas de governo, são indispensáveis que os municípios trabalhem em consonância com os demais níveis governamentais, especificamente nas políticas públicas educacionais. Os governos municipais, por ficarem mais próximos dos cidadãos, são os que têm mais responsabilidade de elevar o bem-estar social, visto que essa proximidade expõe melhor a realidade e as necessidades locais. De tal modo, a Educação Pública, compreendida como um direito social a que todos deveriam ter acesso, permite que os sujeitos adquiram conhecimentos e aperfeiçoem aptidões que lhes permitam melhor relacionamento com os demais. Assim, uma alocação eficiente de recursos nessa área se faz imprescindível para promover o máximo de benefícios individual e social (OLIVEIRA, 2005).

Caleiro (2010) destaca as prioridades da educação para o desenvolvimento, começando pelo melhoramento da educação nos anos iniciais, ou seja, ampliação do número de anos de escolaridade e, principalmente, a sua qualidade. Segundo esse autor, somente a existência de um nível de ensino básico cursado pelo maior número possível de alunos, aos quais é oferecida uma formação de qualidade, prepara o estudante para os níveis de ensino subsequentes. O referido autor ainda chama a atenção sobre a importância de reorientar o modelo educacional em direção a outras questões, como as demandas sociais e ambientais, além de aumentar os níveis de entendimento e consciência pública em relação ao papel essencial da educação, ou seja, os cidadãos em geral necessitam, cada vez mais, compreender e estar cientes da importância da educação.

Campos et al. (2011) destacam que o primeiro passo é identificar que a educação é a porta de entrada para o desenvolvimento local à medida que configura a informação, o conhecimento para a vida, a convivência, a produtividade e a ciência. Esse é o pano de fundo que fomenta a reflexão dos significados de liberdade e a construção de capacidades. Assim, a ponte para o desenvolvimento é a Educação, e esta só poderá ser alcançada se for garantida pelo Estado, através dos direitos fundamentais.

#### **4.6 A importância da educação para a sociedade**

Atualmente, toda idealização de desenvolvimento para o Brasil reflete seguramente na educação, um de seus pilares fundamentais. Nenhuma pessoa duvida da importância da educação para o projeto futuro do país, e ninguém considera imaginável que hoje ainda existam crianças fora da escola e que impere um clamor geral pela busca da qualidade do ensino (GUARÁ, 2003).

O termo qualidade em educação pode ser interpretado de várias formas, levando-se em consideração a expectativa e benefícios que o sistema educacional possa proporcionar à sociedade: “Qualidade é algo que, na linguagem comum, tem sido considerado como uma agregação que confere valor superior a um bem, a um serviço ou a um sujeito” (CURY, 2011, p. 15). O desenvolvimento da educação acompanhou, de modo geral, o desenvolvimento do capitalismo. Foi a partir da necessidade de socialização dos trabalhadores ao processo do capitalismo industrial que aconteceu o grande desenvolvimento educacional (TIBÚRCIO, 1979).

A educação possibilita formar pessoas com visão de mundo. A educação formal no início se deu para a elite, objetivando ampliar a capacidade de pessoas da classe dominante e não para formar mão de obra. Posteriormente se propôs escolarizar a população de baixa renda para possibilitar que opere os trabalhos cada vez mais complexos e que envolvem tecnologia. A educação foi incentivada com o intuito de proporcionar às pessoas um nível de conhecimento científico relevante para suprirem a necessidade de mão de obra qualificada no mercado de trabalho e a formação de professores capazes de instruírem essas pessoas a obterem o conhecimento desejável (GRAMSCI, 1978).

Para Davok (2007), a educação de qualidade pode representar tanto aquela que permite a compreensão dos conteúdos previstos no currículo escolar quanto aquela que promove a conquista de uma cultura científica ou literária e, ainda, a que amplia a competência técnica para servir ao sistema produtivo ou, até mesmo, aquela que motiva o espírito crítico e fortalece o engajamento para modificar a realidade social. Nesse sentido, discute Silvia (2009):

A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas (SILVIA, 2009, p. 225).

A importância da educação para o desenvolvimento local está inteiramente ligada à necessidade de transmitir conhecimentos, visão de mundo e, principalmente, capacitar pessoas que, em um futuro breve, possam participar ativamente das ações capazes de transformar a sua comunidade. Na visão de Gadotti (2010):

No Brasil acompanhamos, nos últimos anos, um ciclo de crescimento econômico oportunizado pela melhor distribuição de renda, pela melhoria do salário mínimo, pela extensão da previdência para todos, pelo crédito popular e por outras políticas econômicas e sociais. Daqui para a frente, contudo, creio que o crescimento só ocorrerá se houver melhoria na educação. O crescimento pode estancar sem a melhoria na educação (GADOTTI, 2010, p. 4).

Além da preparação da mão de obra qualificada, é importante salientar que a educação tem sua função social. Fonseca (2009) afirma que a educação de qualidade se promove à medida que consegue preparar o cidadão para o exercício da ética profissional e da cidadania e para o desenvolvimento da capacidade de entender e ter acesso a todas as manifestações da cultura humana. Complementando o raciocínio sobre a importância da educação na formação do cidadão, Cortella (2003, p. 97) afirma que “não podemos esquecer que a educação é um fenômeno existencial: acontece do momento em que nascemos até a hora em que perecemos”.

A educação de qualidade tem sentido de melhorar a vida dos cidadãos de toda a comunidade. A qualidade está conexas ao bem viver de toda a população, e a qualidade da educação é premissa da eficiência econômica. Grandes empresas cobram de seus colaboradores autonomia intelectual e capacidade de pensar e de ser cidadão (GADOTTI, 2010).

A educação é um direito fundamental que auxilia não apenas o desenvolvimento local, mas também a formação de cada cidadão. Seu valor vai além do aumento individual da renda ou das oportunidades de se conseguir um emprego. Fernandes e Gremaud (2009) ressaltam que, além das questões econômicas, a educação tem sido relacionada, também, a um grande número de benefícios não econômicos, como melhoria da saúde, diminuição da criminalidade, menor incidência de gravidez na adolescência e maior harmonia social, entre outros.

A caracterização de qualidade da educação do ponto de vista social ocorre quando ela colabora para a igualdade, enquanto na visão econômica a qualidade se refere à eficiência no uso dos recursos destinados à educação (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

Demo (1985, p. 40) afirma que “o aspecto educativo coloca essencialmente a questão política, porquanto, educação é principalmente a formação da cidadania, o cultivo da capacidade de autopromoção, a impregnação da identidade cultural e comunitária, a instrumentação da participação política”. Nesse mesmo sentido, Inesc (2006 *apud* DOWBOR, 2009) comenta que:

O fato de termos uma sociedade com baixo nível de escolaridade constitui um desafio a mais, não só para melhorar a escolaridade, mas para educar para a cidadania, para que os cidadãos saibam suas responsabilidades e saibam cobrar dos seus legisladores e do poder público em geral, a transparência, a decomposição dos números que não entendem (INESC, 2006 *apud* DOWBOR, 2009, p. 26).

Assim, quando se fala em fomentar a educação para promover o desenvolvimento local, é extremamente importante para os municípios criarem políticas que busquem o próprio desenvolvimento e, dessa forma, não fiquem à mercê de ações de esferas superiores. Dowbor (2006) assegura que as comunidades precisam direcionar as suas ações de acordo com os seus interesses, pois estimular o desenvolvimento local não quer dizer descartar as ações maiores, inclusive globais, uma vez que isso significa empregar os recursos de todas as esferas, seguindo os interesses da comunidade.

A ideia de qualidade da educação necessita ser refletida socialmente. Ser eficaz não é meramente atingir um objetivo próprio; ser eficaz é quando se atinge o grande objetivo da educação, que é fortalecer a vida no outro e do outro (CORTELLA, 2003).

Fonseca (2009) pondera sobre o anseio da sociedade com a expectativa de que o Estado faça a sua parte no que diz respeito a proporcionar um sistema educacional de qualidade. Inicialmente, agindo como poder mediador e apto para catalisar as questões procedentes dos campos científico e econômico da comunidade educacional e das famílias, de modo a encaminhá-las em harmonia a um projeto educacional que observe todas as dimensões do conhecimento humano. Em seguida, desempenhando sua competência equalizadora, no sentido de fornecer condições para a superação dos obstáculos que afetam os entes administrativos locais. É comum esperar da educação não apenas os conteúdos formais, mas, principalmente, a percepção de como os conhecimentos curriculares se concretizam em oportunidade de desenvolver a realidade local.

Segundo Scarpini e Slomski (2007), os municípios têm crescido e se modernizado e, conseqüentemente, contribuído para o desenvolvimento regional, interferindo diretamente na sociedade, no seu modo de vida e no acesso a programas e políticas públicas que buscam o crescimento do indivíduo no seu meio profissional, social e familiar. Dessa forma, o viver em sociedade é tão importante que cabe ao Estado garantir à população acesso às funções básicas e que todos os indivíduos usufruam delas com equidade e convivam em sociedade.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 5.1 Tipo de pesquisa

Esta tese foi formada por um capítulo introdutório e outros quatro capítulos que buscaram responder aos objetivos específicos. Dessa forma, os procedimentos de análise de coleta de dados tiveram particularidades distintas e são expostos com detalhes em cada capítulo. Neste tópico, foi exposta uma síntese da metodologia empregada.

Gressler (2004, p. 43) destaca que “a abordagem quantitativa se caracteriza pela formulação de hipóteses, definições operacionais das variáveis, quantificação nas modalidades de coleta de dados e informações, utilização de tratamentos estatísticos”. Compreende-se que toda e qualquer categorização de investigação se faz diante de algum critério. Assim, Vergara (2011) assegura que os tipos de pesquisa podem ser ajustados por várias taxionomias, sendo sugeridos por ela dois critérios básicos: os fins e os meios.

Quanto aos fins, esta investigação se caracterizou como descritiva, que segundo Gil (2009) e Vergara (2011) buscou demonstrar características de determinado grupo social e de dado fenômeno, construindo também correlações entre variáveis e definindo sua natureza. Contudo, este tipo de pesquisa não teve como objetivo principal o esclarecimento dos fatos que descreve, ainda que possam servir de base para futuros esclarecimentos. Tendo em vista que a pesquisa buscou mensurar e analisar o IDF dos municípios de médio porte da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais com população entre 50.000 e 100.000 habitantes e também verificar a relação do IDHM com os gastos na área de educação, o estudo caracterizou-se como pesquisa descritiva.

Quanto aos meios abordados, a pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, *ex post facto* e documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2009), foi desenvolvida a partir de material elaborado anteriormente à data da pesquisa, composto especialmente de livros e artigos científicos e dados secundários. Igualmente, Vergara (2011) conceitua-a como um estudo sistematizado desenvolvido e baseado em material já publicado e aberto ao público em geral, fornecendo, assim, instrumento analítico para qualquer outro tipo de análise. Corroborando o exposto, Marconi e Lakatos (2010) observaram que a pesquisa bibliográfica pode ser determinada como busca geral fundamentada nos principais estudos já realizados sobre o tema da pesquisa. Nesse sentido, esta investigação é considerada bibliográfica e documental, porque foram utilizados artigos científicos, livros e dados disponibilizados em redes eletrônicas não apenas para o fundamento teórico, mas, principalmente, para a elaboração da pesquisa em sua totalidade.

A pesquisa *ex post facto*, conforme Vergara (2011), faz referência a um evento ocorrido anteriormente e, desse modo, o pesquisador fica incapaz de controlar ou manipular variáveis. Partindo desse pressuposto e ponderando que os dados utilizados na operacionalização da pesquisa foram todos anteriores ao ano de defesa desta tese, pode-se dizer que esta pesquisa se caracteriza como *ex post facto*.

A pesquisa documental baseou-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Tais materiais foram encontrados em arquivos públicos ou privados, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares. Com base no exposto, este estudo é considerado documental, pois utilizou dados estatísticos, os quais foram manipulados para consubstanciar os objetivos da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2010; REIS, 2016; LOPES, 2008).

## 5.2 Área de estudo

Esta pesquisa teve como base de análise e de processamento de informações os municípios que compõem a Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Minas Gerais é dividido em 12 mesorregiões e 66 microrregiões, conforme apresentado na Figura 3.

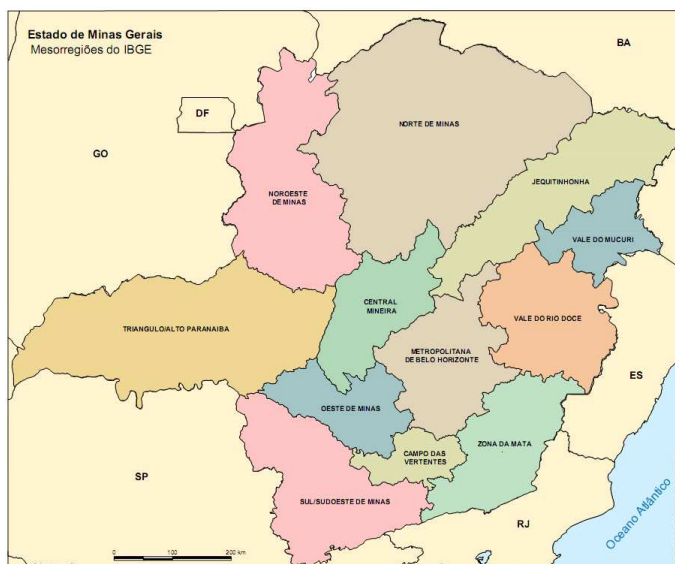


Figura 03: Mesorregiões do Estado de Minas Gerais

Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas. 2017

A Zona da Mata mineira é uma das 12 mesorregiões de Minas Gerais, constituída por 142 municípios e sete microrregiões. Localizado no Sudeste do Estado, fazendo divisa com as mesorregiões Campos das Vertentes, Metropolitana, Vale do Rio Doce e Sul/Sudoeste de Minas e com os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

A rede educacional da mesorregião da Zona da Mata compõe, em sua infraestrutura, três universidades públicas prestigiadas, universidades particulares e cursos técnicos. As principais instituições públicas de ensino superior são a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em Carangola e em Ubá, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSudesteMG), com *campus* em Juiz de Fora, Muriaé, Manhuaçu, Santos Dumont, Ubá, Cataguases e Rio Pomba (na Zona da Mata) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG), em Leopoldina.

Em meio às mesorregiões mineiras, a Zona da Mata apresenta condição bem parecida com a do Estado como um todo, com alta concentração econômica e inclusão social somente em algumas microrregiões, como Juiz de Fora (CARNEIRO; FONTES, 2005). Segundo dados do Censo 2010 a Zona da Mata colabora com 7,6% do PIB de Minas Gerais, sendo Juiz de Fora o município de maior PIB, respondendo por 37% da riqueza gerada na região.

A Zona da Mata possui boa localização no Estado e no Brasil e oferece infraestrutura relativamente em condições adequadas que beneficia acesso a mercados. A região é cortada por importantes rodovias federais e estaduais e localiza-se próxima às principais metrópoles do país, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A mesorregião da Zona da Mata abrange uma área de 35.726 km<sup>2</sup>, cerca de 6% do Estado de Minas Gerais.

Os 142 municípios da Zona da Mata somam uma população de 2.175.254 habitantes, de acordo com o IBGE (2010). A região é composta por uma cidade grande<sup>1</sup> (Juiz de Fora), sete cidades médias<sup>2</sup> (Ubá, Muriaé, Manhuaçu, Viçosa, Cataguases, Ponte Nova e Leopoldina). Entretanto, a grande maioria é composta por pequenas cidades<sup>3</sup>. Os indicadores socioeconômicos apresentam dados interessantes dos sete municípios de médio porte, seis possuem alto desenvolvimento (Ubá, Muriaé, Viçosa, Cataguases, Ponte Nova e Leopoldina), considerando-se os dados do IDHM de 2010. Somente o município de Manhuaçu se encontra na faixa de desenvolvimento médio. Dos 142 municípios, 26 possuem alto desenvolvimento humano, representando 18,3%. Já as cidades da Zona da Mata mineira estão, em sua grande maioria (77,5%), na faixa de médio desenvolvimento, enquanto em seis municípios o desenvolvimento humano é baixo, ou seja, 4,2% dos municípios da região (PNUD, 2013).

---

<sup>1</sup> Grande porte – de 100.001 a 900.000 hab. (IBGE, 2010).

<sup>2</sup> Médio porte – de 50.001 a 100.000 hab. (IBGE, 2010).

<sup>3</sup> Pequeno porte – até 50.000 hab. (IBGE, 2010).

Dados do Censo Demográfico de 2010 apontaram que a Zona da Mata possuía população aproximada de 2,175 milhões de habitantes, pouco mais de 11% da população mineira, o que representa a terceira posição entre as regiões mais populosas do Estado, ficando atrás somente da região metropolitana de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com densidade populacional de 60 hab./km<sup>2</sup>.

### **5.3 Procedimentos de coleta de dados**

#### **5.3.1 Procedimentos de coleta de dados do Capítulo II**

Para a coleta de dados do Capítulo II, foi utilizado o Banco de Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), um mecanismo de busca que integra todas as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades brasileiras, no período de 18 anos (2000-2018). O critério de seleção desta base se justifica por dar acesso a teses e dissertações defendidas, ou seja, que já passaram por avaliações de banca de doutores, nas principais universidades do Brasil.

O período correspondente a 18 anos objetiva a busca de pesquisas mais atuais sobre o tema, apresentando dados mais recentes e as técnicas mais utilizadas neste tipo de pesquisa. A coleta de informações foi feita no sistema de publicação eletrônica de teses e dissertações na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com o objetivo de alimentar uma base de dados particular. Para tanto, foi realizada uma pesquisa nos resumos das dissertações e teses, utilizando as palavras-chave Investimento em Educação, Gastos em Educação, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Investment Education, Municipal Human Development Index, Inversión Educación e Índice de Desarrollo Humano Municipal.

#### **5.3.2 Procedimentos de coleta de dados do Capítulo III**

Para a coleta dos dados sobre o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF), que fazem parte do Capítulo III, foi utilizado o Integrated Public Use Microdata Series International (IPUMS-International), que é o maior repositório público de microdados de censos populacionais no mundo. Mantido pelo Minnesota Population Center, da Universidade de Minnesota, o IPUMS-International é um esforço para inventariar, preservar, harmonizar e disseminar microdados do censo demográfico mundial. O projeto reúne o maior arquivo do mundo de amostras de censo demográfico disponíveis publicamente. Os dados são codificados e documentados de forma consistente entre países e ao longo do tempo para facilitar a pesquisa comparativa. A IPUMS-International disponibiliza os dados de 85 países – 301 censos demográficos – registros de 672 milhões de pessoas, gratuitamente aos pesquisadores



qualificados através de um sistema de disseminação da *Web*. Definiu-se por utilizar este banco de dados por ser alimentado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de o IPUMS-International realizar o tratamento e padronização das informações, possibilitando a comparação entre os censos demográficos.

Neste capítulo, realizamos um recorte espacial das cidades de médio porte da Mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil, na base de dados do IPUMS-International, com informações dos censos demográficos dos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.

### 5.3.3 Procedimentos de coleta de dados do Capítulo IV

Buscando avaliar a relação dos municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais quanto aos gastos no setor educacional e à sua relação com o IDHM, os municípios da Zona da Mata mineira foram ordenados em relação aos seus gastos na área de Educação e indicadores relacionados ao IDHM na variável Educação. Posteriormente, verificou-se a correlação entre os municípios que investem maior quantidade de recursos *per capita* em educação e o indicador anteriormente citado. Destaca-se que a pesquisa se fundamentou em dados quantitativos, os quais foram avaliados a partir de técnicas estatísticas.

Essas variáveis, apresentadas no Quadro 6, são derivadas de dados secundários referentes aos municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, os quais foram extraídos da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice Mineiro de Responsabilidade Social (FJP), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

**Quadro 06:** Descrição das variáveis e fontes de dados.

Descrição das variáveis	Fonte de dados	Período
PIB <i>per capita</i>	IBGE	2000 a 2010
IDHM	PNUD - IPEA	2000 e 2010
Gastos com educação <i>per capita</i>	FJP	2000 a 2010
População Municipal	IBGE	2000 e 2010

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), apresentado no Atlas 2013, conta com uma nova metodologia. De acordo com o PNUD (2013), embora inspirado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH global –, o IDHM possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do censo e às características específicas dos municípios. Ainda que haja dados mais recentes para algumas variáveis, os dados que foram utilizados nesta pesquisa correspondem ao IDHM do ano 2010, em razão do

último relatório publicado pelo PNUD. A analogia empírica entre investimento em educação e em Desenvolvimento Humano é muito complexo de retratar. Essa dificuldade se aplica à questão do prazo necessário entre os gastos com educação por parte dos municípios e os seus efeitos.

Durante a fase de elaboração desta pesquisa, realizamos ampla investigação nas bases científicas da CAPES e do Scielo, não sendo encontrado na literatura consultada consenso sobre o prazo ideal para medir o retorno em investimento educacional. Diante da dificuldade de mensurar um prazo ideal, a pesquisa regrediu até o ano 2000, data do primeiro relatório de Execução Orçamentária dos Municípios onde a educação foi desmembrada da cultura em termos de investimento público. Conseqüentemente, buscamos verificar a relação desses gastos diante dos resultados do último relatório publicado sobre o IDHM.

## **5.4 Método de análise dos dados**

### **5.4.1 Método de análise dos dados do Capítulo II**

O imperativo de otimizar a relação com o grande número de pesquisas refletiu em uma nova maneira, cada vez mais usual de realização, seleção e apreensão dos estudos. A maioria das alternativas se baseava em estudos primários. No contexto atual, o farto número de produções científicas a respeito de uma mesma temática demanda a realização de Revisões Sistemáticas na intenção de perceber as tendências de pesquisas e os métodos mais utilizados, bem como reconhecer e resumir as evidências científicas para fundamentar outras propostas de pesquisas alicerçadas nessas evidências.

Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados extensa análise da literatura publicada sobre determinado tema.

O método de análise dos dados do Capítulo II consistiu em utilizar a revisão sistemática para relativizar os gastos públicos em educação e sua influência no desenvolvimento da sociedade, baseada em análise da metodologia utilizada e dos resultados alcançados nas teses e dissertações pesquisadas, buscando verificar a consistência dos dados.

Ao mesmo tempo, foi feita uma análise dos autores citados nas obras, objetivando verificar os mais utilizados no referido tema de pesquisa. Esse tipo de pesquisa disponibilizou um resumo dos resultados relacionadas à estratégia de estudo empregada e dos métodos utilizados, terminando com uma síntese geral.

Para definir as questões que nortearam esta revisão, as etapas seguidas foram:

- Elaboração do problema de pesquisa.

- Definição das palavras-chave empregadas para construir as buscas dos trabalhos nas bases. Elas definiram quais informações foram extraídas das pesquisas avaliadas.
- Criação dos critérios de inclusão e exclusão.
- Realização da coleta de dados.
- Revisões da literatura feitas anteriormente na mesma área, ou em áreas semelhantes, possibilitando a definição dessas questões.

Para chegar aos resultados, após identificar as dissertações e teses no Banco de Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), realizamos sua tabulação em *software* estatístico, o que auxiliou na identificação das congruências e divergências dos textos encontrados. A Figura 4 apresenta o fluxograma para elaboração do Capítulo II.



Figura 04: Fluxograma de atividades do capítulo II

Fonte: Dados da Pesquisa

Após a tabulação dos dados, foi estabelecida uma associação entre as pesquisas encontradas, separando os diferentes resultados em cada uma delas. Também, foi analisada a metodologia de pesquisa utilizada em cada investigação e, conseqüentemente, apresentados os métodos que proporcionaram melhores resultados neste tipo de pesquisa. As pesquisas foram separadas por ano de defesa e, ao mesmo tempo, identificados os objetivos e eliminados aqueles que não atenderam ao objetivo proposto no estudo.

#### 5.4.2 Método de análise dos dados do Capítulo III

Existem várias metodologias para realizar cálculos de índices, porém, segundo Braga (2015), um dos procedimentos para elaboração de índices, internacionalmente mais utilizados, é o adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa metodologia é aplicada à elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (UNITED NATIONS, 2002).

A metodologia utilizada pela ONU é respaldada na literatura e muito utilizada em várias pesquisas que envolvem a elaboração de índices (ANAND; SEN, 1994). Tendo em vista a grande aceitação e a solidificação empírica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), optou-se por utilizar, neste capítulo, os mesmos métodos empregados para a criação desse índice.

Na metodologia de cálculo do IDH, necessariamente se limitaram as variáveis que servem de *proxies* para o constructo a ser mensurado. Uma vez determinadas essas variáveis, calculou-se, para cada variável, um subíndice, que é formado por uma escala de 0 a 1.

Formando um conjunto de dados e indicadores sociais que trabalham e auxiliam na exposição dos mais importantes e variados fenômenos, buscou-se proporcionar informações para a geração de um indicador que contemplasse a realidade familiar dos municípios. Para isso, foi elaborado o IDF, desenvolvido pelos pesquisadores Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), objetivando a criação de um indicador sintético, S, derivado de uma série de indicadores fundamentais. Isso pelo fato de ser essa a forma mais simples de preparação de indicadores sintéticos de pobreza para aferir o grau de desenvolvimento de uma família (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003).

De acordo com Oliveira (2014), o indicador sintético global multidimensional de pobreza, S, pode ser demonstrado pela seguinte equação:

$$S = \frac{1}{6} \sum_{k=1}^6 \left( \frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left( \frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{jki} \right) \right)$$

em que  $B_{jki}$  representa o  $i$ -ésimo indicador básico do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão,  $m_k$  o número de componentes da  $k$ -ésima dimensão e  $m_{jk}$  a quantidade de indicadores do  $j$ -ésimo componente da  $k$ -ésima dimensão. Melhor explicando, o indicador sintético de cada componente,  $S_{jk}$ , equivale à média aritmética dos indicadores empregados para a representação desse componente. Assim, o indicador sintético de cada dimensão,  $S_k$ , é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus elementos. E, por fim, o indicador sintético global,  $S$ , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem.

#### **5.4.2.1 Elaboração do Índice de Desenvolvimento das Famílias – IDF**

A elaboração e apresentação do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira possibilitaram retratar as famílias domiciliadas nesses municípios, bem como a sua situação de pobreza, a partir das informações desse indicador social. Além disso, permitiu conhecer as famílias, em uma perspectiva multidimensional, progredindo para além de um olhar somente baseado na carência de recursos.

A construção e cálculo do IDF das cidades de médio porte da Zona da Mata de Minas Gerais, além de estimarem o nível de cada família, possuem particularidades que permitiram que esse índice seja relativamente simples, mas com informações relevantes sobre o desenvolvimento das famílias. Segundo Barros, Carvalho e Franco (2003), é empregado na construção do índice o indicador sintético,  $S$ , proveniente de uma série de indicadores básicos, em razão de ser essa a maneira mais simples de construção de indicadores sintéticos de pobreza. Os pesos atribuídos às dimensões e às suas variáveis correspondentes são iguais. Dessa forma, para as variáveis pertencentes a uma mesma dimensão receberem pesos idênticos, uma vez que se altera a quantidade de variáveis por dimensão, o peso aplicado às variáveis de dimensões distintas não obedece à regra.

Conforme apresentado na Figura 5, a família que possuía menor valor em uma variável recebia o valor 0 para o subíndice relativo a essa dimensão, enquanto a que tinha o maior valor recebia 1. Assim, todas as outras unidades percebem valores que obedecem ao seu lugar na escala.

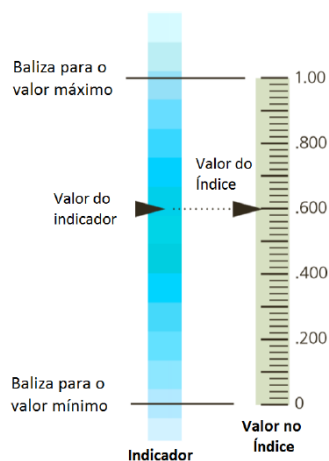


Figura 05: - Modelo esquemático para o cálculo de índices  
 Fonte: Braga (2015), baseado em United Nations (2002).

Para alcançar o valor dentro da escala, segundo exposto na Figura 5, foi preciso calcular a proporcionalidade do valor, ponderando a variação entre o valor mínimo e o máximo de cada variável. Esse cálculo nada mais é que o subíndice:

$$\text{subíndice}_i = \frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

De acordo com a metodologia sugerida por Barros, Carvalho e Franco (2003), a elaboração do IDF nesta pesquisa teve como base as informações básicas contidas no questionário do IBGE referentes às cidades de médio porte da Zona da Mata mineira, considerando os Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Dada a sua linearidade, empregada tanto na agregação da pobreza de várias famílias quanto na agregação das dimensões relativas à pobreza, o IDF ainda permitiu que se obtivesse o nível de pobreza de toda a população, com associação de cada uma das dimensões da pobreza. Para esta pesquisa, foi realizado o mesmo método, constituído de seis dimensões e 45 variáveis, adaptadas às informações constantes nos questionários dos referidos censos demográficos.

O estudo foi voltado para a unidade domiciliar, sendo outorgados pesos iguais a todas as variáveis, bem como a todas as dimensões. O peso atribuído a variáveis de diferentes dimensões não é o mesmo, uma vez que os números de variáveis por dimensão variam. Todavia, a análise foi padronizada de maneira a viabilizar que o grau de pobreza de cada residência variasse entre 0 (para os domicílios absolutamente pobres) e 1 (para os domicílios sem nenhuma pobreza). Portanto, o subíndice evidencia precisamente a relação do valor observado na unidade analisada, com os valores mínimo e máximo da variável, de maneira que se posicione dentro do intervalo entre 0 e 1. O Quadro 7 apresenta as dimensões do IDF e as respectivas variáveis.

**Quadro 7:** Dimensões e Variáveis do IDF

<b>Dimensão</b>	<b>Variável</b>
Vulnerabilidade da Família	Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano
	Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
	Ausência de criança (0-11)
	Ausência de criança ou adolescente (0-15)
	Ausência de criança, adolescente ou jovem (0-29)
	Ausência de idoso (<60)
	Presença do cônjuge
	Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa (15-64)
	Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido
	Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe
Acesso ao Conhecimento	Ausência de adultos analfabetos
	Ausência de adultos analfabetos funcionais
	Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo
	Presença de pelo menos um adulto com secundário completo
	Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior
	Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta
Acesso ao Trabalho	Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados
	Presença de pelo menos um ocupado no setor formal
	Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo
	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos
Disponibilidade de Recursos	Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza
	Renda familiar per capita superior a linha de pobreza
Desenvolvimento Infantil	Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando
	Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando
	Ausência de criança até seis anos fora da escola
	Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola
	Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola
	Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso
	Ausência de adolescente analfabeto (12-14)
	Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto
	Ausência de mãe cujo filho tenha morrido
	Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido
Condições Habitacionais	Domicílio próprio
	Domicílio próprio ou cedido
	Densidade de até dois moradores por dormitório
	Material de construção permanente
	Acesso adequado a água
	Esgotamento sanitário adequado
	Lixo é coletado
	Acesso à eletricidade
	Acesso a fogão e geladeira
	Acesso a fogão, geladeira, TV ou rádio
	Acesso a fogão, geladeira, TV ou rádio e telefone
	Acesso a fogão, geladeira, TV ou rádio, telefone e computador

Fonte: Adaptado de Barros, Carvalho e Franco (2003).

O IDF varia de 0 a 1, significando que, quanto melhores forem as condições familiares, mais próximo de 1 seu indicador ficará. É constituído por seis dimensões: vulnerabilidade da

família, acesso ao conhecimento, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais e acesso ao trabalho. Segundo Barros (2003) e colaboradores, “Cada uma dessas seis dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em outra parte, a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003, p. 8).

Uma vez calculados todos os subíndices, o índice final derivou da média aritmética dos subíndices. Essa média pode ser acertada caso o usuário do índice avalie que exista alguma variável com maior importância no cálculo final do índice. A seguir é apresentada a fórmula para a criação do índice:

$$\text{índice final} = \frac{1}{n} \text{subíndice}_1 + \frac{1}{n} \text{subíndice}_2 + \frac{1}{n} \text{subíndice}_3 + \dots + \frac{1}{n} \text{subíndice}_n$$

Esse procedimento foi empregado para a criação do IDF proposto nesta pesquisa, sendo na sequência exposta a maneira como foi calculado cada um dos subíndices.

#### **5.4.2.2 Vulnerabilidade da família**

Na primeira dimensão estão presentes os indicadores que abordaram a ausência de vulnerabilidade familiar. Essa ausência foi caracterizada entre fecundidade, atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens; atenção e cuidados especiais com idosos; dependência econômica; e presença da mãe.

Algumas ponderações precisaram ser feitas com relação à definição de alguns elementos utilizados na elaboração dos indicadores da dimensão em questão. Nesta pesquisa foram consideradas crianças os indivíduos dentro do recorte etário de 0 a 11 anos; crianças e adolescentes de 0 a 17 anos; crianças, adolescentes e jovens de 0 a 29 anos; e idosos os indivíduos com idade de 60 anos ou mais.

Conforme a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, consideram-se crianças os indivíduos com idade de 0 até 18 anos. Entretanto, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) presente na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determina que criança seja toda pessoa que esteja dentro da faixa etária de 0 até 12 anos incompletos e, adolescente, entre 12 e 18 anos. O Estatuto da Juventude foi instituído no Brasil pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, determinando que jovens seriam as pessoas entre 15 e 29 anos de idade. No caso da conceituação de idosos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como idosos as pessoas com mais de 60 anos nos países em desenvolvimento. De acordo com o IBGE, cônjuge faz referência à pessoa que vive conjugalmente com outra



pessoa da unidade familiar, enquanto pessoas em idade ativa são aquelas com idade entre 15 e 64 anos.

#### **5.4.2.3 Acesso ao conhecimento**

A segunda dimensão, “acesso ao conhecimento”, é um relevante meio que as famílias possuem para atender às suas necessidades. Nessa dimensão foram avaliados o analfabetismo, a escolaridade e a qualificação profissional.

Nessa dimensão foram consideradas adultas as pessoas com idade acima de 18 anos e analfabetos funcionais, as pessoas entre 15 e 64 anos de idade que se encontram em idade ativa, mas que possuem menos de quatro anos de escolaridade. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) determina como alfabetizado um indivíduo que tenha a capacidade de ler e escrever um enunciado simples pertinente à sua vida diária. Contudo, essa mesma instituição vem seguindo os conceitos de analfabetismo e analfabetismo funcional. Assim, considera-se analfabeto funcional o indivíduo inábil para usar a leitura e escrita para satisfazer as questões de seu contexto social e empregar essa capacidade para seguir aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. Dessa forma, desde 1990 o IBGE passou a divulgar índices de analfabetismo funcional seguindo o fundamento de número de séries escolares concluídas e considerando alfabetizado o indivíduo que sabe ler e escrever um texto simples no idioma que conhece. Já para o analfabetismo funcional é empregado o critério de que é analfabeto funcional a pessoa com menos de quatro anos de estudo. Do mesmo modo, trabalhadores com qualificação média ou alta foram considerados, neste estudo, pessoas com pós-graduação, *Lato sensu* ou *Stricto sensu*.

#### **5.4.2.4 Acesso ao trabalho**

Na terceira dimensão, “acesso ao trabalho”, entre os múltiplos componentes que possui, destaca-se que “mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados”. Nessa variável foi estratificado o censo demográfico pelo critério de famílias, sendo analisada a quantidade de indivíduos com idade entre 15 e 64 anos que se encontravam empregados. Na variável “presença de pelo menos um ocupado no setor formal” foi estratificado o censo demográfico pelo critério de famílias, considerando a quantidade de membros da família que estavam empregados. Na variável “presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola” foi estratificado o censo demográfico pelo critério de famílias com análise da quantidade de indivíduos que se encontravam empregados em atividades não vinculadas à

agricultura. Nas variáveis “presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo” e “presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos” foi estratificado o censo demográfico pelo critério de famílias, bem como analisada a quantidade de indivíduos que estavam empregados, considerando o valor da remuneração com base em dados oficiais obtidos nas respectivas publicações de alterações do salário mínimo: 1980 – Decreto nº 84.674, de 30 de abril de 1980; 1991 – Portaria nº 854, de 31 dezembro de 1990; 2000 – Lei nº 9.971, de 18 de maio de 2000; e 2010 – Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010. Para essa dimensão foram considerados membros em idade ativa as pessoas entre 15 e 64 anos de idade.

#### **5.4.2.5 Disponibilidade de recursos**

Em referência à quarta dimensão, disponibilidade de recursos, destacou-se que a renda familiar *per capita* corresponde um recurso essencial, levando em consideração que a maioria das necessidades básicas familiares pode surgir a partir da aquisição de bens e serviços.

Essa dimensão foi composta por renda familiar *per capita* superior à linha da extrema pobreza. Para explorar o conjunto de informações, foi considerado na linha de extrema pobreza o valor de R\$85,00 *per capita* por mês e a linha de pobreza, o valor de R\$170,00 *per capita* por mês, conforme redação do Decreto nº 8.794, de 29 de junho de 2016. A renda *per capita* foi convertida em dólar americano, sendo utilizada a cotação oficial do mês para calcular esse subíndice.

#### **5.4.2.6 Desenvolvimento infantil**

A quinta dimensão do IDF representa o “desenvolvimento infantil”. Nessa dimensão foi possível avaliar o trabalho precoce, o acesso das crianças à escola e o seu progresso escolar, assim como a ausência de analfabetismo entre crianças e adolescentes. Segundo Barros Carvalho e Franco (2003), uma das principais finalidades de qualquer sociedade é garantir, sempre, a cada criança oportunidades para seu pleno desenvolvimento.

#### **5.4.2.7 Condições habitacionais**

A sexta dimensão diz respeito às “condições habitacionais” e ao “acesso a bens duráveis”. De acordo com Barros, Carvalho e Franco (2003), as condições habitacionais de uma família incidem em uma das principais dimensões que retratam a qualidade de vida de uma

família, em função da estreita relação que essa dimensão tem com as condições de saúde. Em termos de condições habitacionais, foi avaliado se o domicílio era próprio ou cedido, a densidade de moradores por dormitório, o material utilizado na construção e o acesso adequado à água potável, ao esgotamento sanitário adequado, à coleta regular de lixo e à rede elétrica. O acesso a bens duráveis também foi considerado nessa dimensão, identificando se a residência possuía fogão a gás, geladeira, rádio ou TV, telefone fixo e acesso a computador.

Vale ressaltar que nos Censos Demográficos de 1980 e 1991 o acesso ao computador não era uma questão do recenseamento, uma vez que esse bem se popularizou no transcorrer da década de 1990; nesse caso, não foi atribuído nenhum valor a essa variável nos dados de 1980 e 1991 para não alterar o índice, levando-se em consideração que esse equipamento não era acessível nos referidos censos demográficos para uso doméstico.

A escolha desses dois indicadores é justificada pela importância que têm, em particular, as questões pertinentes à alimentação, como é o caso do fogão e da geladeira, bem como o entretenimento e o acesso a informações, considerando-se a TV, o rádio, o telefone e o computador, ferramentas essenciais para informar, entreter e disseminar cultura.

## **5.5 Método de análise dos dados do Capítulo IV**

Com o objetivo de sintetizar os dados, foi utilizado, como método de análise dos gastos educacionais e da relação com o IDHM, a análise descritiva das variáveis. De acordo com Reis e Reis (2002), esta análise é a fase inicial de estudo dos dados coletados. A estatística descritiva foi utilizada para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas e, assim, compará-las entre dois ou mais conjuntos de dados. Além disso, objetivou identificar dados dispersos, aqueles que não seguem a tendência geral do restante do conjunto.

Após a fase de análise descritiva dos dados, buscamos verificar a correlação entre gastos em educação e seu reflexo no IDF dos municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Para obter esses resultados, usamos os *softwares* estatísticos Excel e SPSS.

Para o desenvolvimento do quarto e do quinto objetivo específico que tiveram como finalidade investigar a existência de causalidade entre o gasto municipal com educação e o IDHM para os municípios da Zona da Mata mineira, no período de 2000 a 2010, foi montado um banco de dados composto por informações municipais e temporais. Esses dados foram submetidos à análise e à interpretação, para mensurar qual a relação dos gastos com educação e seu reflexo no IDHM e qual foi a evolução deste índice nos municípios da Zona da Mata de Minas nos anos de 2000 a 2010.

### 5.5.1 Base de dados

Neste caso, os dados foram obtidos através dos relatórios do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) da Fundação João Pinheiro com data-base a partir do ano 2000. De acordo com a Fundação João Pinheiro (2018), para a elaboração do IMRS a organização se fundamentou em uma extensa base de dados voltada para retratar as informações de cada cidade, contendo informações dos 853 municípios de Minas Gerais que apresentam confiabilidade, comparabilidade, abrangência e periodicidade adequadas. Essa plataforma reúne mais de 600 indicadores dos anos de 2000 a 2016. A aglutinação de dados em uma única base beneficia sua utilização em pesquisas, uma vez que seu uso ajuda a solidificar as séries temporais e a torná-las mais oportunas e como, em sua maioria, representam registros de ações e programas e auxiliam o monitoramento e a avaliação dessas ações.

Dessa forma, os gastos *per capita* e os percentuais gastos em educação dos municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais foram obtidos a partir dos dados do IMRS da Fundação João Pinheiro. Já os índices relacionados ao desenvolvimento foram extraídos do IPEA, IBGE, PNUD e o IDHM dos municípios da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, o qual foi baseado no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Para caracterizar os gastos do governo, utilizou-se a variável gasto em educação municipal *per capita*, a qual abrange o valor dos gastos orçamentários apresentados nas prestações de contas anuais com educação, dividido pela população municipal. Dessa forma, a aplicação de um indicador de renda possibilitou uma avaliação mais sólida, pois municípios com nível de gasto social *per capita* muito próximos podem obter resultados distintos, em função das riquezas por eles produzidas (SILVA et al., 2012).

### 5.5.2 Análise de dados

Após o uso da estatística descritiva, foi utilizado *software* de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para gerar mapas com os resultados. Assim, foi possível visualizar o resultado do estudo posicionado no espaço. Os mapas foram gerados com o QGis 2.18, um *software* para uso gratuito em Sistema de Informação Geográfica (SIG). A utilização do QGis auxiliou na visualização, gerenciamento, edição e análise dos dados do IDHM e na composição de mapas digitais.

Conforme Anselin (1988), a metodologia de utilizar os dados de indicadores sociais para geração de mapas temáticos por meio de tecnologias de análise espacial, como o geoprocessamento, é um instrumento útil para tornar a realidade visível à população.

O Quantum GIS (QGIS DEVELOPMENT TEAM, 2014) é um *software* de Sistema de Informação Geográfica (SIG) com interface gráfica simples e atraente, escrito em C++ e Python e fundamentado nas bibliotecas Qt4. Suporta inúmeros formatos vetoriais, raster e bases de dados e fornece extensa gama de funções de geoprocessamento raster e vetorial. Trata-se de um programa multiplataforma compatível com todas as principais versões do Unix, GNU/Linux, bem como Mac OsX e MS Windows. O projeto QGIS é a consequência do trabalho voluntário de um grupo de desenvolvedores, tradutores, autores de documentação e pessoas que auxiliam no processo de lançamento de novas versões, identificando e divulgando as falhas do programa. É livremente distribuído com a licença GPL (GNU General Public License) e é um projeto oficial da Open Source Geospatial Foundation (OSGeo) (MANGHI; CAVALINHENSE; NEVES V., 2011).

Para contribuir com o estudo espacial do IDHM, foi utilizado o coeficiente de correlação (Pearson). Essa metodologia foi criada para avaliar a associação entre essas duas variáveis quantitativas, medindo a intensidade e direção da relação linear entre duas variáveis quantitativas. Moore (2014) sustenta que a correlação é uma medida de associação bivariada do grau de relacionamento entre duas variáveis. Sejam  $x_i$  e  $y_i$  os valores das variáveis  $\bar{X}$  e  $\bar{Y}$ , que são, respectivamente, as médias dos valores  $x_i$  e  $y_i$ . Então, a fórmula do coeficiente de correlação de Pearson é:

$$r = \frac{n \sum(x_i \cdot y_i) - (\sum x_i)(\sum y_i)}{\sqrt{n \sum x_i^2 - (\sum x_i)^2} \cdot \sqrt{n \sum y_i^2 - (\sum y_i)^2}}$$

### 5.5.2.1 Interpretação da correlação

Segundo Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009), o coeficiente de correlação de Pearson ( $r$ ) se altera de -1 a 1. O sinal sugere tendência positiva ou negativa da associação, e o valor indica a força da relação entre as variáveis. Uma correlação perfeita (-1 ou 1) aponta que o escore de uma variável está totalmente dependente do escore da outra. Entretanto, uma correlação de valor zero sugere que não existe relação linear entre as variáveis.

Contudo, como valores extremos (0 ou 1) raramente são encontrados, este estudo utilizou a definição de Dancey e Reidy (2005) para interpretar a magnitude dos coeficientes. Esses autores indicam que o resultado da correlação de Pearson entre  $r = 0,10$  até  $0,30$  é fraco;

$r = 0,40$  até  $0,60$  é moderado; e  $r = 0,70$  até  $1$  é forte, ou seja, quanto mais próximo de  $1$  (independente do sinal), mais forte o grau de relação estatística linear entre as variáveis. Contudo, quanto mais perto de zero, menor a intensidade desse vínculo.

#### **5.5.2.1 Gráfico ou diagrama de dispersão**

O diagrama de dispersão é um gráfico em que pontos no espaço cartesiano X e Y são usados para representar simultaneamente os valores de duas variáveis quantitativas medidas em cada elemento do conjunto de dados.

O gráfico de dispersão é muito empregado para averiguar se há relação de causa e efeito entre duas variáveis de natureza quantitativa (neste capítulo, se gastos com educação refletem no IDHM). Com esse tipo de diagrama, é possível visualizar se existe relação e, se existe, qual a sua intensidade entre as variáveis. Quando o valor de uma variável diminui com o aumento do valor de outra variável, isso significa que as variáveis são negativamente correlacionadas. Quando o valor de uma variável sobe com o aumento do valor de outra, isso denota que as variáveis são positivamente correlacionadas. Os valores da uma variável “média de gastos municipais” de 2000 a 2010 aparecem no eixo horizontal e o crescimento médio do IDHM-Educação no período de 2000 a 2010, no eixo vertical. Cada cidade da Zona da Mata de Minas Gerais aparece como o ponto do gráfico definido pelos valores de ambas as variáveis para aquele município.

## **CAPÍTULO II – INVESTIMENTO E GASTOS EM EDUCAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

### **1. INTRODUÇÃO**

O setor educacional é considerado um dos principais meios de evolução de uma sociedade, que pode ser traduzido como instrumento responsável pelo bem-estar de uma comunidade. Embora o sistema educacional brasileiro tenha evoluído nos derradeiros anos, muitas dificuldades ainda persistem. Percebemos alta taxa de analfabetismo na população acima de 15 anos de idade (9,6% em 2010) com os baixos investimentos de recursos na educação, somente 17% dos gastos sociais (INEP, 2011). Fato que está conjecturado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse indicador, o Brasil alcançou em 2011 a nota de 0,718, representando a 84ª colocação no *ranking* mundial, abaixo de países como Cuba, Hong Kong, Argentina, México e Chile (PNUD, 2011). Estudos que integram as Finanças Públicas

com a educação são importantes para perceber porque o desempenho dos sistemas educacionais é, na maioria das vezes, insatisfatório.

Segundo Gadotti (2010), o progresso da educação pública é, sem nenhum equívoco, um vetor capaz de elevar as condições socioeconômicas de uma sociedade. A educação proporciona o aumento da renda das famílias, a redução da pobreza, o avanço nas condições de higiene e saúde e o preparo dos indivíduos para o exercício da cidadania.

Em todo tipo de pesquisa é inevitável encontrar diversos estudos sobre o mesmo objeto, e isso se deve à facilidade de acesso aos mais diversos meios de comunicação atualmente. Usando-se da disponibilidade eminente de dados, a revisão sistemática torna-se cada vez mais comum entre os pesquisadores como uma forma de combinar os resultados dos estudos já publicados com a pesquisa em curso, objetivando analisar esses dados como se fossem informações extraídas de apenas uma ampla pesquisa. Considera-se que a importância de fazer uma revisão sistemática nasce na velocidade da informação e das constantes descobertas que venham a contribuir com o objeto de estudo, subsidiando o pesquisador com extensa base teórica para sustentar o resultado de sua pesquisa.

Segundo Hunt (1997) e Egger, Smith e Altman (2001), existe uma estimativa de que apenas entre 10 e 15% dos artigos publicados terão valor científico duradouro, o que reforça a importância da busca de novas teorias e publicações durante todo o curso da pesquisa. Legramanti Rodrigues e Klarmann Ziegelmann (2011) afirmam que essa técnica é apropriada para combinar resultados originários de distintas pesquisas, produzindo, assim, estimativas que sintetizam o todo. Roscoe e Jenkins (2005) apontam que a revisão sistemática consiste em alocar distintas pesquisas agrupadas em um único banco de dados e empregar métodos analíticos e estatísticos para elucidar a variância dos resultados, por meio do uso de fatores comuns aos estudos.

As constantes revisões bibliográficas se explicam dada a enorme quantidade das informações produzidas em diferentes áreas do conhecimento. Segundo Figueiredo Filho et al. (2014), a revisão sistemática tem como principal objetivo para o leitor trazer a síntese do objeto de pesquisa de vários estudos concentrados em um só trabalho, bem como definir o atual *status* do conhecimento sobre determinado problema de pesquisa, tornando desnecessária a consulta sistemática a trabalhos mais antigos.

Diante dessa realidade e da dinâmica dos investimentos/gastos educacionais e respectivas influências, é interessante buscar os estudos sobre essa temática, que consiste no objetivo do trabalho em questão, que busca desenvolver uma análise das teses e dissertações

defendidas no período de 2000 a 2018. Esta análise detalha as pesquisas produzidas nos últimos 18 anos, indicando os autores, as referências mais citadas e os procedimentos metodológicos adotados, entre outros aspectos considerados importantes para uma análise consistente das pesquisas sobre esse assunto.

## **2. MÉTODOS DE PESQUISA**

Para este trabalho, utilizamos o modelo sugerido por Cooper (2010), que aponta as fases para elaborar a revisão sistemática. São elas: Identificação/formulação do problema de pesquisa, Coleta da literatura (livros, artigos, teses, documentos, artigos não publicados etc.), Coleta das informações de cada estudo, Avaliação da qualidade dos estudos, Análise e síntese dos resultados dos estudos, Interpretação dos dados coletados e Apresentação dos resultados de pesquisa.

### **2.1 Identificação do problema de pesquisa**

Toda pesquisa científica inicia-se com a descrição detalhada do problema que se pretende investigar. Do mesmo modo, na revisão sistemática o pesquisador deve definir o problema de pesquisa que pretende estudar. Assim, a questão de pesquisa identificada foi: Quais dissertações e teses abordam o índice de desenvolvimento humano municipal e investimentos/gastos em educação nos últimos 18 anos e como elas tratam esta temática?

### **2.2 Coleta da literatura**

Segundo Figueiredo Filho et al. (2014), em toda pesquisa empírica o pesquisador deve definir a amostra. No caso de amostras de meta-análise, ele deve deixar claros os critérios de busca utilizados para sua seleção. Para esta tese foi utilizado o Banco de Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), um mecanismo de busca que integra todas as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades brasileiras, no período de 18 anos (2000-2018). O critério de seleção desta base se justifica por dar acesso a teses e dissertações defendidas, ou seja, que já passaram por avaliações de banca de doutores, nas principais universidades do Brasil. O período correspondente a 18 anos objetiva a busca de pesquisas mais atuais sobre o tema, apresentando dados mais atualizados e às técnicas mais utilizadas neste tipo de pesquisa.



## **2.3 Coleta de dados**

Foram coletadas informações de cada estudo da base citada anteriormente com o objetivo de alimentar uma base de dados particular. Para tanto, foi realizada a pesquisa nos resumos das dissertações e teses, utilizando as palavras-chave Investimento em Educação, Gastos em Educação, Índice de desenvolvimento humano municipal (keywords: investment education, municipal human development index, inversión educación, índice de desarrollo humano municipal).

## **3 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS ESTUDOS**

Conforme Cooper (2010), a avaliação da qualidade dos estudos consiste em examinar o grau de correspondência entre os métodos e técnicas utilizados e as conclusões. Assim, depois de formada a base de dados, procedeu-se à análise da metodologia utilizada e dos resultados, buscando verificar a consistência dos dados. Também foi feita uma análise dos autores citados nas obras, visando verificar quais eram os mais utilizados no referido tema de pesquisa. Segundo Figueiredo Filho et al. (2014), nesta fase o pesquisador deve escolher os métodos e técnicas que serão utilizados para integrar os resultados de pesquisa, e uma das técnicas mais comuns é confrontar a frequência dos achados que foram estatisticamente significativos. Para chegar a esses resultados, depois de levantar as dissertações e teses no Banco de Teses do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), foi feita a tabulação desses dados em *software* estatístico, o que auxiliou na identificação das congruências e divergências dos textos encontrados.

### **3.1 Explicação dos dados coletados**

Segundo Figueiredo Filho et al. (2014), o investigador precisa conferir a interpretação substantiva dos resultados de pesquisa, discutindo como os resultados analisados se relacionam com a produção teórica sobre o tema. Depois da tabulação de todos os dados, foi feita a associação das pesquisas encontradas, separando os diferentes resultados em cada uma delas. Também foi comentado sobre a metodologia de pesquisa utilizada em cada investigação e, conseqüentemente, apresentados quais métodos proporcionaram melhores resultados neste tipo de pesquisa.

As pesquisas foram separadas por ano de defesa. Ao mesmo tempo, foram identificados

os objetivos, sendo eliminados os que não satisfaziam o escopo deste trabalho. Depois desse processo de coleta dos artigos, foram elaborados os aspectos a serem avaliados, a fim de entender melhor como vêm sendo tratadas as pesquisas sobre investimento em educação e seu impacto no desenvolvimento das cidades. O Quadro 8 traz uma síntese das teses e dissertações analisadas, apresentando, de forma resumida, quais foram os parâmetros e técnicas utilizados em cada pesquisa.

**Quadro 08:** Síntese das obras pesquisadas.

<b>Autor/Ano/Curso</b>	<b>Amostra</b>	<b>Insumo</b>	<b>Produto</b>	<b>Técnica</b>
Breno Lima Barreto Mestrado em Economia UFES (2009)	78 cidades do ES	O gasto dos municípios do Espírito Santo em educação fundamental por cada matrícula realizada - entre 2002 a 2005 Os resultados aferidos pelo – IDHM/PNUD (2000)	Os resultados médios de cada município do Espírito Santo na Prova Brasil 4ª série e 8ª série.	DEA
Adailda Gomes de Oliveira Mestrado em Educação PUC-Rio. (2010)	92 cidades do RJ	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) e Coeficiente de Gini	Desempenho dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental em Matemática, aferidos pela Prova Brasil	Estatística descritiva
Veruska Pereira da Silva Mestrado em Economia UFRN (2011)	10 cidades da RM de Natal - RN	Número de matrículas na rede municipal de ensino – Censo Escolar/INEP; Despesas realizadas na função educação (dados por município) – SIOPE.	Desempenho da Prova Brasil municipal nas 4ª e 8ª séries para português e matemática – Prova Brasil/INEP;	IQGP
Josedilton Alves Diniz Doutorado em Contábeis USP (2012)	3.013 cidades do Brasil	Custo por aluno;	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB	DEA
Allen Gardel Dantas De Luna Mestrado em Economia UFPB (2013)	216 cidades da PB	Taxa de aprovação, reprovação e abandono escolar; Taxa de Distorção Idade-Série; Número médio de Horas-Aula Diária no Ensino Fundamental; Número médio de Alunos por Turma; INEP; Gasto educacional por aluno do ensino fundamental FNDE/SIOPE	Pontuação do Índice de Bem-Estar Pontuação do Índice de insumo	IQGP
Rafaelle Gomes Firmino Mestrado em Contábeis UnB, UFPB, UFRN (2013)	149 cidades da PB	Receitas das transferências do Fundeb dos municípios paraibanos e as outras fontes de recursos da educação básica.	Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Idebs) dos municípios paraibanos	DEA
Cleiton Martins Duarte Da Silva Mestrado em Adm. UFLA (2013)	853 cidades de MG	Gastos com educação per capita. (IMRS-FJP) Arrecadação do município per capita. (IMRS-FJP)	Taxa de atendimento a crianças de 0 a 5 anos. (SEE/IBGE) Taxa de atendimento a crianças/adolescentes de 6 a 14 anos. (SEE/IBGE)	DEA

			Taxa de atendimento a jovens de 15 a 17 anos. (SEE/IBGE) Taxa de atendimento a jovens de 18 a 24 anos. (SEE/IBGE)	
Fabiano Da Costa Dantas Mestrado em Economia UFRN (2013)	148 cidades do RN	Índice de Gasto por Aluno	Índice de Professores por Aluno Matriculado; Índice de Salas de Aulas por Aluno Matriculado; Índice de Escolas por Alunos Matriculados.	DEA
Anderson Renan Will Mestrado em Contábeis UFSC (2014)	26 UF + DF	Gasto médio em educação e cultura per capita. Obs.: o gasto médio é uma estimativa que parte do valor total gasto em educação dividido pela população do estado.	Nota de alunos do ensino fundamental séries iniciais no SAEB. Nota de alunos do ensino fundamental séries finais no SAEB. Nota de alunos do ensino médio no SAEB.	DEA
Samira Martins Guimarães Mestrado em Economia UFV (2015)	180 cidades de MG que tiveram prefeitos reeleitos nas eleições de 2008	Gasto per capita com educação, que foi definido como o valor dos gastos orçamentários com serviços de educação apresentados nas prestações de contas anuais, dividido pela população total da cidade	Taxa de aprovação, anos finais do EF; Taxa de frequência ao EF; Índice geral de qualidade da educação, calculado pela média ponderada dos três índices de qualidade do ensino por série (4º/5º e 8º/9º séries do ensino fundamental e 3º série do ensino médio)	DEA

Fonte: Dados da pesquisa.

Esta revisão sistemática no Banco de Teses e Dissertações 10 trabalhos defendidos com relação ao tema “investimento público municipal em educação e desenvolvimento regional”. O Gráfico 1 apresenta os anos de defesa desses trabalhos.

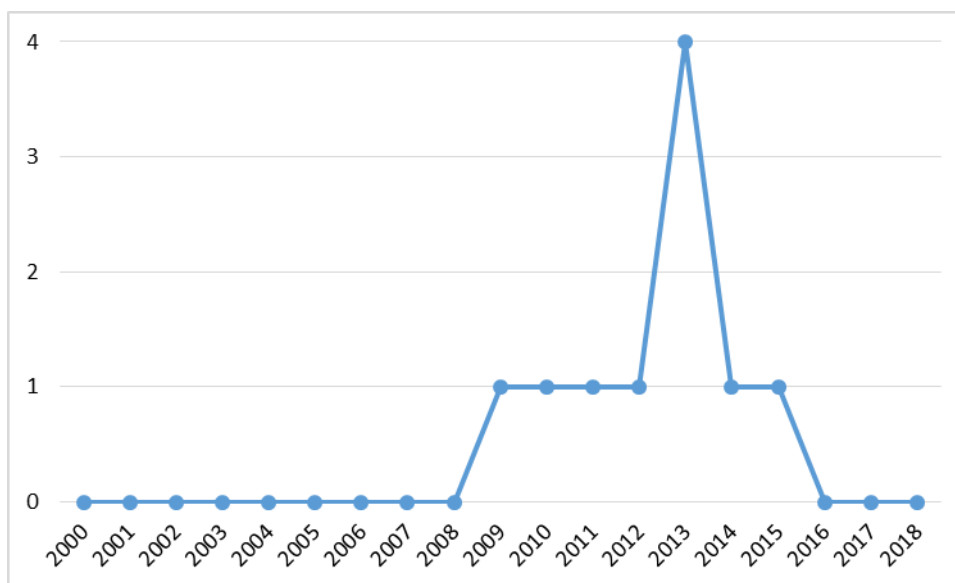


Gráfico 01: Anos de defesa dos trabalhos relacionados ao tema

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que o ano 2013 foi o que apresentou o maior número de pesquisas relacionadas ao tema, o que talvez possa ser justificado pelo aumento e consolidação dos programas sociais e de incentivo à educação que foram iniciados no Brasil na metade da década de 2000. Entre eles, destaca-se o Bolsa-Família, que é o principal programa social para famílias em situação de pobreza, criado em 2004, a partir do aperfeiçoamento e fusão com outros programas de transferência de renda. Para continuarem no programa, as famílias necessitam cumprir algumas condições, entre elas a matrícula e manutenção das suas crianças de até 15 anos idade na escola, com assiduidade mínima de 85%. Outro programa extremamente importante que reflete na assiduidade das crianças na escola é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996 com o objetivo de retirar crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos de idade do trabalho infantil considerado perigoso e incentivar a frequência escolar. O Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos é destinado a pessoas com 15 anos ou mais de idade e busca erradicar o analfabetismo. É ligado ao programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e objetiva fortalecer políticas que instiguem a continuação nos estudos e a reinserção nos sistemas de ensino. O ProUni criado em 2004, o Programa Universidade para Todos, objetivou permitir o ingresso de jovens de baixa renda na educação superior, através da concessão de bolsas de estudo, integrais ou parciais (POCHMANN, 2011).

O resultado foi bastante significativo, pois através da análise dessas pesquisas foi possível identificar a abordagem metodológica adotada pelas pesquisas e os tipos de pesquisa, os métodos de coleta e de análise dos dados, os autores que mais produzem na área, as referências mais indicadas com base na observação das referências apontadas no fim desses

artigos e a época em que os artigos foram publicados, bem como os assuntos mais explorados apontados pelos autores. O Gráfico 2 apresenta quais foram os autores mais citados nos aspectos metodológicos, consistindo daqueles que trabalham com a análise envoltória de dados (Data Envelopment Analysis), em que a citação dessas obras se justificam mediante o grande número de teses e dissertações que utilizaram essa técnica para alcançarem os resultados.

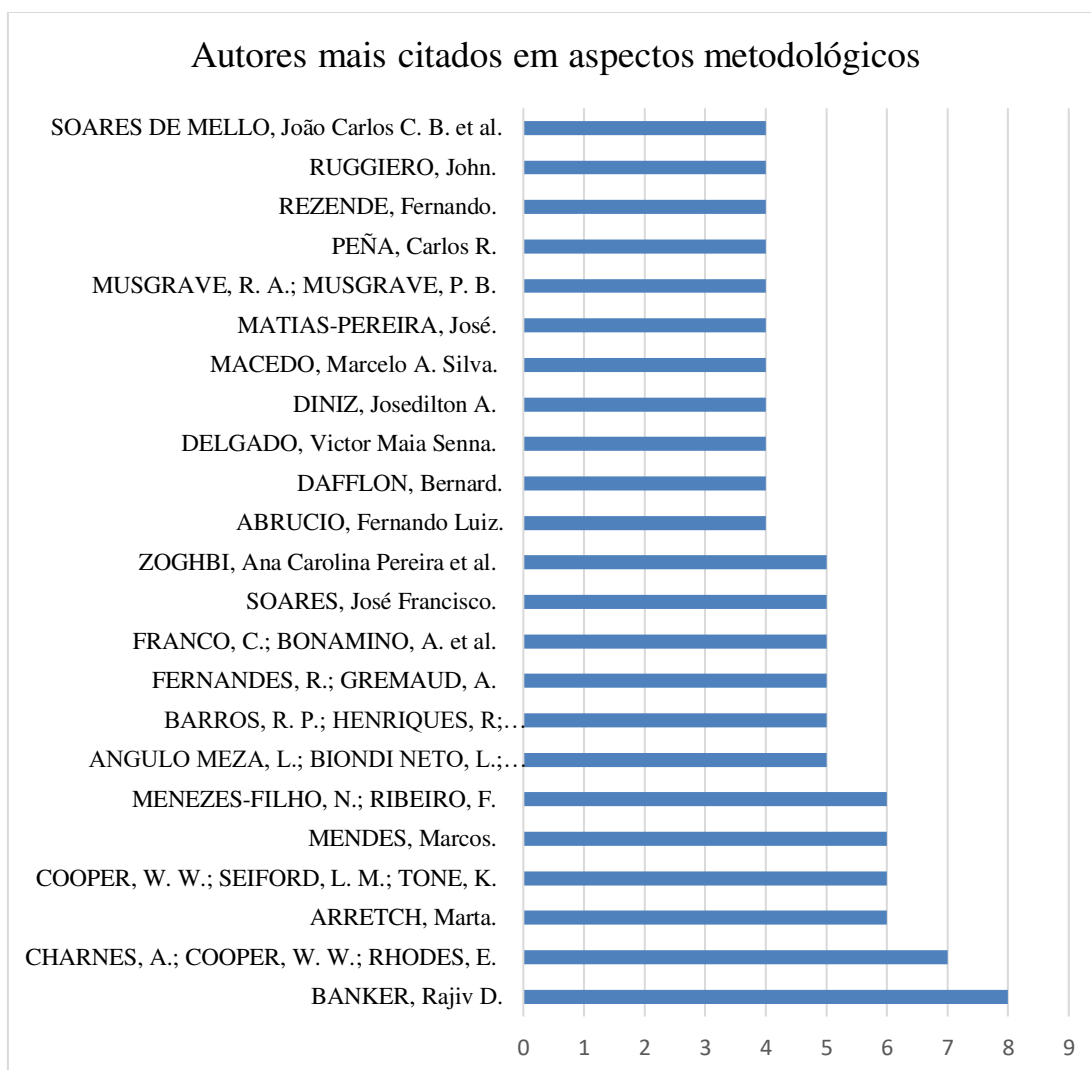


Gráfico 02: Autores mais citados com aspectos metodológicos

Fonte: Dados da pesquisa.

Fez-se uma quantificação das referências de cada uma das 10 teses e dissertações. Somado o número de autores citados nas pesquisas, encontraram-se 553 referências. Como mostrado no Quadro 8, a Análise Envoltória de Dados (DEA – Data Envelopment Analysis) é a técnica que tem sido muito utilizada neste tipo de pesquisa, na estimativa do desempenho relativo de unidades produtivas semelhantes. As outras técnicas empregadas neste tipo de pesquisa foi o Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP), desenvolvido com o objetivo de aferir o desempenho dos governos nas principais esferas de atuação, como Educação, Segurança

e Saúde, por meio da comparação das despesas realizadas com o retorno obtido pela população. A estatística descritiva também foi utilizada, tendo como objetivo a descrição dos dados, sejam eles de uma amostra, seja de uma população.

Muitos dos autores referenciados tratam particularmente de temas correlatos ao tema maior, ou aspectos metodológicos. O Quadro 9 mostra quais foram os autores mais citados, bem como o conteúdo central de suas obras.

**Quadro 09:** Os autores mais citados pelas teses e dissertações pesquisadas

Autor	Citações	Nº de obras	Conteúdo central das obras
HANUSHEK, Eric A.	13	10	Teoria sobre o tema ou relacionada ao tema
AFONSO, Antônio.	8	5	Teoria sobre o tema ou relacionada ao tema
BANKER, Rajiv D.	8	4	Metodologia
CHARNES, A.; COOPER, W. W.; RHODES, E.	7	2	Metodologia
ARRETECH, Marta.	6	5	Teoria relacionada ao tema
COOPER, W. W.; SEIFORD, L. M.; TONE, K.	6	2	Metodologia
MENDES, Marcos.	6	4	Teoria pouco relacionada ao tema
MENEZES-FILHO, N.; RIBEIRO, F.	6	4	Teoria muito relacionada ao tema
ANGULO MEZA, L.; BIONDI NETO, L.; RIBEIRO, P. G.;	5	3	Metodologia
BARROS, R. P.; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R.	5	4	Teoria sobre o tema ou relacionada ao tema
FERNANDES, R.; GREMAUD, A.	5	5	Teoria relacionada ao tema
FRANCO, C.; BONAMINO, A. et al.	5	4	Teoria sobre o tema ou relacionada ao tema
SOARES, José Francisco.	5	3	Teoria relacionada ao tema ou pouco relacionada ao tema
ZOGHBI, Ana Carolina Pereira et al.	5	2	Teoria muito relacionada ao tema
ABRUCIO, Fernando Luiz.	4	4	Teoria pouco relacionada ao tema
DAFFLON, Bernard.	4	4	Teoria pouco relacionada ao tema
DELGADO, Victor Maia Senna.	4	2	Teoria muito relacionada ao tema
DINIZ, Josedilton A.	4	3	Teoria muito relacionada ao tema
MACEDO, Marcelo A. Silva.	4	4	Metodologia
MATIAS-PEREIRA, José.	4	3	Teoria pouco relacionada ao tema
MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B.	4	3	Teoria pouco relacionada ao tema
PEÑA, Carlos R.	4	3	Teoria muito relacionada ao tema
REZENDE, Fernando.	4	4	Teoria pouco relacionada ao tema
RUGGIERO, John.	4	4	Metodologia
SOARES DE MELLO, J. et al.	4	3	Metodologia

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebeu-se que a tendência nas citações ainda é baixa, induzindo ao entendimento de que ainda não há autores tão relevantes na produção acadêmica sobre o assunto em estudo. As referências citadas são esparsas, muitas vezes de estudos independentes de algum autor em determinado período de tempo ou localidades distintas, sem embrenhar suas pesquisas nessa área afim. O autor mais citado teve somente 13 citações. Alguns desses autores não abordam necessariamente o investimento em educação em sua amplitude. As referências remanescentes são citadas no máximo oito vezes.

### 3.2 Apresentação dos resultados da pesquisa

Os resultados foram apresentados por meio de síntese sobre as teses e dissertações que avaliaram a eficiência dos gastos com educação nos últimos 18 anos.

O estudo de Barreto (2009) estimou a eficiência relativa dos governos municipais do Estado do Espírito Santo em seus gastos no Ensino Fundamental, entre 2002 e 2005. Para chegar aos resultados, esse pesquisador usou a Análise Envoltória de Dados – DEA, para examinar a influência do ambiente socioeconômico na eficiência, sendo considerada a variável não discricionária IDH Municipal (IDHM) em algumas variantes da DEA, como *input* não discricionário. Este estudo indica ainda quanto e em que áreas uma administração municipal relativamente ineficiente precisa melhorar para se tornar tão eficiente quanto o padrão.

Outro estudo relacionado com o tema é o de Oliveira (2010), que utiliza a estatística descritiva para trabalhar a questão da melhoria da qualidade da educação. Segundo essa pesquisadora, o desafio para os pesquisadores é compreender as interações que se fazem presentes entre as políticas públicas educacionais e os indicadores educacionais e de que maneira essas políticas colaboram para o aperfeiçoamento da qualidade da educação no Brasil. O trabalho investiga a relação entre as políticas públicas educacionais e os indicadores de qualidade do Ensino Fundamental nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2005 a 2007. Primeiramente, a pesquisa exhibe a caracterização sociodemográfica dos municípios fluminenses, considerando três indicadores sociais – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI) e Coeficiente de Gini –, permitindo a contextualização e a maior compreensão da qualidade da educação ofertada nos municípios pesquisados. Por fim, a pesquisa aborda como as diferenças nas médias de desempenho em Matemática para o quinto ano do Ensino Fundamental podem ser explicadas pelas políticas educacionais implementadas nos municípios. Os resultados apontam sensível melhoria dos indicadores educacionais analisados e também indicam que as políticas relacionadas à aplicação dos recursos do FUNDEB, à formação continuada dos professores e às condições físicas das instalações e mobiliários têm efeito sobre o desempenho dos estudantes.

Silva (2011), entretanto, utiliza o Índice de Qualidade dos Gastos Públicos (IQGP) para medir a qualidade do gasto público em educação nos municípios da região metropolitana de Natal, no ano 2009, utilizando duas teorias: Teoria do Bem-Estar Social (Welfare State) e Teoria da Escolha Pública (TEP), teorias essas importantes para se perceber a relação entre Educação e Ciência Econômica. A pesquisa também utiliza princípios da microeconomia e da economia do setor público para melhor compreender a função da educação na economia e na

sociedade. Discorre sobre a trajetória da política educacional no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 até 2010, acompanhando as principais alterações ocorridas na Educação Básica em cada governo. As características dos municípios pesquisados foram apresentadas através de indicadores socioeconômicos e, para individualizar cada município no que se refere à educação, recorreu-se aos indicadores educacionais. Os dados avaliados foram coletados nos bancos do Censo Escolar 2009, da Prova Brasil 2009 e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Tais dados foram tratados quantitativamente pelo uso do tratamento estatístico denominado escore padronizado pelo método da função de distribuição acumulada normal. Nessa pesquisa, a qualidade do gasto público em educação foi obtida pelo resultado da razão entre o indicador de desempenho e o indicador de despesa. O estudo concluiu que os municípios que apresentaram maior despesa em educação resultaram em pior qualidade do gasto, não conseguindo retornar a despesa realizada em desempenho, o que revela a ineficácia desses municípios.

A pesquisa de Diniz (2012), por sua vez, demonstra que há um acordo na literatura, em que as habilidades, os conhecimentos e a capacidade das pessoas produzem ampliação no nível de capital humano, que é fundamental para o avanço econômico de um país e da qualidade de vida de sua população. Segundo esse pesquisador, o Estado busca, de maneira geral, criar formas de potencializar os investimentos destinados à educação, considerando que a maneira como esses recursos são alocados e distribuídos vai gerar a eficiência do gasto público. Esse mesmo autor relata, em sua pesquisa, que a eficiência da educação pode ser demonstrada por indicadores que conjeturam a qualidade da atividade educacional, comparados com os recursos aplicados. O objetivo da pesquisa foi analisar a eficiência da aplicação dos gastos em educação e procurar identificar relações empíricas que corroborem a tese de que as transferências condicionais da Educação Fundamental são desfavoráveis à eficiência da aplicação de recursos. A fundamentação teórica deste estudo foi pautada na teoria do federalismo fiscal, sendo também utilizada a teoria econômica da educação para melhor compreensão da problemática, e na definição das variáveis utilizadas para mensurar a eficiência da educação fundamental. Na parte empírica da tese, mediu-se a eficiência utilizando a técnica da Análise Envoltória de Dados em painel, denominada Dinamic Slacks Based Model (Dinâmica DSBM), com dados do período de 2004 a 2009, referentes a 3.013 municípios brasileiros. Essa fase foi desenvolvida em dois estágios. No primeiro, utilizaram-se os insumos controlados pelo gestor (custo por aluno) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como produto da educação. No segundo, ajustaram-se os escores de eficiência obtidos no primeiro estágio, acrescentando ao



modelo as variáveis não controladas pelo gestor, mas que influenciavam a eficiência. A partir dessas adequações no poder discricionário dos escores de eficiência técnica, foi feita uma regressão GEE (Generalized Estimating Equations), tendo como variáveis explicativas da eficiência as transferências condicionais da Educação Fundamental, como: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os resultados indicaram que, de maneira geral, as transferências intergovernamentais condicionais direcionadas à educação afetam negativamente a eficiência dos gastos públicos no Ensino Fundamental, confirmando a tese proposta. Cabe ressaltar ainda que a autonomia financeira tem efeito positivo na eficiência da educação. Segundo a pesquisa de Diniz (2012), existem evidências empíricas para afirmar que os municípios considerados mais eficientes têm maior custo por aluno, maiores índices de desenvolvimento da educação básica e maior número de alunos matriculados.

O trabalho desenvolvido por Luna (2013) também utilizou o Índice de Qualidade dos Gastos Públicos (IQGP) para avaliar a eficiência relativa dos municípios da Paraíba em relação ao gasto público na área da educação, mais especificamente no Ensino Fundamental. O Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP) avalia a despesa *per capita* de cada município com o retorno apresentado na forma de indicadores sociais. Na pesquisa que analisou 216 municípios da Paraíba e suas 23 microrregiões, foram utilizados apenas dados secundários, constituindo indicadores de despesa e de desempenho educacional do ano de 2010. Os principais resultados apresentados mostram que os municípios e microrregiões que alcançaram maior eficiência relativa foram aqueles que apresentaram menor gasto *per capita* com educação por aluno. A pesquisa ainda mostra que as cidades que apresentaram melhores índices de resultados foram menos eficientes, pois gastaram muito para alcançar esse resultado. Luna (2013) afirma que a elevação da despesa *per capita* não trouxe, necessariamente, aumento no bem-estar da população escolar.

A pesquisa realizada por Firmino (2013) fez uso da metodologia empírica Data Envelopment Analysis (DEA), empregando o modelo DEA-BCC, com Retornos Variáveis de Escala e orientação *output/outcome*, pois se baseia na maximização dos resultados gerados, dados os insumos utilizados. Esse modelo calcula o índice de eficiência para os gastos com Educação Básica nos municípios paraibanos, derivando as funções da fronteira de produção e respectivos escores de eficiência para cada município, além de avaliar o desempenho comparado de uma Unidade Tomadora de Decisão (DMU) a um parceiro de excelência (*benchmark*). Os resultados apontados pelo modelo DEA são capazes de identificar os

municípios mais eficientes, bem como os ineficientes. As variáveis envolvidas neste estudo foram as receitas das transferências do FUNDEB dos municípios paraibanos e as outras fontes de recursos da Educação Básica, que representam os *inputs*, bem como os resultados dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEBS) dos municípios paraibanos, que representam os *outputs/outcomes*. Os dados da pesquisa consideram os anos 2007 e 2009, ressaltando-se que o IDEB é bienal e o período coincide com o da implantação do FUNDEB em 2007. Firmino (2013) concluiu que os índices de eficiência para o ano 2007, dos 149 municípios paraibanos incluídos no estudo, 8,7% são eficientes, os quais podem ser considerados como *benchmarks*, ou seja, servem de referência para os demais ineficientes. Para o ano 2009, 9,4% dos municípios paraibanos encontram-se sobre a fronteira de eficiência. Desse modo, é possível ressaltar que houve aumento no percentual, mesmo que pequeno no número de municípios com índices de eficiência entre os anos analisados. Segundo a pesquisa, esse aumento também pode ser considerado reflexo dos instrumentos de transparência e da *Accountability*, já que permitem à sociedade acompanhar os resultados da aplicação dos recursos públicos destinados à Educação Básica. Os resultados indicam que os municípios que se apresentam sobre a fronteira de eficiência são pequenos, com baixa densidade demográfica e baixo desenvolvimento econômico, por isso possuem *inputs* semelhantes. Constatou-se que apenas 9% dos municípios se apresentam na fronteira de eficiência nos anos analisados, e isso significa que todos os outros municípios localizados fora da fronteira de eficiência são ineficientes na aplicação de seus recursos destinados à Educação Básica.

A pesquisa de Silva (2013) trata da educação como um direito constitucional, que exerce papel fundamental no desenvolvimento da sociedade. Segundo esse autor, os indicadores sociais indicam situações desfavoráveis como altas taxas de analfabetismo e baixa frequência escolar, contexto agravado pelas diferenças socioeconômicas regionais do Brasil. Silva (2013) diz que o município, esfera pública com menor poder de arrecadação, está mais próximo do cidadão e é responsável por fornecer diversos serviços, incluindo educação. Nesse contexto, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB) garante um valor mínimo aplicado por aluno almejando a igualdade no atendimento, porém as discrepâncias no acesso à Educação Básica ainda são intensas. A pesquisa objetivou avaliar a eficiência dos municípios mineiros na aplicação dos recursos públicos para o fornecimento da Educação Básica. A metodologia utilizada nesta dissertação foi a Análise Envoltória de Dados (DEA), para calcular a eficiência técnica dos 853 municípios mineiros, bem como classificá-los quanto ao nível de eficiência e indicar modelos referenciais

de eficiência para cada municipalidade. Todos os dados coletados foram de fonte secundária, especialmente a arrecadação municipal e os gastos com educação, e obtidos do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS/FJP) sobre a população, provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), e as matrículas na Educação Básica em 2010, obtidos da Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). Os resultados obtidos por Silva (2013) apresentam uma média das eficiências técnicas de 61%, revelando que 84% dos municípios podem ser considerados com grau de ineficiência forte ou moderado. Assim, percebe-se que parte expressiva da população não foi atendida de forma eficiente com o serviço de educação. Os municípios mais ineficientes foram aqueles que aplicaram maior volume de recursos e não geraram resultados na mesma dimensão. Verifica-se, assim, que os municípios que consumiram mais recursos não alcançaram a eficiência no oferecimento dos serviços educacionais.

Dantas (2013) objetivou, em sua pesquisa, medir o grau de eficiência na alocação dos recursos públicos originários do FUNDEB em Educação Fundamental dos municípios do Rio Grande do Norte, nos anos 2007 e 2011. A pesquisa buscou avaliar a eficiência na alocação de recursos públicos municipais em educação nas séries iniciais e finais da Educação Fundamental. Também, verificou se os municípios que conseguiram maiores níveis de eficiência foram os que destinaram os maiores volumes de recursos em Educação Fundamental e analisou quais municípios alcançaram os piores e os melhores índices de eficiência na alocação de recursos públicos em educação. Para atender ao objetivo da pesquisa, foi utilizado o modelo de Análise Envoltória de Dados (DEA), com Retornos Variáveis de Escala (VRS), em que se estimou a eficiência dos gastos públicos municipais em educação e expurgou o problema dos *outliers*. Os dados utilizados foram o índice de gasto por aluno, índice de professores por aluno matriculado, índice de salas de aulas por aluno matriculado, índice de escolas por alunos matriculados, índice do inverso da taxa de distorção idade-série e índice do IDEB. Aquele autor ainda apresenta o resultado de que pouco mais de 11,6% dos municípios do Rio Grande do Norte são eficientes na alocação dos recursos públicos em Educação Fundamental entre os anos 2007 e 2011.

Will (2014) buscou na Contabilidade Pública o princípio que garante a ampla divulgação e transparência de informações aos cidadãos sobre os resultados da gestão pública, como justificativa de sua pesquisa. O referido estudo teve como objetivo central evidenciar o grau de eficiência alcançado pelos Estados brasileiros na alocação de recursos públicos para a educação entre 2001 e 2011, ponderando os resultados alcançados. Foi realizado um estudo descritivo com abordagem de dados basicamente quantitativos, operacionalizado por dados secundários, através da pesquisa bibliográfica e documental, do levantamento de informações

sobre recursos e resultados. Para verificar a eficiência deste estudo, foi utilizado o modelo de Análise Envoltória de Dados (DEA). O conceito de recursos empregado pela pesquisa parte de valores orçamentários gastos com educação em proporção à população e ao número de alunos, bem como ao PIB *per capita*, como forma de balancear as desigualdades econômicas. Will (2014), através da comparação realizada, verificou que alguns Estados alcançaram bons resultados de eficiência, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que conciliaram gastos razoáveis com ótimas avaliações de ensino. Entretanto, Maranhão e Pará entre 2001 e 2011, apresentam avaliações de ensino pouco satisfatórias, mas com baixos orçamentos para essa área de despesa pública. Outros Estados, porém, se destacaram por seus baixos índices de eficiência na gestão de recursos voltados para a educação, como é o caso do Amapá, Amazonas, Rio de Janeiro e de Sergipe.

Guimarães (2015), em sua pesquisa, buscou maior entendimento sobre o comportamento dos agentes políticos e como as ações afetam o desempenho econômico. Assim, a pesquisa procurou na reeleição e na teoria dos ciclos político-econômicos defender que os formuladores de política econômica não estão preocupados com o bem-estar social, mas apenas em vencer o pleito eleitoral. Para conseguir ser reeleito, segundo a teoria pesquisada pela citada autora, os agentes políticos manipulam as variáveis econômicas no primeiro mandato, isto é, são mais eficientes no primeiro período que no segundo. Buscando validar essa hipótese, a mesma autora analisa a eficiência na alocação dos recursos públicos em Educação, Saúde e Segurança dos municípios mineiros durante os mandatos 2005-2008 e 2009-2012. A pesquisa teve uma amostra composta de 180 cidades que tiveram prefeitos reeleitos nas eleições de 2008. A ferramenta adotada foi a Análise Envoltória de Dados (DEA), com retornos variáveis e orientação de produtos para comparar os mandatos e captar os ganhos em eficiência técnica na produtividade total dos fatores (PTF) e mudanças tecnológicas. Portanto, foi empregado o Índice de Malmquist em DEA, com retornos variáveis e orientação para produtos. Guimarães (2015) chegou a um resultado que contradiz a teoria, mostrando que o segundo mandato é mais eficiente que o primeiro para os setores de Saúde e Segurança, ao obter ganhos de eficiência e melhora nos indicadores analisados. No entanto, no setor de Educação há indicativos de que houve manipulação, uma vez que não foram alcançados ganhos de eficiência de um mandato para outro. Contudo, a citada pesquisadora salienta que a análise feita se refere às variáveis estudadas e não a um estudo aprofundado de cada setor.

## 4 CONCLUSÕES

Esta revisão sistemática se propôs analisar os estudos que pesquisaram investimentos públicos em educação e o seu reflexo no desenvolvimento local, identificando que são poucos os trabalhos de mestrado e doutorado que buscam pesquisar este tema. No horizonte temporal de 18 anos, apenas 10 trabalhos foram encontrados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, o que revela quão longo é o caminho a ser trilhado nesta linha de pesquisa.

Assim, os resultados revelam que a abordagem das pesquisas tem sido quantitativa e o tipo de pesquisa, descritiva, prevalecendo a Análise Envoltória de Dados entre os métodos de análise.

Nota-se pouca tendência ao uso das referências pelos autores das teses e dissertações pesquisadas. Entre os autores referenciados, o mais citado foi Hanushek, Eric A. A produção internacional está presente nessas pesquisas, da mesma forma que em obras dispersas, sem aprofundamento do tema, sugerindo que, mesmo em pesquisas internacionais, este tema é escasso e não existe uma literatura robusta a respeito.

Neste capítulo foi proposto um modelo teórico que buscou verificar os efeitos do investimento em educação e seu impacto nos indicadores sociais, cujos resultados não foram conclusivos. Porém, foi possível identificar nesses trabalhos uma contribuição relevante, bem como um alerta. A contribuição é ampliar o conhecimento teórico sobre o custo da educação em cidades do Brasil, instigando novas pesquisas e reflexões. O alerta que este estudo indiretamente faz é que existe fragilidade nos dados que são empregados para construir relevantes políticas públicas. Também ficou claro em alguns trabalhos que a qualidade da educação oferecida nos municípios brasileiros carece de cuidados. E o investimento público adequado é importante instrumento para a reversão desse quadro.

Almeja-se que este trabalho possibilite chamar a atenção da importância sobre o assunto, acreditando que, no momento vivido pela sociedade, essa temática seja propícia para pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais que buscam desenvolver novos rumos da educação no Brasil, de forma a colaborar para o desenvolvimento humano e social.

## **CAPÍTULO III – A ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF) NAS CIDADES DE MÉDIO PORTE DA ZONA DA MATA MINEIRA**

### **1 INTRODUÇÃO**

#### **1.1 Contexto histórico das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira**

A Zona da Mata de Minas Gerais é uma mesorregião que se destacou nos cenários histórico e socioeconômico de Minas Gerais. Esta região, com o declínio do ciclo do ouro, destacou-se durante o século XIX na agricultura, principalmente na produção de café e na pecuária. No século XX, a atividade agropecuária declinou, originando a estagnação socioeconômica em várias atividades.

A Zona da Mata tem localização privilegiada no Estado de Minas Gerais e no Brasil, possui infraestrutura relativamente em boas condições e favorece acesso a mercados. A região, atravessada por importantes rodovias federais e estaduais, localiza-se próxima às principais metrópoles do país, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, localização essa que a torna sensível às transformações no processo socioeconômico nacional.

O desenvolvimento da cidade de Ubá foi marcado pela chegada dos imigrantes italianos, que trouxeram, principalmente, a diversidade cultural. Segundo Do Carmo (2015), a imigração aconteceu em duas épocas e origens distintas. Os primeiros imigrantes vieram do Sul da Itália e apresentavam como vantagem suas variadas profissões: artesãos, alfaiates, comerciantes, operários, ferreiros, caldeireiros e marceneiros. Entretanto, não eram agricultores, porém contribuíam para a melhoria da cidade de Ubá, que na época não contava com luz, calçamento, saneamento básico, como era o caso dos demais municípios da Zona da Mata de Minas. Em um segundo momento vieram os imigrantes do Norte da Itália, que chegaram aqui apenas após a abolição da escravidão, em 1888. Ao contrário dos primeiros, estes eram camponeses organizados, disciplinados e chegaram para substituir o trabalho escravo, dando a Ubá um novo impulso econômico.

Os estrangeiros tiveram grande participação no crescimento do município, nos aspectos políticos, econômicos e sociais. Conforme Do Carmo (2015), foi um dos poucos municípios de Minas Gerais onde os italianos continuaram depois da crise agrícola no Brasil advinda da queda no preço do café. Aproveitando da queda de preço dos imóveis, eles adquiriram grandes extensões de terra, compraram fazendas e subdividiram-nas em diversas propriedades, fato que gerou grande atração de colonos vindos de outras regiões.

Atualmente, Ubá é um dos maiores municípios do país por conta dessa grande subdivisão de terras. A partir dessa característica de divisão do solo, ofuscou-se o latifúndio e, com ele, a monocultura do café, dando lugar à policultura do fumo, dos cereais, da cebola, da batata, dos pimentões, do tomate, entre outros. Houve, em decorrência disso, diminuição do setor agrícola na economia. Ultimamente, o setor secundário, especialmente a indústria moveleira, passou a ser a atividade econômica mais importante de Ubá (DO CARMO, 2015).

A Zona da Mata mineira não era ignorada pelos colonos portugueses. Conforme Nogueira (2007), devido à decadência da cana-de-açúcar no século XVII, Portugal estimulou bandeirantes a explorarem os sertões do Estado em busca de metais e pedras preciosas. Essa grande procura por fortunas para a realeza induziu o descobrimento de enormes jazidas de ouro em Minas Gerais. Durante esse processo, diversas áreas até então ignoradas foram ocupadas.

Inicialmente popular como sertões proibidos, a Zona da Mata era usada pelos contrabandistas de ouro que, no anseio de fugirem da rigorosa fiscalização da Coroa, utilizavam-na como caminho alternativo para chegar ao Rio de Janeiro, razão por que o governo português impedia a colonização da região, alegando que os indígenas que lá viviam eram extremamente perigosos (NOGUEIRA, 2007).

No final do século XVIII, com a crise da mineração em Minas Gerais, a migração para a região mineradora tinha enfraquecido e sendo desviada para áreas até então despovoadas. O declínio das zonas mineradoras aumentou a circulação de migrantes para as chamadas áreas proibidas.

Em 1828, os primeiros bandeirantes chegaram ao território que hoje pertence ao município de Leopoldina, que segundo Nogueira (2007) ficou inicialmente conhecido como Arraial do Feijão Cru, no Sertão do Pomba. São considerados seus fundadores o tenente Joaquim Ferreira de Brito e o seu genro Francisco Corrêa de Lacerda, que receberam as primeiras sesmarias.

Nogueira (2007) afirma que o café passa a existir como cultura viável na Zona da Mata, principalmente devido ao clima e à presença de fronteiras agrícolas e de trabalhadores para as lavouras. Destacaram-se na produção de café os municípios de Leopoldina, Juiz de Fora, Mar de Espanha, Cataguases e Ubá, entre outros.

Com o fim da escravidão, em 1888, o Estado enfrentou, ao lado de São Paulo, o problema da escassez de mão de obra. Porém, ambos os Estados iriam tomar caminhos diferentes. A transição das relações de trabalho escravistas para livre na Zona da Mata obedeceu a padrões distintos de São Paulo, devido a problemas internos e ao baixo fluxo imigratório.

Entre essas relações de trabalho, destacaram-se em Leopoldina a meação e o salário (NOGUEIRA, 2007).

A mão de obra nacional foi o recurso mais viável, ainda que tentativas de integração de operários estrangeiros na lavoura de café da Zona da Mata tenham sido realizadas, sua efetivação era muito pequena, restringindo-se mais aos centros urbanos. Na Zona da Mata houve uma tendência em usar o trabalho livre pobre em detrimento do imigrante, uma vez que, naquele período, entre outras coisas, Minas Gerais era a província mais populosa do Brasil, e o imigrante procurava preferencialmente instalar-se nas cidades, onde acabavam se proletarizando ou abrindo seus próprios negócios (NOGUEIRA, 2007).

Segundo Nogueira (2007), impulsionado pela produção de café, desenvolveu-se todo um complexo sistema que buscava a ampliação da produção para a exportação. Apareciam, concomitantemente ao desenvolvimento cafeeiro, novas necessidades, especialmente entre as camadas mais ricas da sociedade local. Nas décadas finais do século XIX, o município de Leopoldina contava, entre outras coisas, com a energia elétrica gerada pela Companhia Força e Luz Cataguases/Leopoldina e com uma das mais importantes redes de transportes da Zona da Mata, a Leopoldina Railway Ltda., criada na década de 1870, constituída por capitais britânico e brasileiro, com sede em Londres, Inglaterra (NOGUEIRA, 2007).

Pela Leopoldina Railway, os cafeicultores despachavam sua produção e chegavam à cidade de Leopoldina mais rapidamente. O trem trazia, também, estudantes que, principalmente na década de 1910, buscavam na cidade educação, atraídos pela distinta rede de ensino particular. Entre os anos de 1896 e 1914 foram criadas cerca de 12 escolas particulares, que ofereciam diversos cursos, recebendo a cidade o apelido de Atenas da Zona da Mata mineira. Desses estabelecimentos de ensino, o que sobressaiu foi o Ginásio Leopoldinense, fundado em 1906 por José Monteiro Ribeiro Junqueira, reconhecido como uma das principais escolas de Minas Gerais (REIS, 1925).

A indústria de Leopoldina resumia-se até 1913 em duas máquinas de beneficiamento de arroz e um engenho de café, permanecendo mais associada ao campo do que à zona urbana. A sede do município não agiu como polo de atração industrial, uma vez que se pregava abertamente uma ideologia ruralista, que defendia o progresso através do campo. As populações mais pobres estavam concentradas, especialmente, nas periferias agrárias, compostas por distritos rurais. Essa fatia da população ficava afastada dos problemas políticos e econômicos do país, quer por seu relativo isolamento, quer pelo pouco interesse que se tinha em levá-los a



essa camada pouco participativa, em decorrência de sua exclusão social e econômica (NOGUEIRA, 2007).

Com a crise de 1930, a cidade de Leopoldina encarou sérios problemas financeiros e teve que se adaptar aos novos tempos. A policultura foi estimulada, e a criação de gado leiteiro ganhou destaque em Leopoldina. Para os habitantes de Leopoldina, assim como os de outras cidades da Zona da Mata, era com a agricultura que viria a riqueza que sustentaria a cidade. Era essa a diretriz que movia as pequenas comunidades e o pensamento difundido pelas elites locais (NOGUEIRA, 2007).

Leopoldina foi um dos mais ricos e prósperos municípios de Minas Gerais que sofreu forte retração econômica e populacional. A indústria sempre foi um ponto fraco e nunca conseguiu se instalar de forma hegemônica, tendo a agricultura permanecido como fundamental fonte de renda.

Segundo Xavier e Carrieri (2016), duas características históricas fazem de Cataguases uma cidade única. A primeira, de ordem econômica, caracteriza-se pela pioneira industrialização, em particular no setor têxtil, promovida pela geração de energia elétrica desde a primeira década do século XX. A outra particularidade diz respeito à relação da cidade com a cultura, refletida nas produções cinematográficas de Humberto Mauro, na arquitetura modernista e na cultura literária modernista da Revista Verde.

Conforme Netto (2013), o francês Guido Tomaz Marlière chegou à Zona da Mata mineira, que mais tarde ganharia reconhecimento por sua disciplina e seus princípios de defesa da civilização indígena. A cidade de Cataguases, por situar em um fundo de vale, formou sua ocupação urbana especialmente pelas áreas mais planas. Essa zona de terras facilitou a ocupação central da cidade, destacando-se a elevação onde atualmente se encontram suas principais praças.

Em 1877, chegaram a Cataguases os trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, que se tornou meio de comunicação eficiente, servindo não só ao transporte, mas também como ponto de encontro. Logo após, o café proporcionou o desenvolvimento de alguns grupos sociais, ao mesmo tempo criando um proletariado urbano, concorrendo para estruturar as classes sociais (NETTO, 2013).

Com o impulso pela economia cafeeira, redirecionou-se o capital para a indústria, isso acontecendo desde a primeira década do século XX, com destaque na segunda década, quando o café dava sinais de decadência produtiva. Com isso nasce a segunda fábrica de tecidos, a Companhia Industrial Cataguases; logo em seguida, vem a criação da terceira fábrica de tecidos,

a Companhia Manufatora de Tecidos de Algodão. Notam-se traços de empreendedorismo pioneiro que se tornaria uma das características marcantes da sociedade cataguasense, ou seja, ser diferente, reorganizar sua economia, fugir da crise, redirecionar seu capital e tornar-se pioneira, o que, com certeza, constituir-se-ia a base de todo um processo cultural (NETTO, 2013).

A cidade com características modernas se consolida na década de 1940 com três grandes companhias industriais, especializando-se no ramo dos tecidos. A industrialização em Cataguases não trouxe apenas empregos, mas impulsionou o setor imobiliário, através da construção de casas para os operários industriais, e bairros e vilas operárias nasceram nesse período. Dessa maneira, a cidade desenvolveu-se, e tal evento foi oportuno ao arranjo urbano, pois impediu uma ocupação desorganizada, em que seria mais difícil a prestação dos serviços urbanos ou, simplesmente, a dependência do serviço público tardaria a acontecer.

O nome do município de Manhuaçu é derivado da palavra indígena “mayguaçu”, que denota rio grande, numa alcunha dada pelos índios “Puris”, os primitivos habitantes, ao rio local. No começo do século XVIII, o explorador taubateano Pedro Bueno Cacunda explorou ouro em Castelo, Guandu e Manhuaçu, estimulando o povoamento na região (SIMONESIA, 2014).

A cidade de Manhuaçu é o maior polo industrial da microrregião, iniciando sua história por volta do século XIX, quando apareceram as primeiras propriedades agrícolas da região. Entre os anos 1860 e 1874, imigrantes suíços, alemães e franceses começaram a chegar ao município, dando continuidade ao processo de desenvolvimento que, atualmente, representa a grande força industrial, especialmente na cultura cafeeira.

Conforme Giovanini e Matos (2004), a cafeicultura, mesmo estando concretizada na Zona da Mata em 1850, ainda não tinha chegado ao seu limite de expansão. Havia ainda muitas terras virgens a serem exploradas no Norte, e isso foi feito. Desse modo, antes de 1900, a ocupação das três divisões principais da Zona da Mata mineira – Sul, Centro e Norte – estava materializada, com a eficaz integração dessas áreas no circuito da produção de café. No início do século XX, a produção cafeeira da Zona da Mata era muito significativa, sendo a região de Manhuaçu e cidades vizinhas as maiores produtoras, com 1,5 milhão de arrobas. Entre os anos de 1880 e 1930, o café ganhou força na região mineira, e foi nesse período que cresceu a produção de Manhuaçu (SIMONESIA, 2014).

Conforme Medina (1996), foram fundamentais para o desenvolvimento do município e sua concretização como polo regional e cafeeiro: a sua localização estratégica com relação a

outras grandes cidades e polos regionais, que promovia o escoamento da produção de café; e as suas características físicas territoriais, uma vez que seu solo apresentava características que, aliadas ao clima local, eram favoráveis ao cultivo do café.

No final do século XIX e início do XX, os habitantes de Manhuaçu já possuíam o jornal “O Manhuaçu” (criado em 1890), e a cidade também possuía infraestrutura de transporte com a chegada da Estrada de Ferro Leopoldina (1915) e da energia elétrica fornecida pela Companhia Força e Luz de Manhuaçu (1918). Devido ao alto valor de divisas que circulavam no município pela comercialização do café, já no início do século a cidade tinha instituição financeira, o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (1920). Ainda hoje, vários casarões dessa fase estão de pé e abrigam famílias, empresas e entidades, no trecho antigo da cidade (SIMONESIA, 2014).

Porém, o desenvolvimento do setor cafeeiro provocou o crescimento desordenado da cidade, que sem planejamento adequado sofre com problemas graves de infraestrutura urbana. Segundo De Almeida e Trindade (2018), com o passar dos anos a cidade de Manhuaçu lidou com muitas transformações em seu desenho urbano até chegar ao seu traçado atual. Entretanto, nem sempre foi ponderado e arquitetado um projeto ideal para o município levando em consideração a declividade do terreno, o meio ambiente e as áreas de preservação do seu entorno. Dessa forma, a cidade cresceu de forma desordenada, ocasionando sérios problemas que o município enfrenta ultimamente, a exemplo da presença de várias ocupações irregulares que, além de configurarem crimes ambientais, acarretam riscos para a população, uma vez que edificações em locais de risco podem desabar e áreas próximas ao leito do rio estão sujeitas a enchentes em época de cheias, igualmente como as edificações na faixa de domínio das rodovias federais (DE ALMEIDA; TRINDADE, 2018).

Conforme Viana (2015), Ponte Nova continua sendo importante na produção agrícola até nos dias atuais. No início do povoamento da região, aconteceu grande disputa por terras, muito férteis e promissoras. Vieram para a cidade imigrantes asiáticos, franceses, holandeses, espanhóis e de muitas outras regiões do mundo. Uma terra de riquezas e que proporcionaria bom retorno a quem nela se instalasse.

O cultivo da cana-de-açúcar em Ponte Nova, em meados do século XIX, já havia se disseminado de tal maneira que a maior parte das propriedades rurais possuía engenhos e havia sido cultivada com grandes lavouras. A aguardente e o açúcar produzidos na cidade eram vendidos para diversas regiões do Estado. Segundo Villar (2010), o desenvolvimento de Ponte Nova acontece com o movimento da roda do engenho das usinas de cana-de-açúcar. O

crescimento municipal ganhou força quando os trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina chegaram ao município, no final do século XIX. Surgiriam a seguir uma agência bancária, as escolas, pequenas indústrias, o teatro, a luz elétrica e obras urbanas.

O primeiro Engenho Central, ou Usina de Açúcar, de toda a Minas Gerais foi instalado em Ponte Nova, no ano de 1885. As demais usinas de Ponte Nova foram construídas no século XX. São elas: Usina Jatiboca, em 1920; Usina do Pontal e Usina São José, ambas em 1935; e Usina Santa Helena, em 1940 (RIBEIRO FILHO, 1993).

Ao contrário das demais cidades da Zona da Mata que tinham sua economia pautada na indústria do café, Ponte Nova estava atrelada à indústria da cana-de-açúcar e café, porém, mesmo o país não estando oficialmente em guerra, Ponte Nova sentia os efeitos brutais na economia, motivados pelo confronto que se irradiava por todo o mundo. Os cafeicultores já estavam enfrentando sérias dificuldades, e, a partir de 1939, também a cultura da cana-de-açúcar é ameaçada por uma crise aguda (RIBEIRO FILHO, 1993).

O município de Ponte Nova integra a Bacia do Rio Doce, sendo a cidade cortada por um rio extenso. Por diversas vezes, as chuvas já foram as causadoras de enchentes, grande problema social, que já deixaram muitos mortos, desalojados e inúmeras famílias perderam tudo que construíram durante a vida de trabalho (VIEIRA, 2015).

Conforme Marinho (2016), o curso econômico de Muriaé é muito semelhante ao das demais cidades da Zona da Mata mineira. O município passou por grande período de progresso nas últimas décadas do século XIX até a crise de 1929, período dominado pela monocultura do café.

Depois da inauguração da Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, que fazia a ligação direta entre Muriaé e o Rio de Janeiro, capital federal na época, aconteceu a maior projeção da força e do prestígio dos donos das grandes fazendas produtoras de café. Eles, além de se destacarem como elite econômica da região, chegaram ao cenário político, exercendo forte influência nas decisões do Estado e do país (MANOEL, 2015).

Depois do momento da crise de 1929, o município passou por uma nova fase de desenvolvimento relevante, com a inauguração da rodovia Rio–Bahia, em 1939. Dessa vez, monocultura cafeeira cedeu lugar a novas atividades econômicas atreladas à rodovia, tanto que o município, na década de 1960, passou a ser referência no ramo de retífica de motores (MANOEL, 2015).

Marinho (2016) ressalta que nenhum ciclo econômico teve eficácia igual ou superior à do ciclo do café. Atualmente, depois de um novo período de baixo desenvolvimento econômico,

Muriaé descobriu uma nova tendência: o setor da moda e de confecções. O processo que se iniciou de forma bem natural e espontânea, com raízes na habilidade manual e artística das mulheres da cidade, viabilizou a instalação do Polo da Moda de Muriaé.

Se considerar toda a cadeia da moda, abrangendo o comércio de matérias-primas e produtos acabados, os prestadores de serviços de reparo e manutenção das máquinas e a indústria de maquinário de confecção, o polo gera diretamente 15 mil empregos, o que equivale a aproximadamente 17% da população de Muriaé. O Polo da Moda de Muriaé é caracterizado pela hegemonia das microempresas (até 19 funcionários), que equivale a cerca de 75% do total de empresas estabelecidas em 2009 na cidade (IEL, 2010).

Marinho (2016) destaca também a importância do setor devido aos efeitos multiplicadores de renda, notados pela correlação da cadeia de produção. Nos derradeiros 15 anos, Muriaé passou por uma mudança na educação, com a oferta cada vez mais de novos cursos superiores.

A área de saúde de Muriaé ganhou destaque a partir de 2002, com a instalação do Hospital do Câncer da Fundação Cristiano Varela (FCV). A edificação de um centro de excelência no diagnóstico e tratamento da doença atualizou todo o setor de saúde na cidade. Por isso, Muriaé passou a contar com especialidades médicas e serviços médico-hospitalares antes limitados a centros urbanos maiores. Perante o desenvolvimento dos setores da Educação e Saúde, o município reafirmou sua posição como polo da região. Percebe-se um grande fluxo de pessoas vindas de cidades vizinhas à procura por serviços educacionais e de saúde, além do comércio em geral. Tal fator proporcionou à cidade a oportunidade de empreender em outros setores, como a construção civil, o imobiliário e os serviços de transportes e financeiros (MARINHO, 2016).

A prosperidade do solo de Minas Gerais atraiu para a região onde se encontra o município de Viçosa alguns desbravadores à procura de ouro. Foi daí que a bandeira de Antônio Rodrigues Arzão pisou o solo viçosense, em 1693. O surgimento de Viçosa está inteiramente ligado à fase decrescente da exploração de ouro em Mariana, Ouro Preto, Guarapiranga e a outros fatos ocorridos entre os séculos XVII e XIX, como o esgotamento das jazidas e a escassez de alimentos na região, o que motivou os ambiciosos por ouro a procurarem locais mais adequados e solos férteis para o desenvolvimento de plantios (RIBEIRO FILHO, 1997).

Em um primeiro momento, o crescimento de Viçosa foi estimulado pelo potencial da atividade agrícola, que se tornou atrativo para a população de outras cidades, atrelado a alguns sinais de repulsão dessas cidades, como a queda da extração do ouro.

Já nos anos de 1920 o município de Viçosa modificou-se totalmente com a implantação de duas importantes obras que surgiram para mudar completamente o destino da cidade: a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), inaugurada em 1926; e o Patronato Agrícola Arthur Bernardes. Segundo Stephan (2011), essas obras foram idealizadas por mando do viçosense Arthur da Silva Bernardes, então presidente da Província de Minas Gerais, e vistas como um meio de fortalecer o Estado perante São Paulo, no que tange aos aspectos políticos e econômicos.

A implantação da ESAV foi o componente primordial de apoio ao processo de urbanização acelerado do município, que passou a conhecer uma nova fase em seu processo de urbanização e rapidamente se tornou evidência na região e no Estado de Minas Gerais. A ESAV não só se transformou em amplo núcleo de educação, assim como influenciou a cultura, a economia e a educação de toda a região (DE SOUZA MARIA; DE ALMEIDA FARIA; STEPHAN, 2015).

Segundo Ribeiro (2009), a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG) originou-se da antiga ESAV. Para coordenar o projeto de implantação da Escola, Artur Bernardes contratou Peter Henry Rolfs, um perito norte-americano em assuntos agrícolas. A escolha do modelo norte-americano de ensino imediatamente fez da ESAV referência no ensino agrícola. E a instituição recebia então, como visitantes, os mais nobres catedráticos do período.

Essa alteração teve seu marco legal na Lei Estadual nº 272, assinada em 13 de novembro de 1948. Conforme essa alteração, a UREMG seria composta pelas seguintes unidades: Escola Superior de Agricultura da antiga ESAV; Escola Superior de Veterinária; Escola Superior de Ciências Domésticas e, ainda, a Escola de Especialização; o Serviço de Experimentação e Pesquisa; e o Serviço de Extensão. Os Estatutos da UREMG, sancionados em maio de 1950, constituíam o seu acordo de desenvolver, de forma conjugada, suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, dando ampla ênfase à extensão rural (RIBEIRO, 2007).

Anita Dickson, perita em Economia Doméstica, chegara com o encargo de organizar e dirigir a Escola Superior de Ciências Domésticas e, além disso, apoiar a UREMG no preparo de um curso prático intensivo em Economia Doméstica, com duração de um ano (LOPES, 1995). Após o afastamento de Dickson, o curso superior de Economia Doméstica, pioneiro deste tipo no Brasil, foi dirigido por Coradel Hamilton, outra norte-americana que até 1961 permaneceria na Direção. Em 1958, a Purdue University enviaria à UREMG 12 especialistas em Agronomia e Economia Doméstica para apoiar a Universidade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão (RIBEIRO, 2009).

Um programa para fazer uso dos recursos das partes contratantes com sede na UREMG, em Viçosa, Estado de Minas Gerais, a fim de fortalecer o Ensino Secundário e o Ensino Primário no Brasil, nos campos da Agricultura, Pecuária e Economia Doméstica, de modo a promover o desenvolvimento de pesquisa agrícola nas escolas e em outras instituições de pesquisa (BARBER, 1965).

A UREMG, seguramente, foi essencial na dinamização do ensino de pós-graduação na área de Ciências Agrárias, e o seu Centro de Ensino de Extensão tornou-se referência nacional.

Com a federalização da UFV, o desenvolvimento de Viçosa como polo educacional se consolida, a população cresce rapidamente e os problemas aparecem. E o aporte de recursos para custeio, a criação de novos cursos, a ampliação física e a contratação de funcionários foram proporcionados pelo governo federal exclusivamente para a Universidade, uma vez que a cidade não recebia verbas satisfatórias para cobrir os problemas alusivos a essa expansão. Essa ampliação da demanda de novos investimentos foi o fator determinante para a urbanização desordenada. O poder público municipal não estava organizado para receber tão rápido contingente de pessoas e dirigir essa nova demanda que surgia em função da Universidade (RIBEIRO FILHO, 1997).

O aumento populacional vindo de outras localidades colaborou para o desencadeamento de rápidas mudanças na cultura local e também na organização urbana. A área central da cidade, mais próxima da UFV, passou a ser alvo do setor imobiliário, insaciável por atender à grande demanda por moradias. Coincidentemente, essa área central de Viçosa é também relacionada ao momento histórico, considerado por muitos como um dos mais importantes da cidade: a carreira política de Arthur da Silva Bernardes, desde a sua atuação como vereador e Presidente da Câmara Municipal de Viçosa, passando pela presidência do Estado de Minas Gerais até a sua chegada ao cargo de Presidente da República, entre os anos de 1906 e 1924; e a chegada da linha férrea, a construção das Estações Ferroviárias e do Balaústre (CIVALE; MARTINS, 2017).

A partir dos anos de 1970, Viçosa vem conhecendo um desenvolvimento urbano depredatório, assim como muitas outras cidades brasileiras. A presença da Universidade, porém, não provocou desenvolvimento político na cidade, de maneira que, por muito tempo, ela reflete as particularidades da região na presença de uma aristocracia dominante: o coronelismo, o paternalismo, o clientelismo e as trocas de favores eleitorais permeiam todo o desenvolvimento do município (SILVA, 2011). De acordo com Lelis (2008), conforme citado por Silva (2011), alguns fatores tiveram influência e consequências socioeconômicas, uma vez

que, durante longo período, o poder político esteve nas mãos de um pequeno grupo, que reunia fundamentalmente uma família ligada à construção civil. Essa autora observa ainda a relação desproporcional entre oferta e demanda por empregos e o acesso socialmente desigual à Universidade, o que colabora para o avanço das favelas e da violência urbana. Ao mesmo tempo, destaca-se a severa separação entre a UFV e a cidade, no sentido de que, além do emprego e do estudo, a comunidade local tem dificuldade para acessar e incorporar o amplo conhecimento produzido e sistematizado nessa instituição de ensino superior (LELIS, 2008 *apud* SILVA, 2011).

O desenvolvimento, de modo geral, nas cidades da Zona da Mata mineira foi marcado inicialmente pela economia agroexportadora, principalmente do café, em um regime fundiário caracterizado pelo predomínio das pequenas e médias propriedades, o que impactaria na capacidade de implantação de grandes indústrias produtivas locais. Outro fato marcante comum nas cidades teriam sido a crise e decadência irreversíveis da produção cafeeira regional, impactadas pela falência dos solos ou, no mais tardar, pelo colapso dos preços do café marcados pela crise de 1930.

Considerando esses aspectos e tomando como ponto de partida de sua análise a situação atual das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira, nota-se que, apesar de as origens serem muito parecidas, cada cidade tomou rumos diferentes para se desenvolver, permanecendo Manhuaçu, Ponte Nova e Leopoldina tendo como principal elo econômico o agronegócio; Muriaé e Cataguases destacando-se na indústria têxtil e da moda; Ubá reconhecida como polo moveleiro; e Viçosa tendo seu desenvolvimento atrelado ao setor universitário.

## **1.2 A desigualdade social através do olhar multidimensional da pobreza**

A disparidade social é um problema que aflige a maioria dos municípios, principalmente as cidades de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, marcados por problemas econômicos, deficiência no provimento de saúde e educação, precariedade habitacional, entre outras mazelas sociais.

No Brasil, a desigualdade de renda, aliada à pobreza, faz parte da história do país, que é agravada em decorrência de inúmeras crises econômicas, políticas, falhas nas ações governamentais e desenvolvimento econômico centralizado nas classes mais afortunadas. Tais problemas se agravam ainda mais em nível municipal, uma vez que a dependência da população por ações pontuais do poder público é bem maior se for comparada com as esferas estaduais e federais.



Para mensurar o estudo da pobreza, a literatura econômica disponibiliza duas abordagens. A primeira dessas correntes é a unidimensional, fundamentada na escassez da renda. Entre os autores que empregam a renda média para medir o crescimento econômico, destacam-se Ravallion e Datt (1991), Kakwani (1990), Marinho e Soares (2003), Neder e Silva (2004), Laderchi (1997) e Hoffmann (2005), entre outros. A segunda corrente é a multidimensional, que alia aspectos não relacionados diretamente à renda e entre eles incorpora informações de domicílio, meio ambiente e aspectos sociais. Entre os pesquisadores desta abordagem, citam-se Anand e Sen (1997), Salama e Destremau (1999), Pereira (2006), Lacerda (2009) e outros.

Com o crescimento dos debates e das críticas, a abordagem unidimensional da pobreza ocorreu, principalmente, após os estudos publicados pelo economista indiano Amartya Sen (1984; 2001). Esse autor destaca que, para entender os relacionamentos encontrados em sociedade, é fundamental entender também os vários aspectos dos indivíduos e sua participação na comunidade, os quais podem variar desde elementos fundamentais para a sobrevivência até fatores mais complexos, como realização profissional, acesso à educação, nível de felicidade e lazer.

Para este capítulo, realizamos o levantamento do IDF das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira, objeto de estudo deste trabalho. Para tal, foram utilizadas a análise do desenvolvimento humano e familiar, por meio do desempenho educacional, da baixa vulnerabilidade e do acesso ao mercado de trabalho. Melhor explicando, esta pesquisa é baseada no Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), idealizada por Barros et al. (2003), e tem por finalidade apresentar o perfil socioeconômico das seguintes cidades: Cataguases, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa, no Estado de Minas Gerais, trazendo informações dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Até então, esse índice somente era elaborado para as capitais e regiões metropolitanas. Trazendo-o para cidades do interior, será possível analisar as condições de vida das famílias, revelando os setores mais carentes e que demandam maior necessidade de políticas públicas específicas, através de um indicador novo, criado em 2003, e até então nunca utilizado nas cidades pesquisadas.

## 2 SÍNTESE DO IDF NAS CIDADES DE MÉDIO PORTE DA ZONA DA MATA DE Minas Gerais

As análises que contemplam os resultados do IDF de Cataguases, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa, no Estado de Minas, se basearam nos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Posteriormente, foi feito o agrupamento dos elementos em dimensões, tratando a ausência de vulnerabilidades, a educação, o trabalho, o desenvolvimento infantil, as condições habitacionais e o consumo de bens duráveis, sempre com a comparação da situação dos municípios citados nos quatro Censos Demográficos, contemplando, assim, um horizonte temporal de 30 anos.

Apresentamos em detalhes o resultado geral dos IDFs das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira, considerando minuciosamente todas as variáveis e respectivas dimensões, nos quatro Censos Demográficos analisados. Para avaliar o nível de desenvolvimento das famílias, empregou-se uma hierarquização idêntica à do IDH. Assim, os índices acima de 0,80 foram considerados com alto nível de desenvolvimento; entre 0,50 e 0,79, com médio desenvolvimento; e, por fim, índices menores que 0,50, baixo nível de desenvolvimento. A Figura 6 mostra as faixas do IDF.



Figura 06: Faixas do IDF

Fonte: Dados da pesquisa

A partir do detalhamento apresentado nos Apêndices, pode-se observar, pelo Gráfico 3, que nenhuma cidade pesquisada atingiu o nível de alto desenvolvimento familiar, sendo a cidade de Viçosa a mais próxima de atingir esse nível, que está na fronteira superior do médio desenvolvimento. Outro destaque que merece atenção é que, desde o primeiro censo pesquisado, todas as cidades ficaram dentro da faixa de médio desenvolvimento.

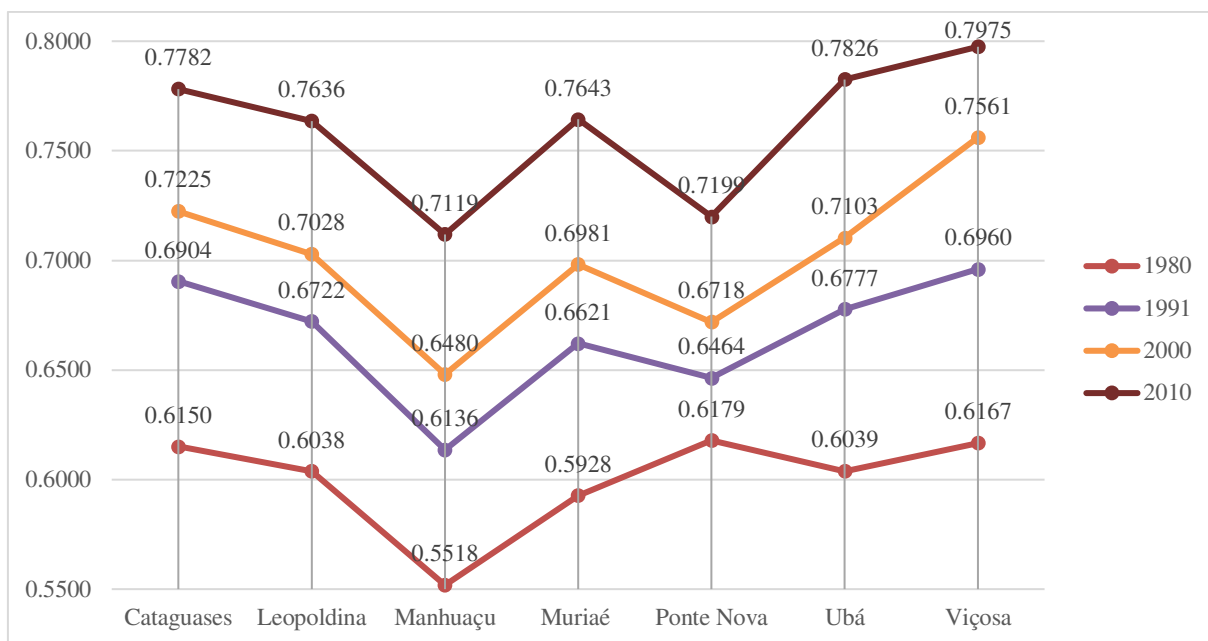


Gráfico 03: Evolução do IDF nas Cidades de Médio Porte da Zona da Mata de Minas Gerais 1980-2010

Fonte: Dados da pesquisa

De forma analógica, a taxa geométrica média observada no período de 1980/2010 pode ser calculada na mesma fórmula do montante em juros compostos, para calcular a projeção de crescimento para o Censo de 2020.

$$V_2 = V_1 (1 + i)^n$$

Onde:

$V_1$  = primeiro índice observado

$V_2$  = último índice observado

$n$  = números de período

$i$  = taxa média a ser calculada

Para chegar a taxa média de crescimento entre os censos utilizou-se a seguinte fórmula:

$$i = \sqrt[n]{\frac{V_2}{V_1}} - 1$$

Assim, a Tabela 1 apresenta as projeções utilizando o critério da taxa de crescimento geométrico do IDF das cidades pesquisadas para o próximo censo, que será realizado no ano 2020.

**Tabela 1** - Projeção de crescimento pelo critério da taxa geométrica

	1980	1991	2000	2010	Taxa média geométrica de Crescimento	Tendência 2020
<b>Cataguases</b>	0,6150	0,6904	0,7225	0,7782	8,16%	0,8416

<b>Leopoldina</b>	0,6038	0,6722	0,7028	0,7636	8,14%	0,8257
<b>Manhuaçu</b>	0,5518	0,6136	0,6480	0,7119	8,86%	0,7749
<b>Muriaé</b>	0,5928	0,6621	0,6981	0,7643	8,84%	0,8319
<b>Ponte Nova</b>	0,6179	0,6464	0,6718	0,7199	5,23%	0,7575
<b>Ubá</b>	0,6039	0,6777	0,7103	0,7826	9,03%	0,8532
<b>Viçosa</b>	0,6167	0,6960	0,7561	0,7975	8,95%	0,8688

Fonte: Dados da pesquisa.

Para ratificar a tendência de crescimento, também foi utilizada a regressão linear para calcular o cenário das cidades pesquisadas no próximo censo. A regressão mostra a melhor situação a ser traçada que se ajusta melhor a esses dados, podendo ser uma reta ou uma curva qualquer. O importante é que o método apresenta o possível cenário, ou seja, minimiza o erro e possibilita estimar, com maior precisão, as projeções dos próximos indicadores.

Y = variável dependente

a = intercepto

X = variável independente

b = coeficiente angular da reta

Fórmulas:

$$a = \bar{Y} \qquad b = \frac{S_{XY}}{S_{XX}}$$

$$S_{XY} = \sum (X - \bar{X})(Y - \bar{Y}) \qquad S_{XX} = \sum (X - \bar{X})^2$$

$$\hat{Y} = a + b(X - \bar{X})$$

A Tabela 2 apresenta os resultados das sete cidades da Zona da Mata mineira, utilizando o critério da regressão linear simples para projetar a situação de cada cidade pesquisada.

**Tabela 2** - Tendência de crescimento pela regressão linear simples

	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>Tendência 2020</b>
<b>Cataguases</b>	0,6150	0,6904	0,7225	0,7782	0,8319
<b>Leopoldina</b>	0,6038	0,6722	0,7028	0,7636	0,8131
<b>Manhuaçu</b>	0,5518	0,6136	0,6480	0,7119	0,7600
<b>Muriaé</b>	0,5928	0,6621	0,6981	0,7643	0,8170
<b>Ponte Nova</b>	0,6179	0,6464	0,6718	0,7199	0,7469
<b>Ubá</b>	0,6039	0,6777	0,7103	0,7826	0,8358
<b>Viçosa</b>	0,6167	0,6960	0,7561	0,7975	0,8672

Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 4 mostra a projeção estimada utilizando a tendência de crescimento, por meio da regressão linear e da taxa de crescimento geométrica.

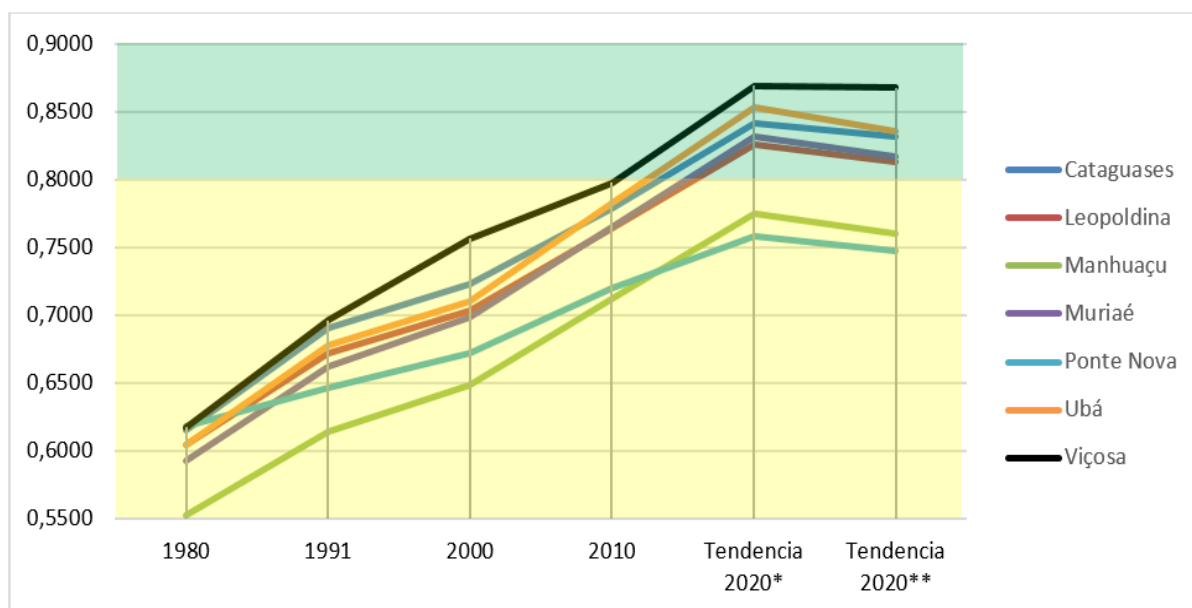


Gráfico 04 - Tendência de evolução do IDF no censo de 2020

Fonte: Dados da pesquisa

\* Critério taxa médio de crescimento geométrico

\*\* Critério de regressão linear simples

Cabe destacar que se a tendência de crescimento for confirmada no próximo censo, Ponte Nova será a cidade com pior índice. Manhuaçu, detentora do pior índice entre todas as cidades pesquisadas nos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010, tenderá a ter desempenho superior ao de Ponte Nova no próximo censo.

Conforme pode ser observado nas Tabelas 1 e 2 e no Gráfico 4, a tendência é de que apenas Manhuaçu e Ponte Nova não irão atingir a linha de alto desenvolvimento. Esse dado pode ser explicado de forma distinta para as duas cidades. No caso de Manhuaçu, em 1980 era a cidade com menor IDF e estava mais próxima da linha de baixo desenvolvimento. Mesmo apresentando taxas médias de crescimento equivalentes às das cidades com melhores índices, isso não foi suficiente para chegar ao nível de alto desenvolvimento.

Já com relação à Ponte Nova a tendência de ainda continuar na faixa de desenvolvimento médio se justifica por ser a cidade com o menor crescimento médio. Como pode ser percebido na Tabela 2, Ponte Nova teve crescimento médio de pouco mais de 5%, enquanto as demais estavam todas acima de 8% da taxa média de crescimento. O Gráfico 4 ainda mostra mais um dado negativo para Ponte Nova: em 1980, a cidade apresentava o melhor IDF e, em 1991, já tinha o segundo pior índice, posição que se manteve até 2010. A Tabela 3 apresenta o crescimento percentual do IDF entre os anos de 1980 e 2010, o que confirma o baixo desempenho de Ponte Nova.

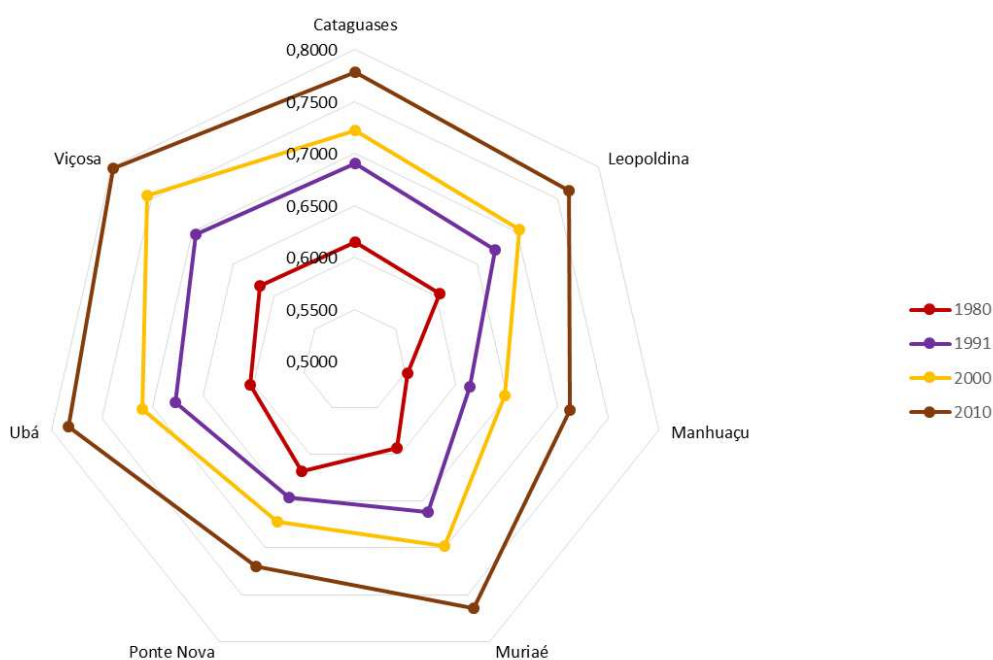
**Tabela 3** - Crescimento do IDF entre 1980 e 2010

<b>Cidade</b>	<b>Crescimento entre 1980 e 2010</b>
<b>Cataguases</b>	26,52%
<b>Leopoldina</b>	26,46%
<b>Manhuaçu</b>	29,00%
<b>Muriaé</b>	28,94%
<b>Ponte Nova</b>	16,51%
<b>Ubá</b>	29,59%
<b>Viçosa</b>	29,32%

Fonte: Dados da pesquisa

O crescimento acumulado nos 30 anos pesquisados indica que o município de Viçosa apresenta o maior crescimento do IDF entre 1980 e 2010, passando de 0,62 para 0,79. Contudo, mesmo com a grande evolução no indicador, o município não conseguiu atingir o nível de alto desenvolvimento.

O Gráfico 5 apresenta o comportamento da evolução do IDF das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira, no período estudado.



**Gráfico 05** – Comportamento da linha do IDF das Cidades de Médio Porte da Zona da Mata Mineira - 1980 - 1991 - 2000 -2010

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar no Gráfico 5 crescimento mais acentuado nos dados de 1980 para 1991, apresentando crescimento médio de 10,88%. Já a média de variação entre os dados de

1991 para 2000 foi de 5,38% e de 2000 para 2010, 8,35% de crescimento. Nesse sentido, mesmo com crescimento constante, não foi suficiente para elevar o IDF de nenhuma cidade da Zona da Mata mineira para o patamar de alto desenvolvimento.

Os Apêndices H a N mostram, respectivamente, os menores e maiores componentes de cada dimensão, além de apresentarem desvio-padrão que objetiva demonstrar a regularidade referente ao conjunto de dados de cada dimensão dos quatro censos analisados, de modo a apontar o grau de oscilação desses dados em comparação com a média dos valores do conjunto. Tais componentes básicos e preliminares auxiliam na compreensão de como se comporta a distribuição dos dados que compõem o IDF das famílias cataguasenses, leopoldinenses, manhuaçuenses, muriaenses, ponte-novenses, ubaenses e viçosenses.

Ao observar a diferença da média das variáveis do IDF de Cataguases, extraída dos quatro Censos Demográficos analisados, observa-se no Apêndice H que a dimensão com pior desempenho em IDFs é o acesso ao conhecimento. Ao passo que os melhores desempenhos da cidade estão na dimensão Disponibilidade de Recursos nos IDF de 1991 e 2010 e Desenvolvimento Infantil nos IDFs de 1980 e 2000, o que reflete uma grande desigualdade da população quanto às questões educacionais.

A exemplo dos resultados da cidade de Cataguases, o resultado das dimensões do IDF de Leopoldina, observados no Apêndice I, a dimensão com pior desempenho em todos os IDFs também é o Acesso ao Conhecimento, enquanto os melhores desempenhos da cidade estão na dimensão Desenvolvimento Infantil nos IDFs de 1980 e 2000, Disponibilidade de Recursos no IDF de 2010 e Vulnerabilidade da Família no IDF de 1991, apresentando também nessa cidade deficiência de falta de acesso à educação.

Manhuaçu, como pode ser observado no Apêndice J, apresenta o pior resultado em todos os IDFs, também na dimensão Acesso ao Conhecimento, destacando-se a educação como a grande deficiência local. Também, como notado no Apêndice J, a dimensão com os melhores desempenhos da cidade está na dimensão Desenvolvimento Infantil no IDF de 2000, Disponibilidade de Recursos no IDF de 2010 e Vulnerabilidade da Família nos IDFs de 1980 e 1991.

O Apêndice K apresenta os dados de Muriaé e, lamentavelmente, assim como as demais cidades, a dimensão como pior desempenho nos 30 anos de análise também está atrelada ao Acesso ao Conhecimento. Do mesmo modo, observados no Apêndice K, a dimensão com os melhores desempenhos da cidade está na dimensão Desenvolvimento Infantil no IDF de 2000,

Disponibilidade de Recursos no IDF de 2010, Vulnerabilidade da Família nos IDFs de 1980 e 1991.

Assim como nas cidades de Muriaé e Manhuaçu, o Apêndice L mostra que os dados de Ponte Nova, com os melhores desempenhos da cidade, estão na dimensão Desenvolvimento Infantil no IDF de 2000, Disponibilidade de Recursos no IDF de 2010, Vulnerabilidade da Família nos IDFs de 1980 e 1991. O lado negativo de Ponte Nova, além do menor crescimento entre todas as cidades pesquisadas, está no baixo resultado na dimensão Acesso ao Conhecimento no IDF de todos os anos analisados.

O Apêndice M mostra que os dados de Ubá, com os melhores desempenhos na dimensão Desenvolvimento infantil no IDF de 2000, Disponibilidade de Recursos nos IDFs de 1991 e 2000 e Vulnerabilidade da Família no IDF de 1980. O lado negativo de Ubá está atrelado ao baixo resultado na dimensão Acesso ao Conhecimento no IDF de todos os anos analisados.

No Apêndice N, ao observar a diferença da média das variáveis do IDF de Viçosa, nos quatro censos demográficos analisados, observa-se ampla diferença entre os valores, variando entre 0,4051 e 0,9665, o que reflete grande desigualdade entre as dimensões de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais no município. Mesmo Viçosa sendo cidade universitária, o lado negativo da cidade, assim como todas as outras cidades pesquisadas, está atrelado ao baixo resultado na dimensão acesso ao conhecimento no IDF de todos os anos analisados. Enquanto os melhores desempenhos da cidade estão na dimensão Disponibilidade de Recursos nos IDF de 1991 e 2010 e Desenvolvimento Infantil nos IDFs de 1980 e 2000.

O índice é a medida de tendência central que expressa a informação no conjunto de dados, e nos próximos tópicos são analisadas as dimensões que compõem o IDF de forma detalhada e sempre traçando a comparação entre as cidades de médio porte da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais.

### **3. Dimensões do IDF da Zona da Mata de Minas Gerais**

#### **3.1 A ausência de vulnerabilidade**

A primeira dimensão a ser analisada no IDF é a ausência de vulnerabilidade, ou seja, aferir a vulnerabilidade familiar no que tange ao montante adicional demandado pelas famílias para atender às suas necessidades básicas. Por exemplo, as famílias com crianças pequenas elevam a vulnerabilidade das famílias, pois são necessários mais recursos financeiros para a satisfação de suas necessidades. Do mesmo modo, família com idosos, falta do cônjuge e



ausência da mãe são também aspectos importantes para o entendimento das vulnerabilidades das famílias (OLIVEIRA, 2014).

A Tabela 4 apresenta, de forma detalhada, os subíndices da dimensão “Vulnerabilidade da Família”. Percebe-se uma evolução nessa variável, em que, segundo Almeida et al. (2016), as famílias têm sido impactadas por uma série de transformações em consequência de eventos locais e globais, especialmente em virtude do processo de globalização da economia e em nível local, com a transformação de comportamento nas relações familiares.

Nota-se nos dados apresentados na Tabela 4 que existe presença relevante de crianças, adolescentes e jovens nas famílias. Consequentemente, muitos recursos financeiros ainda são indispensáveis para atender às necessidades básicas. “Essas condições de modernidade impõem situações de risco aos indivíduos e às famílias, pois expõem o grupo familiar às vulnerabilidades dos mais diversos tipos, o que leva a uma resposta adaptativa do grupo para proteção de seus membros” (ALMEIDA et al., 2016, p. 32). Melhor explicando, as famílias buscam a adaptação ao meio onde estão inseridas, mesmo que para isso vivam em condições precárias bem distantes do mínimo necessário para as condições básicas.

**Tabela 4 - Dimensão Vulnerabilidade da família, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010**

IDF Zona da Mata	1980						
	Ubá	Leopoldina	Ponte Nova	Cataguases	Manhuaçu	Muriaé	Viçosa
<b>ÍNDICE DA VARIÁVEL: VULNERABILIDADE DA FAMÍLIA - 1980</b>	<b>0,7543</b>	<b>0,7497</b>	<b>0,7379</b>	<b>0,7596</b>	<b>0,7464</b>	<b>0,7557</b>	<b>0,6997</b>
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9062	0,9159	0,9023	0,9179	0,8922	0,9152	0,7264
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,8776	0,8913	0,8750	0,8888	0,8592	0,8804	0,6354
Ausência de criança (0-11)	0,7232	0,7033	0,7008	0,7386	0,7034	0,7156	0,7144
Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,6298	0,6131	0,5971	0,6314	0,6022	0,6470	0,6283
Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,3603	0,3725	0,3221	0,3697	0,3230	0,3541	0,3199
Ausência de idoso; (<60)	0,9169	0,9181	0,9292	0,9183	0,9346	0,9266	0,9332
Presença do cônjuge;	0,3689	0,3579	0,3305	0,3733	0,3839	0,3683	0,3488
Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,7825	0,7651	0,7674	0,7942	0,7917	0,7788	0,7154
Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9876	0,9749	0,9711	0,9831	0,9859	0,9930	0,9845
Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9904	0,9852	0,9833	0,9803	0,9883	0,9780	0,9911
IDF Zona da Mata	1991						
	Ubá	Leopoldina	Ponte Nova	Cataguases	Manhuaçu	Muriaé	Viçosa
<b>ÍNDICE DA VARIÁVEL: VULNERABILIDADE DA FAMÍLIA - 1991</b>	<b>0,7717</b>	<b>0,7650</b>	<b>0,7575</b>	<b>0,7813</b>	<b>0,7494</b>	<b>0,7713</b>	<b>0,7386</b>
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9295	0,9414	0,9248	0,9258	0,9188	0,9325	0,8118
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,8980	0,9096	0,8930	0,9018	0,8883	0,9032	0,7669
Ausência de criança (0-11)	0,7436	0,7253	0,7202	0,7557	0,6960	0,7292	0,7346
Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,6564	0,6321	0,6285	0,6831	0,6051	0,6422	0,6584
Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,4049	0,4068	0,3736	0,4294	0,3400	0,4044	0,3854
Ausência de idoso; (<60)	0,9117	0,9131	0,9121	0,9026	0,9309	0,9121	0,9244
Presença do cônjuge;	0,3788	0,3552	0,3558	0,4032	0,3617	0,3981	0,3738
Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,8229	0,7893	0,7928	0,8214	0,7610	0,8133	0,7613
Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9877	0,9923	0,9882	0,9932	0,9953	0,9931	0,9878

Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9832	0,9846	0,9864	0,9966	0,9969	0,9846	0,9819
---	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

IDF Zona da Mata	2000						
	Ubá	Leopoldina	Ponte Nova	Cataguases	Manhuaçu	Muriaé	Viçosa
<b>ÍNDICE DA VARIÁVEL: VULNERABILIDADE DA FAMÍLIA - 2000</b>	<b>0,7796</b>	<b>0,7761</b>	<b>0,7686</b>	<b>0,7845</b>	<b>0,7570</b>	<b>0,7806</b>	<b>0,7568</b>
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9379	0,9456	0,9487	0,9495	0,9239	0,9473	0,9638
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,9148	0,9184	0,9205	0,9259	0,8972	0,9187	0,7740
Ausência de criança (0-11)	0,7915	0,7965	0,7829	0,7916	0,7570	0,7895	0,7926
Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,7137	0,7191	0,6958	0,7268	0,6638	0,7113	0,7101
Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,4442	0,4695	0,4345	0,4940	0,4043	0,4628	0,4261
Ausência de idoso; (<60)	0,9110	0,8878	0,9094	0,8786	0,9193	0,9041	0,9235
Presença do cônjuge;	0,4162	0,3910	0,3748	0,4216	0,4119	0,4299	0,3974
Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,9011	0,8776	0,8644	0,8849	0,8529	0,8772	0,8362
Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9859	0,9791	0,9867	0,9873	0,9829	0,9846	0,9875

IDF Zona da Mata	2010						
	Ubá	Leopoldina	Ponte Nova	Cataguases	Manhuaçu	Muriaé	Viçosa
<b>ÍNDICE DA VARIÁVEL: VULNERABILIDADE DA FAMÍLIA - 2010</b>	<b>0,8005</b>	<b>0,7830</b>	<b>0,7859</b>	<b>0,8123</b>	<b>0,7896</b>	<b>0,8113</b>	<b>0,7902</b>
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9511	0,9070	0,9140	0,9582	0,9437	0,9574	0,9299
Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,9262	0,8727	0,8657	0,9406	0,9179	0,9358	0,8900
Ausência de criança (0-11)	0,8246	0,8440	0,8270	0,8490	0,7991	0,8479	0,8394
Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,7547	0,7765	0,7583	0,7996	0,7220	0,7807	0,7737
Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,5034	0,5631	0,5149	0,5417	0,4741	0,5305	0,5216
Ausência de idoso; (<60)	0,8943	0,8491	0,8867	0,8694	0,8903	0,8711	0,8895
Presença do cônjuge;	0,4370	0,4186	0,3951	0,4443	0,4611	0,4575	0,4214
Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,9178	0,8409	0,9326	0,9249	0,9043	0,9234	0,8740
Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9950	0,9755	0,9787	0,9830	0,9942	0,9978	0,9720

Fonte: Dados da pesquisa

No entanto, a vulnerabilidade não deve ser conceituada exclusivamente pela falta de recursos financeiros. Kaztman (2000) afirma que a vulnerabilidade pode ser definida como a incapacidade de uma família ou de membros da família para se beneficiar de oportunidades disponíveis em diferentes âmbitos socioeconômicos, para melhorar sua condição de bem-estar ou evitar sua decadência.

Merece destaque a situação de Viçosa em 1980. Como pode ser percebido no Gráfico 6, a cidade apresentava naquele momento o pior desempenho entre todas as cidades pesquisadas. Nos períodos subsequentes, Viçosa mostra melhora nos 30 anos da pesquisa, chegando próximo ao nível de alto desempenho nessa dimensão com crescimento acumulado de 12,92% (Tabela 5). Destacam-se, ainda, as cidades de Muriaé, Ubá e Cataguases, que conseguiram atingir o alto desenvolvimento dessa dimensão.

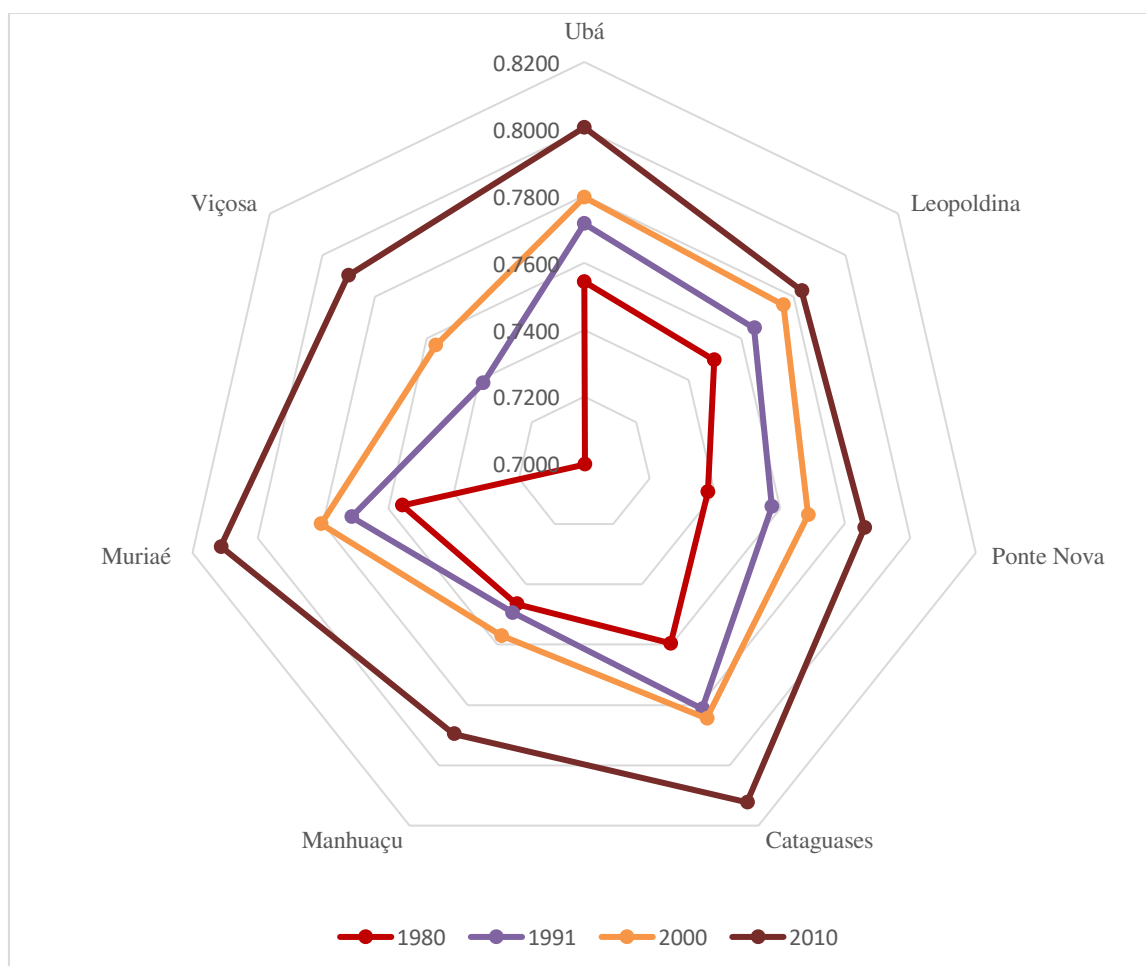


Gráfico 06 – Comportamento das cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira

Fonte: Dados da pesquisa

O lado negativo está no baixo crescimento da cidade de Leopoldina, que evoluiu apenas 4,45%; e de Manhuaçu, com crescimento de apenas 5,79% no período. A seriedade da situação

de pobreza e miséria constitui constante preocupação e força a reflexão sobre suas influências nos indicadores sociais e, especialmente, na área de atuação próxima da família, em que as políticas públicas ainda carecem de ações mais expressivas.

As modificações advindas da política econômica do Brasil determinaram densas transformações na vida econômica, social e cultural da sociedade, gerando altos índices de desigualdade social e aumentando a vulnerabilidade. Como representação dessa estrutura de poder, acentuam-se as disparidades sociais e de renda das famílias, influenciando as suas condições de vida e afligindo as esperanças de superação desse estado de pobreza, o que intensifica suas submissões aos serviços públicos. As desigualdades forçam sacrifícios e renúncias para toda a família (GOMES; PEREIRA, 2005).

**Tabela 5** - Índice de Vulnerabilidade das Famílias nos municípios de médio porte da Zona da Mata Mineira

<b>Município</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>	<b>Crescimento acumulado</b>
<b>Ubá</b>	0,7543	0,7717	0,7796	0,8005	6,11%
<b>Leopoldina</b>	0,7497	0,7650	0,7761	0,7830	4,45%
<b>Ponte Nova</b>	0,7379	0,7575	0,7686	0,7859	6,50%
<b>Cataguases</b>	0,7596	0,7813	0,7845	0,8123	6,94%
<b>Manhuaçu</b>	0,7464	0,7494	0,7570	0,7896	5,79%
<b>Muriaé</b>	0,7557	0,7713	0,7806	0,8113	7,36%
<b>Viçosa</b>	0,6997	0,7386	0,7568	0,7902	12,92%

Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 7 apresenta o detalhamento das variáveis que compõem a dimensão vulnerabilidade da família. Os elementos com os menores índices de desenvolvimento apresentados no intervalo de 1980 até 2010, na cidade de Cataguases, foi referente à variável que mede a ausência de idosos no domicílio, apresentando redução no índice de 5,32%, o que representa um envelhecimento da população local.

Veras (2009) afirma que a cada ano são inseridos à população brasileira 650 mil novos idosos, e grande parte dessas pessoas com enfermidades crônicas e certo número com limitações funcionais. Em menos de 40 anos, a nova realidade das famílias está se alterando para um quadro de doenças complexas e dispendiosas, peculiares dos países longevos, caracterizado por enfermidades crônicas e múltiplas que persistem por anos, com exigência de cuidados ininterruptos, medicação contínua e exames recorrentes.

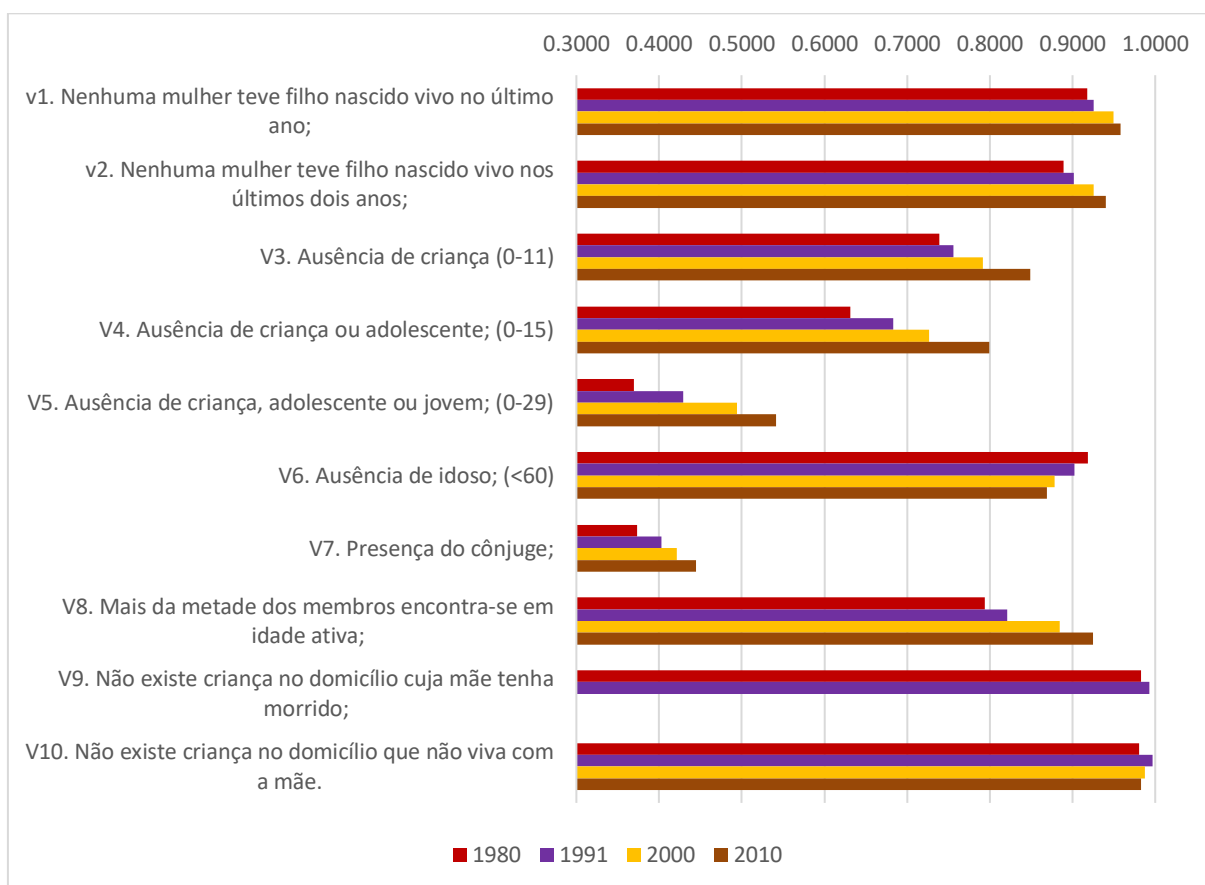


Gráfico 07 - Vulnerabilidade da Família - Cataguases 1980 - 1991 - 2000 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

O fato de que a população cataguasense é constituída por membros mais velhos é reforçado no Gráfico 8. A estruturação da população brasileira ficou, como já dito, praticamente estável até o começo dos anos de 1970. Desde então, inicia-se o acelerado processo de desequilíbrio da estrutura etária da sociedade brasileira. As transformações mais relevantes acontecem nas idades extremas: os menores de 15 anos de idade perderam representatividade desde os anos de 1970; e os maiores de 65 anos revelam crescimento contínuo durante toda a primeira metade do século XX. As populações formadas por indivíduos nascidos depois de 1975, conseqüentemente durante a ocasião da diminuição da fecundidade, aumentarão, nos primeiros anos do século XX, a taxas bem abaixo do valor médio da população total. A partir de 2020 deverão apresentar, inclusive, taxas negativas de crescimento (CARVALHO; RODRÍGUEZ-WONG, 2008).

A variável com melhor desempenho foi a ausência de criança, adolescente ou jovem, ou seja, membros com idade entre 0 e 29 anos de idade, com melhoria de 46,53%, ou seja, em

1980, 63% das famílias de Cataguases tinham membros na referida faixa etária; já em 2010 apenas na metade dos lares havia criança, adolescente ou jovem em seu domicílio.

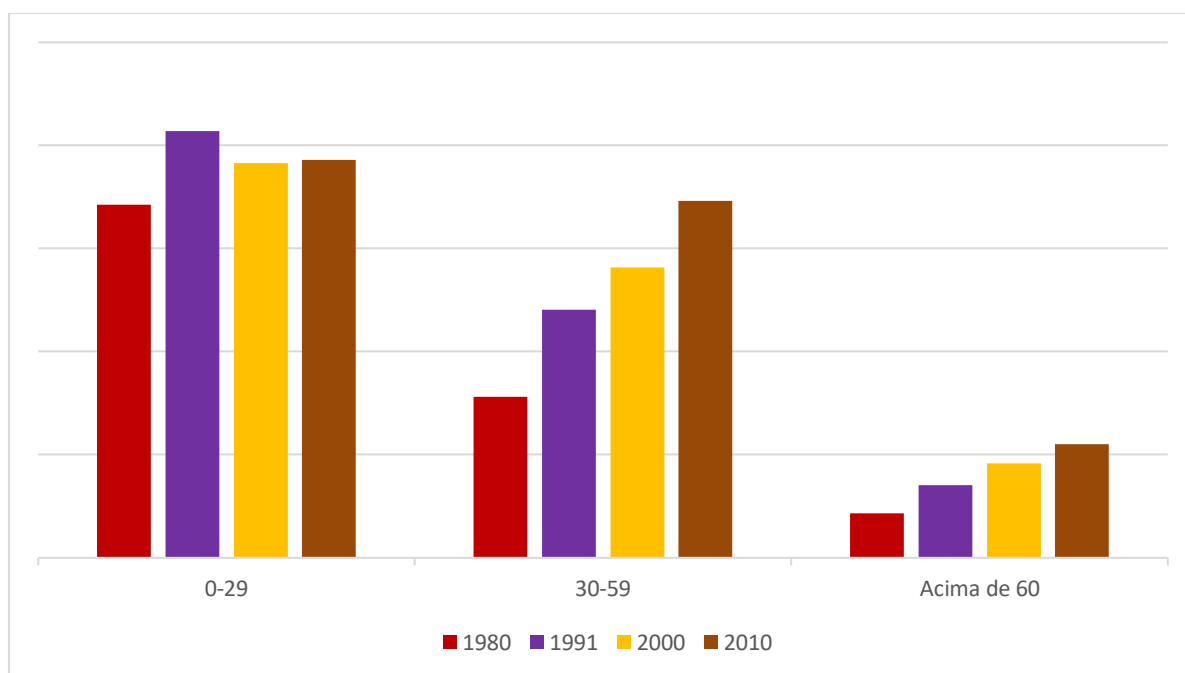


Gráfico 08 – Faixa etária da população de Cataguases

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Oliveira (2014), a categoria “idoso” é desfavorável do ponto de vista da vulnerabilidade familiar. Contudo, pode ser atribuída à elevação da expectativa de vida do brasileiro. Segundo o IBGE, a expectativa de vida do brasileiro em 1980 era de 62 anos, já em 2010 passou para 73,2 anos.

À falta de informação, ao preconceito e ao desrespeito à população idosa junta-se a carência de investimentos governamentais para atenção às necessidades específicas da terceira idade. Diariamente, os idosos convivem com medo de violências, insuficiência de assistência médica e de hospitais e poucas atividades de lazer, além de ansiedades advindas dos baixos valores das aposentadorias e das pensões (VERAS, 2009).

Os elementos com os menores índices de desenvolvimento no município de Viçosa (Gráfico 9) foi referente à variável que mede a ausência de criança, adolescente ou jovem no domicílio. Entretanto, houve melhora significativa, pois, em 1980, esse índice era 0,32 e, em 2010, 0,52 (Tabela 4), equivalente a um aumento de 63% nessa variável. Esse dado indica que, em 1980, 68% das residências do município de Viçosa possuíam a presença de crianças, adolescentes ou jovens, enquanto em 2010 esse volume teve decréscimo, representando 58% desse perfil de família.

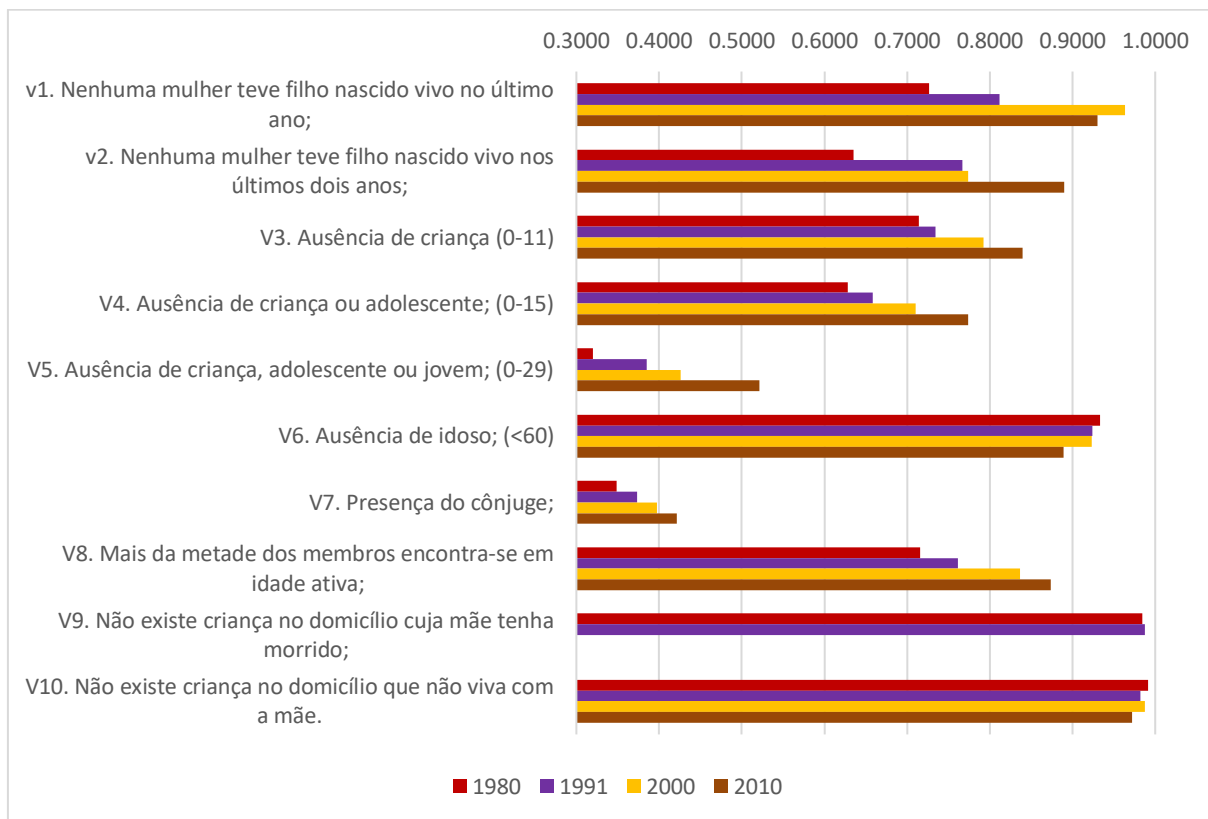


Gráfico 09 - Vulnerabilidade da Família – Viçosa 1980 - 1991 - 2000 - 2010

Fonte: Dados da Pesquisa

Já a variável que atingiu o pior resultado no período foram atenção e cuidados especiais aos idosos. Em 1980 era 0,93 e em 2010, 0,89 (Tabela 4), o que gerou uma queda no subíndice de 4,68%, contribuindo para o acréscimo do índice de pobreza.

Nota-se, então, que a seguridade social, que visa garantir a saúde, a previdência e a assistência social (Constituição Federal do Brasil de 1988), não tem alcançado sua função, transmitindo para a família a cobertura de suas falhas. Por sua vez, a família do idoso dependente, que recebe os baixos benefícios previdenciários do paciente (aposentadoria, pensão ou benefício de auxílio-doença), não é capaz de arcar com todos os custos do cuidado, aumentando ainda mais a vulnerabilidade familiar (CALDAS, 2003).

Os dados também mostram que a população está envelhecendo a cada recenseamento, uma vez que a média da idade da população viçosense era, em 1980, de 24 anos e 9 meses, passando para 26 anos e 4 meses em 1991, 28 anos e 2 meses no Censo de 2000 e de 33 anos e



1 mês no último levantamento, em 2010. O envelhecimento da população demanda recursos extras com os idosos, o que colabora para a vulnerabilidade das famílias de Viçosa, MG.

No Gráfico 10, além do envelhecimento da população com redução do indicador em 7,5%, a fecundidade merece destaque, uma vez que traz informações sobre a ausência de mulheres que tenham tido filhos nos dois últimos anos na residência, apresentando diminuição no indicador em 2,1% e redução de 1% para mulheres que deram à luz no último ano.

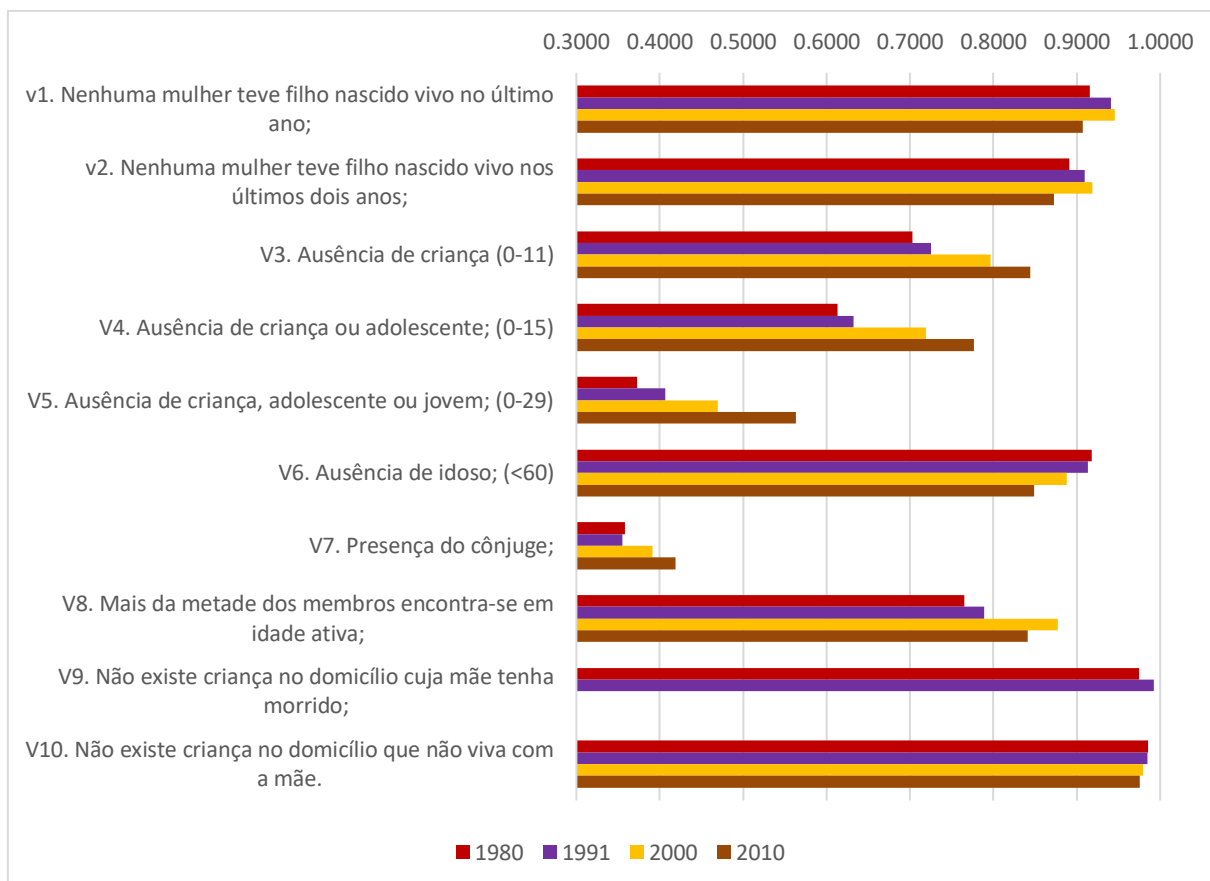


Gráfico 10 - Vulnerabilidade da Família – Leopoldina 1980 - 1991 - 2000 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

O controle mais efetivo da natalidade e a redução do tamanho médio das famílias refletiram diretamente nesse indicador. O Gráfico 11 mostra que, em 1980, 10% dos domicílios de Ubá tinham crianças com menos de 1 ano de idade e 12% possuíam crianças na faixa etária de até 2 anos. Esse percentual cai significativamente em 2010, passando para apenas 5% das famílias com crianças de até 1 ano de vida, e em apenas 7% das residências de Ubá havia crianças com até 2 anos de idade. Essa variável é muito importante para o cálculo do índice, uma vez que aponta as necessidades de cuidados nutricionais e de saúde que passam a existir em consequência da presença de crianças em período de amamentação (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003). Esse dado pode ser explicado pela redução constante da taxa

de fecundidade no Brasil. Segundo o IBGE (2010), o número de filhos por casal em 1980 era de 4,4; em 1991, de 2,9; em 2000, de 2,3; e, em 2010, chegou à marca de 1,84 filho por mulher.

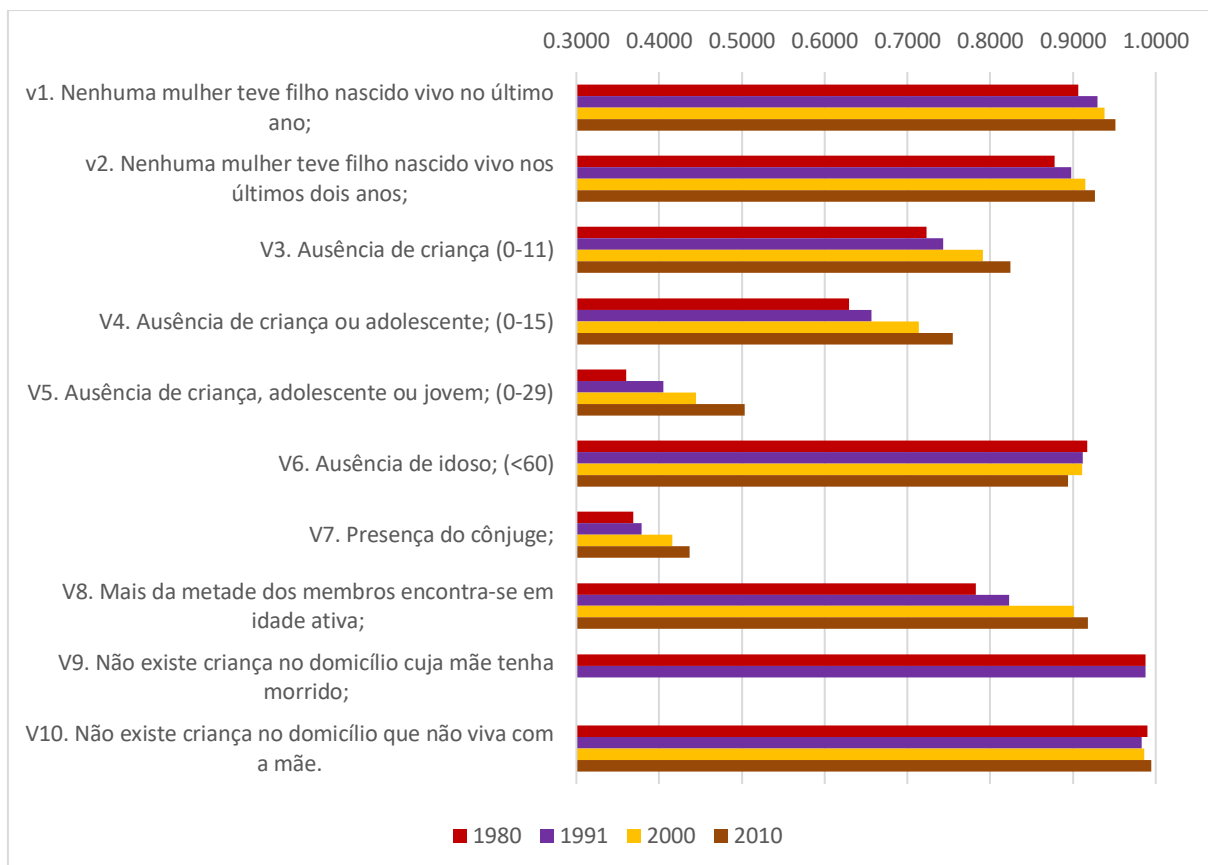


Gráfico 11 - Vulnerabilidade da Família – Ubá: 1980 - 1991 - 2000 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Em algumas famílias, principalmente as mais numerosas, é comum encontrar a condição em que a receita familiar seja proveniente de um pequeno número dos seus membros. Por exemplo, as residências que possuem número maior de pessoas fora da idade economicamente ativa em relação à quantidade de adultos apresentam maior vulnerabilidade. Segundo Barros, Carvalho e Franco (2003, p. 9), “quando o número de crianças ou idosos é proporcionalmente elevado em relação ao número de adultos, a família passa a ocupar uma posição desvantajosa, pois muitos dependem da renda de poucos”.

Para a avaliação da dependência econômica domiciliar, foram utilizadas as variáveis: ausência de cônjuge; e mais da metade dos membros se encontra em idade ativa. O Gráfico 12 ilustra o bom resultado proporcionado pelo indicador “Mais da metade dos membros se

encontra em idade ativa”, contribuindo positivamente para a elevação do índice de vulnerabilidade familiar em Manhuaçu. Em 2010, menos de 10% dos domicílios possuíam menos da metade de seus membros familiares em idade economicamente ativa, enquanto os dados anteriores apresentavam 14% (2000), 24% (1991) e 20% (1980). Em Manhuaçu, 54% das moradias não contavam com a presença do cônjuge no ano 2010, e nos dados anteriores esse percentual foi de 59% (2000), 64% (1991) e 62% (1980). Esses dados evidenciam melhoria de 20% entre os anos de 1980 a 2010. Mesmo com a melhoria do indicador, este dado ilustra o grande número de famílias monoparentais.

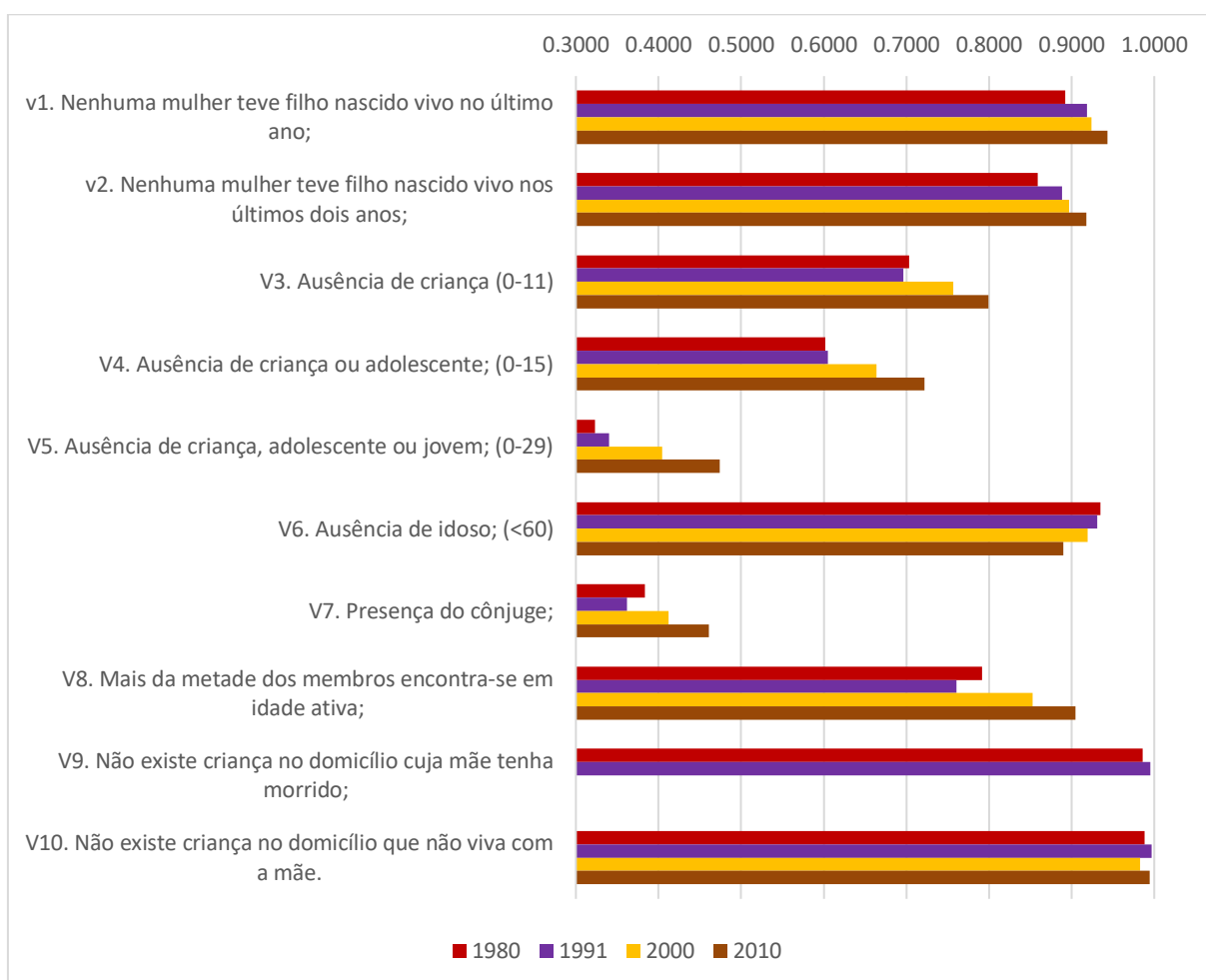


Gráfico 12 - Vulnerabilidade da Família – Manhuaçu: 1980 - 1991 - 2000 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

A variável “presença da mãe”, caracterizada pelo indicador “não existe criança no domicílio que não viva com a mãe”, apresenta também elevação no número de crianças que não vivem com as mães na cidade de Ponte Nova.

O Gráfico 13 destaca os dados dos 1980 a 2010 na cidade de Ponte Nova, merecendo destaque que, em 1980, apenas 1,67% das crianças não tinha a presença da mãe na residência. Esse número foi de 1,36% em 1991 e 1,33% em 2000, mas houve aumento desse índice, que chegou a 2,13% em 2010.

Essa variável teve redução de 0,5% no período analisado, situação que pode ser considerada normal, pois esse indicador está muito próximo de 1, ou seja, essa variável atingiu um grau de estabilidade com pequenas variações.

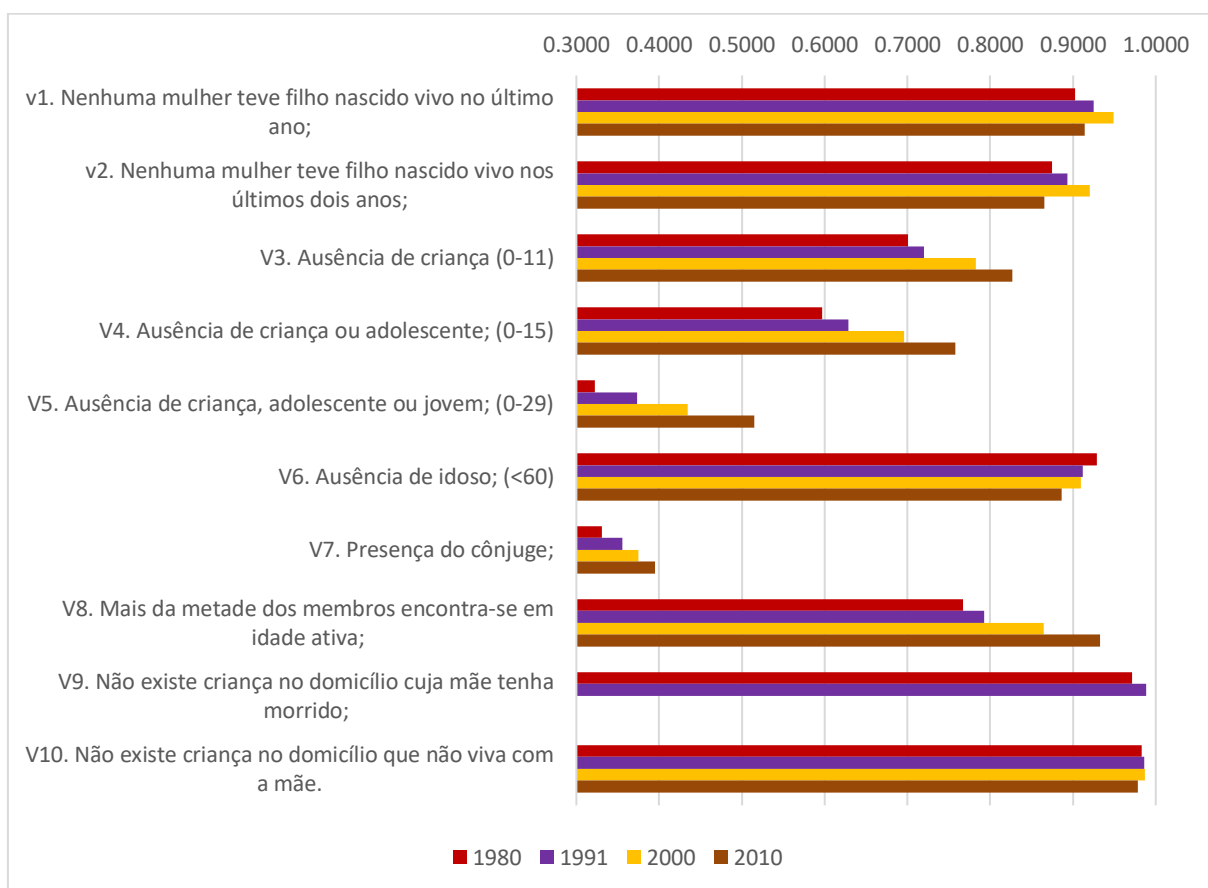


Gráfico 13- Vulnerabilidade da Família – Ponte Nova: 1980 - 1991 - 2000 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Oliveira (2014) afirma que crianças criadas por terceiros têm maiores chances de estar desprotegidas, podendo até ser submetidas a trabalho ou atividades árduas e insalubres, não ter assiduidade escolar ou ficar adoentadas sem atendimento médico apropriado. Entre outros problemas, a falta da mãe na residência eleva a vulnerabilidade das famílias.

O Gráfico 14 apresenta a variável vulnerabilidade da família na cidade de Muriaé, onde merece destaque a variável “Ausência de criança, adolescente ou jovem”, que apresentou aumento de 50% no período analisado.

De maneira geral, esse indicador apresentou bom resultado na maioria das cidades pesquisadas, mas vale destacar que as variáveis de vulnerabilidade familiar citadas são situações complexas que requerem abordagem multidisciplinar, com avaliação de aspectos individuais, familiares e sociais e de análise de contexto local.

É notório nas cidades pesquisadas, assim como em toda a sociedade brasileira, que a crise do Estado, em consequência da dificuldade de acompanhar o modelo econômico internacional, torna-o incompetente para solucionar questões sociais.

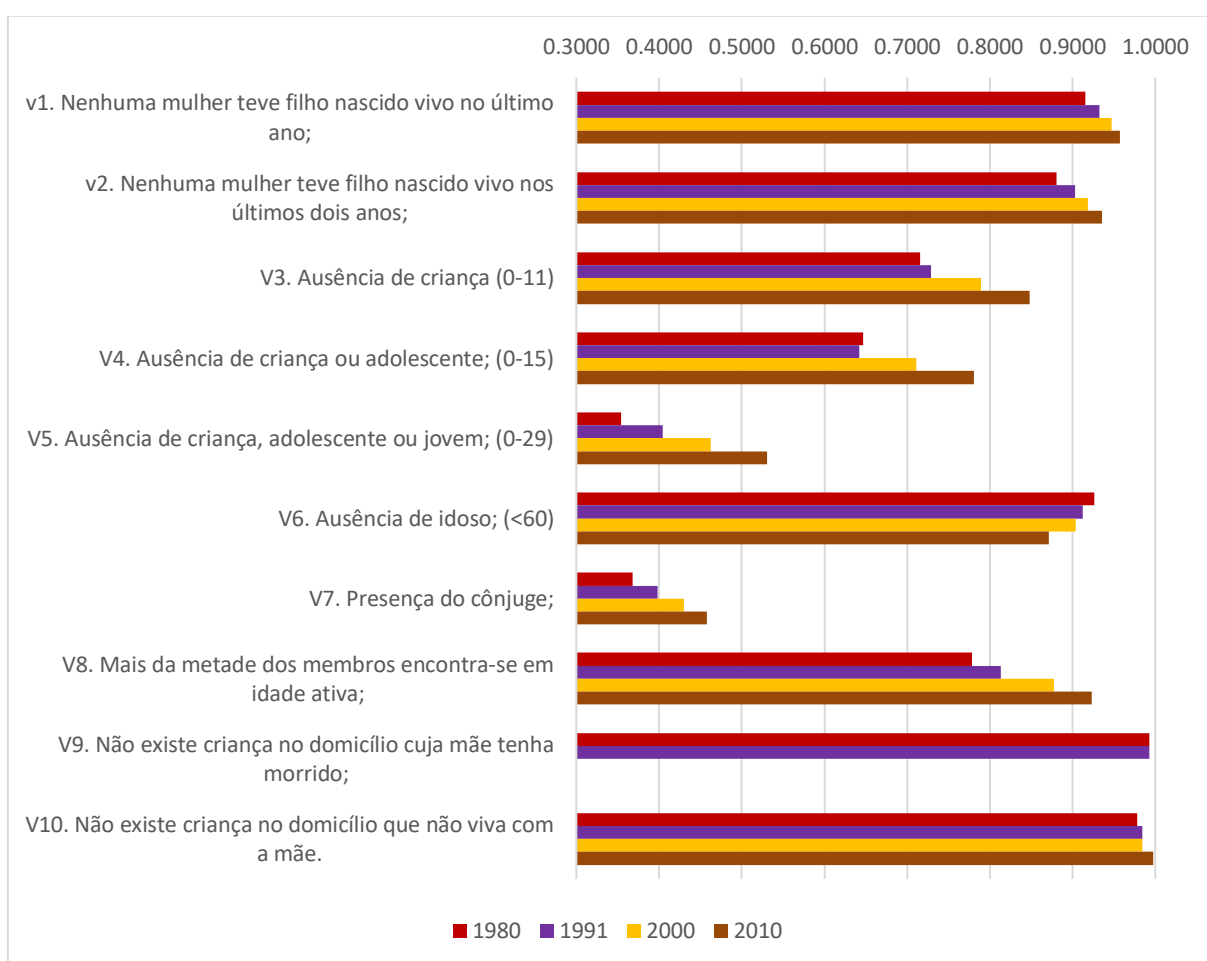


Gráfico 14 - Vulnerabilidade da Família – Muriaé: 1980 - 1991 - 2000 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Para Gomes e Pereira (2005), essa crise se materializa na vida de ampla parcela da sociedade, que é vítima direta da ineficácia ou inexistência de políticas públicas: são hospitais sem condições mínimas de funcionamento; escolas funcionando sem infraestrutura, com professores mal pagos e mal preparados; famílias sem assistências e residindo sem saneamento básico e tampouco o mínimo necessário para viverem decentemente; muitas crianças e

adolescentes que procuram nas ruas a subsistência, como impacto da falta de programas de assistência social eficazes e ininterruptos, que viabilizem o equilíbrio social a essa população carente.

Percebe-se com o resultado desta dimensão que a questão capital é a necessidade de fomento e apoio às famílias vulneráveis, através de programas sociais bem elaborados. O poder público precisa aceitar que são condições determinantes para alcançar as metas prioritárias do desenvolvimento humano: a diminuição da pobreza; o acesso à educação; melhores condições de saúde; alimentação com o mínimo de qualidade; moradia digna; e assistência incondicional às crianças e adolescentes.

### 3.2 Acesso ao conhecimento

A dimensão Acesso ao Conhecimento é constituída de questões ligadas à educação. A maioria das cidades do Brasil apresenta, segundo Goldemberg (1993), algumas particularidades próprias de países em desenvolvimento, destacando-se entre elas a assombrosa desigualdade na distribuição da renda e imensas deficiências no sistema educacional.

Com base nas informações do Censo Demográfico, é possível elaborar indicadores para essa dimensão, cruzando-se informações sobre o analfabetismo, a escolaridade formal e a qualificação profissional. O Gráfico 15 mostra a aumento dessa dimensão no período de 30 anos (entre 1980 e 2010).

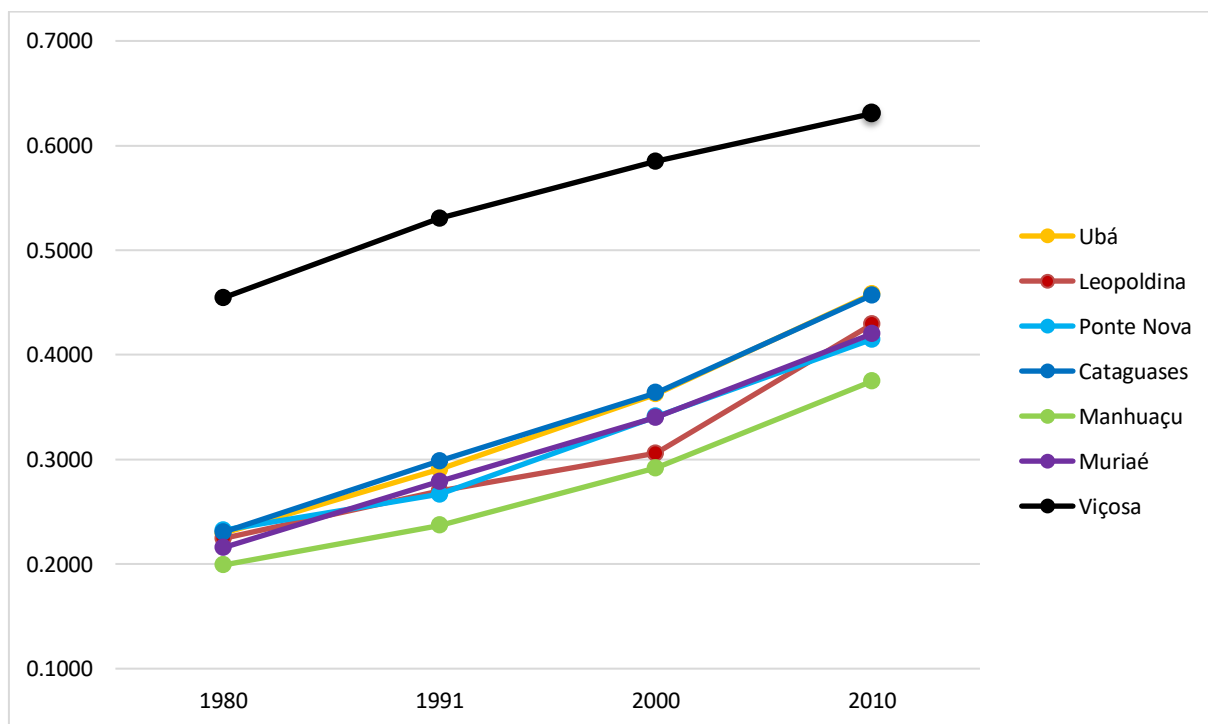


Gráfico 15 – Acesso ao Conhecimento, cidades de médio porte da Zona da Mata de MG, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados indicam que houve melhora considerável no índice dessa dimensão em todas as cidades. Merece destaque a situação de Viçosa, considerada a única cidade universitária entre as sete pesquisadas. Seu município, impulsionado pela presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV), estava em 1980 no mesmo nível em que Ubá se encontrava em 2010, cidade essa com o segundo melhor desempenho nessa dimensão. Melhor explicando, Viçosa está nessa dimensão, se considerados os valores do índice acesso ao conhecimento, 30 anos à frente das demais cidades. A Tabela 6 mostra a tendência de crescimento dessa dimensão nos próximos três censos demográficos.

**Tabela 6** - Tendência de crescimento pela regressão linear simples dimensão acesso ao conhecimento

Ano	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	Ponte Nova	Ubá	Viçosa
<b>1980</b>	0,2305	0,2245	0,1991	0,2157	0,2325	0,2294	0,4545
<b>1991</b>	0,2984	0,2699	0,2368	0,2788	0,2666	0,2906	0,5305
<b>2000</b>	0,3636	0,3058	0,2916	0,3401	0,3411	0,3625	0,5849
<b>2010</b>	0,4570	0,4291	0,3747	0,4200	0,4148	0,4580	0,6305
<b>2020*</b>	0,5235	0,4698	0,4210	0,4822	0,4691	0,5246	0,6957
<b>2030*</b>	0,5980	0,5347	0,4791	0,5496	0,5312	0,6003	0,7539
<b>2040*</b>	0,6724	0,5997	0,5373	0,6170	0,5934	0,6761	0,8122

Fonte: Dados da pesquisa

\* Projeção de crescimento pela regressão linear simples

Apesar da grande diferença entre Viçosa e as demais cidades, ela foi a cidade que apresentou o menor crescimento acumulado, fato que pode ser explicado pela grande discrepância inicial, ou seja, ao atingir determinado valor a tendência é de desaceleração do crescimento. O Gráfico 16 apresenta, visualmente, esse crescimento, em que se nota a menor distância entre as linhas nos dados de Viçosa, enquanto a maior distância e, conseqüentemente, o maior crescimento acumulado são observados na cidade de Cataguases.

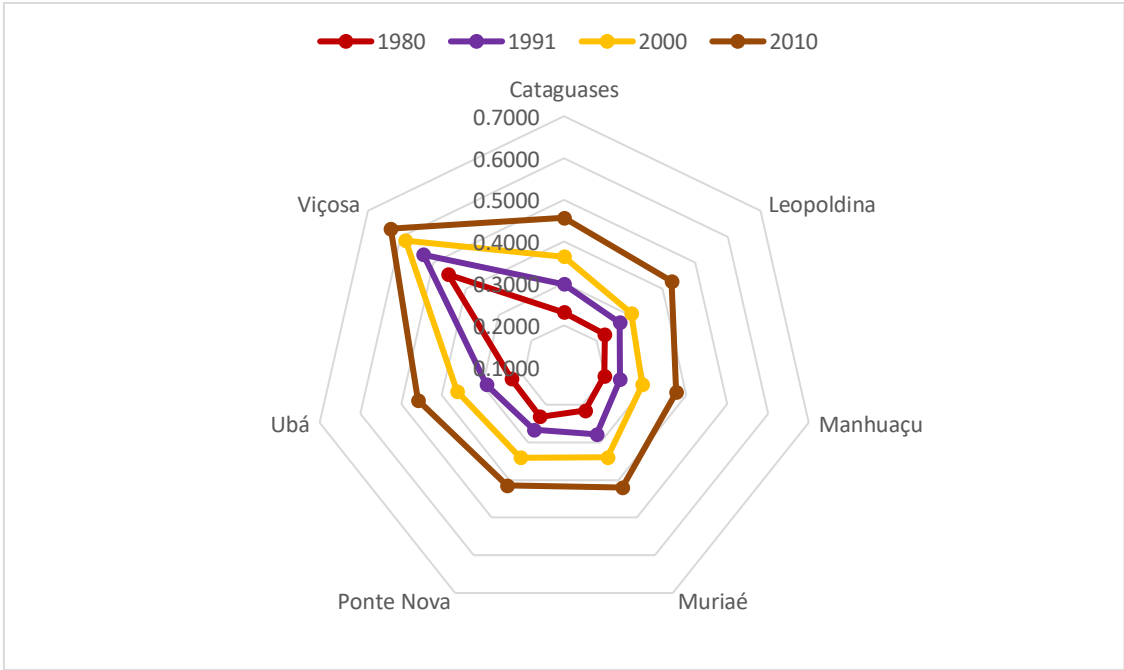


Gráfico 16 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento – 1980 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa



O acesso ao conhecimento tem novo desafio, uma vez que, com relação à educação, instigada pelo princípio da equidade de acesso, cabe aos municípios a tarefa de propiciarem a cidadania e a inclusão social e tecnológica. Nessa óptica, a educação está também em evolução, requerendo o ajuste dos indivíduos às exigências de um novo modelo globalizado, transmutada pela revolução tecnológica, numa sociedade da informação e do conhecimento.

A Tabela 7 apresenta, de forma detalhada, os subíndices da dimensão Acesso ao Conhecimento. Percebe-se, nessa tabela, aumento dessa variável, que é um dos meios mais importantes no combate à desigualdade social e na redução da pobreza. Segundo Barros, Carvalho e Franco (2003), entre todos os elementos imprescindíveis que uma família pode dispor para atender às suas necessidades, o acesso ao conhecimento, seguramente, se encontra entre os mais importantes.

**Tabela 7 - Dimensão Acesso ao Conhecimento, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010**

IDF Zona da Mata	1980						
	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	P. Nova	Ubá	Viçosa
<b>Índice Dimensão Acesso ao Conhecimento</b>	<b>0,2294</b>	<b>0,2245</b>	<b>0,1991</b>	<b>0,2157</b>	<b>0,2325</b>	<b>0,2294</b>	<b>0,4545</b>
Ausência de adultos analfabetos;	0,7643	0,7623	0,7338	0,7377	0,7583	0,7643	0,8129
Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,2813	0,2577	0,2088	0,2434	0,2861	0,2813	0,846
Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,2113	0,2162	0,1632	0,1905	0,2376	0,2113	0,5036
Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,0948	0,0946	0,0709	0,0953	0,0946	0,0948	0,3586
Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0184	0,0131	0,0151	0,0224	0,0140	0,0184	0,1569
Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.	0,0059	0,0031	0,0025	0,0050	0,0041	0,0059	0,0492
IDF Zona da Mata	1991						
	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	P. Nova	Ubá	Viçosa
<b>Índice Dimensão Acesso ao Conhecimento</b>	<b>0,2984</b>	<b>0,2699</b>	<b>0,2368</b>	<b>0,2788</b>	<b>0,2666</b>	<b>0,2906</b>	<b>0,5305</b>
Ausência de adultos analfabetos;	0,8517	0,8106	0,7636	0,8153	0,7750	0,8395	0,8729
Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,4073	0,3604	0,3099	0,3673	0,3655	0,4037	0,8937

Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,3248	0,2799	0,2315	0,2867	0,2892	0,3155	0,6138
Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,1620	0,1245	0,0892	0,1456	0,1274	0,1415	0,5771
Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0387	0,0298	0,0185	0,0491	0,0336	0,0354	0,1562
Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.	0,0057	0,0143	0,0083	0,0088	0,0090	0,0084	0,069

**2000**

<b>IDF Zona da Mata</b>	<b>Cataguases</b>	<b>Leopoldina</b>	<b>Manhuaçu</b>	<b>Muriaé</b>	<b>P. Nova</b>	<b>Ubá</b>	<b>Viçosa</b>
<b>Índice Dimensão Acesso ao Conhecimento</b>	<b>0,3636</b>	<b>0,3058</b>	<b>0,2916</b>	<b>0,3401</b>	<b>0,3411</b>	<b>0,3625</b>	<b>0,5849</b>
Ausência de adultos analfabetos;	0,9074	0,8764	0,8424	0,8670	0,8598	0,9030	0,9221
Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,5821	0,5300	0,4445	0,5273	0,5460	0,5760	0,9503
Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,4336	0,1849	0,3162	0,3927	0,3990	0,4358	0,7739
Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,2103	0,1849	0,1198	0,2039	0,1925	0,2044	0,5624
Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0386	0,0416	0,0199	0,0401	0,0373	0,0421	0,1732
Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.	0,0096	0,0171	0,0067	0,0094	0,0120	0,0135	0,1273

**2010**

<b>IDF Zona da Mata</b>	<b>Cataguases</b>	<b>Leopoldina</b>	<b>Manhuaçu</b>	<b>Muriaé</b>	<b>P. Nova</b>	<b>Ubá</b>	<b>Viçosa</b>
<b>Índice Dimensão Acesso ao Conhecimento</b>	<b>0,4570</b>	<b>0,4291</b>	<b>0,3747</b>	<b>0,4200</b>	<b>0,4148</b>	<b>0,4580</b>	<b>0,6305</b>
Ausência de adultos analfabetos;	0,9391	0,9288	0,8849	0,9123	0,8988	0,9423	0,9445
Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,7072	0,6811	0,5816	0,6474	0,6539	0,7854	0,9615
Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,6213	0,5801	0,4958	0,5561	0,5691	0,6139	0,8582
Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,3593	0,2957	0,2314	0,2990	0,2812	0,2986	0,6327
Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0926	0,0718	0,0465	0,0827	0,0730	0,0872	0,2621
Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.	0,0222	0,0171	0,0079	0,0225	0,0125	0,0207	0,1241

Fonte: Dados da pesquisa

Inicia-se o detalhamento da dimensão acesso ao conhecimento no município que apresentou o melhor desempenho, que é o de Viçosa, cidade fundamentalmente universitária, com destaque para a Universidade Federal de Viçosa (UFV), fundada em 1926 (Figura 7) e grande responsável pelo rápido crescimento e desenvolvimento da cidade. Além da UFV, o município oferece boa rede de ensino público, com destaque para o Colégio de Aplicação da UFV, que é a única escola de Ensino Médio federal entre todas as cidades pesquisadas. Viçosa também conta com mais seis escolas estaduais que oferecem o Ensino Médio e 21 que trabalham o Ensino Fundamental (ESCOLAS, 2018). Também, a cidade conta com nove creches ligadas à Secretaria Municipal de Educação e possui também o Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) e o Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH), ligados ao curso de Educação Infantil da UFV, que oferece educação infantil gratuita a 180 crianças do município (UFV, 2018).



Figura 07: Universidade Federal de Viçosa

Fonte: UFV, 2018.

Segundo dados do IBGE (2010), a taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos de idade) foi de 99% em 2010. Isso coloca Viçosa na posição 97<sup>a</sup> entre os 853 municípios do Estado de Minas Gerais e na posição 610<sup>a</sup> entre as 5.570 cidades do Brasil.

Viçosa apresentou aumento de 38,72% no indicador Acesso ao Conhecimento entre os anos 1980 e 2010, motivado, sobretudo, pelo incremento nos índices dos elementos “Presença

de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta”, que teve acréscimo de 152,24% nos dados de 2010, em relação ao ano 1980 (Tabela 7). Também merece destaque a ausência de analfabetismo e do analfabetismo funcional (Gráfico 17), estando ambos os índices próximos de 1, o que representa excelente resultado.

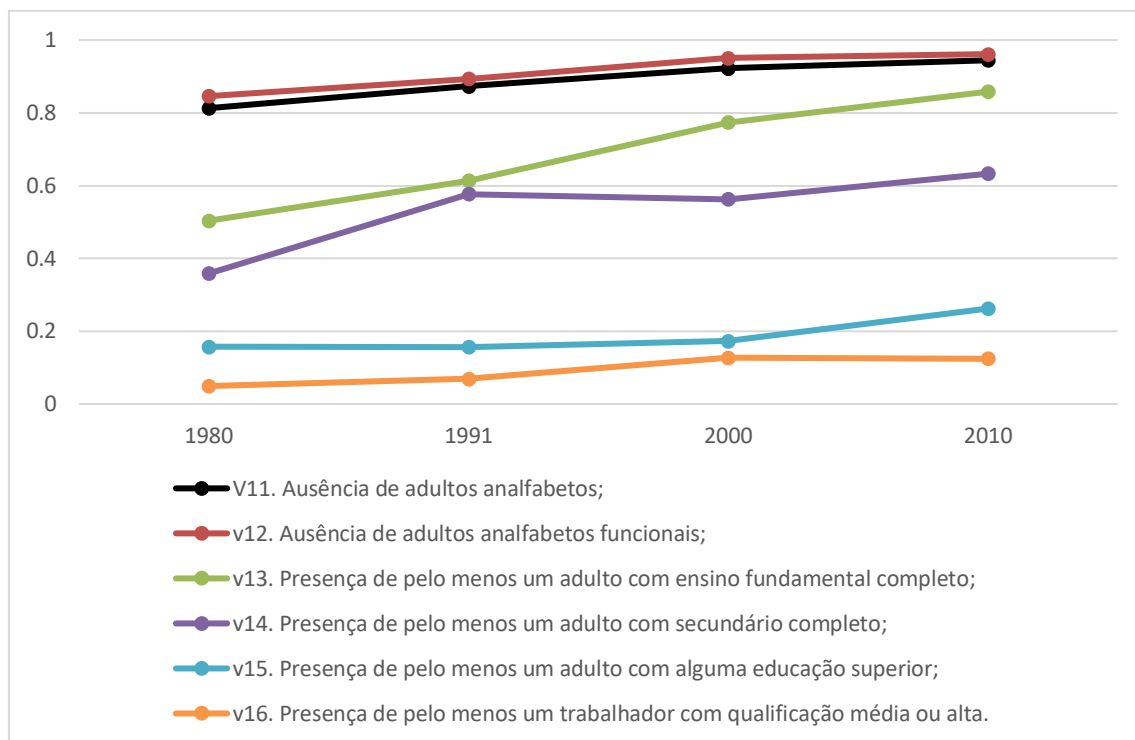


Gráfico 17 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Viçosa – 1980 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Carvalho e Franco (2003) destacam o uso repetido de indicadores em cascata. Por exemplo, a educação superior auferiu peso três vezes maior do que a educação fundamental. Considerando que toda família possui pelo menos uma pessoa com alguma educação superior, também apresenta pelo menos um membro com educação fundamental e média completas.

Nota-se, na Tabela 7, que em 2010 o número de domicílios com presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior atingiu 26%. Isso representa um crescimento de 67% no período de 1980 a 2010, considerando-se que em 1980 a quantidade de famílias com pelo menos um membro com ensino superior era de pouco menos de 16%.

É importante ressaltar que houve aumento tanto na criação de novas Instituições de Ensino Superior quanto nas vagas oferecidas nesses estabelecimentos, aumentando o número de alunos matriculados nas universidades brasileiras. Essa realidade não é diferente na cidade de Viçosa, onde vários programas federais beneficiaram o município com o objetivo de fomentar o ingresso da população em um curso superior. Como exemplo, tem-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pelo governo federal em 2004, com a finalidade

de fornecer bolsas de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação nas instituições de ensino superior privadas. Também se destaca o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), lançado em 2007. Tais programas auxiliaram na melhoria dessa variável, embora se perceba que ainda falta muito para diminuir a disparidade educacional da população de Viçosa.

É importante destacar que, mesmo o município sendo polo universitário na Zona da Mata mineira, o índice de trabalhadores com qualificação média ou alta ainda é relativamente baixo. Apesar de o índice indicar aumento de 152,24% no período pesquisado, em 2010 o número de domicílios viçosenses que possuíam pelo menos um trabalhador com média ou alta qualificação era de 12,4%, enquanto em 1980 esse indicador estava abaixo dos 5%.

O ensino médio no município é de responsabilidade do Estado e ligado à educação profissionalizante, uma escola técnica de enfermagem, um *campus* avançado do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais em fase de implantação no município (Figura 8) e um polo avançado da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (PMC, 2018). Segundo dados do IBGE (2010), a taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos de idade) foi de 98,1% em 2010. Isso posicionava o município na posição 318ª entre as 853 cidades do Estado e na posição 1.909ª entre os 5.570 municípios do país.



Figura 08: Estabelecimento de Ensino em Cataguases

Fonte: DANILO, 2016



O município de Cataguases, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, conta com 25 escolas municipais e duas creches mais outras duas que recebem repasse municipal e a APAE.

Cataguases apresentou crescimento acima de 98% nessa dimensão no período analisado, com destaque para o crescimento constante em todas as variáveis (Gráfico 18). Apesar da variável “presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta”, ainda apresenta resultado baixo. Nota-se que houve crescimento de mais de 500% em relação aos números apurados em 1980, que no referido período apresentava apenas 1,5% das residências com pelo menos um membro com ensino superior. Esse percentual chegou próximo a 10% no ano 2010.

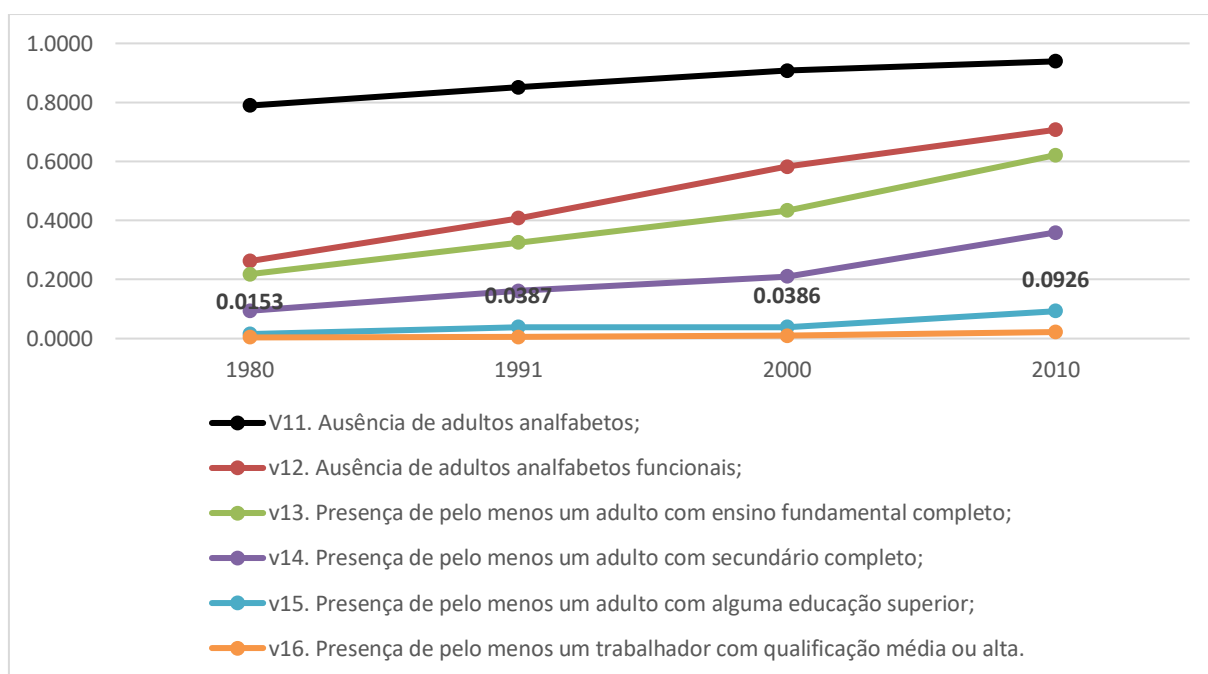


Gráfico 18 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Cataguases – 1980 - 2010  
 Fonte: Dados da pesquisa

O município de Leopoldina, segundo informações obtidas da lei de acesso a informações, na Secretaria de Educação, o município conta com oito escolas públicas de ensino infantil, 24 escolas de Ensino Fundamental públicas, seis escolas de Ensino Médio públicas e duas de Ensino Superior pública – a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), retratado na Figura 9 (PML, 2018).



Figura 09: Estabelecimento de Ensino em Leopoldina

Fonte: CEFETMG, 2018

A partir dos dados da Tabela 7, é possível verificar que ainda existe analfabetismo na cidade de Leopoldina. A variável “ausência de adulto analfabeto” indica que, no ano 1980, a dimensão dos domicílios leopoldinenses com integrantes adultos analfabetos era de 23,77% (Gráfico 19). Trinta anos após, essa proporção é de 7,12%, ou seja, no período houve melhora de 21,84 pontos percentuais desse indicador.

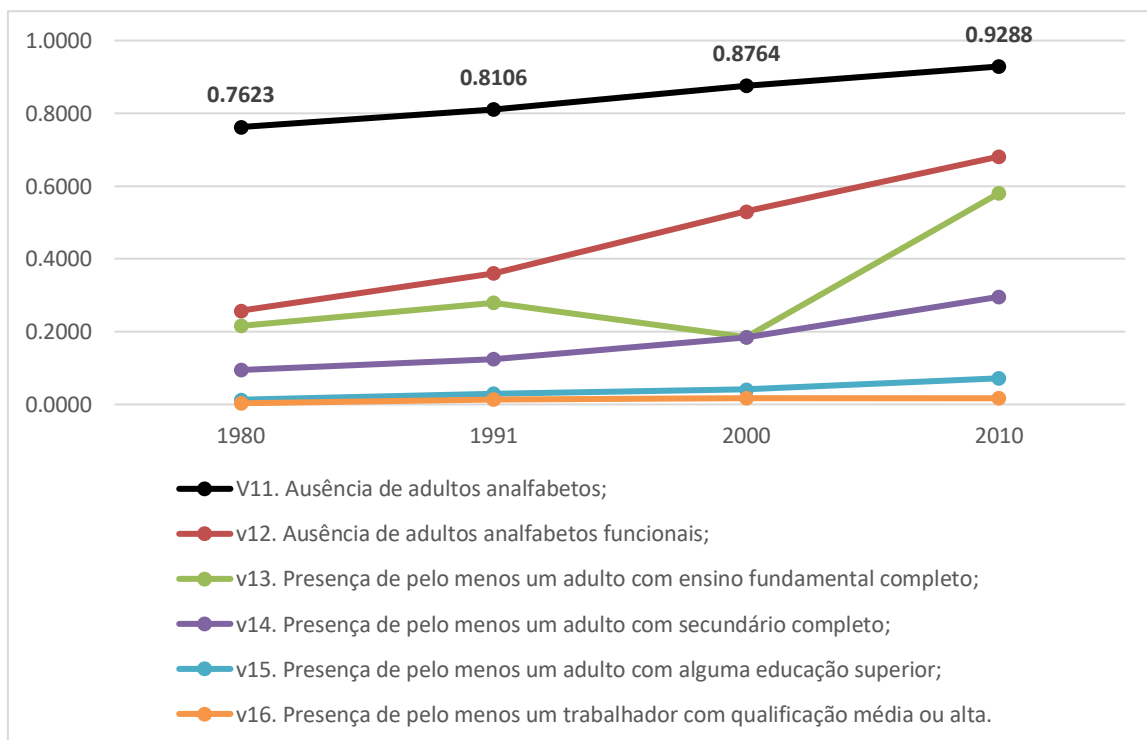


Gráfico 19 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Leopoldina – 1980 - 2010

Fonte: dados da pesquisa

Com esses números, conclui-se que, em Leopoldina, a taxa de analfabetismo está abaixo da média nacional que, segundo o IBGE (2010), era de 9,6%. O município também está dentro da meta do Brasil. Em uma de suas convenções, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) definiu que a meta nacional era chegar à taxa de 6,7% de analfabetismo em 2015.

É importante destacar que todos os municípios pesquisados vêm combatendo com êxito a questão do analfabetismo, conforme pode ser observado na Tabela 7, uma vez que os municípios vêm reduzindo a taxa de analfabetismo nos últimos anos. De acordo com dados de todas as cidades pesquisadas, apenas Ponte Nova e Manhuaçu estão acima da média nacional de analfabetismo. Cabe destacar que, em 2010, as cidades de Cataguases, Viçosa e Ubá já haviam atingido a meta estabelecida pela UNESCO. A redução e futura erradicação do analfabetismo afetam, favoravelmente, o nível de desenvolvimento das famílias.

A cidade de Manhuaçu, segundo o levantamento do portal Escolas, conta com seis creches, 31 escolas que trabalham a Educação Infantil, 39 que oferecem o Ensino Fundamental I e 16 escolas que possuem o Ensino Fundamental II, além de 11 estabelecimentos que atendem ao público do Ensino Médio. A educação técnica (Figura 10) é oferecida pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (ESCOL.AS, 2018).

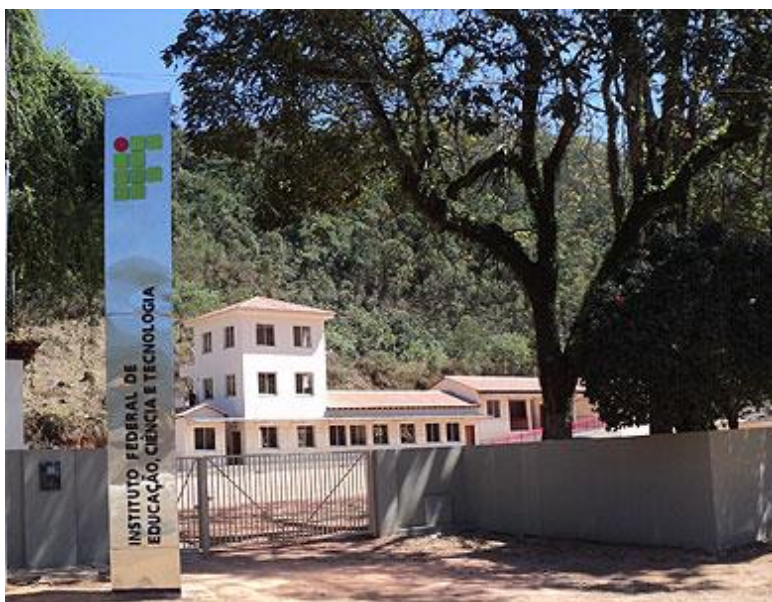


Figura 10: Estabelecimento de Ensino em Manhuaçu

Fonte: IF Sudeste MG

Com relação à variável “ausência de adulto analfabeto funcional”, o aumento foi considerável, uma vez que no período de 30 anos o índice que mede o número desses analfabetos no município melhorou 178,59% (Tabela 7). O Gráfico 20 mostra a melhora dessa



dimensão, com destaque para a redução dos analfabetos funcionais de 79,12% das famílias que tinham pelo menos um membro nessa condição em 1980, que passou para 41,84% em 2010. Todavia, mesmo com a diminuição do número desse analfabetismo na cidade, esse percentual está bem acima da média nacional que, segundo o IBGE, no final de 2009 era de 20,30%.

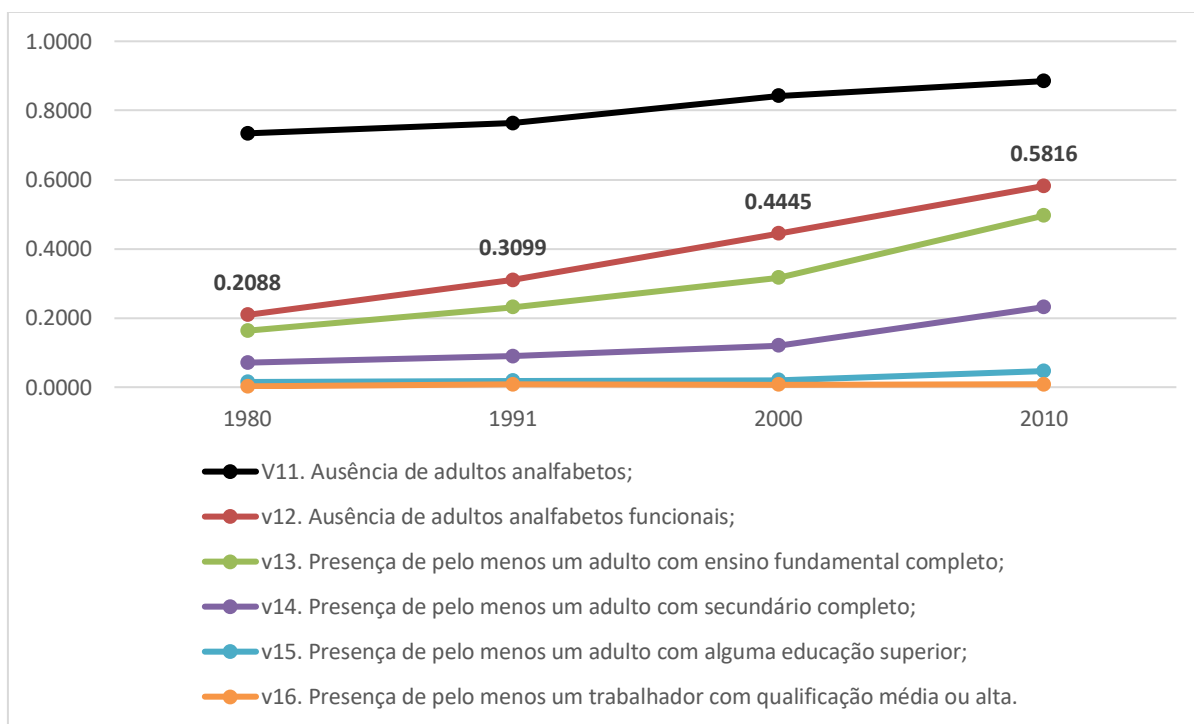


Gráfico 20 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Manhuaçu – 1980 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Essa variável apresentou resultado ruim, considerando-se que, das sete cidades pesquisadas, apenas Viçosa estava abaixo da média nacional, e o percentual médio da presença de analfabetos funcionais das cidades pesquisadas foi de 28,30%, ou seja, oito pontos percentuais acima da média nacional.



Figura 11: Estabelecimento de Ensino em Muriaé

Fonte: Guia Muriaé, 2014

No município de Muriaé, segundo dados do Portal Escolas, o Ensino Médio é oferecido em 10 escolas públicas, o Ensino Fundamental está presente em 44 escolas públicas e o Ensino Infantil é ofertado em 36 escolas. Destas, 21 também são creches e o Ensino Técnico é oferecido pelo SENAI e pelo IF Sudeste MG (Figura 11), que também oferece cursos superiores (ESCOL.AS, 2018).

Sobre a escolaridade em 2010, 56% dos domicílios da cidade contavam com a presença de pelo menos um adulto com o nível fundamental completo, uma considerável melhora no indicador de 191,88 pontos percentuais quando confrontados com os dados do Censo Demográfico de 1980. O aumento desse índice pode ser observado no Gráfico 21, em que menos de 20% dos domicílios muriaenses apresentavam presença de pelo menos um adulto com Ensino Fundamental completo.

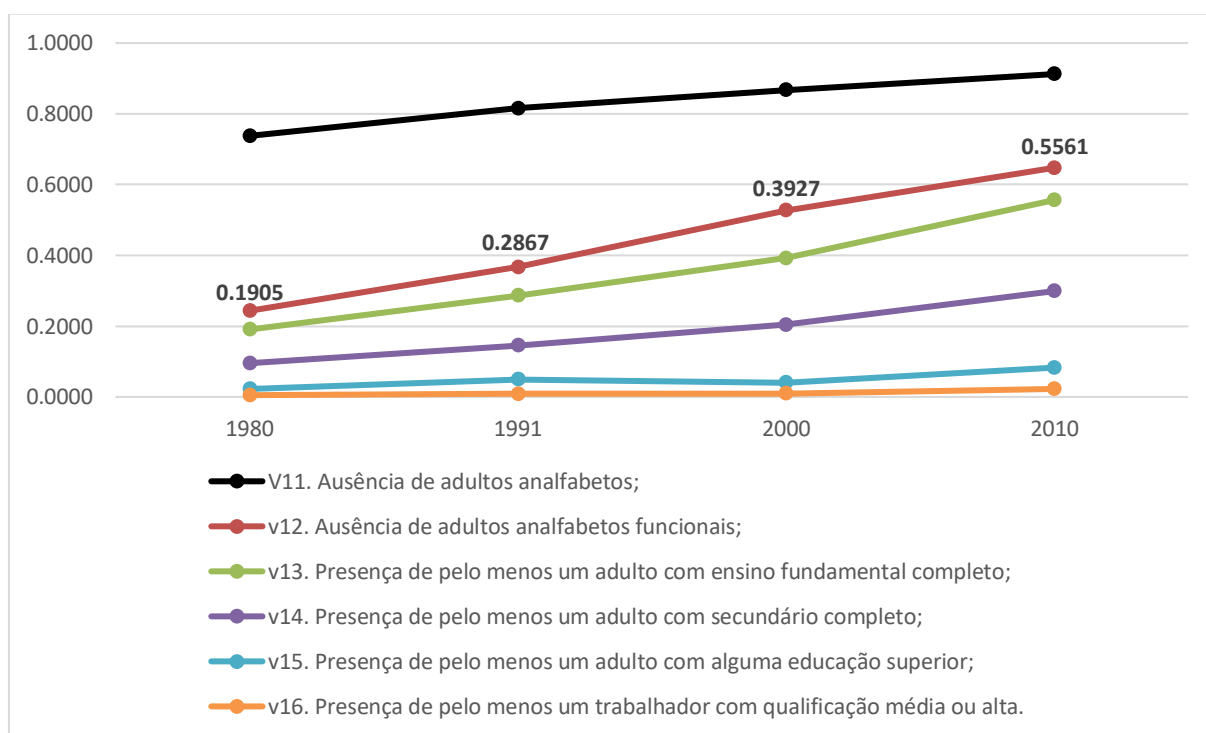


Gráfico 21 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Muriaé – 1980 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

A cidade de Ubá conta com 45 escolas municipais e 20 estaduais. Destas, 19 oferecem creche e pré-escola, 26 o Ensino Fundamental I, 17 o Ensino Fundamental II e nove o Ensino Médio, sendo a Universidade Estadual de Minas Gerais (Figura 12) responsável pela oferta do Ensino Superior público (ESCOL.As, 2018).



Figura 12: Estabelecimento de Ensino em Ubá

Fonte: PMU, 2018

Pode ser observado no Gráfico 22 que todas as seis variáveis apresentaram crescimento linear no período, contribuindo para a melhoria dessa dimensão na cidade de Ubá em praticamente 100 pontos percentuais no período. O índice acesso ao conhecimento na cidade de Ubá em 1980 estava em 0,2294, passando para 0,4580 em 2010.

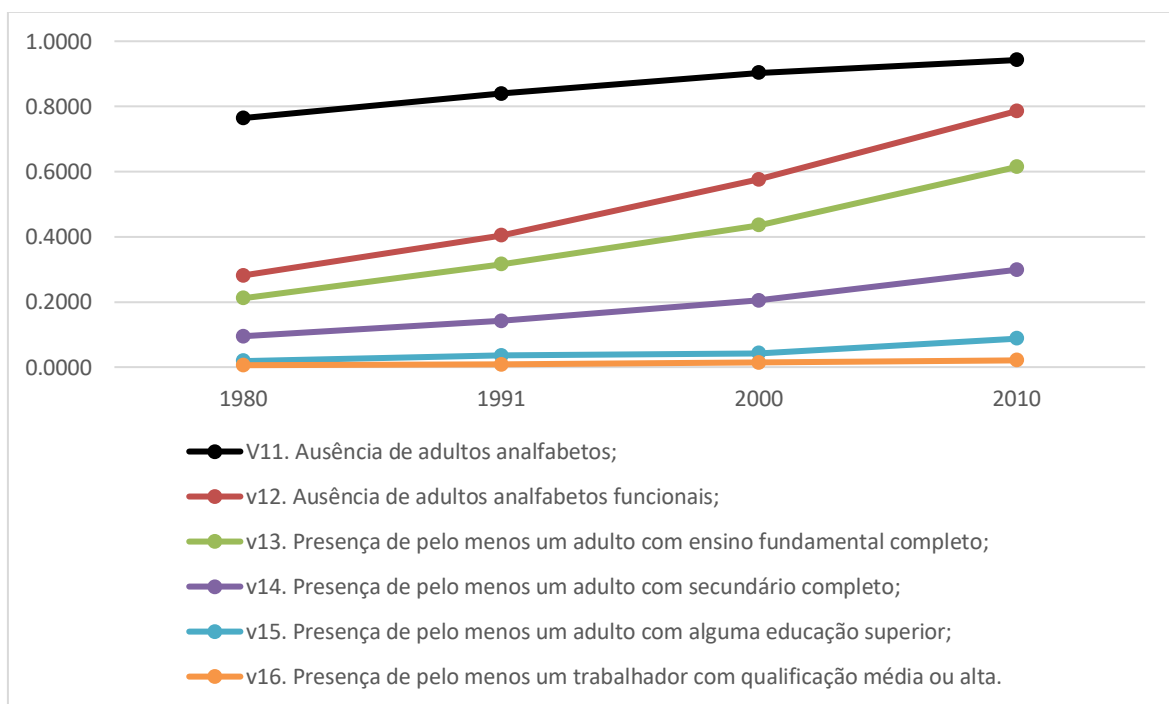


Gráfico 22 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Ubá – 1980 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

A variável “presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo” colaborou positivamente para a dimensão Acesso ao Conhecimento. Em 2010, observou-se que 30% das famílias de Ubá tinham pelo menos um adulto com Ensino Médio completo, enquanto em 1980 a média não ultrapassava 10%.

Segundo dados do portal Escol.as, Ponte Nova conta com 26 escolas municipais que oferecem Pré-Escola e Ensino Fundamental (Figura 13), 10 estaduais, 10 creches e cinco escolas estaduais que ofertam o Ensino Médio. A cidade ainda conta com *campus* avançado do Instituto Federal de Minas Gerais, que oferece cursos técnicos (ESCOL.AS, 2018).



Figura 13: Estabelecimento de Ensino em Ponte Nova

Fonte: Escola Municipal José Mariano

Ponte Nova também apresentou aumento no número de presença de pelo menos um adulto na residência com Ensino Médio completo no período analisado, sendo possível ver claramente o aumento dessa variável no Gráfico 23. Em 1980, a cidade tinha menos de 10% da população adulta com Ensino Médio completo, e esse número praticamente triplicou no período, chegando em 2010 com mais de 28% da população com esse nível de ensino.

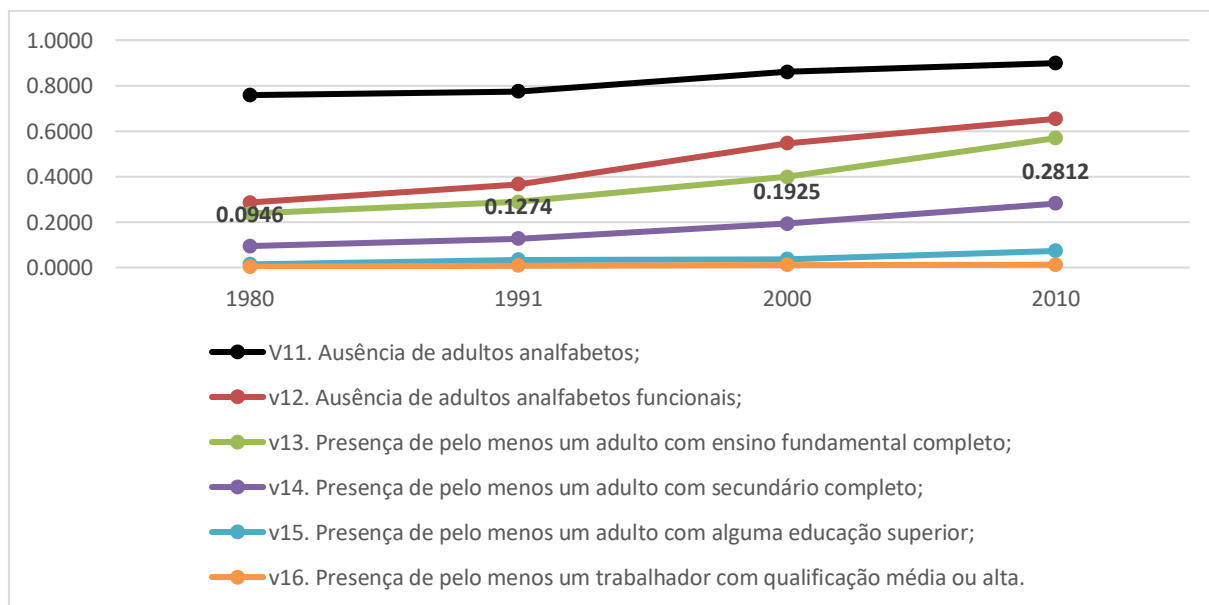


Gráfico 23 – Comportamento da dimensão acesso ao conhecimento Ponte Nova – 1980 - 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Além do déficit educacional presente em todo o país, as populações dos municípios pesquisados enfrentam outras dificuldades que não são exclusividades de nenhuma cidade pesquisada, como o acesso ao mercado de trabalho.

Conforme Goldemberg (1993), não é possível aumentar substancialmente a remuneração média de trabalhadores sem instrução e nem se consegue educar adequadamente crianças oriundas de famílias que vivem à beira da miséria. Assim, ao esboçar uma política educacional, deve ser evitado o olhar simplista tentando resolver o problema da pobreza apenas abrindo mais escolas. Segundo Cattani (2000, p. 158), “a maior parte da população não passou pela escola ou a frequentou durante um número muito pequeno de anos [...]. A característica principal do sistema educacional brasileiro é a profunda desigualdade em todos os níveis”. Miséria e ausência de escolarização são carências que apenas poderão ser ultrapassadas se encaradas simultaneamente, cada uma em seu lugar próprio.

### **3.3 Acesso ao trabalho**

Prover as famílias de recursos sem garantir que elas possam de fato utilizá-los para suprir suas necessidades básicas é política pública ineficaz. Barros, Carvalho e Franco (2003) descrevem que o acesso ao trabalho retrata a oportunidade que um indivíduo tem de se valer da sua capacidade produtiva e refere-se a um dos casos mais claros de oportunidade para o emprego do conhecimento. A dificuldade de criação de postos de trabalho no Brasil pode estar menos vinculada à quantidade de empregos gerados e mais à qualidade desses. É provável que o desemprego no país seja importante determinante da pobreza.

A Tabela 8 detalha os subíndices da dimensão Acesso ao Trabalho, o exame da estrutura do trabalho, o nível educacional, a idade, o domicílio, o setor de atividade e outras variáveis, bem como possibilita um olhar mais denso da relação entre desemprego, pobreza e desigualdade nos municípios brasileiros (BARROS; CAMARGO; MENDONÇA, 1997).

**Tabela 8 - Dimensão Acesso ao Trabalho, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010**

IDF Zona da Mata de Minas Gerais	1980						
	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	Ponte Nova	Ubá	Viçosa
<b>Índice Dimensão Acesso ao Trabalho</b>	<b>0,5825</b>	<b>0,5848</b>	<b>0,4611</b>	<b>0,5493</b>	<b>0,5409</b>	<b>0,6128</b>	<b>0,6622</b>
Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,3740	0,3492	0,3699	0,4325	0,3880	0,3718	0,8393
Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,7983	0,9771	0,6765	0,7615	0,7768	0,9693	0,6889
Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,8238	0,7395	0,5235	0,7950	0,7158	0,8614	0,8521
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,6667	0,6221	0,5051	0,5425	0,5683	0,6091	0,5746
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,2495	0,2362	0,2306	0,2151	0,2557	0,2523	0,3561
IDF Zona da Mata de Minas Gerais	1991						
	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	Ponte Nova	Ubá	Viçosa
<b>Índice Dimensão Acesso ao Trabalho</b>	<b>0,7132</b>	<b>0,7044</b>	<b>0,5916</b>	<b>0,6975</b>	<b>0,6601</b>	<b>0,7624</b>	<b>0,7461</b>
Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,4091	0,3867	0,3753	0,4691	0,4028	0,4336	0,7957
Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,6682	0,8645	0,4951	0,6536	0,7052	0,8754	0,5348
Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,8765	0,7705	0,5431	0,8090	0,7214	0,8903	0,8874
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,9674	0,9444	0,9073	0,9431	0,9281	0,9357	0,9073
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,6449	0,5561	0,6371	0,6127	0,5430	0,6771	0,6053

IDF Zona da Mata de Minas Gerais	2000						
	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	Ponte Nova	Ubá	Viçosa
<b>Índice Dimensão Acesso ao Trabalho</b>	<b>0,6737</b>	<b>0,6891</b>	<b>0,5389</b>	<b>0,6419</b>	<b>0,6072</b>	<b>0,6452</b>	<b>0,6865</b>
Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,4764	0,5356	0,5308	0,5287	0,4745	0,5265	0,785
Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,6808	0,8479	0,6011	0,5909	0,6716	0,8807	0,4956
Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,9277	0,8415	0,5041	0,8439	0,7965	0,9392	0,8927
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,8846	0,8525	0,7475	0,8458	0,8233	0,6147	0,8413
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,3992	0,3679	0,3110	0,4002	0,2701	0,2650	0,4177
IDF Zona da Mata de Minas Gerais	2010						
	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	Ponte Nova	Ubá	Viçosa
<b>Índice Dimensão Acesso ao Trabalho</b>	<b>0,7110</b>	<b>0,6966</b>	<b>0,5607</b>	<b>0,7096</b>	<b>0,6294</b>	<b>0,8073</b>	<b>0,6661</b>
Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,6618	0,6509	0,6582	0,7019	0,3867	0,6842	0,6442
Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,8056	0,8052	0,7030	0,7966	0,8231	0,6644	0,6038
Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,9424	0,9245	0,5868	0,9175	0,8601	0,9693	0,9435
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,8743	0,8598	0,6695	0,8436	0,8408	0,9598	0,8277
Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,2708	0,2425	0,1859	0,2886	0,2365	0,7589	0,3111

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho, o período analisado apresentou comportamento diferente do das demais dimensões. O Gráfico 24 apresenta crescimento médio considerável nas cidades pesquisadas de 22,08% entre os dados de 1980 e 1991, mas, em seguida, a tendência de todas as cidades é de queda. Entre os dados de 1991 e 2000, houve retração média de 8%, e entre os dados de 2000 e 2010 a dimensão apresenta a recuperação, apontando um crescimento médio de mais de seis pontos percentuais.

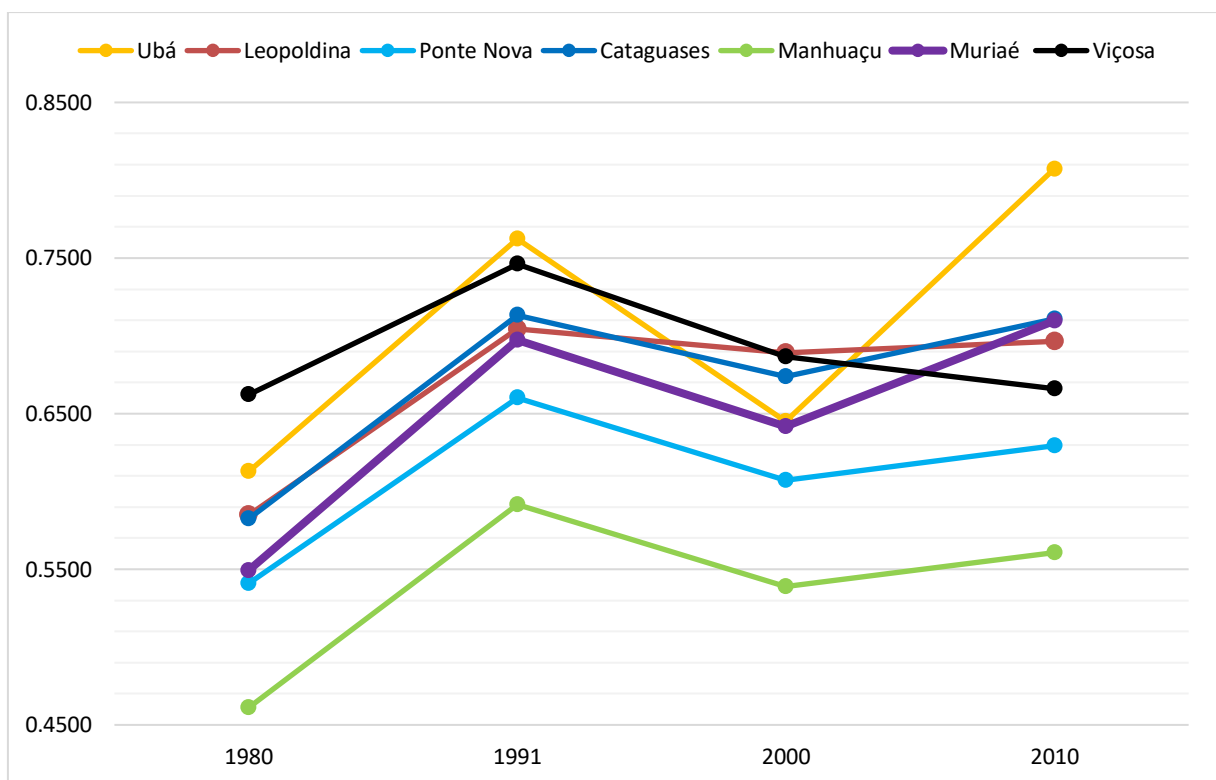


Gráfico 24 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

No ponto de vista do mercado de trabalho, o processo de industrialização, iniciado nos anos de 1930, foi criada a estruturação do mercado de trabalho que, principalmente no final dos anos de 1980, passou a incorporar um número cada vez maior de trabalhadores formais, especialmente com direitos sociais e trabalhistas inclusos na Constituição de 1988.

Na cidade de Cataguases, segundo o último levantamento do IBGE, o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos. O volume de pessoas ocupadas em relação à população total era de 25,4%. Na comparação com as outras cidades do Estado, ocupava as posições 112ª entre as 853 e 92ª de 853, respectivamente. Já na comparação com municípios do Brasil, Cataguases ficava na posição 1.559ª entre as cidades brasileiras com os maiores salários médios



e na posição 843<sup>a</sup> entre os municípios com maior percentual da população empregada. Mas apresenta um dado preocupante: a baixa remuneração, se forem considerados domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Cataguases tinha 30,7% da população nessa condição, o que coloca a cidade na posição 737<sup>a</sup> entre as 853 do Estado e em 4.549<sup>o</sup> lugar entre os 5.570 municípios de todo o Brasil. Esses dados podem ser explicados analisando o Gráfico 25, que mostra visualmente a redução da variável que mede o número de membros da família com rendimento superior a dois salários mínimos, apresentando constante queda a partir dos números da década de 1990, e a retração entre 1991 e 2010 foi de 58 pontos percentuais.

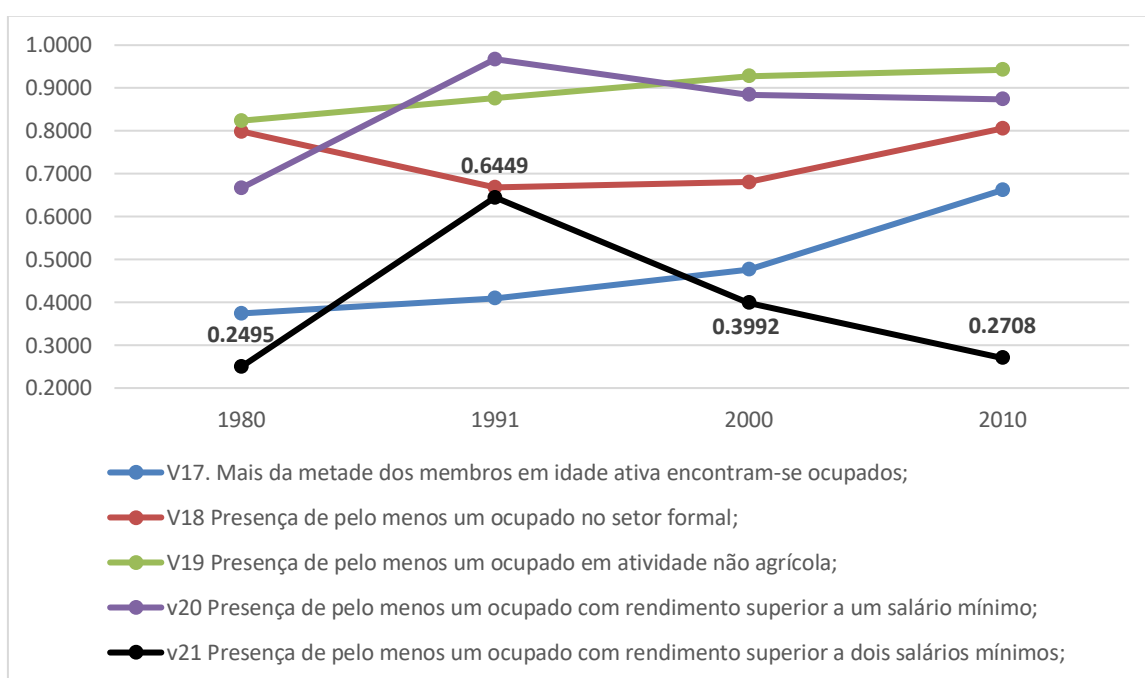


Gráfico 25 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Cataguases, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Esses dados podem ser explicados pelas tendências do mercado de trabalho que “indicam uma classe trabalhadora polarizada, com pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados etc.” (IAMAMOTO, 2004, p. 32). Arandia (1991) relata ainda que as dificuldades enfrentadas no início dos anos de 1980 foram amenizadas no final da década. Ao longo de 1989, registrou-se intensa reação na economia brasileira, com dinamismo dos negócios e demanda aquecida, gerando, assim, aumento médio de 5,9% no nível de emprego. Entretanto, Neri, Camargo e Reis (2000) reiteraram que, entre 1990 e 1992, o país viveu uma grande recessão, com diminuição no nível de atividade e avanço na taxa de desemprego. Essa retração, que teve início nos primeiros anos

da década de 1990, pode justificar a queda do índice nessa dimensão, e toda essa oscilação pode ser observada no comportamento das variáveis apresentadas na Tabela 8.

A cidade de Leopoldina apresentava salário médio mensal em 2010 de 1,7 salário mínimo, e o volume de cidadãos empregados em relação à população total era de 22,8%. Se for comparada a situação de Leopoldina com a das demais cidades do Estado, o município está na posição 362ª dos 853 em renda média e 129ª das 853 cidades, na proporção de habitantes empregados. Já na comparação com cidades do país todo, Leopoldina está na posição 3.666ª dos 5.570 municípios brasileiros no *ranking* de renda média e na posição 1.068ª entre as 5.570 cidades no ranqueamento nacional de empregabilidade.

A questão de renda média em Leopoldina é preocupante, considerando famílias com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Em 2010, a cidade tinha 33% da população nessa situação, o que deixa o município na posição 639ª entre os 853 do Estado e na posição 4.031ª entre as 5.570 cidades brasileiras. O Gráfico 26 apresenta visualmente o comportamento de todas as variáveis dessa dimensão.

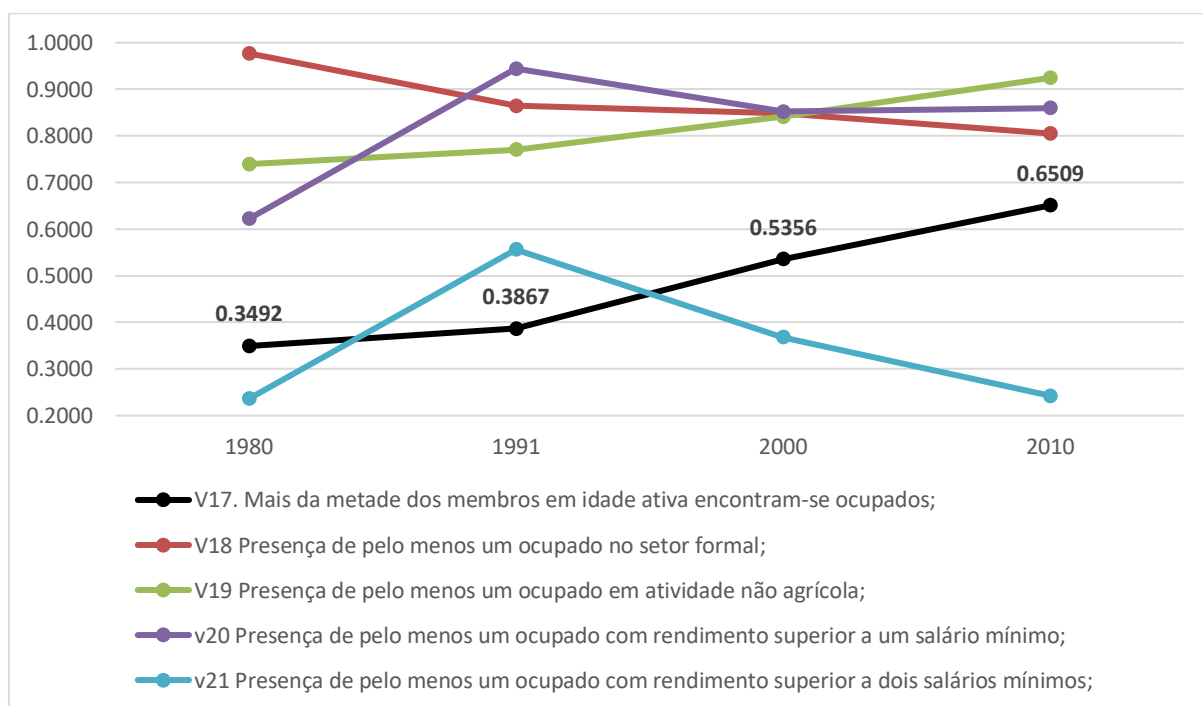


Gráfico 26 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Leopoldina, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

A dimensão Acesso ao Trabalho teve ascensão de pouco mais de 19 pontos percentuais ao longo dos 30 anos. Entre as variáveis, merece destaque o indicador que mede a presença de mais da metade dos membros familiares ocupados, com crescimento constante de 86,40% no

período. Segundo Krein (2007), durante o período de intenso desenvolvimento do capitalismo o Brasil mostrou capacidade de absorver parcela considerável da força de trabalho, principalmente quanto ao acesso a direitos trabalhistas e sociais ligados à carteira de trabalho. Esse incremento de postos de trabalho apresentados no Gráfico 26 pode ser explicado pela mudança de governos neoliberais para uma administração voltada para o contexto social que teve início nos primeiros anos da década de 2000, “que promoveu a retomada da dinâmica expansionista da produção e, por consequência, da ocupação da força de trabalho, combinada com a reorientação das políticas públicas terminaram por estabelecer um novo padrão de mudanças sociais no Brasil” (POCHMANN, 2011, p. 15).

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 33,2% da população encontrava-se nessa condição, o que colocava Leopoldina na posição 622ª entre as 853 cidades do Estado e em 3.981º lugar entre os 5.570 municípios do país. O Gráfico 27 apresenta o comportamento dessa dimensão na cidade de Manhuaçu.

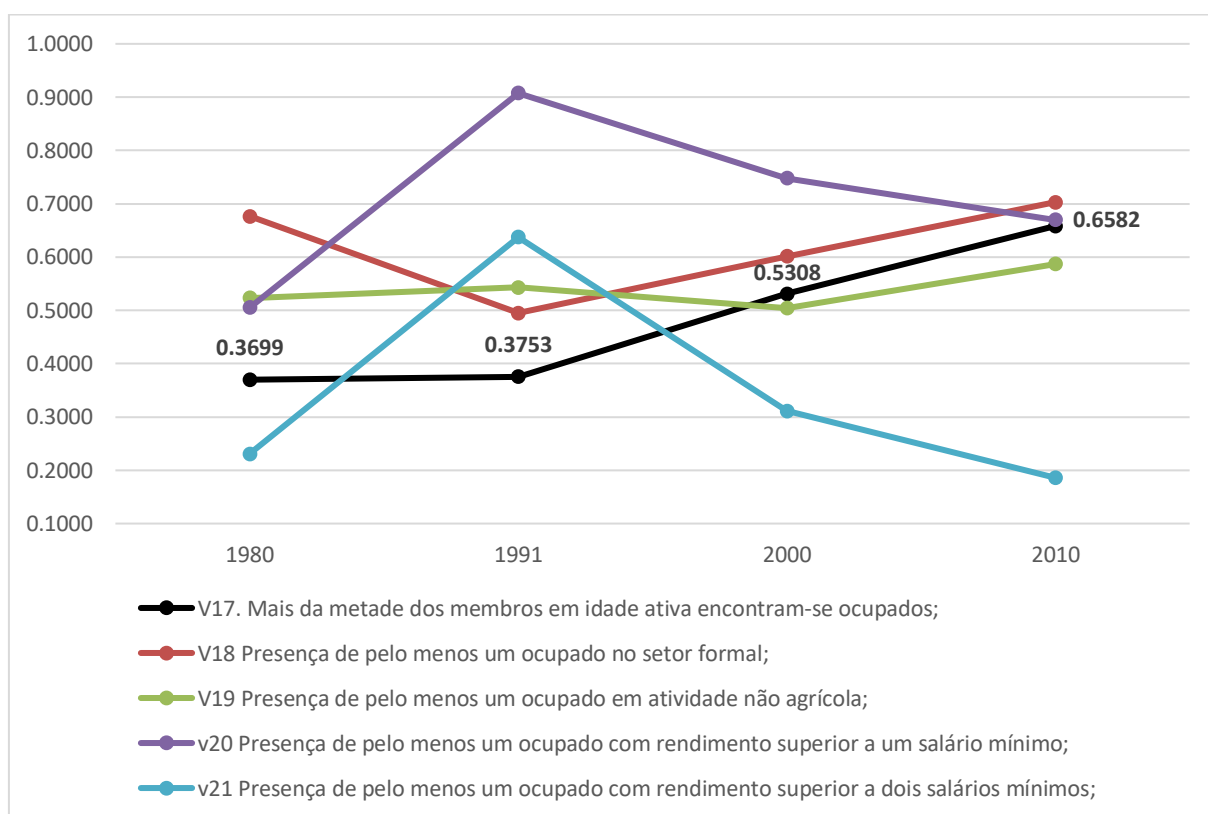


Gráfico 27 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Manhuaçu, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Manhuaçu também é um município que sofre com a baixa renda *per capita* da Zona da Mata mineira. Os últimos dados do IBGE indicam que o salário médio mensal por trabalhador era de 1,9 salário mínimo, sendo a proporção de pessoas com trabalho formal em relação à população

total de 26,5%. Manhuaçu, se comparado com a situação de outros municípios mineiros, ocupava a posição 176<sup>a</sup> entre as 853 cidades mineiras em relação ao salário médio e a 82<sup>a</sup> colocação em termos de empregabilidade no Estado. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2.500<sup>a</sup> entre os 5.570 municípios em renda *per capita* e em 761<sup>o</sup> lugar entre as 5.570 cidades em termos de cidadãos com alguma ocupação.

Positivamente, observa-se o crescimento da variável que mede as famílias com pelo menos uma pessoa empregada no setor formal, com melhora do indicador no período pesquisado próximo a 78%. Arandia (1991) afirmou que, no início da década de 1980, ocorriam enormes dificuldades estruturais para absorver a parcela da População Economicamente Ativa (PEA). O mercado de trabalho enfrentava também as dificuldades oriundas dos ajustes da crise dos anos de 1980 seguidos de políticas recessivas, cujos desdobramentos são muito conhecidos, como o avanço do desemprego, o alargamento das relações informais de trabalho e o arrocho salarial.

Negativamente, observa-se que a situação de famílias com pessoas que estão recebendo mais de dois salários mínimos estava, em 2010, pior do que em 1980, com retração superior a 19 pontos percentuais no período.

Essa situação acontece em vários municípios brasileiros, com base nas principais transformações que ocorreram a partir dos anos de 1990, motivadas pela visão neoliberalista. As implicações da crise geraram efeito incisivo no conteúdo social das áreas urbanas, especialmente nos processos de produção e gestão da força de trabalho. Para De Ataíde (2013, p. 341), “Alguns desses problemas que se acentuam na contemporaneidade são a falta de emprego formal, a queda nos salários e a precarização das relações de trabalho”.

A cidade de Muriaé apresenta situação bem parecida com a dos demais municípios da Zona da Mata mineira. Segundo os derradeiros dados do IBGE, o salário médio mensal era de 1,8 salário mínimo, o que coloca a cidade na posição 242<sup>a</sup> no *ranking* de renda no Estado e na posição 3.020<sup>a</sup> entre os 5.570 municípios brasileiros. Já o número de pessoas com alguma ocupação no município em relação à população total era de 27,4%. Esse dado coloca Muriaé na posição 72<sup>a</sup> entre os municípios mineiros e, em comparação com cidades de todo o país, em 694<sup>o</sup> lugar.

Considerando famílias com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Muriaé apresenta 29,3% da população nessa condição, o que coloca a cidade em situação crítica, ou seja, na 788<sup>a</sup> posição entre as 853 cidades do Estado e em 4.819<sup>o</sup> lugar entre

os 5.570 municípios do Brasil. O Gráfico 28 retrata as cinco variáveis da dimensão Acesso ao trabalho.

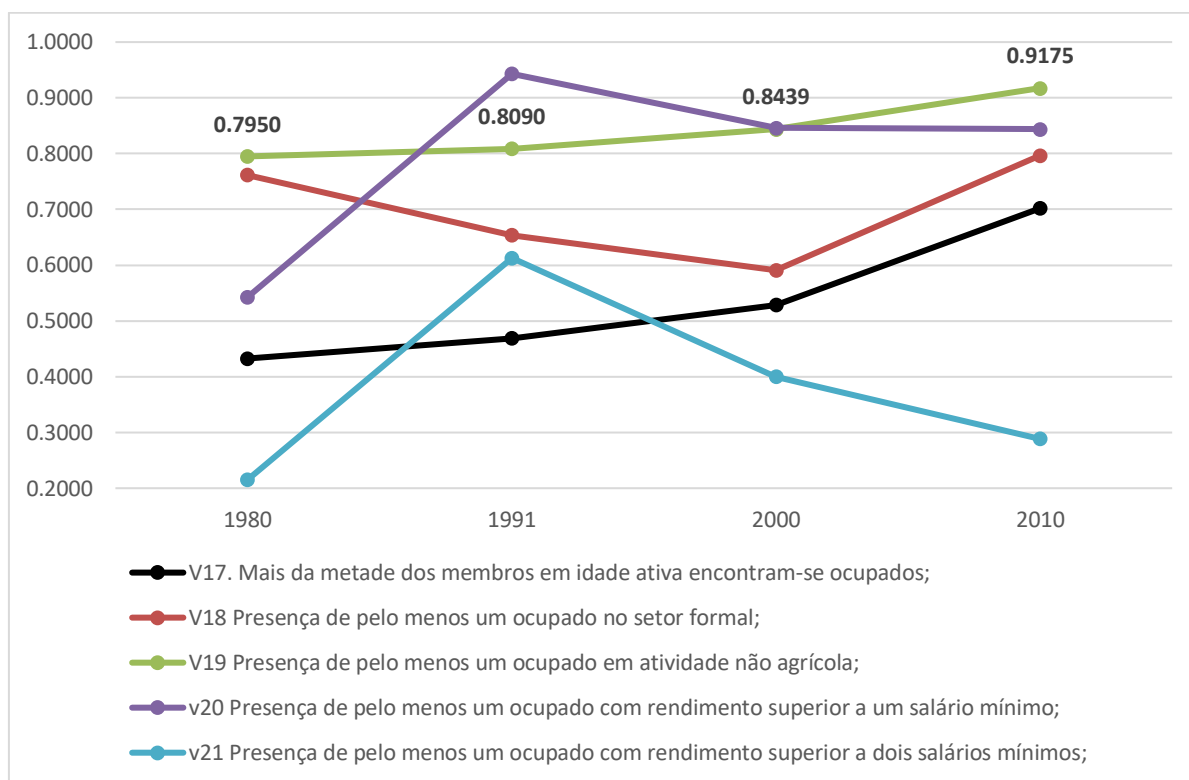


Gráfico 28 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Muriaé, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

De modo geral, a cidade de Muriaé apresentou evolução nesse indicador de quase 30% no período. O indicador que mede a quantidade de trabalhadores em atividades não agrícola apresenta constante crescimento. Em 1980, quase 80% das famílias tinham todos os seus membros em atividades exclusivamente urbanas; esse número chegou próximo de 92% nos dados de 2010.

Graziano da Silva (1996), analisando a agricultura brasileira, manifesta que é notório o ininterrupto deslocamento das atividades de manufatura, antes realizadas de maneira artesanal nas unidades agrícolas de produção que faziam parte dos complexos rurais, para as cidades. Alves e Marra (2012) complementam afirmando que no período de 1960 a 1985 o emprego rural se mostrou desatrelado do decréscimo da população rural, e o trabalho agrícola passou a ter o mesmo comportamento da população rural até meados da década de 1980. Já o decréscimo do emprego, a partir de 1985, passou a ser influenciado pela dominância dos hábitos urbanos da força de trabalho.

As regiões onde a mecanização possibilitou que o setor agrícola superasse as barreiras impostas pelas políticas trabalhista e fundiária ainda conseguiram se desenvolver. Contudo, nas regiões onde é menor a aptidão agrícola, inclusive pela dificuldade da mecanização como no caso das agriculturas de montanha na Zona da Mata de Minas Gerais, a consequência foi a decadência total do setor agrícola, com impactos negativos sobre toda a economia dessas regiões (REZENDE, 2005).

A variável que apresentou o pior desempenho nessa dimensão foi a “Presença de pelo menos um ocupado no setor formal”, apresentando evolução de pouco mais de 4% no período de 1980 a 2010 (Tabela 8). Esta variável sofreu duas quedas seguidas, com retrocesso de pouco mais de 14% entre os dados de 1980 e 1991, apresentando outra retração (9,6%) entre 1991 e 2000.

A nova dinâmica econômica, instituída a partir do início dos anos de 1990, afetou drasticamente o mercado de trabalho. A baixa aptidão de geração de novas oportunidades de trabalho, em um contexto de restrita regulamentação social, levou ao aparecimento desse problema, que se manifestou, sobretudo, pelo aumento de ocupações com baixos rendimentos e baixa qualificação e pelo fechamento de muitos postos de trabalho, favorecendo a situação de desemprego (DEDECCA, 2005).

A recuperação do espaço perdido aconteceu somente entre 2000 e 2010, com elevação de quase 35% no período. A partir de 2003, a economia retomou o crescimento, elevando o número de vagas abertas no mercado de trabalho. A recuperação da economia brasileira tem início, ainda que de modo tímido, a partir de 1999, logo após quase duas décadas de estagnação. Os anos de 1980, de acordo com a história, conhecidos como a “década perdida”, e a baixa performance econômica dos anos de 1990 caracterizaram os últimos 20 anos do século passado (DA SILVA FILHO; DE QUEIROZ, 2011). Complementando, Dedecca (2009) afirma que as alterações no cenário econômico brasileiro a partir dos anos de 2000, especialmente após 2003, ocorrem em um contexto econômico distinto das décadas anteriores, e a redução da desigualdade e o crescimento do número de empregos formais acontecem em um período de estabilidade econômica.

Analisando detalhadamente as variáveis da dimensão “acesso ao trabalho” (Tabela 8), a cidade de Ubá apresenta alguns dados interessantes. A dimensão teve crescimento de 31,75% no período analisado, e, entre as sete cidades pesquisadas, Ubá foi o município que apresentou o melhor crescimento no período, sendo ainda a única cidade que está na faixa de alto desempenho nessa dimensão; no ano 2010, o indicador estava acima de 0,80. Mesmo com o

bom resultado geral na dimensão, algumas variáveis tiveram baixo desempenho, como pode ser percebido no Gráfico 29.

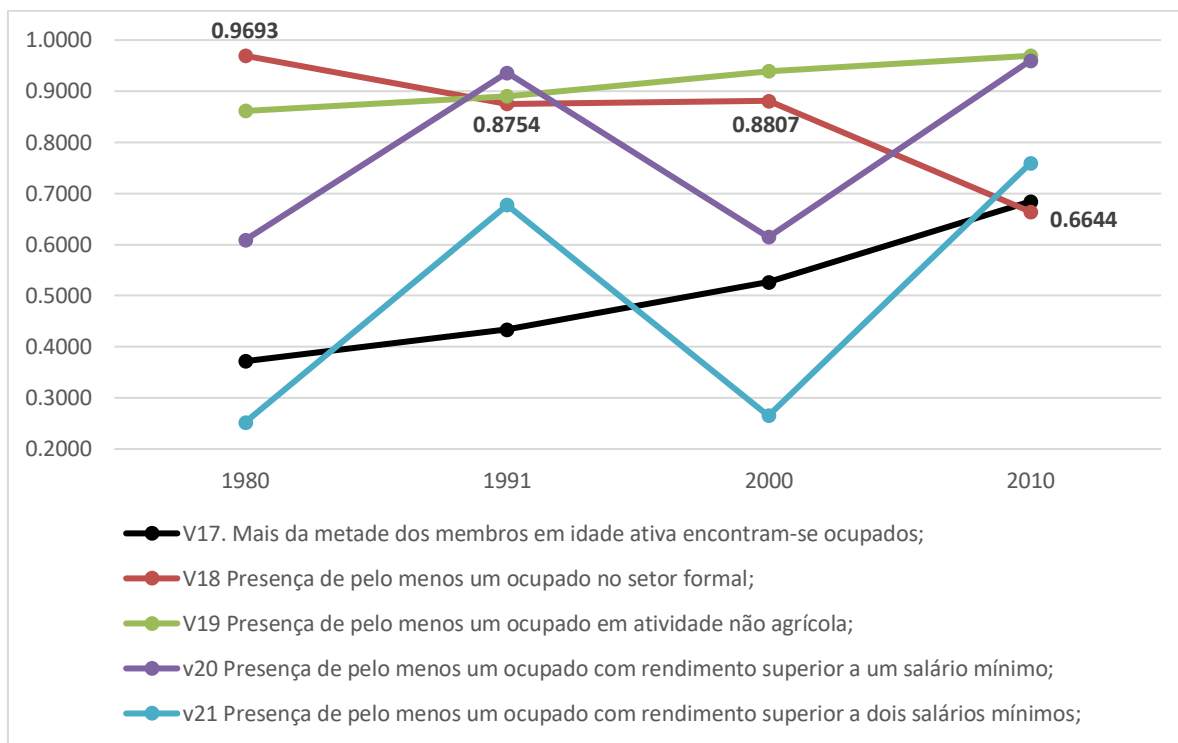


Gráfico 29 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Ubá, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Pode ser claramente notado no Gráfico 29 a acentuada queda da variável que analisa a presença de pelo menos um membro da família empregado formalmente. Com esse comportamento de retração de 31,46%, a cidade de Ubá, entre as sete pesquisadas, é o município que tem o maior parque industrial, principalmente no setor moveleiro. E foi justamente as indústrias desse setor que sofreram mais com a desaceleração da economia no final da década de 1990, o que pode ter refletido negativamente nessa variável.

Segundo Cacciamali (2000), o emprego industrial, entre 1989 e 1999, perde cerca de 8,4 pontos percentuais e o trabalho formal diminui em 13,5 pontos percentuais. Já a taxa de desemprego aberto se eleva em 4,6 pontos percentuais e a participação dos assalariados não registrados e de trabalhadores autônomos aumenta em 7,7 e 6,2 pontos percentuais, respectivamente. Corroborando essa autora, Lima (2010) complementa destacando mudanças estruturais em setores produtivos nas últimas décadas, em que os conceitos de cooperativismo, empreendedorismo e associativismo passaram a ser discutidos dentro da perspectiva das variações nas formas de gerenciamento da força de trabalho e das relações de assalariamento,

da precarização das relações de trabalho, do crescimento da informalidade e de alternativas ao desemprego.

A incerteza no mercado de trabalho, a falta de estabilidade no emprego e a insegurança na renda e na contratação assumem peculiaridades mais graves, uma vez que ao desemprego, decorrente das novas tecnologias, somam-se o persistente desemprego estrutural e as relações de trabalho clandestinas mais o trabalho escravo, que passam a adquirir certa máscara de modernidade neste país (IAMAMOTO, 2004). Complementando, Ataíde (2013) afirma que o efeito da mecanização e das novas tecnologias afeta não apenas o indivíduo como trabalhador, tendo impacto também em sua vida particular e afetando a sua família, seu relacionamento com outras pessoas, suas atitudes e crenças.

Apesar da acentuada queda nessa variável, entretanto outros indicadores tiveram resultados positivos, com destaque para a presença de pelo menos um membro da família com rendimento acima de um salário mínimo, com elevação de 58 pontos percentuais. Esse indicador fecha o período mostrando que apenas 96% das famílias têm pelo menos um trabalhador recebendo acima de um salário mínimo. Mas, se for considerado o número de membros das famílias, o percentual de renda *per capita* de até meio salário mínimo mostra que 29,6% da população ubaense está nessas condições. Segundo os últimos dados do IBGE, isso colocava Ubá na 776<sup>a</sup> posição entre as 853 cidades do Estado e no 4.751<sup>o</sup> lugar entre os 5.570 municípios do Brasil.

Ponte Nova, assim como a maioria das cidades pesquisadas, apresenta peculiaridade intrigante. Percebe-se no Gráfico 30 um acentuado crescimento nos índices que medem a presença de membros da família que recebem acima de um salário mínimo e de algum trabalhador na residência que percebe acima de dois salários, no indicador de 1991, seguido logo após por retração. Esse fato pode ser justificado pelos efeitos colaterais do Plano Real sobre o mercado de trabalho, pois o referido plano econômico cria uma nova relação entre a dinâmica econômica e o emprego. Embora perceba impacto positivo inicialmente criado pelo Plano Real sobre o desempenho da atividade econômica, nota-se um contínuo desgaste do nível de emprego, seguido de uma tendência de precarização das relações de trabalho (DEDECCA, 2005). Ometto, Furtuoso e Silva (1995) afirmam que durante os anos de 1980, na economia brasileira, houve o processo de incorporação dos cônjuges e filhos ao mercado de trabalho. Em termos do aumento dos rendimentos médio e mediano, pode-se perceber o impacto positivo (mas de curta duração) do Plano Cruzado e do período pré-eleitoral de 1989, que certamente influenciou o resultado da dimensão Acesso ao Trabalho com base nos dados do Censo de 1991.



A cidade de Ponte Nova, segundo os últimos dados do IBGE, apresenta o salário médio mensal de 1,8 salário mínimo, o que coloca o município na posição 242<sup>a</sup> no Estado e em 3.020<sup>o</sup> lugar entre as 5.570 cidades do país. O percentual de pessoas empregadas em relação à população total era de 30,0%. Na comparação com os outros municípios mineiros, está em 41<sup>o</sup> lugar entre as 853 cidades de Minas Gerais, ficando na 530<sup>a</sup> posição na comparação com todas as cidades brasileiras.

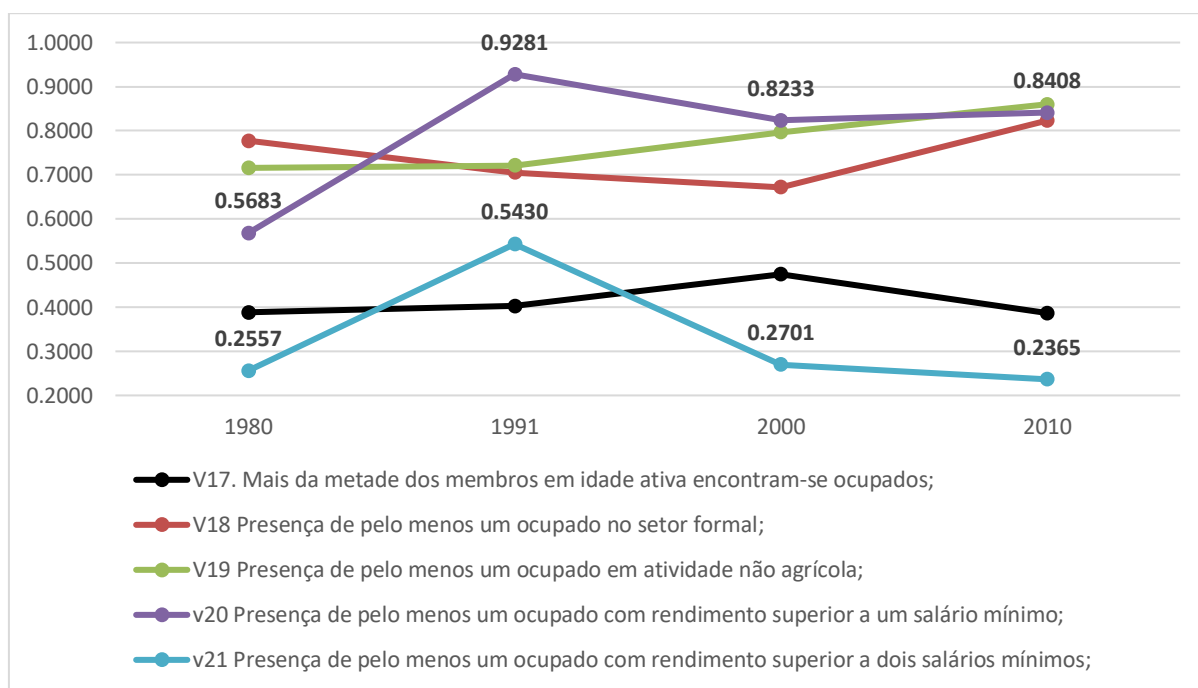


Gráfico 30 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Ponte Nova, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

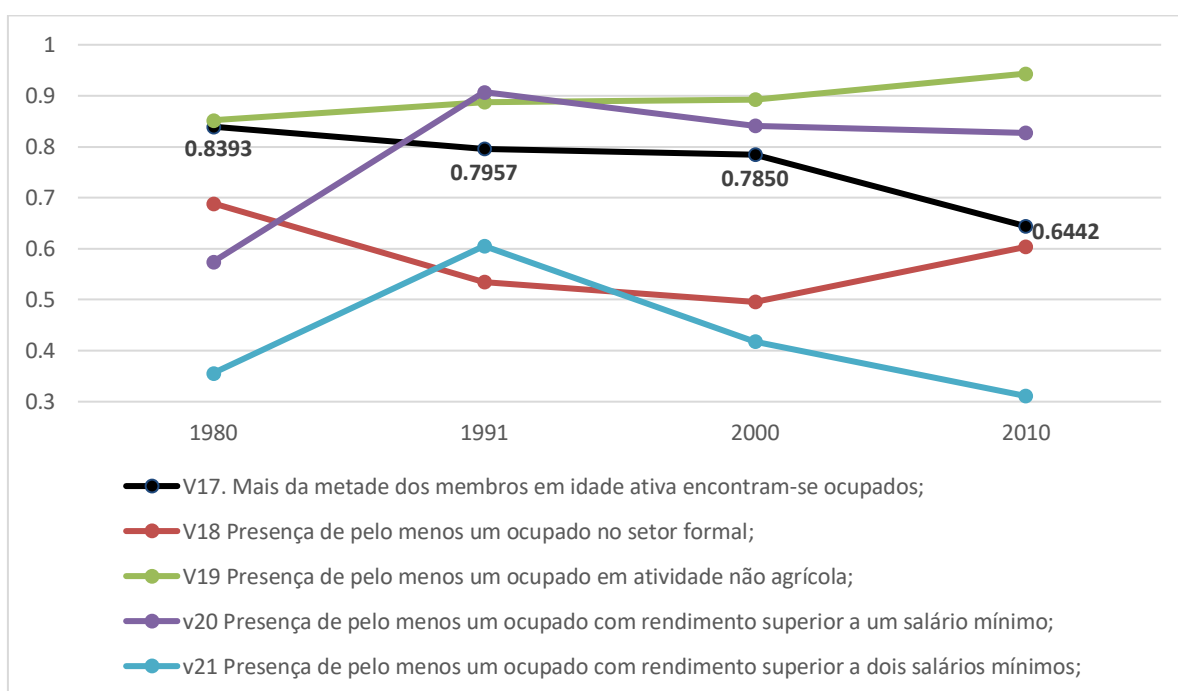
Nos últimos levantamentos do IBGE em relação às famílias com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, a cidade de Ponte Nova estava na posição 622<sup>a</sup> entre as 853 cidades do Estado e em 3.981<sup>o</sup> lugar entre os 5.570 municípios do Brasil; na ocasião, Ponte Nova tinha 33,2% da população nessas condições.

Pode ser notado no Gráfico 30 o indicador que mede as famílias com pelo menos um membro recebendo pelo menos dois salários mínimos, situação que em 1980 estava melhor do que em 2010, com retração de 7,51% no período. Fato que mostra que, em 2010, pouco mais de 23% das famílias tinham pelo menos uma pessoa com rendimento acima de dois salários mínimos. Positivamente, as famílias que possuíam pelo menos um empregado com renda superior a um salário aumentou em 47,93% no índice de 2010, e 84% das famílias tinham essa condição.

Atualmente, os processos de globalização, a robotização da produção, os avanços tecnológicos, a recessão e o desemprego produzem efeitos desastrosos às nações mais pobres.

“Esses efeitos impõem à sociedade brasileira e ao seu contexto social a realidade do trabalho precário, da economia informal e do subemprego crônico” (DE ATAIDE, 2013, p. 340). Corroborando essa autora, Chahad (2003) destaca que a liberalização da economia vem acompanhada de um conjunto de características que afetam também, de forma indireta, o mercado de trabalho. A maior abertura provoca aumento na elasticidade-preço da demanda dos bens, assim como os avanços tecnológicos vindos do exterior são fortemente poupadores de mão de obra. Esses são fatores que afetam o mercado de trabalho com consequências sobre o mercado de bens e serviços.

A cidade de Viçosa, impulsionada pela presença da Universidade Federal, apresenta um salário médio bem superior em relação às cidades pesquisadas. Conforme os últimos dados do IBGE, a média salarial era de 3,1 salários mínimos, colocando a cidade na 15ª posição em relação às demais cidades de Minas Gerais e no 176º lugar entre as cidades brasileiras com maior média salarial. Em relação ao número de empregos, 30,7% da população está empregada, o que também é um bom resultado, colocando Viçosa na posição 36ª no *ranking* estadual e na 481ª colocação entre as 5.570 cidades do Brasil, conforme os últimos dados do IBGE. Porém, também retrata a desigualdade, pois quando se consideram famílias com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Viçosa possui 34% da população nessa condição, o que coloca o município na posição 586ª entre as 853 municipalidades mineiras e na posição 3.794ª entre as 5.570 cidades brasileiras. Outro dado preocupante pode ser observado no Gráfico 31. A variável que indica que mais da metade dos membros em idade ativa se encontravam ocupados apresentou retração de 23,25%, entre os dados de 1980 e 2010.



### Gráfico 31 – Comportamento da dimensão Acesso ao trabalho em Viçosa, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Lelis et al. (2011), assim como na maioria das cidades brasileiras, a informalidade está presente na cidade de Viçosa. Segundo dados da pesquisa das referidas autoras, nos anos de 1980 havia cerca de 50 comerciantes informais na cidade, enquanto em 2010 se encontravam no espaço urbano do município aproximadamente 230 estabelecimentos envolvendo direta e indiretamente 560 famílias, que atuavam como ambulantes, camelôs, feirantes e artesãos.

Ao comparar esse dado com o número de pessoas economicamente ativas na cidade de Viçosa, verifica-se que, no mesmo período, houve aumento de 20,21%, o que poderia indicar que existe crescimento da população apta para adentrar no mercado de trabalho. Contudo, novos postos de emprego não estão sendo criados no município.

Com relação aos indicadores que analisam o posto de trabalho, no período pesquisado aconteceu uma retração de 12,35%. Em 1980, em 69% dos domicílios viçosenses havia pelo menos um ocupado no setor formal, número maior que a média nacional, que estava em torno de 66% (POCHMAN, 2006). No Censo de 2010, o número de domicílios com trabalhadores formais caiu para pouco mais de 60%.

Estudos sobre mercado de trabalho no Brasil reforçam que a sua melhoria está relacionada à diminuição da informalidade no país e à elevação dos trabalhadores em atividades não agrícolas. Pochman (2006) diz que o intenso aumento dos empregos assalariados com registro é consequência da mudança do mercado de trabalho nacional, incidindo num movimento de fortalecimento de segmentos ocupacionais organizados no meio urbano. Entretanto, o indicador que avalia a presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola é a única variável desta dimensão que apresenta melhoria constante, impulsionada pela mudança do cenário nacional, estando o êxito rural presente nesta análise.

Em 1980, em torno de 85% das famílias possuíam pelo menos um integrante que não tinha nenhuma ligação com profissional em atividade rural. Esse número passou para 94% nos dados de 2010, um aumento de quase 11 pontos percentuais nesse indicador, corroborando a tendência nacional de fortalecimento das atividades formais urbanas. Castells (2009) complementa afirmando que, durante séculos, o Brasil caracterizou-se como um país agrário, em que o trabalho agrícola e o meio rural eram preponderantes. Entretanto, foi com o processo de industrialização e urbanização que aconteceu o crescimento das cidades e a ampliação de suas infraestruturas.

O fator salarial é certamente o indicador que impulsionou o comportamento de pico nos dados de 1991. Conforme ilustrado no Gráfico 31, em 1980, somente 57,5% dos domicílios de Viçosa dispunham de pelo menos uma pessoa empregada com rendimento superior a um salário mínimo (Tabela 8) e, em 1991, esse mesmo volume de domicílios ficou próximo de 91%, ou seja, essa variável aumentou 58 pontos entre os dois censos demográficos. No entanto, logo após esse acréscimo significativo em 1991, este foi diminuindo ao longo dos demais dados estudados. Diante das seguidas quedas, entre 1991 e 2000, a redução desse indicador foi de 7,27%. Entre os dados de 2000 a 2010, transcorreu outra queda, a qual ficou em torno de 1,62%. Todavia, mesmo com quedas, em 2010, por volta de 83% das famílias, possuíam pelo menos um membro com rendimento de pelo menos um salário mínimo. Segundo Lelis et al. (2011), a partir da década de 1990, a presença das atividades informais no espaço urbano se intensificou, sendo opção de trabalho para muitas famílias. Para Gonçalves (2001), é nesse contexto que se multiplicaram o subemprego, o trabalho precário e o informal, sendo essas as formas encontradas por ampla parcela da classe trabalhadora para garantir a sua sobrevivência.

Percebe-se, mais uma vez, o efeito cascata nos dois últimos indicadores, considerando-se que a existência de ao menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos resulta, obrigatoriamente, na presença de ao menos um empregado com rendimento superior a um salário mínimo.

O indicador que analisa a existência de ao menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos apresentou resultado semelhante ao comportamento da variável anterior, porém com diferenças percentuais maiores, indicando que apenas 35,6% (Tabela 8) das residências viçosenses contavam com pelo menos um ocupado que tinha rendimento superior a dois salários mínimos no ano 1980, aumentando para 60,5% das moradias de Viçosa nos dados de 1991. Assim como na variável que avaliou o número de trabalhadores na família com renda acima de um salário, esse índice, que mediu a quantidade de pessoas da residência com renda superior a dois salários, apresentou comportamento semelhante, depois da relevante alta, seguida de queda nos dois seguintes índices, com redução de 31% nos dados de 1991 para 2000 e de 25,52% nos dados de 2000 para 2010. Observa-se, portanto, piora nesse indicador em 12,64%, o que demonstra que a remuneração ainda é uma grande dificuldade para as famílias de Viçosa.

Em resumo, a renda média do trabalho nas famílias das cidades pesquisadas na Zona da Mata mineira, em tese, está mais atrelada à variação do salário médio do que da taxa de desemprego. Outro fato que merece destaque é que o salário médio altera menos com o ciclo

econômico, uma vez que grande parte dos empregados formais nas cidades pesquisadas recebe um salário próximo do mínimo, que está teoricamente resguardado da inflação. Portanto, as pressões familiares para viver com um mínimo de dignidade, por vezes muito intensas e acentuadas pelo número de membros das famílias e pela falta de outras fontes de renda. Obriga essas famílias a procurarem subempregos, bicos e até mesmo trabalho infantil para compor a renda familiar.

### 3.4 Disponibilidade de recursos

A dimensão disponibilidade de recursos faz referência às residências que se encontram acima da linha de extrema pobreza, ou seja, pessoas que vivem com o valor de US\$ 1,25 *per capita* por dia e acima da linha de pobreza familiar, aquelas que sobrevivem com renda diária de US\$ 1,90 *per capita*.

O Gráfico 32 mostra o comportamento dessa dimensão, em que todos os municípios apresentaram acentuado crescimento até 1991, em seguida pequena queda entre os índices de 1991 e 2000 e novamente outro crescimento entres 2000 e 2010, com exceção do município de Manhuaçu, que apresentou crescimento constante.

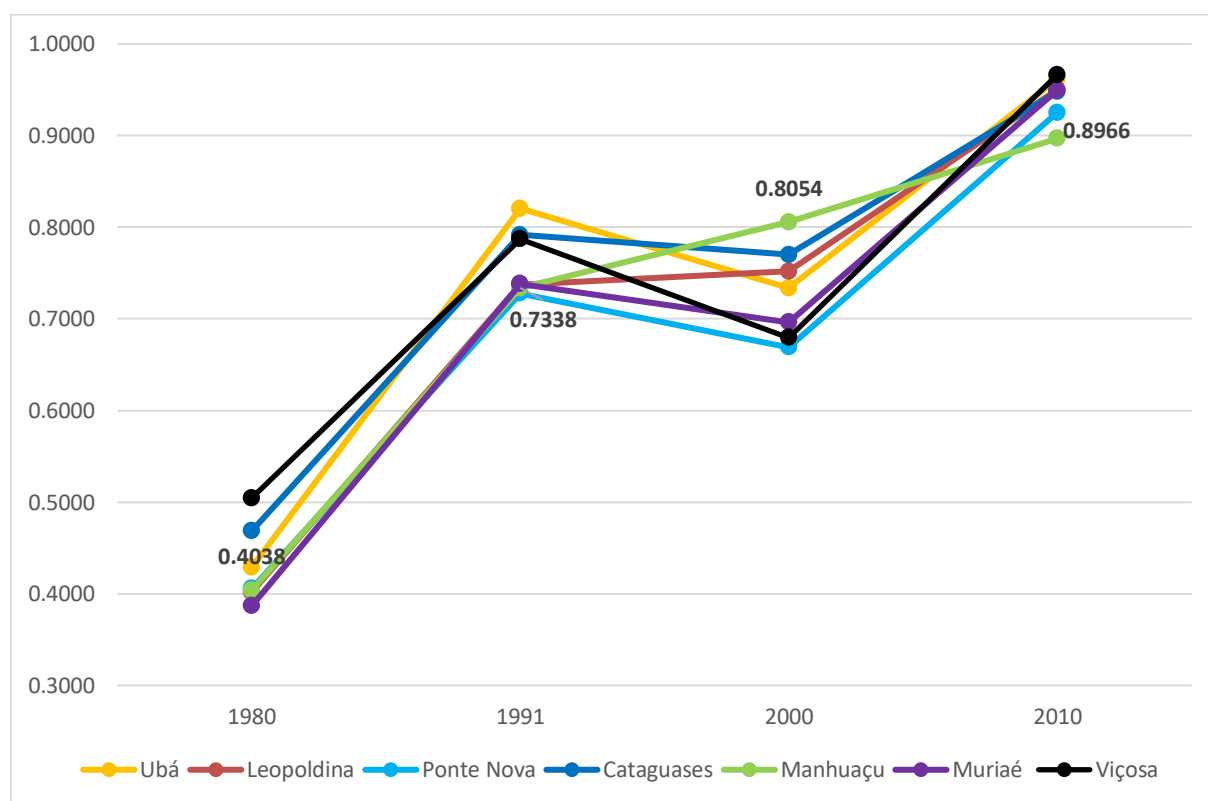


Gráfico 32 – Comportamento da dimensão Disponibilidade de Recursos, 1980 a 2010

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 9 mostra os indicadores dos componentes da dimensão Disponibilidade de Recursos no IDF das cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, referentes aos dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

**Tabela 9** - Dimensão Disponibilidade de Recursos, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010

IDF Zona da Mata	1980						
	Ubá	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	Ponte Nova	Viçosa
<b>Índice Disponibilidade de Recursos</b>	<b>0,4288</b>	<b>0,4038</b>	<b>0,4018</b>	<b>0,4038</b>	<b>0,3866</b>	<b>0,4054</b>	<b>0,5045</b>
Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,4861	0,5365	0,4544	0,4682	0,4387	0,4615	0,5783
Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,3715	0,4003	0,3492	0,3394	0,3346	0,3494	0,4306
IDF Zona da Mata	1991						
	Ubá	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	Ponte Nova	Viçosa
<b>Índice Disponibilidade de Recursos</b>	<b>0,8201</b>	<b>0,7917</b>	<b>0,7370</b>	<b>0,7338</b>	<b>0,7380</b>	<b>0,7277</b>	<b>0,7871</b>
Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,8477	0,8322	0,7834	0,7796	0,7829	0,7819	0,8254
Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,7926	0,7511	0,6907	0,6880	0,6932	0,6735	0,7488
IDF Zona da Mata	2000						
	Ubá	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	Ponte Nova	Viçosa
<b>Índice Disponibilidade de Recursos</b>	<b>0,7337</b>	<b>0,7701</b>	<b>0,7520</b>	<b>0,8054</b>	<b>0,6961</b>	<b>0,6689</b>	<b>0,6795</b>
Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,7814	0,8310	0,8071	0,8533	0,7493	0,7387	0,7487
Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,6860	0,7091	0,6969	0,7576	0,6429	0,5991	0,6102
IDF Zona da Mata	2010						
	Ubá	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	Ponte Nova	Viçosa
<b>Índice Disponibilidade de Recursos</b>	<b>0,9618</b>	<b>0,9478</b>	<b>0,9502</b>	<b>0,8966</b>	<b>0,9495</b>	<b>0,9252</b>	<b>0,9665</b>
Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,9632	0,9511	0,9560	0,9084	0,9605	0,9348	0,9687
Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,9604	0,9445	0,9444	0,8849	0,9386	0,9156	0,9643

Fonte: Dados da pesquisa

O mercado de trabalho cada vez mais exige qualificação e escolaridade mínimas para que os trabalhadores consigam emprego e renda que garantam a subsistência de sua família, e aqueles que não têm acesso a essa condição estão à mercê da marginalização ou da exclusão do sistema, consequência do progresso econômico. Conforme Cattani (2000, p. 64), “são os modernos aleijados sociais, dependentes do Estado, da benemerência pública, da família ou, na pior das hipóteses, deixados à própria sorte”.

Chahad (2003) faz análise dos impactos das novas tecnologias sobre a situação do emprego e conclui dizendo que o mercado de trabalho impõe o ciclo constante de capacitação dos empregados, em que o nível de cobrança de qualidade, pelas organizações, é cada vez maior. Os operários com baixa escolaridade vão sendo abolidos do mercado de trabalho e trocados pelos mais capacitados e com maior grau de competências.

Conforme Oliveira (2014) e Barros, Carvalho e Franco (2003), a receita familiar *per capita* é um mecanismo fundamental, já que a maioria das necessidades básicas de uma família pode ser atendida pela obtenção de bens e serviços no mercado.

A década de 1980 foi um período de grande instabilidade econômica e de grande pobreza, e o indicador que afere o número de famílias em situação de pobreza é bem elevado, (Gráfico 32), chegando a valores superiores a 60% em Muriaé.

Mesmo a cidade de Viçosa, o município com melhor desempenho, tinha 50% das famílias em condição de pobreza, e a realidade parecida com o cenário nacional: “o grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante a recessão do início dos anos de 1980, 1983 e 1984, quando a porcentagem de pobres ultrapassou a barreira dos 50%” (DE BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 124).

Santagada (1990) afirma que, com a política econômica recessiva entre 1981 e 1983, a indústria de transformação reduziu seu ritmo de crescimento e, conseqüentemente, o país começou a empobrecer como um todo, e os diversos grupos sociais que compõem a sociedade tiveram redução expressiva em sua renda.

Esse dado pode ser observado no Gráfico 33. Em 1980, as sete cidades pesquisadas, com exceção de Viçosa, estavam com indicador em torno de 0,40, que representa quase 60% das famílias vivendo em condição de pobreza ou extrema pobreza.

A década de 1980, nas cidades pesquisadas, confirma, infelizmente, a tendência de grande desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Assim, esses municípios têm o grande desafio de enfrentar o legado de injustiça social que abandona grande parte de sua população ao acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.



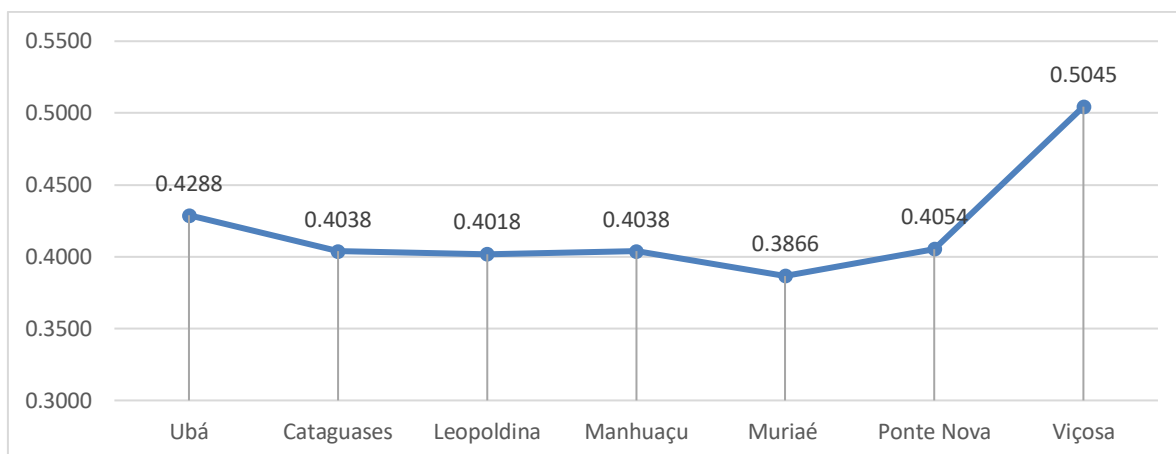


Gráfico 33 – Comportamento da dimensão Disponibilidade de Recursos, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme pode ser observado na Tabela 10, a cidade com menor crescimento acumulado ao longo dos 30 anos da pesquisa foi Viçosa, mas em contrapartida foi a que apresentou o melhor indicador em 1980. Isso significa que o indicador se equilibra principalmente no ano 2010, quando todas as cidades atingem alto desenvolvimento nesse indicador.

**Tabela 10** - Evolução do Indicador Disponibilidade de Renda nas cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010

Cidades	Índice	Índice	Índice	Índice	Evolução 1980-1991	Evolução 1991-2000	Evolução 2000-2010	Evolução 1980-2010
	1980	1991	2000	2010				
<b>Ubá</b>	0,4288	0,8201	0,7337	0,9618	91,26%	-10,54%	31,10%	124%
<b>Leopoldina</b>	0,4018	0,7370	0,7520	0,9502	83,44%	2,02%	26,36%	136%
<b>Ponte Nova</b>	0,4054	0,7277	0,6689	0,9252	79,48%	-8,08%	38,31%	128%
<b>Cataguases</b>	0,4684	0,7917	0,7701	0,9478	69,02%	-2,73%	23,07%	102%
<b>Manhuaçu</b>	0,4038	0,7338	0,8054	0,8966	81,72%	9,77%	11,32%	122%
<b>Muriaé</b>	0,3866	0,7380	0,6961	0,9495	90,88%	-5,68%	36,41%	146%
<b>Viçosa</b>	0,5045	0,7871	0,6795	0,9665	56,03%	-13,68%	42,25%	92%

Fonte: Dados da pesquisa

O Estado brasileiro, a partir de 1990, com o Plano Collor e a abertura da economia comercial, provoca a desnacionalização e faz o país retroceder economicamente aos anos de 1930. O país passa a exportar bens provenientes de mão de obra e recursos naturais e importar bens com alto valor tecnológico e capital (FAGNANI, 1997). A política macroeconômica do início da década de 1990 se caracterizou pela abertura comercial, desregulamentação financeira e valorização cambial, na intenção de inserção ao evento de globalização. Esse movimento resultou em perdas para a renda e ocupação no Brasil, as quais incluíram as perdas trazidas pela

desregulamentação do mercado de trabalho, do ponto de vista neoliberal de que a sua formalização resultava em altos custos (AMADEO, 1998).

Esse modelo tem reflexos sobre as políticas sociais que ficam relegadas novamente ao segundo plano, o que reflete em retração no crescimento da renda em cinco das sete cidades pesquisadas.

Em relação à erradicação da extrema pobreza, nota-se no Gráfico 34 um movimento ascendente em todas as cidades pesquisadas. Mesmo com grande crescimento, Manhuaçu ainda possuía, em 2010, quase 10% das famílias vivendo em condições de extrema pobreza. O município que apresentou melhor resultado foi Viçosa, com pouco mais de 3% das famílias vivendo em condição de extrema pobreza. As demais cidades tiveram resultados semelhantes em 2010, ou seja, em torno de 5% das famílias vivendo em condições precárias, ainda que esse número merecesse ser 0% ou próximo dele. Assim, vale destacar que houve melhora significativa nos 30 anos pesquisados, pois a situação em 1980 era caótica; na média, mais da metade das famílias dos municípios pesquisados viviam com US\$ 1,25 *per capita* por dia.

O Estado brasileiro, a partir de 1990, com o Plano Collor e a abertura da economia comercial, provoca a desnacionalização e faz o país retroceder economicamente aos anos de 1930. O país passa a exportar bens provenientes de mão de obra e recursos naturais e importar bens com alto valor tecnológico e capital (FAGNANI, 1997). A política macroeconômica do início da década de 1990 se caracterizou pela abertura comercial, desregulamentação financeira e valorização cambial, na intenção de inserção ao evento de globalização. Esse movimento resultou em perdas para a renda e ocupação no Brasil, as quais incluíram as perdas trazidas pela desregulamentação do mercado de trabalho, do ponto de vista neoliberal de que a sua formalização resultava em altos custos (AMADEO, 1998).

Esse modelo tem reflexos sobre as políticas sociais que ficam relegadas novamente ao segundo plano, o que reflete em retração no crescimento da renda em cinco das sete cidades pesquisadas.

Em relação à erradicação da extrema pobreza, nota-se no Gráfico 34 um movimento ascendente em todas as cidades pesquisadas. Mesmo com grande crescimento, Manhuaçu ainda possuía, em 2010, quase 10% das famílias vivendo em condições de extrema pobreza. O município que apresentou melhor resultado foi Viçosa, com pouco mais de 3% das famílias vivendo em condição de extrema pobreza. As demais cidades tiveram resultados semelhantes em 2010, ou seja, em torno de 5% das famílias vivendo em condições precárias, ainda que esse

número merecesse ser 0% ou próximo dele. Assim, vale destacar que houve melhora significativa nos 30 anos pesquisados, pois a situação em 1980 era caótica; na média, mais da metade das famílias dos municípios pesquisados viviam com US\$ 1,25 *per capita* por dia.

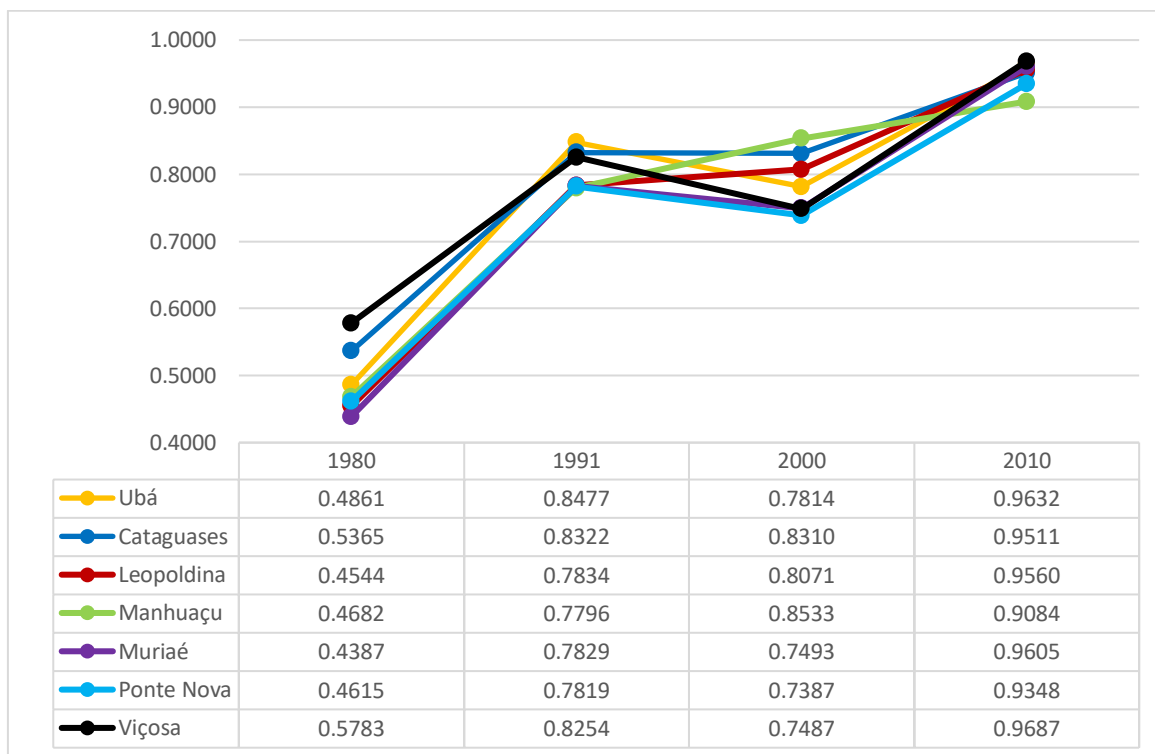


Gráfico 34– Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Peña, C. R. et al. (2015), na virada do século XX, as políticas de transferência de renda condicionadas receberam grande relevância na agenda nacional, quando surgiram os Programas de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, entre outros. Essas políticas sociais objetivaram basicamente a redução da pobreza no curto prazo e o combate à sua transmissão intergeracional.

Os dados não são diferentes para famílias que viviam com renda de até US\$ 1,90 *per capita* por dia, e o Gráfico 35 mostra a realidade das sete cidades estudadas no período de 1980 a 2010.

A cidade de Viçosa mais uma vez apresenta o melhor resultado no Censo Demográfico de 2010, em que praticamente 97% das famílias estavam acima da linha da pobreza, ou seja, o índice desse indicador melhorou em 124%. Se for considerado o resultado de 1980, a cidade com maior número de famílias vivendo em situação de pobreza é Manhuaçu, com praticamente

11% das famílias nessa condição, mas vale destacar o seu crescimento acumulado de 161% nos 30 anos pesquisados.

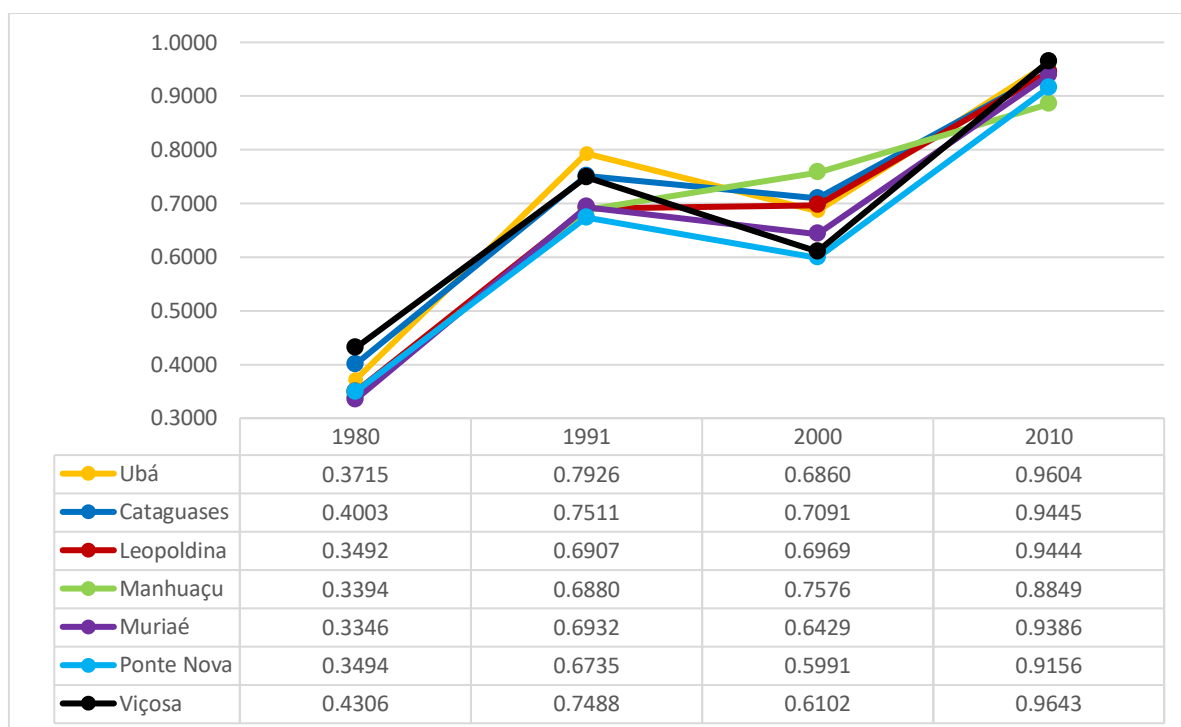


Gráfico 35 – Renda familiar per capita superior a linha de pobreza, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Rocha (2011), a experiência brasileira com o programa Bolsa Família apresenta números impressionantes, uma vez que estaria concedendo, de forma regular, cerca de 11 milhões de benefícios mensais, abrangendo, assim, 19,4% da totalidade das famílias brasileiras em 2007. Com dispêndio relativamente modesto, que não chega a 1% do PIB, foi possível alcançar rapidamente resultados expressivos de redução da pobreza e da desigualdade de renda.

Uma característica básica dos programas de transferências de renda é ser um mecanismo legítimo de política social no Brasil. Isso porque o país já alcançou um nível de renda *per capita*, tal que torna a desigualdade o fator explicativo básico da persistência da pobreza (ROCHA, 2011).

Sem os programas de transferências de renda, o Brasil teria, em 2008, 40,5 milhões de indivíduos com renda de até 25% do salário mínimo nacional. Com aos programas sociais de transferência e complementação de renda, o Brasil registra 18,7 milhões de pessoas com até ¼ de salário mínimo mensal. Basicamente, são 21,8 milhões de pessoas que conseguem ultrapassar a linha de pobreza extrema com o auxílio dessas políticas públicas. Em 1978, o

efeito da política de transferência monetária impactava somente 4,9 milhões de pessoas (POCHMANN, 2011).

Segundo o relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil foi um dos que mais cooperaram para o mundo conseguir a meta proposta pelo primeiro dos oito objetivos da ONU até 2015: “Acabar com a pobreza extrema e com a fome”. Isso se deve ao fato de o Brasil ter conseguido reduzir a pobreza extrema de 25,5% em 1990 para 3,5% em 2012 (Tabela 11). Com isso, as cidades pesquisadas estão próximas da meta proposta pela ONU, mas somente o município de Viçosa atingiu essa meta.

**Tabela 11** - Percentual de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza

<b>Percentual de famílias vivendo em extrema pobreza</b>				
<b>Cidade</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Ubá</b>	51,39%	15,23%	21,86%	3,68%
<b>Cataguases</b>	46,35%	16,78%	16,90%	4,89%
<b>Leopoldina</b>	54,56%	21,66%	19,29%	4,40%
<b>Manhuaçu</b>	53,18%	22,04%	14,67%	9,16%
<b>Muriaé</b>	56,13%	21,71%	25,07%	3,95%
<b>Ponte Nova</b>	53,85%	21,81%	26,13%	6,52%
<b>Viçosa</b>	42,17%	17,46%	25,13%	3,13%
<b>Percentual de famílias vivendo em pobreza</b>				
<b>Cidade</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Ubá</b>	62,85%	20,74%	31,40%	3,96%
<b>Cataguases</b>	59,97%	24,89%	29,09%	5,55%
<b>Leopoldina</b>	65,08%	30,93%	30,31%	5,56%
<b>Manhuaçu</b>	66,06%	31,20%	24,24%	11,51%
<b>Muriaé</b>	66,54%	30,68%	35,71%	6,14%
<b>Ponte Nova</b>	65,06%	32,65%	40,09%	8,44%
<b>Viçosa</b>	56,94%	25,12%	38,98%	3,57%

Fonte: Dados da pesquisa

Segundo Soares et al. (2010), de 1999 a 2009 a pobreza caiu no Brasil, em média, de 10% para 5%, ficando paralisada no nível de 1999 até 2003. No entanto, no período 2003-2005, inicia-se uma queda precisamente no momento da unificação dos programas de transferência de renda no Bolsa Família e da expansão de sua cobertura.

Essa ampliação da renda das famílias, sobretudo daquelas situadas na base da pirâmide social, foi em decorrência do papel ativo das políticas públicas. Enquanto o rendimento médio familiar *per capita* no topo da distribuição da renda (10% mais ricos) no Brasil cresceu 1,6%, em média, entre 2003 e 2008 o rendimento médio familiar *per capita* na base da distribuição da renda no Brasil (10% mais pobres) cresceu 9,1% ao ano, em média. Inicialmente, a política

de aumento do valor do salário mínimo permitiu injetar um trilhão de reais aos trabalhadores de salário de base somente no período de 2003 a 2010 (POCHMANN, 2011).

Não se pode atribuir, entretanto, toda a redução da pobreza ao programa de transferência de renda, uma vez que outros fatores, como a diminuição do desemprego e a elevação dos salários e da cobertura previdenciária, também cooperaram.

Barros (2003) esclarece que, para a redução da pobreza e diminuição das desigualdades sociais, as políticas sociais devem focar em aumentar a produtividade para assegurar, ao mesmo tempo, que a economia possa girar e que existam condições para aumento da renda familiar. Enquanto a preocupação estava na luta para redução da extrema pobreza, o país precisou incluir essa parcela da população no mercado de trabalho. O desafio atualmente é a obrigação de manter essa engrenagem funcionando e dar condições para que o trabalhador consiga prosperar na carreira.

### **3.5 Dimensões referentes ao desenvolvimento infantil**

A dimensão referente ao desenvolvimento infantil constitui, sem sombra de dúvidas, as metas fundamentais de qualquer sociedade que busca o progresso no longo prazo. Desse modo, é necessário oferecer a cada criança oportunidades para seu completo desenvolvimento. Marshall (1967), nesse sentido, afirma:

... a educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente as exigências e a natureza da cidadania. (...) O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva (MARSHALL, 1967, p. 73).

Objetivando apresentar os componentes avaliados no desenvolvimento infantil, foram utilizados os indicadores expostos na Tabela 12. Destaca-se o uso do efeito-cascata para dar maior peso ao trabalho de crianças menores de 14 anos em relação aos adolescentes entre 14 e 16 anos de idade. Aplica-se igualmente o mesmo recurso para dar maior peso à frequência escolar de adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos do que a de jovens entre 15 e 17 anos de idade.

**Tabela 12 - Dimensão Desenvolvimento Infantil, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010**

<b>DESENVOLVIMENTO INFANTIL - 1980</b>							
	Ubá	Leopoldina	Ponte Nova	Cataguases	Manhuaçu	Muriaé	Viçosa
<b>Índice da variável: desenvolvimento infantil - 1980</b>	0,7311	0,7594	0,7359	0,7746	0,7265	0,7373	0,7265
<b>Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando</b>	0,9457	0,9515	0,9208	0,9602	0,9391	0,9323	0,9424
<b>Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando</b>	0,9014	0,9014	0,8764	0,9074	0,8956	0,8703	0,8948
<b>Ausência de criança até seis anos fora da escola</b>	0,0138	0,0137	0,0141	0,0274	0,0096	0,0183	0,0195
<b>Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola</b>	0,7974	0,7996	0,7368	0,8520	0,6640	0,7324	0,7865
<b>Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola</b>	0,3435	0,7159	0,6777	0,7642	0,5940	0,6461	0,7075
<b>Ausência de criança de 6 até 14 com mais de dois anos de atraso</b>	0,7697	0,6667	0,6646	0,6975	0,7369	0,6823	0,7327
<b>Ausência de adolescente analfabeto 12-14;</b>	0,9379	0,9189	0,8898	0,9178	0,8140	0,8880	0,9405
<b>Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto</b>	0,9353	0,9045	0,8889	0,9488	0,8558	0,9254	0,9521
<b>Ausência de mãe cujo filho tenha morrido</b>	0,8362	0,8496	0,8809	0,8581	0,8597	0,8009	0,3450
<b>Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido</b>	0,8305	0,8722	0,8085	0,8129	0,8959	0,8768	0,9436
<b>DESENVOLVIMENTO INFANTIL - 1991</b>							
	Ubá	Leopoldina	Ponte Nova	Cataguases	Manhuaçu	Muriaé	Viçosa
<b>Índice da variável: desenvolvimento infantil - 1991</b>	0,7334	0,7638	0,7468	0,7730	0,7480	0,7457	0,7634
<b>Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando</b>	0,9500	0,9535	0,9508	0,9765	0,9429	0,9403	0,9695
<b>Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando</b>	0,9003	0,8982	0,9087	0,9421	0,9018	0,8918	0,9341
<b>Ausência de criança até seis anos fora da escola</b>	0,0198	0,0296	0,0165	0,0258	0,0085	0,0163	0,0045
<b>Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola</b>	0,8016	0,7904	0,7556	0,8406	0,7015	0,7687	0,8686
<b>Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola</b>	0,3442	0,6992	0,6992	0,7559	0,6393	0,6799	0,7128
<b>Ausência de criança de 6 até 14 com mais de dois anos de atraso</b>	0,7779	0,6912	0,6512	0,7050	0,7755	0,6767	0,5391
<b>Ausência de adolescente analfabeto 12-14;</b>	0,9590	0,9474	0,9075	0,9544	0,8976	0,9414	0,9471
<b>Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto</b>	0,9604	0,9622	0,9170	0,9561	0,9245	0,9508	0,9680
<b>Ausência de mãe cujo filho tenha morrido</b>	0,8571	0,8730	0,8850	0,8935	0,8759	0,7689	0,7533
<b>Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido</b>	0,7637	0,7937	0,7770	0,6805	0,8121	0,8222	0,9373

<b>DESENVOLVIMENTO INFANTIL - 2000</b>							
	Ubá	Leopoldina	Ponte Nova	Cataguases	Manhuaçu	Muriaé	Viçosa
<b>Índice da variável: desenvolvimento infantil - 2000</b>	0,8556	0,8606	0,8418	0,8634	0,8219	0,8419	0,8915
<b>Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando</b>	0,9787	0,9821	0,9803	0,9805	0,9363	0,9654	0,9853
<b>Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando</b>	0,9381	0,9452	0,9477	0,9516	0,8832	0,9346	0,9618
<b>Ausência de criança até seis anos fora da escola</b>	0,3249	0,4169	0,3460	0,4381	0,1977	0,3158	0,3578
<b>Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola</b>	0,9630	0,9510	0,9520	0,9758	0,8766	0,9519	0,9871
<b>Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola</b>	0,9187	0,8969	0,9111	0,9256	0,8073	0,8889	0,9371
<b>Ausência de criança de 6 até 14 com mais de dois anos de atraso</b>	0,8840	0,9051	0,7869	0,8263	0,8598	0,8109	0,8516
<b>Ausência de adolescente analfabeto 12-14;</b>	0,9920	0,9805	0,9796	0,9784	0,9881	0,9807	1,0000
<b>Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto</b>	0,9789	0,9939	0,9870	0,9907	0,9812	0,9816	0,9858
<b>Ausência de mãe cujo filho tenha morrido</b>	0,8261	0,7931	0,7718	0,7533	0,8315	0,7489	0,8578
<b>Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido</b>	0,7516	0,7414	0,7552	0,8133	0,8577	0,8398	0,9904
<b>DESENVOLVIMENTO INFANTIL - 2010</b>							
	Ubá	Leopoldina	P. Nova	Cataguases	Manhuaçu	Muriaé	Viçosa
<b>Índice Da Variável: Desenvolvimento Infantil - 2010</b>	0,8861	0,8927	0,8834	0,8852	0,8634	0,8729	0,8820
<b>Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando</b>	0,9914	0,9916	0,9960	0,9846	0,9592	0,9808	0,9874
<b>Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando</b>	0,9345	0,9731	0,9756	0,9554	0,9295	0,9434	0,9734
<b>Ausência de criança até seis anos fora da escola</b>	0,4897	0,5093	0,5411	0,5545	0,4170	0,5165	0,6012
<b>Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola</b>	0,9786	0,9732	0,9731	0,9786	0,9587	0,9749	0,9870
<b>Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola</b>	0,9228	0,9372	0,9393	0,9560	0,9088	0,9383	0,9524
<b>Ausência de criança de 6 até 14 com mais de dois anos de atraso</b>	0,9089	0,9350	0,7661	0,8258	0,9067	0,8388	0,5696
<b>Ausência de adolescente analfabeto 12-14;</b>	1,0000	0,9818	0,9868	0,9904	0,9923	0,9963	0,9854
<b>Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto</b>	0,9877	1,0000	0,9916	0,9907	0,9912	0,9852	0,9841
<b>Ausência de mãe cujo filho tenha morrido</b>	0,7386	0,6269	0,7722	0,6891	0,6466	0,6561	0,8938
<b>Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido</b>	0,8068	0,9104	0,7975	0,8235	0,8120	0,7989	0,7854
<b>Ausência de mãe com filho nascido morto</b>	0,9877	0,9814	0,9779	0,9881	0,9758	0,9729	0,9824

Fonte: Dados da pesquisa



Nessa importante dimensão, devido às informações disponíveis nos dados, é possível identificar quatro componentes que merecessem destaque no desenvolvimento infantil: a) proteção contra o trabalho precoce, b) acesso à escola, c) progresso escolar e d) mortalidade infantil, permitindo a criação de subíndices para visualizar o conjunto dessas variáveis dentro da dimensão desenvolvimento infantil e, assim, analisar com maior rigor e detalhes esse importante componente. Dessa forma, na Tabela 13 são detalhados os quatro subíndices criados.

**Tabela 13** - Subíndices da dimensão Desenvolvimento Infantil, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010

<b>Subíndice</b>	<b>Ano</b>	<b>Ubá</b>	<b>Leopoldina</b>	<b>Ponte Nova</b>	<b>Cataguases</b>	<b>Manhuaçu</b>	<b>Muriaé</b>	<b>Viçosa</b>
<b>Trabalho precoce</b>	1980	0,9236	0,9265	0,8986	0,9338	0,9174	0,9013	0,9186
	1991	0,9251	0,9258	0,9297	0,9593	0,9224	0,9160	0,9518
	2000	0,9584	0,9637	0,9640	0,9660	0,9097	0,9500	0,9736
	2010	0,9630	0,9823	0,9858	0,9700	0,9443	0,9621	0,9804
<b>Acesso à escola</b>	1980	0,3849	0,5097	0,4762	0,5478	0,4225	0,4656	0,5045
	1991	0,3885	0,5064	0,4904	0,5408	0,4497	0,4883	0,5286
	2000	0,7355	0,7549	0,7364	0,7798	0,6272	0,7189	0,7607
	2010	0,7970	0,8065	0,8178	0,8297	0,7615	0,8099	0,8469
<b>Progresso escolar</b>	1980	0,8809	0,8300	0,8144	0,8547	0,8022	0,8319	0,8751
	1991	0,8991	0,8669	0,8252	0,8718	0,8659	0,8563	0,8181
	2000	0,9516	0,9598	0,9178	0,9318	0,9430	0,9244	0,9458
	2010	0,9655	0,9723	0,9148	0,9356	0,9634	0,9401	0,8464
<b>Mortalidade</b>	1980	0,8333	0,8609	0,8447	0,8355	0,8778	0,8389	0,6443
	1991	0,8104	0,8333	0,8310	0,7870	0,8440	0,7956	0,8453
	2000	0,7888	0,7672	0,7635	0,7833	0,8446	0,7944	0,9241
	2010	0,7727	0,7687	0,7848	0,7563	0,7293	0,7275	0,8396

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se no Gráfico 36 o comportamento da dimensão que afere o desenvolvimento infantil, em que se verifica que todas as cidades pesquisadas apresentaram comportamento parecido de constante crescimento, exceto o município de Viçosa, que em 1980 (Gráfico 36), nessa dimensão, tinha índice 0,726 e, em 2010, 0,876. Fato esse que sinaliza a prerrogativa de pleno desenvolvimento para 87,6% das crianças de Viçosa no ano 2010, isto é, um crescimento de 20,5% em comparação com o ano 1980.

Ao comparar o período analisado, o Gráfico 36 indica que o pico desta dimensão aconteceu no ano 2000 na cidade de Viçosa, chegando a 89,1% de crianças com pleno desenvolvimento.

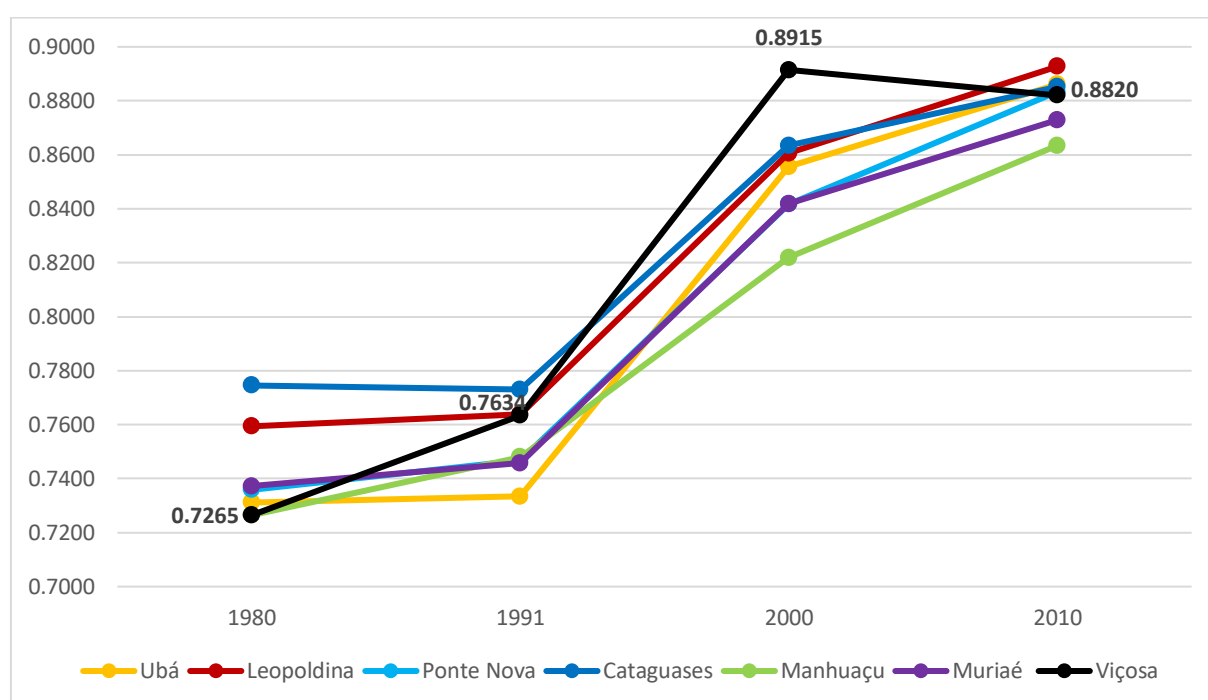


Gráfico 36 – Comportamento da dimensão desenvolvimento infantil, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Se este indicador for estratificado, pode-se ter um retrato ainda mais fiel da realidade de cada município estudado. O primeiro subíndice foi tirado da média das variáveis que medem o número de crianças na faixa etária até 14 e 16 anos trabalhando. O resultado é interessante e mostra que todas as cidades pesquisadas estão com subíndice próximo a 1, o que significa que praticamente estão erradicando o trabalho infantil. E muito disso se deve à política de transferência de renda, que atrela a presença escolar como condicionante para a obtenção do recurso.

No Brasil, a partir de 1994, iniciou-se um programa de transferência de renda atrelada à frequência escolar. O Programa Bolsa Escola distribuía benefício mensal no valor de um

salário mínimo para as famílias que mantivessem suas crianças no sistema escolar. Posteriormente, em 2003, o Governo Federal agrupou todos os programas de transferência de renda em um só, o Programa Bolsa Família, proposto às famílias de baixa renda. Esse programa prevê como contrapartida o acompanhamento da saúde e estado nutricional das gestantes e dos filhos, da matrícula e do mínimo de 85% de frequência escolar de crianças na idade entre 7 e 15 anos, bem como a participação em programas de Educação Alimentar (CACCIAMALI; TATEI; BATISTA, 2010).

O Gráfico 37 mostra o aumento das cidades pesquisadas com evolução constante, excetuando-se Manhuaçu, que se manteve estável entre 1980 e 1991, depois apresentou queda desse subíndice e voltou a crescer no último levantamento.

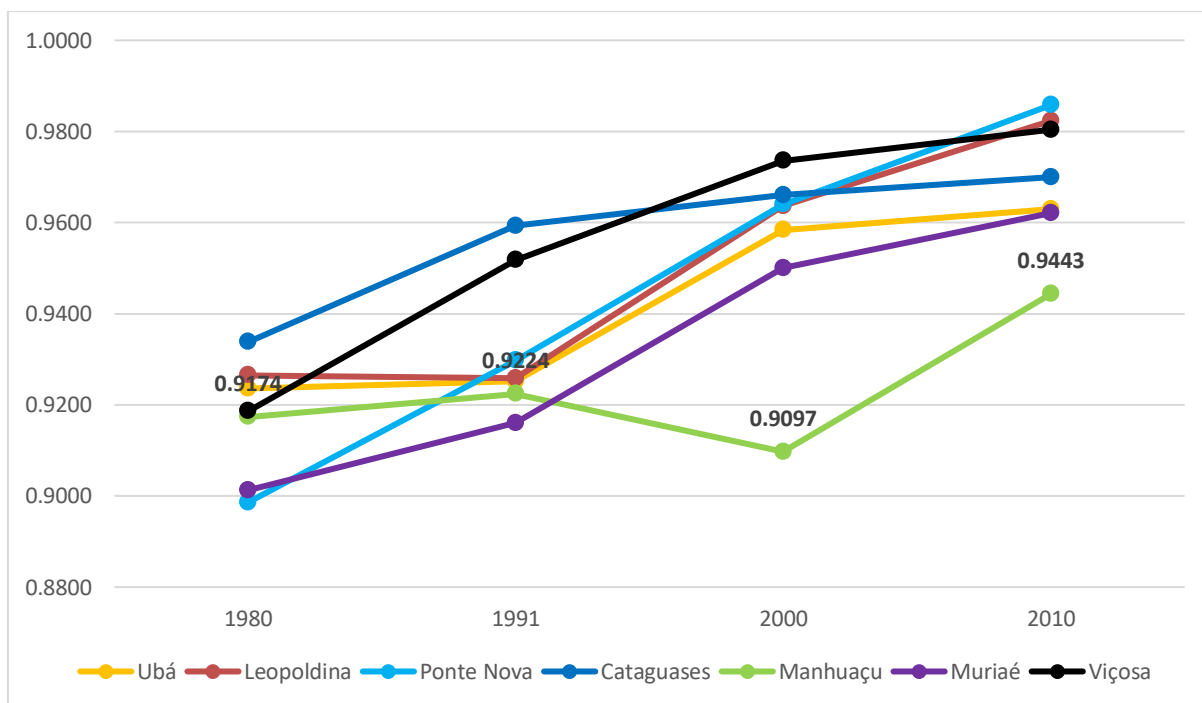


Gráfico 37 – Comportamento do subíndice trabalho precoce, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Essa dimensão avalia também a diminuição do trabalho infantil, pautado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o que objetiva eliminar as crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, isto é, qualquer ofício que ofereça risco à saúde e segurança dessas pessoas.

Esse programa pode ser apontado como um dos principais responsáveis pelo bom desempenho desse componente, já que no Brasil o trabalho é rigorosamente proibido para crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos de idade, tolerado apenas na categoria de aprendiz para pessoas na faixa etária entre 14 e 18 anos. Entre 16 e 18 anos de idade, o trabalho é

admitido, desde que não seja insalubre e não ocorra entre as 22 h e as 5 h da manhã (SANTOS, 2017).

O indicador que avalia o trabalho precoce apresenta relevante melhoria, como pode ser observado no Gráfico 37, pois esse subíndice melhorou, em média, 5,7%, entre os anos de 1980 e 2010, se forem consideradas todas as cidades pesquisadas. A variável que mede o número de crianças menores de 14 anos de idade que trabalhavam aponta que, em 1980, Ponte Nova tinha o pior resultado, com quase 8% dessa faixa etária trabalhando. Se for considerada a população com menos de 16 anos de idade, a cidade com pior resultado em 1980 foi Muriaé, com quase 13% da população nessa faixa etária no mercado de trabalho.

Percebem-se, portanto, constantes reduções nos demais levantamentos, chegando ao indicador de 2010 na cidade de Leopoldina, com menos de 1% de menores de 14 anos de idade trabalhando; e na cidade de Viçosa, com 2,7% de pessoas com menos de 16 anos de idade no mercado de trabalho.

Vieira (2017, p. 107) garante que “um dos maiores obstáculos a ser enfrentado em relação à exploração do trabalho infantil no Brasil diz respeito à superação do senso comum, que aceita e até estimula o trabalho de crianças e adolescentes”. Para que a proteção do direito à educação na faixa etária obrigatória seja realmente respeitada, é indispensável que o trabalho durante o tempo dedicado aos estudos deixe de ser necessidade de sobrevivência para as classes menos favorecidas social e economicamente.

O Gráfico 38 mostra o aumento do subíndice acesso à escola, que contempla as variáveis que medem a evasão escolar de crianças de 6 a 17 anos.

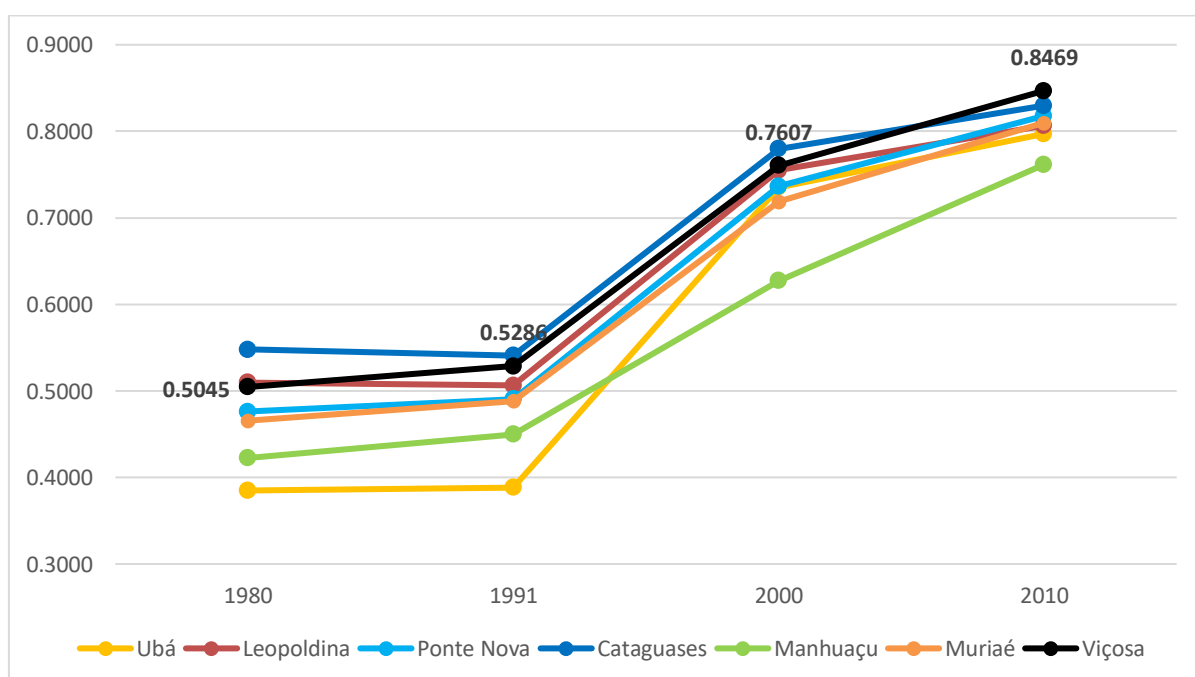


Gráfico 38 – Comportamento do subíndice acesso à escola, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

A grande maioria dos componentes dessa dimensão proporcionou avanços (Gráfico 38), especialmente, no que diz respeito ao acesso à escola, em que as crianças viçosenses apresentaram volume de 86% em 2010 e de apenas 50,5% em 1980, representando, assim, um avanço de 70,2% no horizonte de 30 anos estudados. Ao estabelecer comparação com indicadores nacionais, Viçosa apresenta média semelhante à do Brasil, que segundo o PNUD, em 2012, o número de crianças brasileiras com acesso à escola era de 86%. Entretanto, as demais cidades estão um pouco abaixo da média nacional, a exemplo de Manhuaçu, apresentando o pior resultado, com pouco mais de 76% de crianças e adolescentes com acesso à escola.

Também é possível notar melhora nos indicadores na maioria dos componentes (Tabela 12), com destaque para o indicador que mede a ausência de criança até seis anos fora da escola, referente ao componente acesso à escola. Esse indicador apresentou expressivo aumento nos anos de 1980 a 2010 (Gráfico 39). O crescimento dessa variável pode ser justificado pela situação que o país vivia em 1980, marcado por instabilidade e por graves problemas na administração das políticas federais de financiamento dos programas de pré-escolares e creches no Brasil. A mudança política resultou em relevantes ganhos legais com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (CAMPOS; HADDAD, 1992). É notório, depois das mudanças legais, o início do crescimento do número de crianças com menos de seis anos de idade matriculadas em escolas dos municípios estudados.

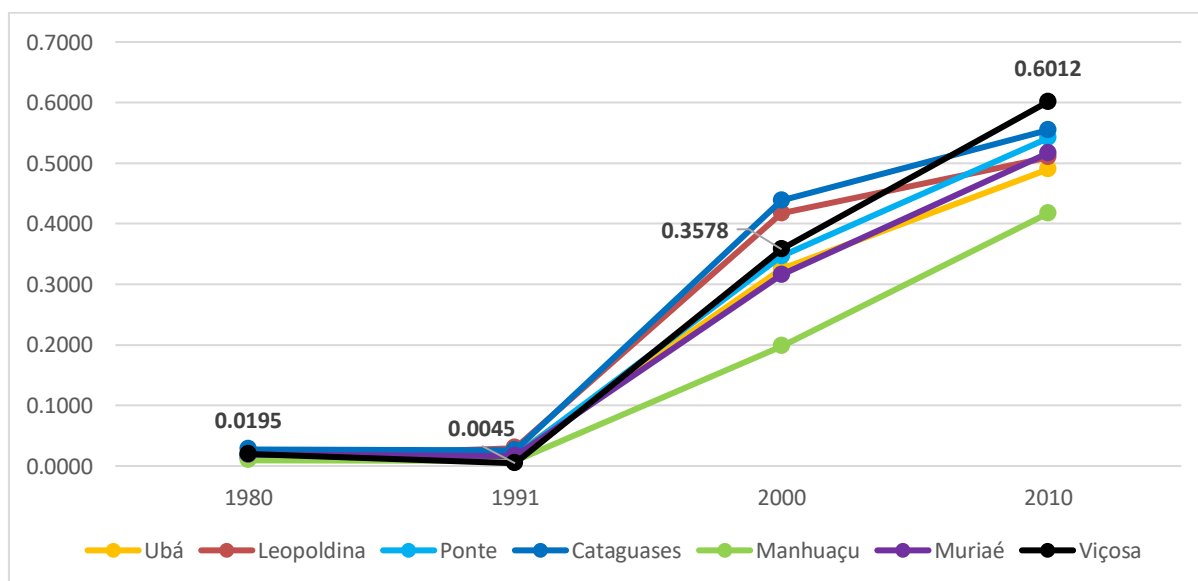


Gráfico 39 – Ausência de criança até seis anos fora da escola, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa.

Os anos de 1980 a 1991 apresentavam índices próximos de 0, ou seja, praticamente não existia a possibilidade de as famílias contarem com educação pública para crianças nessa faixa etária, que só mudou depois de 1990, refletindo nos indicadores do ano 2000 (Gráfico 39).

[...] sobre a educação de crianças de 0 a 6 anos nasceu a necessidade de formular políticas de formação de profissionais e de estabelecer alternativas curriculares para a educação infantil. Diferentes concepções de infância, currículo e atendimento; diversas alternativas práticas, diferentes matizes da educação infantil. Direitos de crianças consideradas cidadãs foram conquistados legalmente sem que exista, no entanto, dotação orçamentária que viabilize a consolidação desses direitos na prática; exigências de formação de profissionais da educação infantil e reconhecimento de sua condição de professores. Essa diversidade também se faz presente na construção de projetos educativos para a educação infantil (KRAMER, 2006, p. 802).

Mesmo com prerrogativas legais de acesso de crianças com menos de seis anos nas escolas, a realidade, conforme Kramer (2006), ainda é de muito descaso do poder público, e nem sempre o acesso se reflete em qualidade na educação. Para consolidar o direito e desenvolver a oferta com qualidade, percebem-se muitos desafios, como a falta de financiamento da Educação Infantil, o arranjo dos sistemas municipais, a necessidade de que as políticas de Educação Infantil estejam atreladas com as políticas sociais, a capacitação dos profissionais da Educação Infantil e as dificuldades relativas à carreira docente.

Viçosa, nessa variável, apresenta mais uma vez o melhor resultado no ano 1980, em que o indicador estava em torno de 0,02, chegando a 0,6 em 2010, aumento superior a 2.900% no período. Melhor explicando, em 1980 praticamente o município não oferecia acesso à educação a crianças com menos de seis anos de idade e, em 2010, 60% da população nessa faixa etária é atendida por instituições públicas de ensino.

O governo do Estado de Minas Gerais anunciou que, a partir de 2004, o ensino fundamental incluiria crianças de 6 anos de idade, ampliando para uma duração de nove anos. Não se tratava tão somente de uma antecipação da escolaridade, mas de aumento da obrigatoriedade. O Estado de Minas Gerais se antecipa à legislação federal e institui a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos obrigatórios, produzindo uma nova institucionalidade para esta etapa da Educação Básica (REIS, M.; DE OLIVEIRA, 2011).

O crescimento desse indicador, principalmente refletido nos anos 2000 e 2010, pode ser reflexo de duas importantes leis que garantem às crianças de 0 a 6 anos de idade acesso à escola. A primeira delas é a Constituição Federal do Brasil, que em seu artigo 208, inciso IV, garante a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, e a segunda é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que instituiu a educação da criança pequena como primeira etapa da Educação Básica. Foi uma deliberação de extraordinária relevância, uma vez

que assegurou à Educação Infantil uma nova condição, cuidar e educar a criança pequena em complemento à ação da família e da comunidade (MACÊDO; DIAS, 2012).

Contudo, a ampliação do ensino infantil não foi acompanhada com a qualidade educacional esperada. Conforme relatou Rosemberg (2002), a expansão do ensino infantil no Brasil ocorreu deixando de lado a qualidade no atendimento. Segundo essa autora, as crianças que não fossem consideradas aptas para entrarem no ensino fundamental permaneciam retidas no pré-escolar; conseqüentemente, isso resultou em baixo investimento público no Brasil. Esse cenário teve conseqüências trágicas, tendo em vista que não aconteceu expansão de fato, entretanto gerou aumento de vagas e não democratização do acesso à escola.

A interpretação desses indicadores apresentou outro dado relevante nos dados que medem o número de famílias que tinham crianças entre 7 e 14 anos de idade fora da escola. O Gráfico 40 mostra que essa variável também apresenta crescimento constante, com destaque, neste item para o município de Manhuaçu, que em 1980 tinha 36% das crianças na faixa etária entre 7 e 14 anos fora da escola, reduzindo para pouco mais de 4% em 2010, uma melhora de mais de 44% desse indicador.

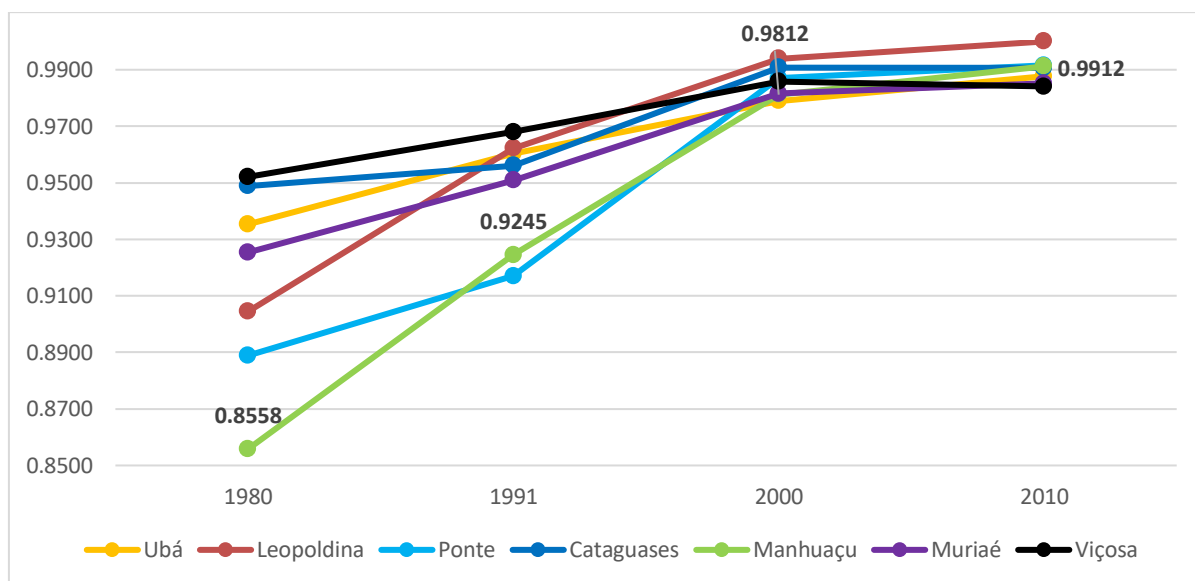


Gráfico 40 – Ausência de criança entre 7 e 14 anos fora da escola, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Viçosa também merece destaque por ser a cidade com menor número de crianças nessa faixa etária fora da escola. Em 1980, 21,4% dos domicílios viçosenses tinham crianças entre 7 e 14 anos de idade fora da escola, proporção essa que reduziu para apenas 1,3%, em 2010.

Quando a análise é feita considerando crianças de 7 a 17 anos de idade fora da escola, todos os municípios pesquisados apresentam indicadores acima de 0,90, o que mostra que as políticas públicas atreladas à assiduidade escolar vêm surtindo efeito nesses municípios. A

expressiva melhoria desse indicador pode ser justificada pela aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009, pelo Congresso Nacional, que torna obrigatória a frequência escolar para cidadãos na faixa etária de idade de 4 a 17 anos. Compreende-se, doravante, crianças e jovens que cursam a Educação Infantil, Ensino Fundamental e médio regular. Essa alteração constitucional colocou o Brasil no nível dos países com maior tempo de obrigatoriedade escolar. Vieira (2012) assegura que a obrigatoriedade escolar expandida à pré-escola precisa representar mais que uma obrigação das famílias, ou seja, deveria ser um dever de garantir uma universalização que ofereça experiências enriquecedoras e emancipadoras na trajetória escolar de todas as crianças brasileiras.

Outro elemento que merece ênfase para entender melhor a realidade apontada nos índices é o efeito de programas sociais, a exemplo do Bolsa Família, que está condicionado à matrícula e permanência das crianças na escola, assim como o seu progresso escolar. Oliveira (2014) destaca que o Bolsa Família determina que todas as pessoas entre 6 e 15 anos de idade estejam devidamente matriculadas e apresentem frequência escolar mínima de 85% da carga horária mensal, enquanto para os estudantes de 16 a 17 anos de idade a frequência deve ser de no mínimo 75% da carga horária.

Não apenas a frequência escolar deve ser avaliada, pois para o pleno desenvolvimento da criança e adolescente é importante acompanhar o progresso escolar e também o combate ao analfabetismo infanto-juvenil. Para verificar a situação dos municípios pesquisados, foram analisados dois indicadores; o primeiro refere-se à ausência de criança de até 14 anos de idade com mais de dois anos de atraso, em que a cidade de Viçosa foi a única cidade que nesse indicador apresentou piora, como pode ser notado no Gráfico 41.

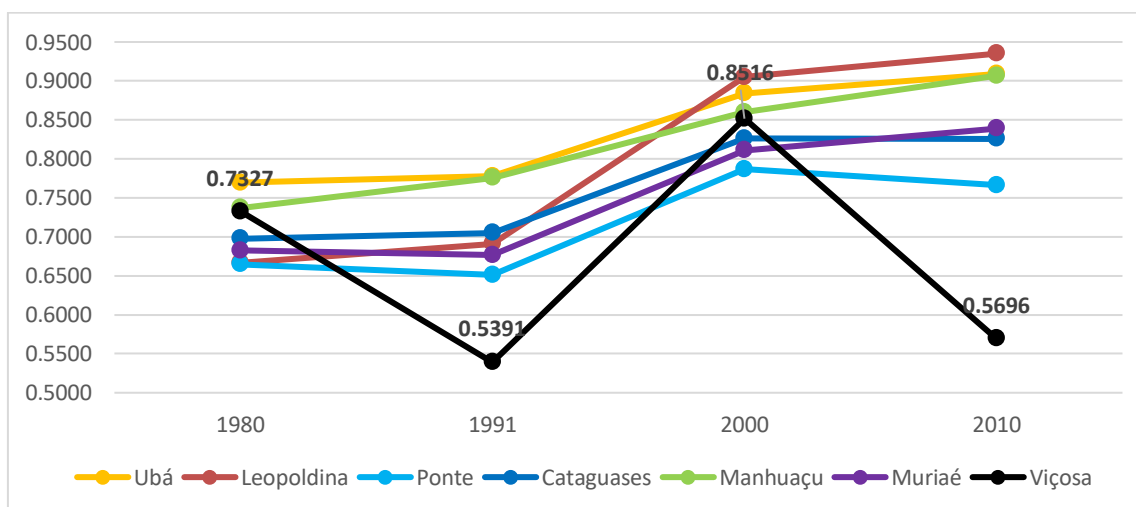


Gráfico 41 – Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa



O Gráfico 41 mostra que em 1980 o número de crianças nessa situação era de 26,7%, passando para 43% em 2010, o que equivale a uma redução de 22,3% dessa variável. A relação entre trabalho e processo educacional leva a classe mais carente do município a abandonar a escola e, posteriormente, a voltar a ela. Essa particularidade indica que, ao contrário das classes sociais mais favorecidas, a população mais pobre pode ter uma trajetória escolar caracterizada por abandonos e por irregularidades das idas e vindas (MESQUITA et al., 2012).

As demais cidades apresentam crescimento constante, sendo a cidade de Leopoldina o município com melhor resultado em 2010, com apenas 6,5% das crianças com até 14 anos de idade com atraso escolar superior a dois anos, uma melhora superior a 40% se for considerado o horizonte de 30 anos levantados nesta pesquisa.

O segundo indicador que avaliou pleno desenvolvimento da criança e adolescente está relacionado ao combate do analfabetismo infanto-juvenil, que por sua vez apresentou duas análises. A primeira retratou o nível de analfabetismo de adolescentes com idade entre 12 e 14 anos de idade, e a segunda variável apresentou dados de analfabetismo de adolescentes com idade entre 15 e 17 anos. A Tabela 12 mostra o comportamento desta variável nos 30 anos que envolve esta pesquisa. Todas as cidades praticamente erradicaram o analfabetismo de crianças de 12 até 14 anos de idade, com destaque para o crescimento de 22% dessa variável no município de Manhuaçu, se forem comparados os anos de 1980 a 2010. A outra variável que mede o número de analfabetos com idade entre 15 e 17 anos também apresenta relevante melhora, com números em 2010 próximos de 1, o que também representa a erradicação do analfabetismo para essa faixa etária. Mais uma vez o destaque de crescimento vem da cidade de Manhuaçu, com mais 15% de melhoria no período analisado.

Segundo Waiselfisz (2007), na faixa etária dos 15 aos 17 anos, a porcentagem de analfabetismo nacional é de 1,6%, número muito próximo aos de todas as cidades pesquisadas. O fato de o analfabetismo ainda não ter sido totalmente extinto nas cidades pode ser justificado pela característica citada por Mesquita et al. (2012), ao afirmarem que as oportunidades de educação ainda são limitadas, uma vez que nem todos os jovens têm acesso à escola e muitos outros paralisam o processo de educação devido à necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho.

### **3.5.1 Mortalidade**

O subíndice mortalidade avalia duas variáveis independentes: a ausência de mãe cujo filho tenha morrido e se há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido. O objetivo deste subíndice é apresentar a questão da mortalidade de filhos, problema latente na década de 1980,

principalmente relacionada a questões de pobreza. Isso porque a mortalidade de crianças e adolescentes era encarada como problema de subdesenvolvimento socioeconômico, uma vez que, quase sempre, se encontrava associada a indicadores como o Produto Interno Bruto, a taxa de desemprego, entre outros. Esta analogia era explicada pela importância dada a esses indicadores na configuração do perfil da renda, educação, saneamento e acesso aos programas e serviços de saúde (COSTA et al., 2003). O Gráfico 42 ilustra o aumento no indicador que mede as famílias que já tiveram perdas de filhos. Merece destaque a cidade de Viçosa, a única com melhora deste indicador.

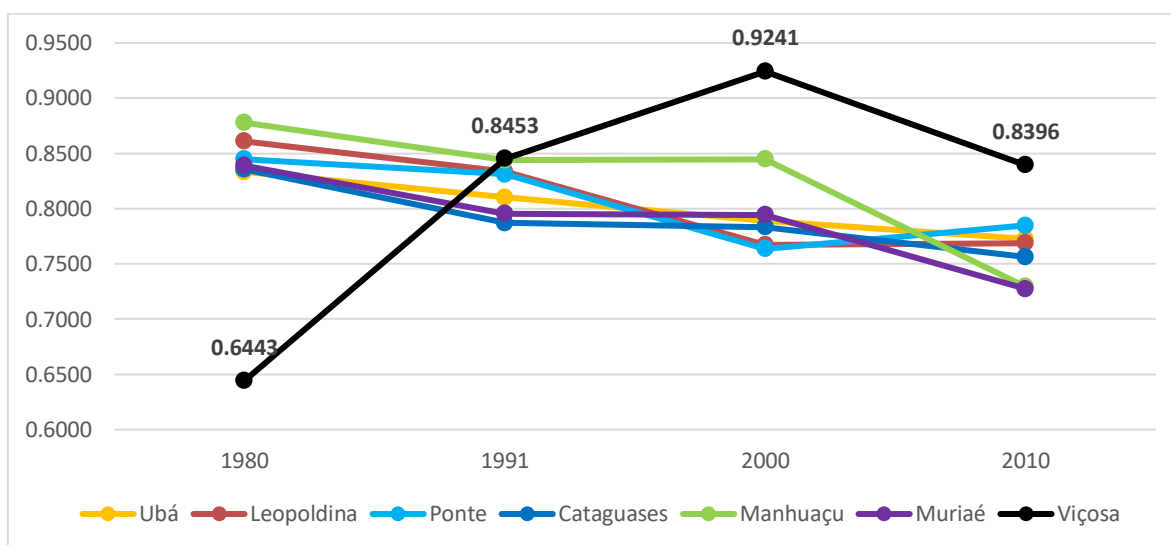


Gráfico 42 – Comportamento do subíndice mortalidade, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico 42 apresenta uma melhora de 30,31%, entre os anos de 1980 a 2010. A porcentagem de mortalidade infantil é um indicador demográfico adequado para mostrar as condições de acesso à saúde ou ao saneamento básico em que vivem alguns segmentos da população (JANNUZZI, 2004).

Os números dos dados de Viçosa em 1980 indicaram que 65,5% das mães tinham perdido pelo menos um filho, enquanto nos dados de 2010 esse número caiu para 10,6%. Essa grande melhoria pode ser atribuída ao avanço na qualidade de vida de uma população, o que contribui para a melhoria nas condições de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. O entendimento dessa relação é muito relevante, especialmente do ponto de vista de políticas públicas na definição dos indicadores sociais que inspiram maior atenção. Geralmente, taxas elevadas de mortalidade são consequências de desenvolvimento humano, social e econômico ineficiente (DELLA LATTA, 2008). No caso particular das políticas sociais, é necessária a reformulação das relações entre Estado e sociedade, democratizando-se as diferentes formas de

gestão e aumentando a oferta de serviços públicos, em busca de maior igualdade e integração social, preservando o direito às diferenças, sem que estas se tornem discriminação e exclusão social.

Outro fato que merece destaque e que pode chamar atenção é que este subíndice contempla todos os lares cujas mães já perderam algum filho, independentemente da idade desse filho; conseqüentemente, este subíndice não retrata mortalidade infantil, mas a mortalidade de algum filho na família.

Nesse contexto, outro problema social reflete também nessa variável a violência urbana, ou seja, aquela que acontece nos espaços coletivos de vida em sociedade. A questão da criminalidade e da violência nas cidades é também resultado da relação entre armas e drogas que há três décadas vem ganhando força no Brasil; esse problema teria se agravado com a entrada da cocaína no território nacional na década de 1980 (RIZZINI; DA SILVA LIMONGI, 2016). Esse fato pode ajudar a entender as quedas nos indicadores das demais cidades da Zona da Mata mineira, excetuando-se o município de Viçosa, e as demais cidades apresentavam em 1980 uma média de 15% das famílias que possuíam mães que já haviam perdido pelo menos um filho, e esse número subiu para, em média, 24% das famílias em 2010.

Rizzini e da Silva Limongi (2016) complementam dizendo que os jovens provenientes das periferias urbanas são os mais afetados pela violência. Famílias que vivem nesses espaços são sucumbidas a diversas situações propulsores da violência, como uso e tráfico de drogas, e localidades de extrema pobreza geralmente possuem pouco apoio institucional, precários serviços de saúde e educação e dificuldade de acesso a eles. Essas circunstâncias interferem no dia a dia e no desenvolvimento das famílias que vivem nesses locais, de maneira especial a juvenil. Desse modo, compreende-se a importância do indicador de mortalidade, por estar intensamente relacionado com o desenvolvimento econômico, aquele que se revela em bem-estar à população.

Determinar a participação da família carente no desenvolvimento dos filhos pode apresentar novas demandas, e os pais analfabetos têm mais dificuldades de garantir os direitos dos filhos não apenas a educação, mas também a segurança, higiene, saúde, entre outros.

Enquanto surgem novas pesquisas e avança o conhecimento, derruba-se o senso comum de que a creche é somente abrigo para o filho durante a jornada de trabalho da mãe. Investir na primeira infância pode ser determinante para o futuro da nação. Eles são decisivos para toda caminhada até a vida adulta e vai influenciar na escolaridade, que origina taxas de

produtividade, renda, violência e outros indicativos de desenvolvimento socioeconômico e de qualidade de vida.

### **3.6 Condições habitacionais**

A dimensão referente às condições habitacionais retrata uma das principais dimensões relativas às condições de vida de uma família, motivada pela profunda relação com os requisitos básicos de saúde, proteção e lazer. Os censos demográficos a cada recenseamento vêm aprimorando a maneira de investigação dos arranjos familiares e das particularidades dos domicílios. Esses aperfeiçoamentos são significativos para entender a oferta e demanda de moradias, em termos de quantidade de bens e de adequação das residências, em termos de qualidade de vida. Ao mesmo tempo, são importantes essas análises para reconhecer as deficiências de serviços públicos, fornecimento de luz e água, tratamento de esgoto e coleta de lixo.

Alves e Cavenaghi (2005) afirmam que, no Brasil, a quantidade de residências tem crescido acima do aumento da populacional, contudo abaixo do crescimento do número de famílias. Acredita-se que o aumento da taxa de pessoas morando sozinhas e em coabitação, tanto familiar quanto não familiar, tenha reduzido a densidade de pessoas por domicílio, embora tenha aumentado a quantidade de famílias conviventes.

Em virtude das informações disponíveis nas bases do Censo Demográfico brasileiro, é possível avaliar diversos dos seus componentes: a) propriedade do imóvel, b) déficit habitacional, c) densidade habitacional, d) acesso adequado à água, e) acesso adequado a esgotamento sanitário, f) acesso à coleta de lixo, g) acesso à eletricidade e h) acesso a bens duráveis.

Entretanto, segundo Barros, Carvalho e Franco (2003), não há dados a respeito de alguns elementos importantes das condições habitacionais, como a ausência de segurança, a divisão das funções entre os cômodos disponíveis, a caracterização do entorno e a distância da escola até os centros de saúde mais próximos.

Portanto, para aferir essas 12 variáveis das condições habitacionais, utilizaram-se informações dos Censos/IBGE, sendo empregados os indicadores expressos na Tabela 14, que apresenta os índices e respectivos resultados nos anos pesquisados. Vale destacar, mais uma vez, a utilização do efeito cascata nas variáveis: domicílio próprio e domicílio próprio ou cedido, atribuindo maior peso à condição de domicílio próprio.



**Tabela 14** - Dimensão Condições Habitacionais, cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, 1980 a 2010

IDF Zona da Mata	1980						
	Ubá	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	P. Nova	Viçosa
<b>Índice Condições Habitacionais</b>	<b>0,5814</b>	<b>0,5872</b>	<b>0,5798</b>	<b>0,4692</b>	<b>0,5746</b>	<b>0,5827</b>	<b>0,5825</b>
Domicílio próprio	0,5110	0,5329	0,4904	0,5167	0,5464	0,6511	0,6656
Domicílio próprio ou cedido	0,6651	0,7186	0,7317	0,8092	0,7373	0,7445	0,8286
Densidade de até dois moradores por dormitório	0,4735	0,4875	0,5175	0,5118	0,5297	0,4425	0,4586
Material de construção permanente	0,9722	0,9567	0,9197	0,8713	0,8863	0,9566	0,9175
Acesso adequado a água	0,6852	0,7777	0,7583	0,4840	0,6957	0,6579	0,6429
Esgotamento sanitário adequado	0,6240	0,5620	0,4960	0,3329	0,6084	0,5845	0,5217
Acesso à eletricidade	0,7984	0,7824	0,7032	0,5791	0,7408	0,7116	0,7057
Acesso a fogão e geladeira	0,4944	0,4719	0,4829	0,2715	0,4394	0,4478	0,4468
Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio	0,4944	0,4701	0,4696	0,2669	0,4319	0,4396	0,4468
Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio e telefone	0,0961	0,1123	0,2283	0,0488	0,1300	0,1905	0,1910
IDF Zona da Mata	1991						
	Ubá	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	P. Nova	Viçosa
<b>Índice Condições Habitacionais</b>	<b>0,6883</b>	<b>0,7177</b>	<b>0,6976</b>	<b>0,5615</b>	<b>0,6662</b>	<b>0,5994</b>	<b>0,7104</b>
Domicílio próprio	0,5741	0,6808	0,5467	0,6135	0,5894	0,5685	0,7471
Domicílio próprio ou cedido	0,7122	0,8169	0,7991	0,8727	0,7848	0,7925	0,8701
Densidade de até dois moradores por dormitório	0,5607	0,5874	0,5014	0,4761	0,5756	0,5349	0,5931
Material de construção permanente	0,9885	0,9746	0,9889	0,9485	0,9549	0,9675	0,9652
Acesso adequado a água	0,9001	0,9031	0,9227	0,8097	0,8884	0,7973	0,8780
Esgotamento sanitário adequado	0,7239	0,7575	0,6344	0,4292	0,6654	0,5788	0,6318
Lixo é coletado	0,5643	0,6244	0,6165	0,1605	0,5145	0,1380	0,4948
Acesso à eletricidade	0,9168	0,9185	0,9048	0,8538	0,9111	0,8952	0,9185
Acesso a fogão e geladeira	0,7335	0,7335	0,8117	0,4704	0,6515	0,6123	0,7576
Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio	0,7286	0,7277	0,7934	0,4573	0,6438	0,5957	0,7233
Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio e telefone	0,1688	0,1707	0,1540	0,0849	0,1482	0,1127	0,2347
	<b>2000</b>						

<b>IDF Zona da Mata</b>	Ubá	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	P. Nova	Viçosa
<b>Índice Condições Habitacionais</b>	<b>0,7367</b>	<b>0,7530</b>	<b>0,7134</b>	<b>0,6161</b>	<b>0,7213</b>	<b>0,6891</b>	<b>0,7715</b>
Domicílio próprio	0,6753	0,7452	0,6381	0,6355	0,7170	0,6997	0,7648
Domicílio próprio ou cedido	0,7588	0,8449	0,7974	0,8537	0,8302	0,8451	0,8382
Densidade de até dois moradores por dormitório	0,7522	0,7408	0,6971	0,6883	0,6833	0,6485	0,7521
Acesso adequado a água	0,9751	0,9881	0,9657	0,9557	0,9684	0,9435	0,9822
Esgotamento sanitário adequado	0,8465	0,8438	0,7657	0,5336	0,8066	0,7165	0,8096
Lixo é coletado	0,8500	0,8659	0,7331	0,4933	0,7808	0,7141	0,8710
Acesso à eletricidade	0,9986	0,9976	0,9793	0,9789	0,9788	0,9792	0,9884
Acesso a fogão e geladeira	0,9367	0,9454	0,9243	0,7331	0,8776	0,8489	0,9074
Acesso a fogão, geladeira, TV ou rádio	0,9324	0,9382	0,9225	0,7293	0,8711	0,8474	0,9031
Acesso a fogão, geladeira, TV ou rádio e telefone	0,3159	0,3142	0,3605	0,1469	0,3559	0,2868	0,5143
Acesso a fogão, geladeira, TV ou rádio, telefone e computador	0,0624	0,0586	0,0636	0,0291	0,0643	0,0506	0,1550

**2010**

<b>IDF Zona da Mata</b>	Ubá	Cataguases	Leopoldina	Manhuaçu	Muriaé	P. Nova	Viçosa
<b>Índice Condições Habitacionais</b>	<b>0,7964</b>	<b>0,8148</b>	<b>0,7946</b>	<b>0,7154</b>	<b>0,7936</b>	<b>0,7678</b>	<b>0,8355</b>
Domicílio próprio	0,6214	0,7223	0,6623	0,6196	0,6914	0,6792	0,7391
Domicílio próprio ou cedido	0,7137	0,8222	0,7936	0,8066	0,7776	0,7864	0,8224
Densidade de até dois moradores por dormitório	0,7948	0,8361	0,8094	0,8309	0,8329	0,7747	0,8696
Material de construção permanente	0,9961	0,9986	0,9996	0,9965	0,9974	0,9925	0,9955
Acesso adequado a água	0,9952	0,9981	1,0000	0,9983	0,9980	0,9863	0,9970
Esgotamento sanitário adequado	0,8535	0,8010	0,8414	0,5923	0,8388	0,8105	0,8901
Lixo é coletado	0,9209	0,9424	0,8584	0,5868	0,8896	0,8203	0,9522
Acesso à eletricidade	0,9993	0,9995	0,9991	0,9988	0,9996	0,9989	0,9988
Acesso a fogão e geladeira	0,9823	0,9842	0,9765	0,9216	0,9654	0,9697	0,9767
Acesso a fogão, geladeira, TV ou rádio	0,9799	0,9811	0,9748	0,9158	0,9592	0,9663	0,9743
Acesso a fogão, geladeira, TV ou rádio e telefone	0,4333	0,4162	0,4021	0,1922	0,3505	0,2647	0,4555
Acesso a fogão, geladeira, TV ou rádio, telefone e computador	0,2667	0,2755	0,2184	0,1257	0,2228	0,1640	0,3551

Fonte: Dados da Pesquisa

É indiscutível que uma residência apropriada deve ter ambiente protegido das intempéries, com condições adequadas de salubridade, privacidade e segurança. Ao mesmo tempo, é consenso de que o desenvolvimento acelerado dos municípios produziu espaços urbanos, em que se ressaltam ambientes de pobreza, degradação ambiental, ausência de serviços urbanos essenciais e residências insalubres. Essa realidade reflete, entre outras características, a dificuldade de acesso ao solo urbano e, ao mesmo tempo, o fato de ser a moradia o bem mais oneroso entre as necessidades básicas de uma família (GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2013).

O progresso da qualidade de vida está intensamente ligado à melhoria das condições de habitação. O Gráfico 43 mostra a constante melhoria dessa dimensão, chegando ao auge do aumento nos dados de 2010.

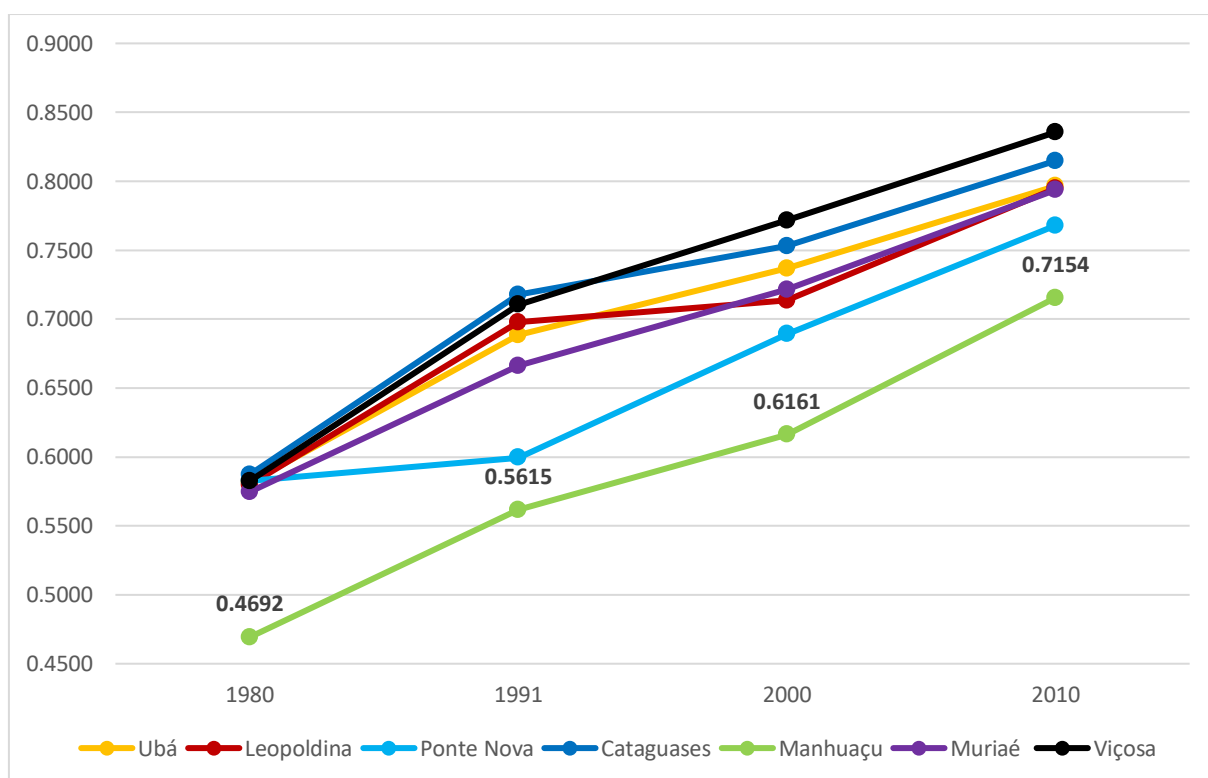


Gráfico 43 – Evolução da condição habitacional nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010

Fonte: dados da pesquisa

É notória a disparidade da cidade de Manhuaçu diante das demais cidades pesquisadas, e o município apresenta índice bem inferior nos quatro anos pesquisados, dado que pode ser explicado pela falta de políticas públicas. Segundo Espindula (2016), o déficit habitacional na cidade de Manhuaçu é próximo de 2.000 famílias; conseqüentemente, essa fatia da população, geralmente de baixa renda, adota os loteamentos clandestinos e as ocupações irregulares no município (Figura 14). Tais expansões urbanas produzem graves danos ao meio ambiente, as



sequelas ambientais são o desmatamento, a ocupação de fundos de vales, solos degradados por erosão e assoreamento das drenagens naturais e acúmulo de lixo, além de ausência de saneamento básico. Por essa razão, o município necessita de ações de melhoria e incentivos com políticas públicas para solucionar o problema habitacional.

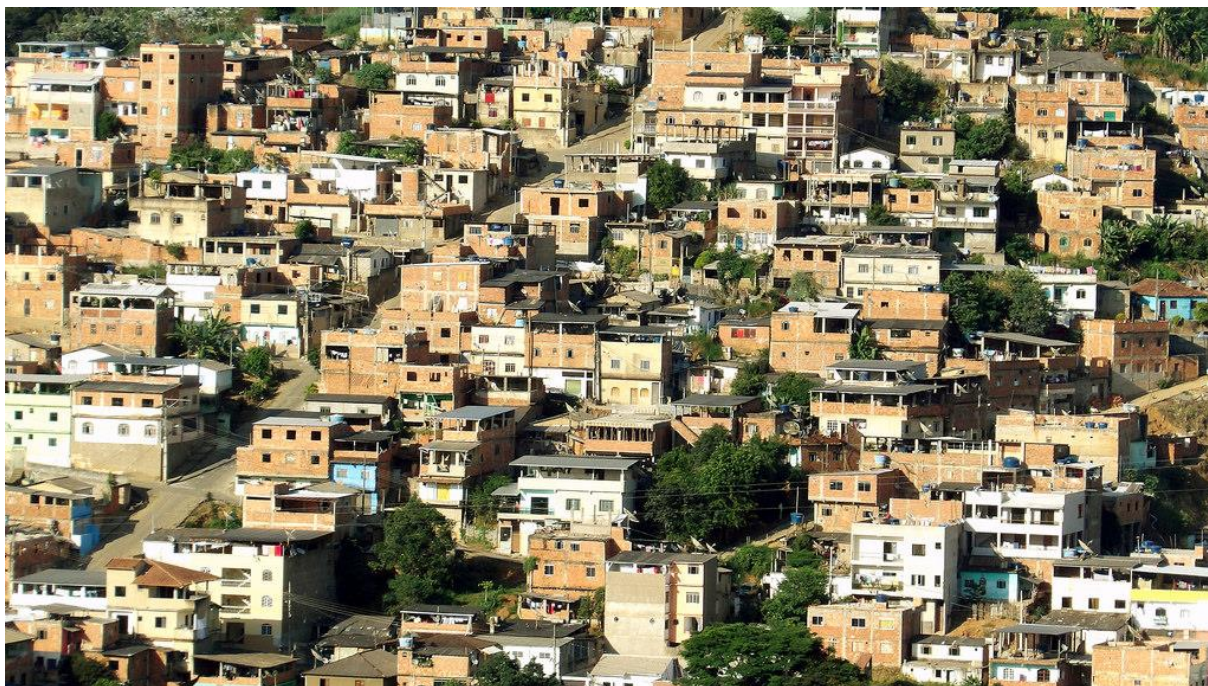


Figura 14: Vista parcial da periferia da cidade de Manhuaçu

Fonte: Flickr<sup>4</sup>, 2018

Excetuando a cidade de Manhuaçu, as demais cidades tiveram desempenho semelhante, com destaque positivo para a cidade de Viçosa, que atingiu os melhores índices para essa dimensão, em que os índices de 1980, 1991, 2000 e 2010 foram 0,63; 0,76; 0,87; e 0,92, respectivamente, apresentando uma melhora de 47,2%. Esses resultados expressam que 63% das famílias de Viçosa em 1980 tinham condições de vida adequadas, e esse número chegou a 92% das famílias em 2010.

Segundo da Silva (2014), a característica de urbanização da cidade de Viçosa (Figura 15), especialmente a partir da década de 1970, foi estratégia dos capitais imobiliários locais, e a extensão urbana do município se amplia a partir dos loteamentos irregulares nos subúrbios da cidade. Esses locais são habitados por pessoas de baixa renda originárias das áreas rurais e por famílias deslocadas do centro impulsionadas pelo processo natural, porém predatório, do

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://www.flickr.com/photos/quizequilos/16384892983> > acesso em 18 de abril de 2018.

aumento do preço da terra. Entretanto, a população de classes sociais mais favorecidas se transferia para as áreas centrais. Nas décadas de 1980 e 1990, com a saturação das áreas próximas ao centro disponíveis para construção, a especulação imobiliária crescente e a tendência por parte da população mais abastada para novos modelos de habitação colaboraram para a formação, na periferia da cidade, de condomínios fechados que, com a crescente verticalização e especulação do centro, se popularizaram na década de 2000.



Figura 15: Vista parcial da cidade de Viçosa

Fonte: Pós-Graduação em Entomologia - UFV<sup>5</sup>, 2018

Essa melhoria pode ser explicada por se enquadrar em uma característica nacional, em que as grandes precariedades de moradias estão nos moradores de rua e nos domicílios improvisados, como: em barracos precários debaixo de viadutos, na beira de estradas etc. Entretanto, embora essas situações signifiquem um grave problema social, a quantidade de pessoas que estão nessas condições é relativamente baixa.

---

<sup>5</sup> Disponível em < <http://www.pos.entomologia.ufv.br/wp-content/uploads/2013/09/Vi%C3%A7osa-6.jpg> > acesso em 18 de abril de 2018.

No Brasil, os principais problemas habitacionais provêm da ocupação desordenada de áreas urbanas, quer seja por meio dos loteamentos clandestinos, quer seja pela ocupação precária em áreas sem infraestrutura apropriada, com ausência de urbanização, arborização e ampla concentração de moradias que transformam muitos sítios urbanos em locais inadequados para habitação (ALVES; CAVENAGHI, 2005).

Alguns indicadores que estão relacionados à posse ou à cessão de um domicílio estão indiretamente ligados à questão de segurança e saúde, indicadores esses que apresentam características importantes. Essa variável exibe comportamentos distintos em cada uma das cidades, e o auge dessa variável aconteceu no ano 1991, quando 87% das famílias das cidades de Viçosa e Manhuaçu possuíam casa própria ou cedida e a cidade de Ubá, em contrapartida, apresentava o pior resultado nessa variável, ou seja, em 1991 pouco mais de 71% das famílias ubaenses viviam em residências próprias (Gráfico 44).

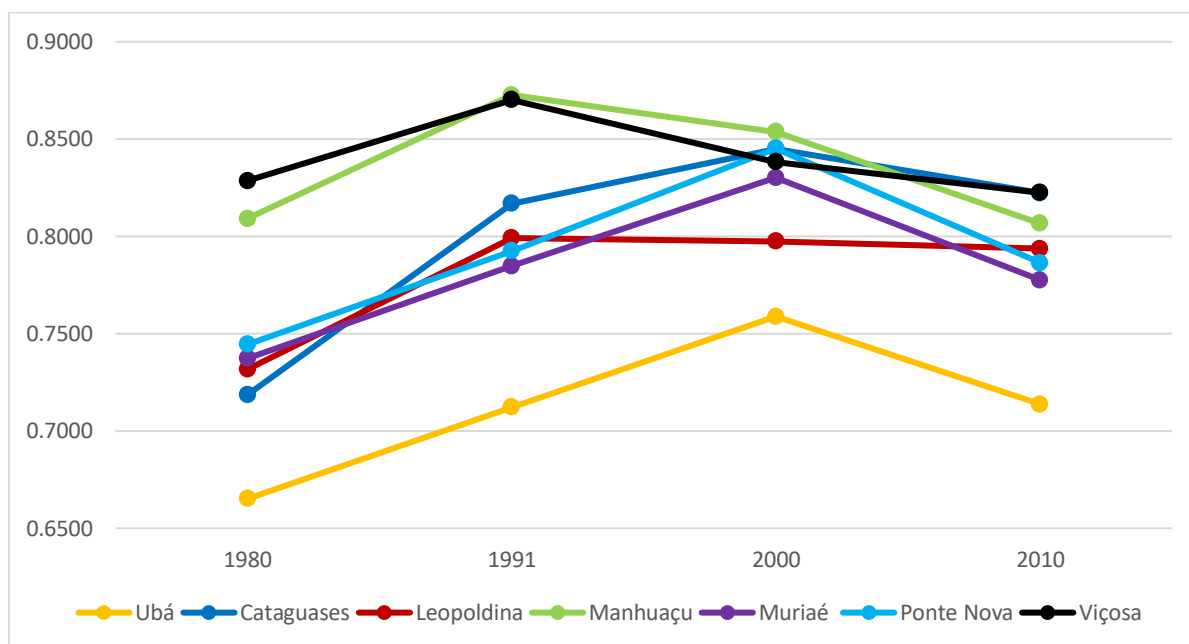


Gráfico 44 – Famílias com residência própria ou cedida nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de alguns picos apresentados desse indicador, o índice teve pouca alteração se for considerado o período de 30 anos com as seguintes variações: Ubá 7%, Cataguases 14%, Leopoldina 8%, Manhuaçu 0%, Muriaé 5%, Ponte Nova 6% e Viçosa -1%.

Também houve melhorias no indicador que mediu a densidade de até dois moradores por dormitório, nesse mesmo período. De acordo com os critérios habitualmente utilizados na construção de indicadores de necessidades habitacionais, as residências superlotadas seriam aquelas em que a razão entre ocupantes e dormitórios excede o limite de três moradores



(GIVISIEZ; OLIVEIRA, 2013). Esse é um importante indicador, pois revela dados sobre o conforto familiar (Gráfico 45), em que todas as cidades pesquisadas apresentaram crescimento no horizonte dos 30 anos da pesquisa, o que revela mais uma vez as dificuldades, ou seja, no início da década de 1980, a situação das famílias mais pobres era pior em relação às condições habitacionais do que a realidade verificada nos dados de 2010.

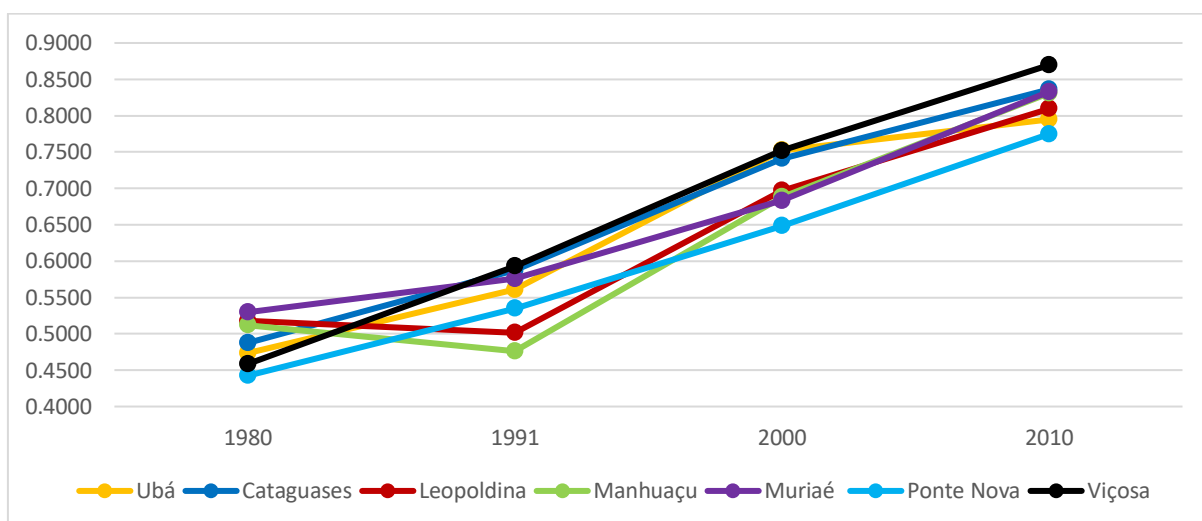


Gráfico 45 – Residência com densidade de até dois moradores por dormitório nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Os indicadores que avaliam o acesso a água, esgotamento sanitário e coleta de lixo mostraram melhoria, se comparados com os dos anos 1980 e 2010. No primeiro deles, que trata do acesso à água limpa e tratada, percebe-se, no Gráfico 46, que esse indicador chega próximo de 1, o que significa que praticamente todas as residências dos municípios pesquisados têm acesso à água encanada.

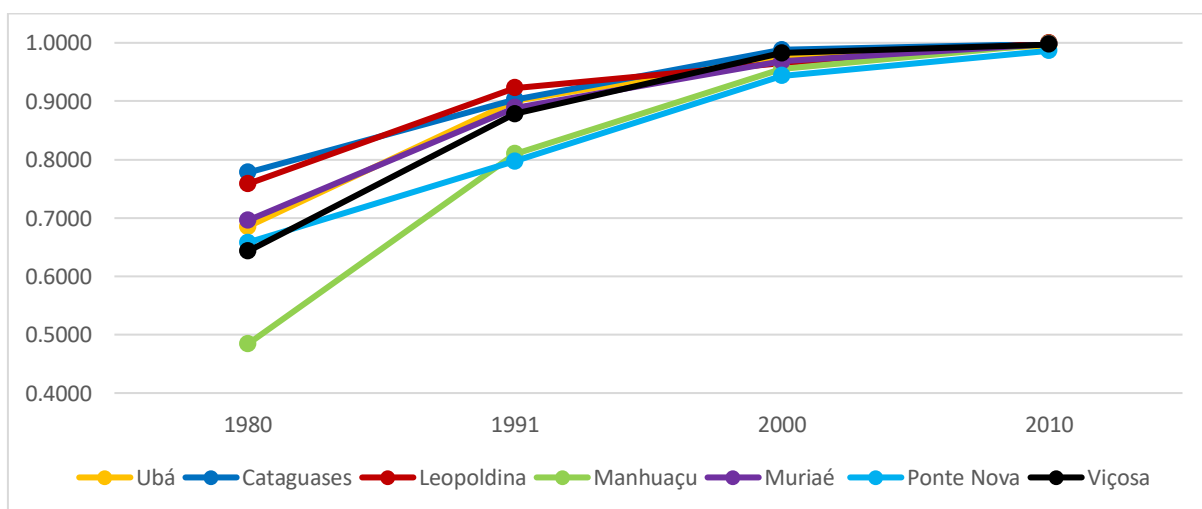


Gráfico 46 – Residência acesso a água tratada nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010

Fonte: dados da pesquisa

A realidade dos habitantes da Zona da Mata mineira não é muito diferente da dos restantes do país. As melhorias das condições de vida do brasileiro, de modo geral, sofreram mudanças substanciais. Em relação ao acesso à água em 1970, apenas 33% dos domicílios tinham água encanada, enquanto em 2007 93% das residências dispunham desse acesso (PAIM et al., 2012).

Em 1980, Manhuaçu apresentava a pior situação entre as cidades pesquisadas, em que menos da metade das casas tinham acesso à água tratada, sendo notória a melhoria desse indicador nessa cidade. Nos dados de 2010, praticamente as casas possuíam abastecimento hídrico.

O fornecimento adequado de água em abundância e de qualidade é fator fundamental para o desenvolvimento socioeconômico municipal, com impactos diretos sobre as condições de saúde e de bem-estar da população. Tal fato resulta em benefícios, como controle e prevenção de enfermidades, hábitos higiênicos, comodidade e bem-estar e ampliação da expectativa de vida e da produtividade econômica (RAZZOLINI; GÜNTHER, 2008).

Outra cidade que apresentava situação preocupante nesse indicador em 1980 foi Viçosa, mas apresentou progresso de 55,1% na variável que afere o acesso adequado à água. Nesse indicador, o município de Viçosa conseguiu atingir 100% das residências no Censo de 2010, contra apenas 64% nos dados de 1980.

Galvão Junior (2009) afirma que é fundamental para a dignidade humana e, especialmente, para a sua sobrevivência o acesso aos serviços de saneamento básico. Isso porque, para a inserção do indivíduo na atividade econômica e social, ele deve ter uma vida saudável. Para isso, é essencial o acesso ao saneamento básico, bem como à moradia, à saúde e à educação. No Brasil, a garantia aos serviços de água e esgoto está amparada de maneira implícita e explícita em várias legislações, ainda que a Constituição Federal não adote, de forma clara, a universalidade do acesso aos serviços de água e esgoto como direito social. Ao estabelecer como direitos a saúde e a moradia, pode-se entender que aí esteja considerado, ao mesmo tempo, o direito ao acesso aos serviços de saneamento.

Em relação ao esgotamento sanitário, Manhuaçu apresenta novamente dados preocupantes (Gráfico 47). A situação do município referente à cobertura de residências com rede de esgoto gira em torno de 60%, bem abaixo da média do Sudeste, que possui 77,4% de

cobertura por redes de esgoto, enquanto nas outras cidades pesquisadas a média de domicílios com acesso à rede de esgoto é de 84%, acima da média regional.

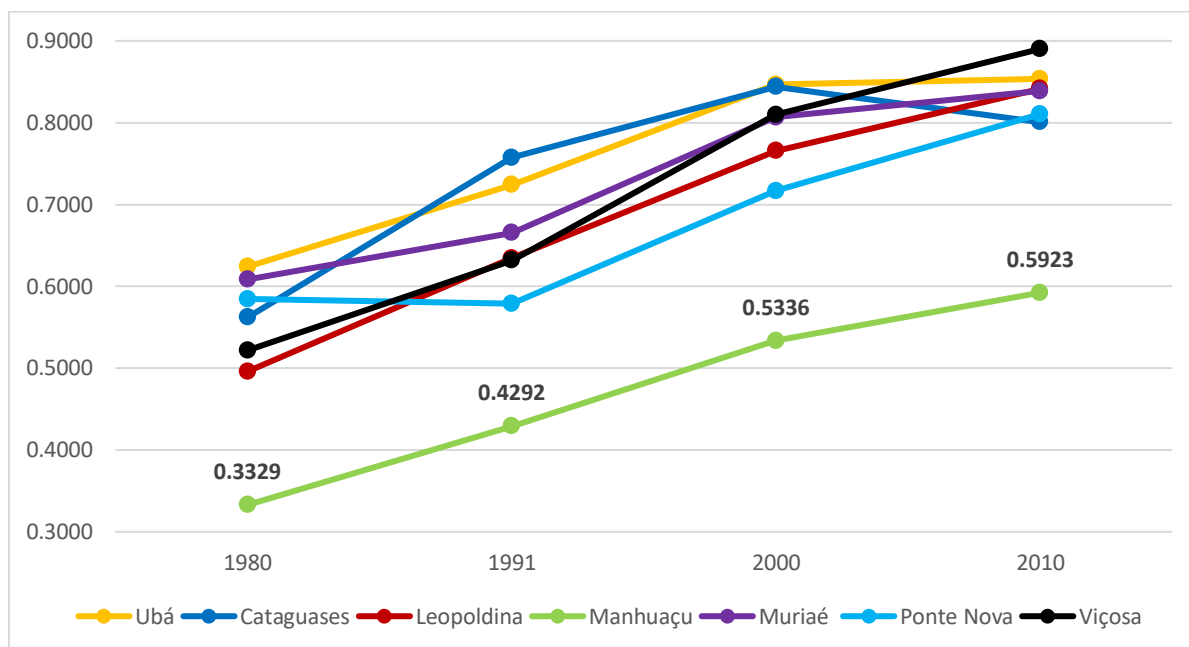


Gráfico 47 – Residência acesso a esgotamento sanitário nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

A expansão do acesso aos serviços de água e de esgoto deve ser o objetivo das políticas públicas, uma vez que tem enormes impactos sobre a saúde, o ambiente e a cidadania. No Brasil, o déficit do setor de saneamento básico é alto, principalmente no que se refere ao esgotamento e tratamento de esgotos, com maior deficiência nas áreas periféricas dos centros urbanos e nas zonas rurais, onde está concentrada a população mais carente (GALVÃO JUNIOR, 2009).

A coleta de lixo e o sistema de limpeza pública dos municípios podem ser geridos diretamente pelo Executivo municipal, por empresa pública específica ou por empresa de economia mista constituída para exercer especificamente essa função. Segundo Monteiro et al. (2001), existe também a possibilidade de ser objeto de concessão ou terceirização à iniciativa privada. As concessões e terceirizações podem ser integrais ou parciais, abrangendo uma ou mais partes das operações de limpeza urbana. Outra opção é a criação de consórcio com outras cidades, principalmente nas soluções para a destinação final dos resíduos.

Complementando, Monteiro e Mansur (1997) afirmam que é crescente a tendência de os municípios brasileiros terceirizarem parte dos serviços da limpeza urbana, como meio de buscar maior eficiência e agilidade administrativa, reservando-se à gestão municipal, pelo

menos teoricamente, as funções de planejamento, coordenação e fiscalização, ou seja, o gerenciamento dos serviços. O Censo Demográfico de 1980 não apresentou dados sobre a coleta de lixo, entretanto se percebe no Gráfico 48 o aumento constante deste indicador em todas as cidades pesquisadas, a partir dos dados de 1991.

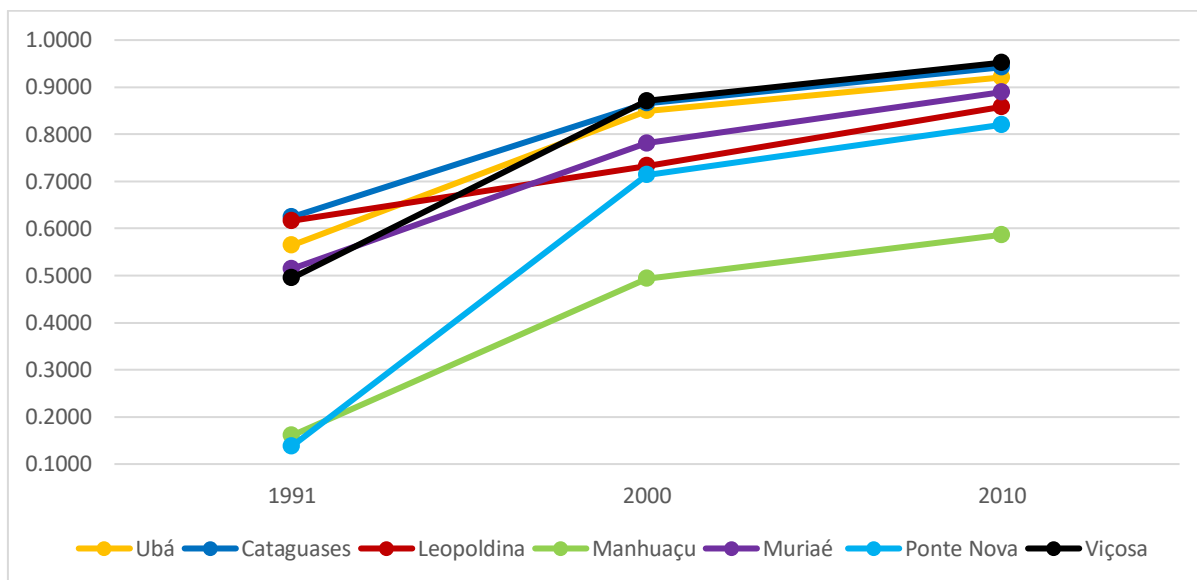


Gráfico 48 – Residência com coleta de lixo nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

A cidade com melhor resultado foi novamente Viçosa, onde a coleta de lixo chega a mais de 95% das residências. Assim, observa-se um avanço de 92,4% desse indicador, se for considerada a situação da cidade em 1991, em que o município que teve maior crescimento dessa variável foi Ponte Nova, ao passo que apenas 13,8% dos lares tinham o lixo recolhido em 2010. Este número subiu para 82%, mostrando a preocupação dos gestores ao longo dos anos da pesquisa.

O lado negativo mais uma vez fica para a cidade de Manhuaçu, mesmo com ótimo aumento desse indicador, uma vez que seu índice em 2010 estava pior do que o das cidades de Cataguases e Leopoldina em 1991. Esse fato aponta o longo caminho ainda a ser percorrido pela gestão pública, pois Manhuaçu, em 2010, coletava o lixo em apenas 58% das residências, enquanto a média das demais cidades já estava em 90% dos lares atendidos pela coleta de lixo.

Segundo os dados do Censo de 2010, a média nacional de cobertura da coleta de lixo estava em 87,4%. A cobertura mais abrangente encontrava-se na Região Sudeste (95%), se considerar a média somente de Viçosa e Cataguases, que atingiram esse percentual. Já na média nacional Leopoldina, Muriaé e Manhuaçu estavam abaixo da média.

Essas condições colaboraram para desregulamentação do acesso a serviços de saneamento, uma vez que nenhuma das esferas federativas se encarregaram adequadamente do fornecimento desse importante serviço. O acesso ao saneamento básico é um desafio para o poder público, sobretudo com a garantia da Lei Nacional de Saneamento Básico n.º 11.445, proclamada em 5 de janeiro de 2007. Essa lei estabelece princípios e diretrizes desafiadores para o município, como a universalização, o controle social, a eficiência, a sustentabilidade econômica, entre outros, bem como a deliberação de políticas públicas para garantir o acesso, a regulação, a inspeção e o controle.

Em todas as cidades, o índice relacionado à coleta de lixo está em constante crescimento, demonstrando, assim, a importância e atenção dos órgãos públicos em relação aos resíduos produzidos, dado que a geração de lixo, na maioria das vezes, é proporcional ao crescimento populacional, e isso gera maior necessidade de serviços de coleta pública. Se os resíduos são recolhidos e tratados adequadamente, tal ação traz efeitos diretos e indiretos para a saúde da população (BURSZTYN, 2000).

Outro indicador fundamental para o bem-estar familiar é o acesso à energia elétrica, que nos municípios estudados chega próximo à totalidade nos dados dos anos de 2000, conforme pode ser notado no Gráfico 49.

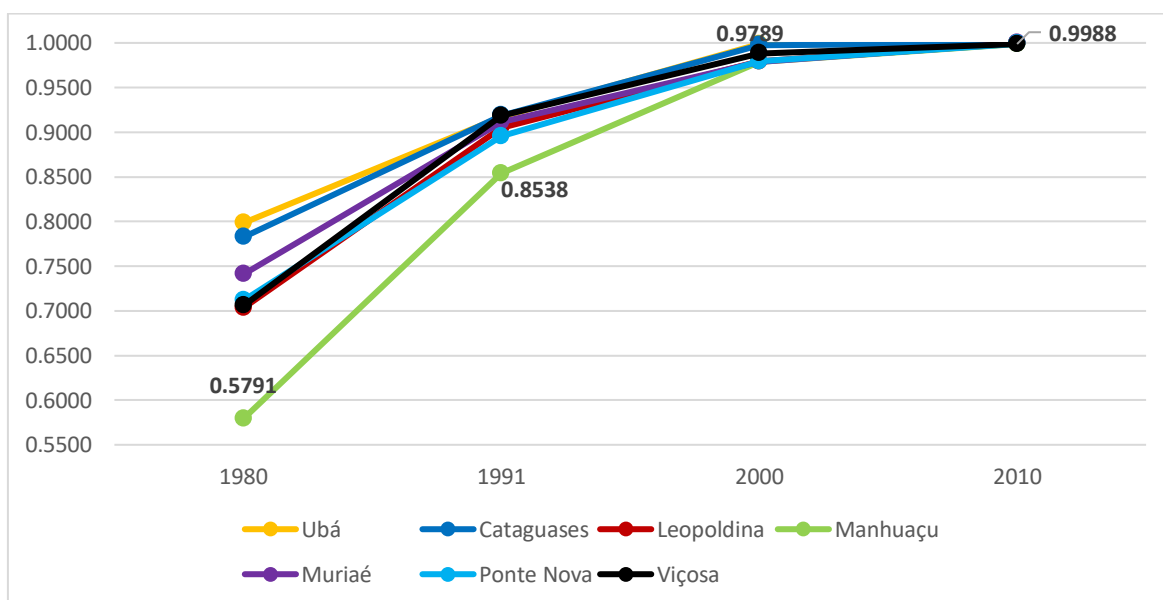


Gráfico 49 – Residência com energia elétrica nas cidades de médio porte da Zona da Mata Mineira, 1980 a 2010

Fonte: Dados da pesquisa

Em 1980, o número de habitações com energia elétrica em Manhuaçu era de 58%, já em de 2010 a cidade conseguiu atingir praticamente a totalidade das residências servidas por



energia elétrica, o que representa um aumento de 72% no período. Esse crescimento aconteceu em todas as cidades e é justificado por políticas públicas de geração energética pela globalização econômica que, segundo Souza (2016), marcou a década de 1990.

Aconteceram nesse período mudanças técnicas e normativas no sistema elétrico nacional, que passou por reestruturações. Principalmente com o programa “Luz para Todos” (LPT), do governo federal, que garantia a universalização do sistema elétrico nacional, instituído pelo Decreto Federal nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. As cidades pesquisadas na Zona da Mata de Minas Gerais seguem o mesmo aumento do acesso à eletricidade do Brasil. Segundo os dados de 2010, os domicílios brasileiros ligados à rede elétrica ficaram próximos dos 100%, chegando a 99,9% em 2009.

Souza (2016) ainda destaca que a compreensão do programa Luz para Todos deve integrar, além do debate do acesso à rede de energia elétrica, todo um novo dinamismo econômico local, explicando a ampliação do mercado de bens de consumo de eletroeletrônicos. Quando se avaliam as condições habitacionais, faz-se referência também ao consumo de bens duráveis, como fogão, geladeira, TV, rádio, telefone fixo e computadores pelas famílias viçosenses nos dados analisados. É importante destacar que os dados de 1980 e 1991 não apresentam informações sobre a presença de computadores nas residências nos referidos censos demográficos até mesmo porque a popularização desse bem aconteceu no Brasil “a partir da abertura econômica dos anos de 1990, com o fim da reserva de mercado dos computadores, a privatização dos serviços de telefonia e o início do acesso comercial à internet” (SANTOS SILVA; PIEDRAS, 2017, p. 155).

A Tabela 14 apresenta o avanço do acesso aos bens de consumo anteriormente citados, detalhando o comportamento de consumo das famílias dos municípios de médio porte da Zona da Mata mineira no período estudado. Vale destacar, mais uma vez, a presença do efeito cascata desses indicadores, como o acesso ao fogão a gás e à geladeira, que têm peso 4, enquanto televisor e, ou, rádio possuem peso 3, o telefone peso 2 e o computador peso 1.

De acordo com o exposto na Tabela 14, a variável acesso ao fogão (à lenha, à eletricidade ou a combustíveis fósseis) e à geladeira apresentou crescimento elevado, chegando próximo à totalidade das residências em 2010. A cidade com pior desempenho desse indicador é Manhuaçu, com 7,8% das famílias não tendo acesso a fogão ou geladeira, porém o crescimento da cidade quanto a esse índice é excepcional, se for considerado que em 1980 quase 73% das famílias não tinham esses bens. Percebe-se que as famílias manhuaçuenses aumentaram o consumo de geladeira e fogão em quase 240%, no período de 30 anos. Esse é

um dado importante, uma vez que pode estar relacionado ao acesso e consumo de alimentos. Segundo Costa et al. (2015), o fato de a residência ter fogão e geladeira aumenta consideravelmente a segurança alimentar. Após o acesso a fogão, geladeira e televisão, presentes em quase todas as casas do país, a nova tendência das famílias brasileiras, segundo dados do IBGE, é a aquisição de microcomputadores com acesso à internet.

O domicílio é um bem essencial que proporciona elevadas externalidades positivas em termos de bem-estar social. A oferta de casas para a população carente representa um aspecto essencial das políticas públicas de combate à pobreza. E isso garante o acesso da sociedade em estado de exclusão social a serviços sociais mínimos, como moradia e serviços de infraestrutura urbana adequados (MORAIS, 2002).

Acredita-se que as respostas dos problemas habitacionais das cidades pesquisadas não passam somente pelo investimento em novas moradias, mas, principalmente, por políticas públicas de adequação habitacional compatível com a renda da sociedade. A longa tenacidade do déficit habitacional e a favelização no Brasil comprovam a impotência das políticas públicas em resolver a falha da oferta de habitação apropriada ao perfil da demanda habitacional da sociedade. Em uma situação de luta para reduzir o déficit público e aumentar a eficiência e eficácia das políticas públicas, é imprescindível agregar a essas políticas e programas habitacionais às demais ações de desenvolvimento urbano e a outras políticas sociais governamentais, uma vez que somente uma política de habitação coesa e bem focalizada poderá contribuir para uma saída efetiva dos problemas habitacionais brasileiros (MORAIS, 2002).

As situações da pobreza presente em todos os municípios pesquisados e os elevados custos de edificação e preços da habitação reduzem as alternativas da população quanto à forma de ocupação das habitações, o que impacta na exclusão das famílias carentes do mercado formal de compra e aluguel de moradias, obrigando-as a apelar ao mercado informal para satisfazer as suas necessidades habitacionais.

#### **4. CONCLUSÕES**

Este estudo examinou as situações familiares da população das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira através da elaboração de indicadores multidimensionais da situação familiar, baseando-se nos dados do Censo Demográfico dos anos 1980, 1991, 2000 e 2010. Portanto, construiu-se o IDF dos municípios, dos quais foram exploradas cada uma das dimensões que fazem parte de sua composição, constituídas em ausência de vulnerabilidade,

acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais.

O Quadro 10 apresenta os melhores e piores resultados das seis dimensões nos quatros censos demográficos pesquisados.

**Quadro 10:** Relação dos melhores e piores resultados do IDF por dimensão e ano pesquisado

Dimensão	Melhor resultado 1980	Pior resultado 1980	Melhor resultado 1991	Pior resultado 1991	Melhor resultado 2000	Pior resultado 2000	Melhor resultado 2010	Pior resultado 2010
Vulnerabilidade da Família	Cataguases	Viçosa	Cataguases	Viçosa	Cataguases	Viçosa	Cataguases	Leopoldina
Acesso ao Conhecimento	Viçosa	Manhuaçu	Viçosa	Manhuaçu	Viçosa	Manhuaçu	Viçosa	Manhuaçu
Acesso ao Trabalho	Viçosa	Manhuaçu	Ubá	Manhuaçu	Leopoldina	Manhuaçu	Ubá	Manhuaçu
Disponibilidade de Recursos	Viçosa	Muriaé	Ubá	Ponte Nova	Manhuaçu	Ponte Nova	Viçosa	Manhuaçu
Desenvolvimento Infantil	Cataguases	Viçosa	Cataguases	Ubá	Viçosa	Manhuaçu	Leopoldina	Manhuaçu
Condições Habitacionais	Cataguases	Manhuaçu	Cataguases	Manhuaçu	Viçosa	Manhuaçu	Viçosa	Manhuaçu

Fonte: Dados da pesquisa

Esse quadro demonstra que a cidade que mais vezes apareceu com os melhores indicadores foi Viçosa, enquanto Manhuaçu teve os piores resultados. Os maiores avanços na cidade de Viçosa que contribuíram para a melhoria do IDF no período analisado estão relacionados com as dimensões Disponibilidade de Recursos, Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais. Isso porque todos esses índices ficaram acima de 0,8, o que é considerado muito alto, enquanto o acesso ao trabalho e ao conhecimento estão categorizados em índice médio de desenvolvimento.

A cidade de Manhuaçu teve nas dimensões Acesso ao Conhecimento e Acesso ao Trabalho seu pior desempenho, ficando nesses dois itens na faixa de baixo desenvolvimento. É importante entender que os cálculos e análises realizados neste trabalho demonstram a relevância da medida da situação familiar dos municípios pesquisados sob o aspecto multidimensional. Os avanços em relação ao IDF das cidades pesquisadas foram melhores do que os resultados apresentados pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Gráfico 50). Vale ressaltar que no IDHM o IBGE avalia apenas três dimensões – Renda, Longevidade e Educação –, sendo esse indicador calculado a partir do Censo Demográfico de 1991.

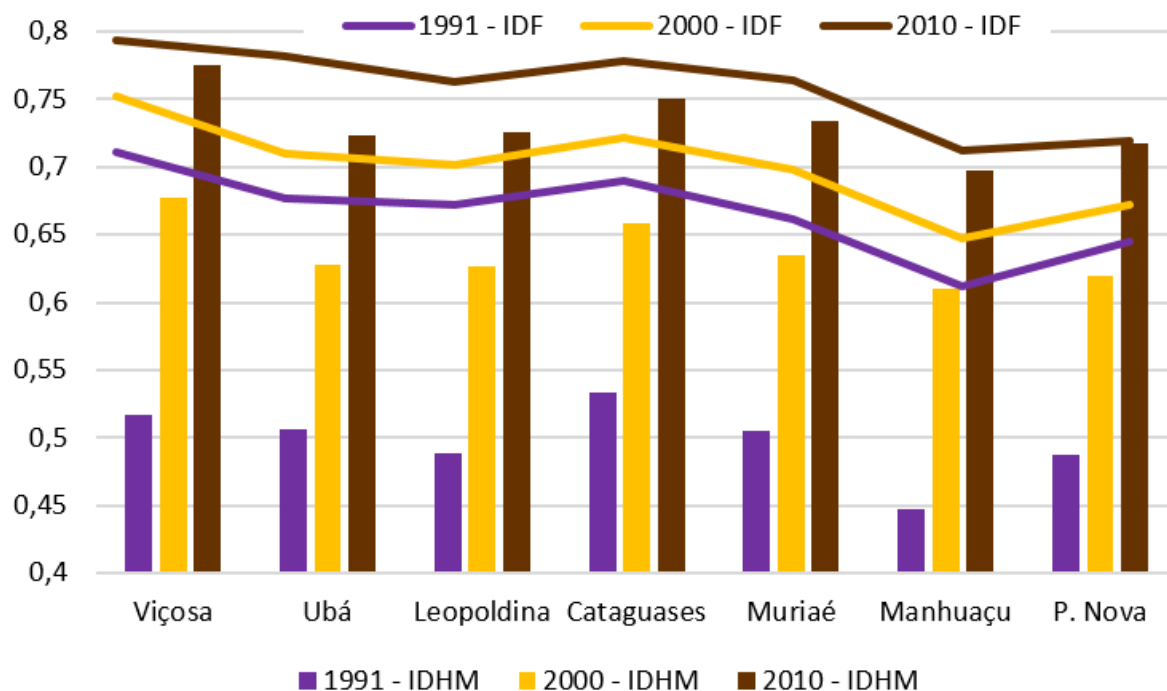


Gráfico 50 – Comparação entre IDHM e IDF nas cidades pesquisadas

Fonte: dados da pesquisa

Esse resultado evidencia ainda mais a relevância de se buscar entender e avaliar a situação familiar sob uma perspectiva multidimensional, uma vez que, em harmonia com a metodologia utilizada nesta investigação, independentemente de se admitir que os recursos financeiros são fundamentais para a diminuição da carência familiar, tais fatores isolados não são suficientes para garantir às famílias a dignidade e à diminuição das diferenças sociais.

O desmembramento do índice de desenvolvimento das famílias, de acordo com as seis dimensões, possibilitou avançar no conhecimento e na proporção que representam cada subíndice na vida das famílias das cidades de médio porte da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Desse modo, foi possível evidenciar as carências da população, fomentando informações para a academia, a sociedade e, principalmente, o poder público, a fim de que possam desenvolver ações pontuais para a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com dados do IDF, nos municípios pesquisados houve significativo aumento no nível de desenvolvimento das famílias, principalmente a partir dos anos de 2000. Esse desempenho revela uma ocorrência importante, ou seja, o desenvolvimento das famílias nesse período aconteceu, *a priori*, graças a programas sociais de complemento de renda familiar. Esses programas exigiam obrigações de contrapartidas educacionais, como a implantação de algumas políticas públicas eficientes na assistência social, educação, saúde e, além disso, na

estabilização financeira, o que promoveu a retomada do poder de compra das classes menos favorecidas.

É importante ressaltar que, com respeito às dimensões relativas ao acesso ao conhecimento e ao trabalho, não houve avanços significativos no período, considerando-se que o crescimento do acesso ao conhecimento, contudo, ainda não atingiu níveis satisfatórios. Tal fato confirma enquanto as políticas educacionais ainda não conseguiram expandir o atendimento das famílias nos municípios estudados, principalmente aquelas economicamente menos favorecidas. No contexto do acesso ao trabalho, notam-se a precarização do emprego e a redução de trabalhadores do setor formal.

O efeito educacional indicou resultados intrigantes e evolução dos indicadores em todos os municípios, porém a cidade de Viçosa, que conta com uma renomada Universidade Federal, está com o desenvolvimento nessa variável muito acima do das demais cidades analisadas. Amorim et al. (2011, p. 233) afirmam que “investimentos em educação podem trazer benefícios no combate à desigualdade presente nos municípios mineiros”.

Segundo a pesquisa de Cruz, Teixeira e Braga (2011), os municípios só conseguirão atingir as metas de desenvolvimento e redução das desigualdades sociais se os governantes priorizarem gastos com educação, cultura, saúde e saneamento e, ao mesmo tempo, investirem em infraestrutura física e social. Essas são ações complementares, razão por que, consequentemente, devem acontecer simultaneamente.

O conceito do desenvolvimento é um processo complexo que vem de várias mudanças e transformações da economia, da política e, especialmente, da sociedade. Fato esse comprovado em uma análise dos resultados alcançados pela pesquisa para verificar o nível de desenvolvimento das famílias de Ubá, Ponte Nova, Cataguases, Leopoldina, Viçosa, Manhuaçu e Muriaé desde os anos de 1980 até 2010. Nas ações que proporcionaram satisfação das necessidades básicas ou melhoria do bem-estar, que foram analisadas pelo IDF, de modo geral se observou evidente melhora no nível de desenvolvimento das famílias das cidades de médio porte da Zona da Mata mineira, no horizonte de 30 anos da pesquisa.

Todavia, nessa pesquisa é necessário destacar duas particularidades importantes. A primeira refere-se à cidade de Manhuaçu, localizada no Norte da Zona da Mata mineira, que apresentou desenvolvimento inferior à média das demais cidades. Os municípios, à medida que vão se deslocando para o centro sul e sudoeste da mesorregião, aumentam o nível de desenvolvimento familiar. A segunda diz respeito à estrutura das seis dimensões que compõem o IDF, em que os subíndices que apresentaram maior avanço no período analisado estão nas

dimensões caracterizadas como os fins do desenvolvimento familiar, a exemplo das condições habitacionais, enquanto as dimensões que representam os meios sofreram elevações menores, a exemplo do acesso ao conhecimento.

Esse comportamento significa um evento importante, ou seja, a melhora no bem-estar das famílias das cidades pesquisadas no período da pesquisa ocorreu, *a priori*, motivada por programas e políticas públicas eficazes. Tais programas e políticas públicas ocorreram, principalmente, em educação, saúde, programas de transferências de renda e, ao mesmo tempo, em consequência da estabilização monetária, o que promoveu a redução da inflação e o aumento do poder de compra das famílias mais pobres. Já as dimensões meios, caracterizadas pelo acesso ao conhecimento e ao trabalho, apresentaram crescimento mais tímido no período.

Ademais, o aumento do indicador que representa o acesso ao conhecimento ainda é muito acanhado. Excetuando-se a cidade de Viçosa, as outras demonstraram que as políticas educacionais municipais não expandiram o atendimento às famílias menos favorecidas. No indicador que mensura o acesso ao trabalho, a cidade de maior dinamismo econômico foi Ubá, que apresenta um polo industrial mais evoluído do que as demais. Mesmo assim, os indicadores ubaenses ainda são acanhados, se comparados com os de outras dimensões do IDF, demonstrando a precarização do trabalho nos municípios estudados.

O cenário econômico ao longo da pesquisa passou por diversas oscilações, como o militarismo, a superinflação, a estabilização econômica e inúmeras crises. No entanto, merece destaque a evolução econômica caracterizada, especialmente, a partir de 2002, dada a ampliação da atividade econômica impulsionada pelo aumento da adoção dos programas sociais de transferência de renda familiar com exigências de contrapartidas educacionais e, especialmente, de elevação do nível do emprego formal e da redução da pobreza e da extrema pobreza. Motivos esses que precisam ser continuados em governos futuros, proporcionando o bem-estar das famílias da Zona da Mata mineira, especialmente nas dimensões meios, que se confirmaram deficitárias no horizonte de 30 anos da pesquisa.

A interpretação dos resultados deste estudo se defronta, entretanto, ainda com a dificuldade de reconhecer com segurança o impacto das crises econômicas, em razão do desconhecimento sobre o lapso de tempo necessário para que tais efeitos se tornem perceptíveis. Todavia, apesar dessas limitações, pode-se considerar perfeitamente válida a tendência do IDF apresentado neste estudo, à medida que foram empregados dados dos Censo de 1980, 1991, 2000 e 2010, que são mais fidedignos.

Sugere-se também para futuras pesquisas o aprofundamento dos estudos sobre as divergências espaciais no que se refere ao urbano/rural e a outras regiões metropolitanas e não metropolitanas do Estado de Minas Gerais. Além disso, é necessário considerar a possibilidade de ampliação desta pesquisa a partir dos números aqui apresentados, uma vez que é possível criar novas demanda por investigações, inclusive uma análise qualitativa das dimensões do IDF das cidades pesquisadas. Fato que poderá apontar possíveis causas de tamanhas oscilações no decorrer do período analisado, uma vez que, segundo Thiollent (1988), a pesquisa não se deve limitar a um modo de ação e, sim, buscar a elevação do nível de conhecimento dos pesquisadores e da consciência das sociedades envolvidas. E, a partir do conjunto dessas informações aglutinadas em forma de IDF, deve-se lançar luz para a elaboração de novas políticas públicas que acrescentem suas possibilidades de ações específicas. Outro grande desafio também perpassa em criar meios de disseminação dessas informações de maneira mais abrangente e que valorizem a participação social, para que os debates das políticas públicas possam ser pensados e problematizados, baseando-se nos territórios e nas famílias que ali vivem e ajudam o município a se desenvolver.

Com o levantamento do IDF, percebe-se que existe ainda grande lacuna no provimento de serviços à população. Desse modo, o serviço público deve ser trabalhado de forma equitativa para esse fim, claro que sempre visando ao bem-estar da coletividade. Assim, modos negligenciados, como saúde, educação, cuidados com os cidadãos mais vulneráveis, geração de emprego e renda, devem ter o seu lugar na agenda administrativa da cidade, assim como o transporte coletivo, o acesso a bens de consumo e infraestrutura, sem restrição de acesso para nenhum cidadão.

Conseqüentemente, o conceito de equidade, que fornece ao cidadão a representatividade política e social, é fundamento de qualquer comunidade desenvolvida. Dessa forma, no município, é necessária uma integração das propostas de políticas públicas, de modo que favoreçam toda a sociedade e não apenas algumas classes sociais. Nesse sentido, deve-se buscar o desenvolvimento justo das cidades, em que os diferenciais de renda não sejam determinantes para o acesso à infraestrutura, educação, saúde, segurança e outros bens intangíveis para a população. No entanto, é evidente que interesses políticos norteiam as decisões acerca de pequena fatia da população. Contudo, sabe-se que as soluções para as cidades pesquisadas devem iniciar por ações concretas de planejamento, que comecem com mudança substancial na atuação do poder público.



Portanto, esta pesquisa ratifica a necessidade de o poder público municipal estabelecer políticas públicas distintas para setores da sociedade, buscando o progresso da qualidade de vida das famílias simultaneamente com a redução das desigualdades sociais.

## **CAPÍTULO IV – A RELAÇÃO DOS GASTOS EM EDUCAÇÃO E SEU REFLEXO NO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL (IDHM) NA DIMENSÃO EDUCAÇÃO, NAS CIDADES DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS**

### **1. Introdução**

O sistema educacional é apontado por muitos teóricos como um dos mais relevantes meios de mudança e responsável por amenizar carências, facilitando a qualificação profissional como importante instrumento para alcançar o bem-estar social. Contribuições teóricas demonstraram o papel vital desempenhado pela educação para explicar o rápido progresso de muitas economias mundiais no último século.

Na teoria econômica, o desenvolvimento em longo prazo é alcançado perpassando pela educação. Blanchard (2007) assegura que o desenvolvimento sustentado de uma economia se deve ao avanço tecnológico resultante do estudo, da pesquisa e do desenvolvimento. A educação é essencial para o desenvolvimento do ser humano e como implicação para o desenvolvimento social e econômico de uma nação (ZOGHBI et al., 2009).

É importante destacar a direção da causalidade entre educação e crescimento econômico. Segundo aponta Bonilla Cárdenas (2013), alguns pesquisadores defendem que o crescimento da educação pode explicar-se com base nos dados do crescimento de um país. Assim, quanto maior o crescimento econômico, mais o sistema governamental investirá na educação de sua população. Embora alguns pesquisadores defendam a causalidade do crescimento econômico para a educação, neste capítulo se buscou contrastar a hipótese da educação como um possível determinante do crescimento dos indicadores de desenvolvimento.

Langoni (1973) foi um dos primeiros economistas a destacar a importância da educação como fator determinante da desigualdade social. Em seu livro “Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil: uma reafirmação”, o autor apresentou estudos em que parcela do aumento da desigualdade brasileira entre 1960 e 1970, que aconteceu devido à elevação na demanda por mão de obra qualificada, ligada à industrialização. Barros (1997,

2000), corroborando o trabalho de Langoni (1973), destacou que um dos problemas sociais primários no Brasil acontecia devido ao baixo nível e à má distribuição do sistema de ensino na população brasileira. Algumas dificuldades ainda persistem, como é o caso do acesso à escola, principalmente por membros das famílias mais economicamente carentes, além do atraso escolar e da baixa qualidade do ensino oferecido em algumas instituições de ensino.

Freire (1995) afirma em seus estudos que sem a alfabetização não existe chance de os cidadãos desempenharem plenamente seus direitos e deveres, como gozar de direitos políticos e cívicos na totalidade.

Ainda que seja perceptível a constante evolução da escolarização brasileira nos últimos anos, conforme destaca Fígoli (2006), percebem-se a diminuição da parcela da sociedade sem nenhuma educação formal e que o tempo de permanência do estudante na escola está aumentando, diminuindo a evasão escolar. Contudo, o Brasil ainda tem um longo percurso a seguir até que alcance índices com os níveis de países considerados desenvolvidos.

Em meio aos direitos sociais instituídos na Constituição Federal de 1988, destacam-se a educação, a saúde e a habitação. A Carta Magna decreta com clareza a responsabilidade da oferta da educação gratuita, como atribuição dos municípios com a colaboração técnica e financeira da União e do Estado. Nesse contexto, os municípios devem fornecer e manter os programas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme o Art. 211, parágrafo 2º, da Constituição Federal do Brasil de 1988. Em contrapartida, para os Estados ficou a incumbência prioritária dos Ensinos Fundamental e Médio (Art. 201, parágrafo 3º, e Art. 2011, parágrafo 3º, da CF 1988).

A obrigatoriedade de aplicação de recursos para a educação recebeu atenção prioritária, sendo instituído ao governo federal aplicar anualmente, no mínimo, 18 por cento e os Estados, o Distrito Federal e os municípios não menos que 25 por cento da sua receita na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da CF 1988). O artigo citado ainda garante como prioritário na divisão de recursos públicos o atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

Segundo Abrucio (2010), os efeitos da municipalização das políticas educacionais foram bastante desiguais, uma vez que resultados negativos também foram gerados. Em meio a esse cenário, destacam-se a insuficiência de recursos para suprir as demandas da população e a baixa competência administrativa, o que provoca dificuldade para estabelecer e implementar

os programas governamentais e as intempéries que prejudicam a democratização dos municípios, como a corrupção, o clientelismo e a “prefeiturização”, isto é, o excesso de poder nas mãos do prefeito e o pouco interesse da sociedade em participar da gestão pública. Conseqüentemente, não há cobrança sobre o controle social dos gastos através da fiscalização da gestão dos recursos públicos, na intenção de conferir se os seus direitos constitucionais estão sendo cumpridos.

A ideia de que a educação é uma das bases do desenvolvimento de um país não é nova. Por várias décadas, tem sido tema debatido por pesquisadores em quase todas as áreas do conhecimento. O sistema educacional é uma bandeira usada pelos agentes políticos em todo o mundo. No entanto, é importante contrastar com os dados para verificar como é a real situação desse importante setor, que é um dos pilares da sociedade.

## **2. Objetivos**

Pelo fato de a educação pública ser obrigação do município, torna-se indispensável ponderar quais as relações referentes às despesas realizadas em função da Educação. Desse modo, as pesquisas que agregam as Finanças Públicas à Educação são importantes para compreender melhor o desempenho dos sistemas educacionais.

Este capítulo objetivou examinar a relação entre gastos em educação pública municipal para um conjunto heterogêneo de cidades que compõem a mesorregião da Zona da Mata mineira ao longo de uma década e qual foi seu reflexo no IDHM-Educação.

### **2.1 Justificativa**

Nem sempre o gasto *per capita* em educação se reflete em qualidade no ensino e, conseqüentemente, na melhoria dos indicadores. Este capítulo busca investigar a situação das cidades da Zona da Mata mineira, se corroboram a realidade do país ou se está numa situação diferente, uma vez que pesquisas apontam que sua relação com o gasto público em educação demonstra, de modo geral, que os municípios brasileiros não produzem os resultados esperados, se comparados com países semelhantes (BRUNS; EVANS; LUQUE, 2010).

## **3. Relação entre gastos em educação e reflexo no IDHM-Educação**

O IDHM foi dividido em três dimensões: Educação, Longevidade e Renda. A dimensão Educação é calculada através de dois indicadores – a escolaridade da população adulta e o fluxo

escolar da população jovem –, sendo a longevidade aferida por meio da esperança de vida ao nascer e da renda mensurada pela renda *per capita*.

O indicador altera entre 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (desenvolvimento humano total). Municípios com IDHM até 0,499 apresentam desenvolvimento humano estimado baixo; 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e cidades com IDHM acima de 0,800 possuem desenvolvimento humano considerado alto (PINTO; COSTA; MARQUES, 2013).

A Figura 16 apresenta um panorama visual da situação do Índice de Desenvolvimento Humano nas cidades da Zona da Mata mineira. Vale ressaltar que, considerando as três dimensões do índice, somente as cidades de Sericita, Pedra Bonita, Fervedouro, Orizania, Araponga e Cipotânea se encontram na faixa de baixo desenvolvimento humano. Contudo, 26 cidades, representando pouco mais de 18% do total das cidades da Zona da Mata mineira, encontravam-se em situação de alto desenvolvimento humano em 2010.

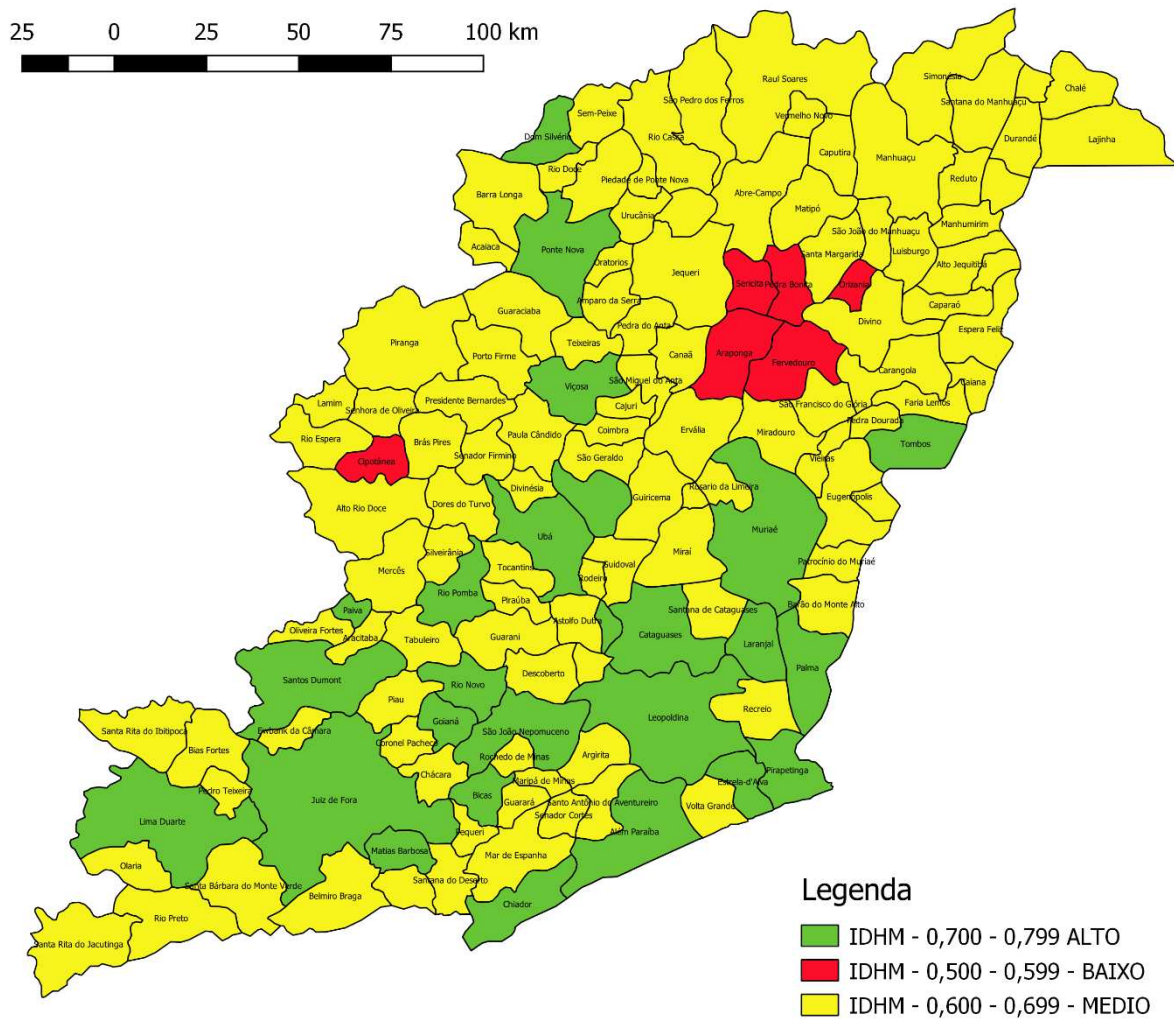


Figura 16: Mapa do IDHM nas cidades da Zona da Mata Mineira, 2010

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 15 apresenta os dados estatísticos do IDHM-Educação nas 142 cidades da Zona da Mata de Minas nos anos 2000 e 2010.

**Tabela 15** - Crescimento do IDHM Educação e dados estatísticos das cidades da Zona da Mata de Minas Gerais 2000-2010

<b>Município</b>	<b>Média de gastos com educação 2000/2010</b>	<b>Mediana de gastos com educação 2000/2010</b>	<b>Desvio Padrão dos gastos com educação 2000/2010</b>	<b>Gasto mínimo com educação entre 2000/2010</b>	<b>Gasto máximo com educação entre 2000/2010</b>	<b>IDHM educação 2000</b>	<b>IDHM educação 2010</b>	<b>Aumento IDHM educação</b>
<b>Abre Campo</b>	R\$ 170,06	R\$ 146,70	R\$ 51,20	R\$ 103,01	R\$ 251,78	0,36	0,525	45,83%
<b>Acaiaca</b>	R\$ 299,20	R\$ 246,38	R\$ 135,21	R\$ 130,14	R\$ 494,69	0,341	0,499	46,33%
<b>Além Paraíba</b>	R\$ 163,33	R\$ 137,30	R\$ 60,78	R\$ 99,49	R\$ 290,37	0,524	0,626	19,47%
<b>Alto Caparaó</b>	R\$ 264,97	R\$ 246,37	R\$ 92,57	R\$ 143,09	R\$ 419,78	0,343	0,514	49,85%
<b>Alto Jequitibá</b>	R\$ 148,06	R\$ 131,49	R\$ 56,53	R\$ 81,68	R\$ 239,66	0,291	0,483	65,98%
<b>Alto Rio Doce</b>	R\$ 141,66	R\$ 140,55	R\$ 64,55	R\$ 44,43	R\$ 251,31	0,25	0,528	111,20%
<b>Amparo da Serra</b>	R\$ 281,01	R\$ 223,77	R\$ 180,31	R\$ 142,90	R\$ 770,71	0,46	0,572	24,35%
<b>Antônio Prado de Minas</b>	R\$ 403,15	R\$ 368,17	R\$ 175,84	R\$ 207,37	R\$ 878,25	0,334	0,577	72,75%
<b>Aracitaba</b>	R\$ 402,19	R\$ 305,09	R\$ 271,79	R\$ 254,92	R\$ 1.205,81	0,181	0,339	87,29%
<b>Araponga</b>	R\$ 176,15	R\$ 152,08	R\$ 65,57	R\$ 108,59	R\$ 345,96	0,364	0,505	38,74%
<b>Argirita</b>	R\$ 403,97	R\$ 341,70	R\$ 184,59	R\$ 223,35	R\$ 826,36	0,488	0,567	16,19%
<b>Astolfo Dutra</b>	R\$ 146,39	R\$ 140,40	R\$ 39,24	R\$ 97,10	R\$ 198,94	0,304	0,533	75,33%
<b>Barão do Monte Alto</b>	R\$ 478,14	R\$ 297,49	R\$ 610,25	R\$ 136,60	R\$ 2.290,61	0,296	0,482	62,84%
<b>Barra Longa</b>	R\$ 191,18	R\$ 170,36	R\$ 84,68	R\$ 84,21	R\$ 343,99	0,315	0,531	68,57%
<b>Belmiro Braga</b>	R\$ 290,89	R\$ 280,68	R\$ 86,81	R\$ 167,42	R\$ 461,15	0,353	0,495	40,23%
<b>Bias Fortes</b>	R\$ 242,89	R\$ 210,07	R\$ 105,90	R\$ 127,39	R\$ 457,59	0,548	0,667	21,72%
<b>Bicas</b>	R\$ 186,16	R\$ 191,10	R\$ 78,56	R\$ 50,54	R\$ 312,78	0,315	0,523	66,03%
<b>Brás Pires</b>	R\$ 240,18	R\$ 229,30	R\$ 88,92	R\$ 113,93	R\$ 376,61	0,336	0,483	43,75%
<b>Caiana</b>	R\$ 301,98	R\$ 277,26	R\$ 95,81	R\$ 187,71	R\$ 448,62	0,369	0,487	31,98%
<b>Cajuri</b>	R\$ 298,68	R\$ 312,51	R\$ 109,63	R\$ 158,59	R\$ 495,30	0,362	0,532	46,96%
<b>Canaã</b>	R\$ 229,48	R\$ 208,57	R\$ 90,10	R\$ 130,09	R\$ 461,69	0,288	0,473	64,24%
<b>Caparaó</b>	R\$ 256,53	R\$ 236,85	R\$ 109,88	R\$ 112,66	R\$ 446,63	0,345	0,471	36,52%
<b>Caputira</b>	R\$ 185,50	R\$ 140,85	R\$ 94,01	R\$ 95,31	R\$ 408,70	0,47	0,573	21,91%

<b>Carangola</b>	R\$ 135,66	R\$ 116,85	R\$ 52,80	R\$ 77,67	R\$ 241,95	0,533	0,685	28,52%
<b>Cataguases</b>	R\$ 128,36	R\$ 127,91	R\$ 50,72	R\$ 17,77	R\$ 200,03	0,373	0,512	37,27%
<b>Chácara</b>	R\$ 388,77	R\$ 386,80	R\$ 115,19	R\$ 224,54	R\$ 566,36	0,449	0,561	24,94%
<b>Chalé</b>	R\$ 164,18	R\$ 151,75	R\$ 69,37	R\$ 88,08	R\$ 348,18	0,424	0,559	31,84%
<b>Chiador</b>	R\$ 469,56	R\$ 339,00	R\$ 242,02	R\$ 249,64	R\$ 958,94	0,265	0,437	64,91%
<b>Cipotânea</b>	R\$ 169,35	R\$ 165,41	R\$ 36,41	R\$ 114,05	R\$ 221,55	0,414	0,558	34,78%
<b>Coimbra</b>	R\$ 224,43	R\$ 198,07	R\$ 69,92	R\$ 143,82	R\$ 335,48	0,439	0,565	28,70%
<b>Coronel Pacheco</b>	R\$ 383,80	R\$ 384,18	R\$ 117,76	R\$ 203,80	R\$ 562,32	0,375	0,599	59,73%
<b>Descoberto</b>	R\$ 231,77	R\$ 226,48	R\$ 62,68	R\$ 152,49	R\$ 331,56	0,438	0,559	27,63%
<b>Divinésia</b>	R\$ 325,59	R\$ 318,48	R\$ 92,56	R\$ 203,37	R\$ 512,06	0,3	0,421	40,33%
<b>Divino</b>	R\$ 145,29	R\$ 134,66	R\$ 60,86	R\$ 47,53	R\$ 253,84	0,455	0,636	39,78%
<b>Dom Silvério</b>	R\$ 225,28	R\$ 215,68	R\$ 62,02	R\$ 151,18	R\$ 337,95	0,433	0,598	38,11%
<b>Dona Euzébia</b>	R\$ 216,07	R\$ 206,67	R\$ 63,34	R\$ 136,09	R\$ 320,63	0,301	0,49	62,79%
<b>Dores do Turvo</b>	R\$ 292,36	R\$ 268,19	R\$ 144,53	R\$ 144,70	R\$ 610,69	0,285	0,508	78,25%
<b>Durandé</b>	R\$ 152,04	R\$ 129,46	R\$ 50,81	R\$ 88,83	R\$ 235,91	0,315	0,46	46,03%
<b>Ervália</b>	R\$ 140,97	R\$ 127,92	R\$ 62,24	R\$ 75,68	R\$ 252,14	0,358	0,52	45,25%
<b>Espera Feliz</b>	R\$ 147,66	R\$ 130,47	R\$ 59,39	R\$ 80,47	R\$ 281,08	0,403	0,574	42,43%
<b>Estrela D' Alva</b>	R\$ 414,36	R\$ 390,56	R\$ 200,21	R\$ 196,34	R\$ 872,60	0,414	0,551	33,09%
<b>Eugenópolis</b>	R\$ 186,70	R\$ 175,42	R\$ 62,83	R\$ 104,23	R\$ 278,21	0,417	0,601	44,12%
<b>Ewbank da Câmara</b>	R\$ 294,34	R\$ 290,85	R\$ 74,30	R\$ 177,02	R\$ 414,71	0,361	0,598	65,65%
<b>Faria Lemos</b>	R\$ 313,35	R\$ 293,88	R\$ 98,16	R\$ 197,93	R\$ 489,98	0,215	0,42	95,35%
<b>Fervedouro</b>	R\$ 159,26	R\$ 131,39	R\$ 66,84	R\$ 100,03	R\$ 310,46	0,488	0,644	31,97%
<b>Goianá</b>	R\$ 285,34	R\$ 246,05	R\$ 118,33	R\$ 176,12	R\$ 622,92	0,284	0,493	73,59%
<b>Guaraciaba</b>	R\$ 151,85	R\$ 130,58	R\$ 51,97	R\$ 88,68	R\$ 251,78	0,366	0,533	45,63%
<b>Guarani</b>	R\$ 196,73	R\$ 176,95	R\$ 65,30	R\$ 115,30	R\$ 319,28	0,376	0,532	41,49%
<b>Guarará</b>	R\$ 321,67	R\$ 301,36	R\$ 88,45	R\$ 209,11	R\$ 470,17	0,366	0,569	55,46%
<b>Guidoval</b>	R\$ 218,81	R\$ 167,84	R\$ 186,14	R\$ 104,58	R\$ 766,60	0,322	0,576	78,88%
<b>Guiricema</b>	R\$ 131,15	R\$ 116,12	R\$ 50,91	R\$ 76,63	R\$ 260,31	0,409	0,572	39,85%
<b>Itamarati de Minas</b>	R\$ 399,52	R\$ 370,05	R\$ 167,15	R\$ 214,78	R\$ 712,60	0,284	0,451	58,80%
<b>Jequeri</b>	R\$ 152,51	R\$ 135,40	R\$ 63,20	R\$ 74,78	R\$ 246,54	0,594	0,711	19,70%

<b>Juiz de Fora</b>	R\$ 167,77	R\$ 181,15	R\$ 77,51	R\$ 9,53	R\$ 264,73	0,336	0,541	61,01%
<b>Lajinha</b>	R\$ 188,25	R\$ 156,70	R\$ 95,38	R\$ 86,33	R\$ 386,37	0,318	0,546	71,70%
<b>Lamim</b>	R\$ 270,00	R\$ 252,63	R\$ 96,43	R\$ 163,87	R\$ 498,09	0,446	0,613	37,44%
<b>Laranjal</b>	R\$ 206,06	R\$ 193,26	R\$ 90,89	R\$ 115,19	R\$ 390,09	0,475	0,635	33,68%
<b>Leopoldina</b>	R\$ 137,14	R\$ 138,79	R\$ 70,46	R\$ 15,21	R\$ 240,03	0,429	0,59	37,53%
<b>Lima Duarte</b>	R\$ 151,06	R\$ 147,85	R\$ 59,00	R\$ 52,53	R\$ 269,65	0,183	0,455	148,63%
<b>Luisburgo</b>	R\$ 196,20	R\$ 172,03	R\$ 77,52	R\$ 109,66	R\$ 317,70	0,416	0,563	35,34%
<b>Manhuaçu</b>	R\$ 108,13	R\$ 98,60	R\$ 44,80	R\$ 39,64	R\$ 187,02	0,396	0,589	48,74%
<b>Manhumirim</b>	R\$ 192,39	R\$ 186,11	R\$ 69,60	R\$ 112,50	R\$ 294,62	0,488	0,558	14,34%
<b>Mar de Espanha</b>	R\$ 164,61	R\$ 148,95	R\$ 100,84	R\$ -	R\$ 415,06	0,362	0,555	53,31%
<b>Maripá de Minas</b>	R\$ 417,87	R\$ 406,72	R\$ 123,55	R\$ 241,95	R\$ 651,26	0,347	0,512	47,55%
<b>Martins Soares</b>	R\$ 227,88	R\$ 235,56	R\$ 76,00	R\$ 126,97	R\$ 360,06	0,476	0,616	29,41%
<b>Matias Barbosa</b>	R\$ 245,28	R\$ 315,40	R\$ 130,37	R\$ 61,94	R\$ 420,57	0,298	0,511	71,48%
<b>Matipó</b>	R\$ 131,67	R\$ 116,66	R\$ 54,21	R\$ 57,97	R\$ 209,24	0,332	0,515	55,12%
<b>Mercês</b>	R\$ 162,18	R\$ 134,85	R\$ 61,03	R\$ 112,56	R\$ 267,30	0,334	0,546	63,47%
<b>Miradouro</b>	R\$ 239,69	R\$ 228,44	R\$ 97,24	R\$ 134,71	R\$ 394,16	0,322	0,567	76,09%
<b>Mirai</b>	R\$ 183,79	R\$ 166,05	R\$ 56,41	R\$ 127,73	R\$ 277,43	0,493	0,634	28,60%
<b>Muriaé</b>	R\$ 128,33	R\$ 109,05	R\$ 65,65	R\$ 9,34	R\$ 226,69	0,318	0,49	54,09%
<b>Olaria</b>	R\$ 471,95	R\$ 400,74	R\$ 164,84	R\$ 302,78	R\$ 779,12	0,353	0,523	48,16%
<b>Oliveira Fortes</b>	R\$ 526,98	R\$ 385,89	R\$ 429,21	R\$ 240,13	R\$ 1.784,80	0,32	0,5	56,25%
<b>Oratórios</b>	R\$ 374,56	R\$ 333,10	R\$ 137,76	R\$ 167,99	R\$ 594,83	0,259	0,414	59,85%
<b>Orizânia</b>	R\$ 308,08	R\$ 273,91	R\$ 132,55	R\$ 145,54	R\$ 518,60	0,491	0,672	36,86%
<b>Paiva</b>	R\$ 563,51	R\$ 592,69	R\$ 128,90	R\$ 375,34	R\$ 725,69	0,468	0,623	33,12%
<b>Palma</b>	R\$ 172,20	R\$ 152,70	R\$ 63,68	R\$ 102,29	R\$ 284,48	0,453	0,576	27,15%
<b>Patrocínio do Muriaé</b>	R\$ 292,42	R\$ 182,32	R\$ 390,71	R\$ 111,94	R\$ 1.459,99	0,324	0,497	53,40%
<b>Paula Cândido</b>	R\$ 137,94	R\$ 132,79	R\$ 44,20	R\$ 60,82	R\$ 193,79	0,207	0,457	120,77%
<b>Pedra Bonita</b>	R\$ 309,67	R\$ 257,78	R\$ 123,27	R\$ 173,26	R\$ 506,71	0,326	0,466	42,94%
<b>Pedra do Anta</b>	R\$ 247,50	R\$ 203,58	R\$ 101,15	R\$ 133,01	R\$ 445,79	0,389	0,539	38,56%
<b>Pedra Dourada</b>	R\$ 624,63	R\$ 536,99	R\$ 244,09	R\$ 373,57	R\$ 1.134,51	0,349	0,555	59,03%
<b>Pedro Teixeira</b>	R\$ 803,27	R\$ 474,49	R\$ 1.122,84	R\$ 315,74	R\$ 4.177,37	0,465	0,557	19,78%



<b>Pequeri</b>	R\$ 367,23	R\$ 336,72	R\$ 129,17	R\$ 243,05	R\$ 621,40	0,321	0,467	45,48%
<b>Piau</b>	R\$ 260,22	R\$ 237,97	R\$ 63,33	R\$ 200,44	R\$ 409,06	0,321	0,528	64,49%
<b>Piedade de Ponte Nova</b>	R\$ 340,62	R\$ 297,83	R\$ 117,53	R\$ 210,60	R\$ 565,92	0,275	0,461	67,64%
<b>Piranga</b>	R\$ 130,75	R\$ 109,30	R\$ 66,87	R\$ 52,15	R\$ 237,80	0,436	0,624	43,12%
<b>Pirapetinga</b>	R\$ 225,90	R\$ 208,89	R\$ 99,99	R\$ 107,53	R\$ 399,56	0,427	0,564	32,08%
<b>Piraúba</b>	R\$ 209,76	R\$ 161,24	R\$ 128,68	R\$ 99,74	R\$ 545,75	0,484	0,608	25,62%
<b>Ponte Nova</b>	R\$ 170,00	R\$ 175,32	R\$ 62,50	R\$ 70,71	R\$ 260,97	0,28	0,516	84,29%
<b>Porto Firme</b>	R\$ 174,77	R\$ 117,16	R\$ 156,38	R\$ 72,79	R\$ 608,62	0,264	0,521	97,35%
<b>Presidente Bernardes</b>	R\$ 194,25	R\$ 186,45	R\$ 69,36	R\$ 119,88	R\$ 337,10	0,399	0,554	38,85%
<b>Raul Soares</b>	R\$ 155,89	R\$ 153,16	R\$ 56,65	R\$ 81,96	R\$ 252,99	0,358	0,52	45,25%
<b>Recreio</b>	R\$ 196,63	R\$ 184,59	R\$ 77,31	R\$ 101,92	R\$ 361,07	0,435	0,589	35,40%
<b>Reduto</b>	R\$ 196,75	R\$ 181,71	R\$ 76,40	R\$ 106,96	R\$ 357,02	0,249	0,48	92,77%
<b>Rio Casca</b>	R\$ 253,63	R\$ 261,95	R\$ 95,98	R\$ 137,08	R\$ 419,33	0,35	0,519	48,29%
<b>Rio Doce</b>	R\$ 412,86	R\$ 414,00	R\$ 132,59	R\$ 241,98	R\$ 619,22	0,431	0,567	31,55%
<b>Rio Espera</b>	R\$ 132,88	R\$ 116,36	R\$ 45,34	R\$ 78,65	R\$ 200,52	0,251	0,474	88,84%
<b>Rio Novo</b>	R\$ 212,76	R\$ 200,32	R\$ 64,16	R\$ 113,49	R\$ 323,14	0,494	0,631	27,73%
<b>Rio Pomba</b>	R\$ 144,87	R\$ 109,45	R\$ 87,17	R\$ 83,04	R\$ 395,67	0,445	0,609	36,85%
<b>Rio Preto</b>	R\$ 303,68	R\$ 281,05	R\$ 90,90	R\$ 193,97	R\$ 436,96	0,423	0,557	31,68%
<b>Rochedo de Minas</b>	R\$ 481,47	R\$ 486,42	R\$ 116,16	R\$ 322,72	R\$ 667,33	0,353	0,569	61,19%
<b>Rodeiro</b>	R\$ 184,44	R\$ 165,73	R\$ 54,02	R\$ 127,03	R\$ 297,84	0,42	0,532	26,67%
<b>Rosário da Limeira</b>	R\$ 370,37	R\$ 335,77	R\$ 125,87	R\$ 176,82	R\$ 602,63	0,289	0,548	89,62%
<b>Sta. B. do Monte Verde</b>	R\$ 493,22	R\$ 504,98	R\$ 145,23	R\$ 325,30	R\$ 790,44	0,371	0,438	18,06%
<b>Santa Cruz do Escalvado</b>	R\$ 302,61	R\$ 255,22	R\$ 107,55	R\$ 176,48	R\$ 497,35	0,241	0,485	101,24%
<b>Santa Margarida</b>	R\$ 146,86	R\$ 114,30	R\$ 63,60	R\$ 79,19	R\$ 268,31	0,263	0,455	73,00%
<b>Santa Rita de Jacutinga</b>	R\$ 314,88	R\$ 294,57	R\$ 107,52	R\$ 184,75	R\$ 467,99	0,486	0,655	34,77%
<b>Santa Rita do Ibitipoca</b>	R\$ 280,96	R\$ 234,40	R\$ 116,30	R\$ 169,66	R\$ 544,37	0,379	0,493	30,08%
<b>Santana de Cataguases</b>	R\$ 320,61	R\$ 283,11	R\$ 102,07	R\$ 192,34	R\$ 470,74	0,322	0,475	47,52%
<b>Santana do Deserto</b>	R\$ 342,94	R\$ 313,87	R\$ 105,93	R\$ 229,68	R\$ 539,56	0,441	0,567	28,57%
<b>Santana do Manhuaçu</b>	R\$ 156,42	R\$ 139,19	R\$ 57,39	R\$ 104,54	R\$ 261,08	0,315	0,505	60,32%
<b>Santo A. do Aventureiro</b>	R\$ 307,53	R\$ 266,67	R\$ 118,11	R\$ 201,68	R\$ 552,72	0,396	0,545	37,63%

<b>Santo Antônio do Grama</b>	R\$ 302,14	R\$ 268,32	R\$ 113,10	R\$ 176,09	R\$ 530,32	0,317	0,493	55,52%
<b>Santos Dumont</b>	R\$ 148,40	R\$ 136,92	R\$ 65,82	R\$ 78,87	R\$ 266,66	0,527	0,697	32,26%
<b>São Francisco do Glória</b>	R\$ 223,01	R\$ 177,89	R\$ 108,28	R\$ 103,85	R\$ 409,09	0,369	0,541	46,61%
<b>São Geraldo</b>	R\$ 77,35	R\$ 75,14	R\$ 20,75	R\$ 45,82	R\$ 110,52	0,34	0,507	49,12%
<b>São João do Manhuaçu</b>	R\$ 168,42	R\$ 140,45	R\$ 69,14	R\$ 97,45	R\$ 298,65	0,274	0,498	81,75%
<b>São João Nepomuceno</b>	R\$ 153,83	R\$ 137,51	R\$ 63,36	R\$ 92,29	R\$ 281,41	0,468	0,6	28,21%
<b>São José do Mantimento</b>	R\$ 321,45	R\$ 260,78	R\$ 133,67	R\$ 153,28	R\$ 524,93	0,379	0,562	48,28%
<b>São Miguel do Anta</b>	R\$ 191,43	R\$ 178,65	R\$ 63,92	R\$ 130,23	R\$ 349,21	0,342	0,523	52,92%
<b>São Pedro dos Ferros</b>	R\$ 177,22	R\$ 154,56	R\$ 63,94	R\$ 105,85	R\$ 262,93	0,397	0,576	45,09%
<b>São S. da Vargem Alegre</b>	R\$ 664,14	R\$ 594,31	R\$ 327,12	R\$ 346,10	R\$ 1.437,46	0,324	0,552	70,37%
<b>Sem-Peixe</b>	R\$ 316,23	R\$ 249,17	R\$ 142,95	R\$ 158,87	R\$ 586,13	0,336	0,543	61,61%
<b>Senador Cortês</b>	R\$ 558,26	R\$ 440,23	R\$ 290,34	R\$ 329,85	R\$ 1.349,59	0,321	0,534	66,36%
<b>Senador Firmino</b>	R\$ 234,04	R\$ 201,97	R\$ 98,55	R\$ 123,88	R\$ 390,96	0,419	0,505	20,53%
<b>Senhora de Oliveira</b>	R\$ 203,25	R\$ 159,38	R\$ 123,18	R\$ 106,10	R\$ 497,38	0,299	0,521	74,25%
<b>Sericita</b>	R\$ 198,93	R\$ 171,82	R\$ 73,47	R\$ 93,99	R\$ 324,08	0,237	0,375	58,23%
<b>Silveirânia</b>	R\$ 386,77	R\$ 373,05	R\$ 103,82	R\$ 268,96	R\$ 540,92	0,428	0,511	19,39%
<b>Simão Pereira</b>	R\$ 585,28	R\$ 532,61	R\$ 193,29	R\$ 337,84	R\$ 896,48	0,366	0,478	30,60%
<b>Simonésia</b>	R\$ 126,55	R\$ 109,79	R\$ 53,05	R\$ 74,82	R\$ 212,76	0,312	0,493	58,01%
<b>Tabuleiro</b>	R\$ 216,44	R\$ 196,71	R\$ 76,14	R\$ 124,88	R\$ 378,32	0,388	0,578	48,97%
<b>Teixeiras</b>	R\$ 182,88	R\$ 150,46	R\$ 69,67	R\$ 114,44	R\$ 318,11	0,388	0,558	43,81%
<b>Tocantins</b>	R\$ 129,34	R\$ 99,19	R\$ 62,31	R\$ 78,02	R\$ 255,91	0,419	0,597	42,48%
<b>Tombo</b>	R\$ 189,87	R\$ 128,64	R\$ 111,97	R\$ 91,92	R\$ 437,11	0,463	0,607	31,10%
<b>Ubá</b>	R\$ 113,15	R\$ 98,60	R\$ 42,28	R\$ 66,01	R\$ 204,43	0,482	0,62	28,63%
<b>Urucânia</b>	R\$ 203,62	R\$ 189,60	R\$ 59,63	R\$ 129,13	R\$ 290,14	0,379	0,498	31,40%
<b>Vermelho Novo</b>	R\$ 246,63	R\$ 238,52	R\$ 80,95	R\$ 146,33	R\$ 372,84	0,329	0,475	44,38%
<b>Viçosa</b>	R\$ 142,37	R\$ 134,46	R\$ 46,71	R\$ 82,07	R\$ 212,32	0,559	0,696	24,51%
<b>Vieiras</b>	R\$ 381,23	R\$ 349,78	R\$ 123,15	R\$ 224,40	R\$ 636,03	0,39	0,592	51,79%
<b>Visconde do Rio Branco</b>	R\$ 180,02	R\$ 159,77	R\$ 55,55	R\$ 118,75	R\$ 278,03	0,436	0,591	35,55%
<b>Volta Grande</b>	R\$ 327,91	R\$ 279,80	R\$ 131,04	R\$ 166,44	R\$ 531,01	0,417	0,531	27,34%

Fonte: Dados da pesquisa.

As 10 cidades com maior crescimento no Índice de Desenvolvimento Humano na dimensão Educação do IDHM são: Lima Duarte, Paula Cândido, Alto Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Porto Firme, Faria Lemos, Reduto, Rosário da Limeira, Rio Espera e Aracitaba, com destaque para as quatro primeiras, com crescimento acima de 100% do indicador.

Contudo, a situação ainda é preocupante ao se considerar a dimensão Educação, pois a condição da educação na Zona da Mata, de modo geral, inspira atenção. Conforme demonstrado na Figura 17, somente a cidade de Juiz de Fora encontra-se na faixa de alto desenvolvimento em educação, entre as 142 cidades da Zona da Mata mineira, considerando o último Censo de 2010.

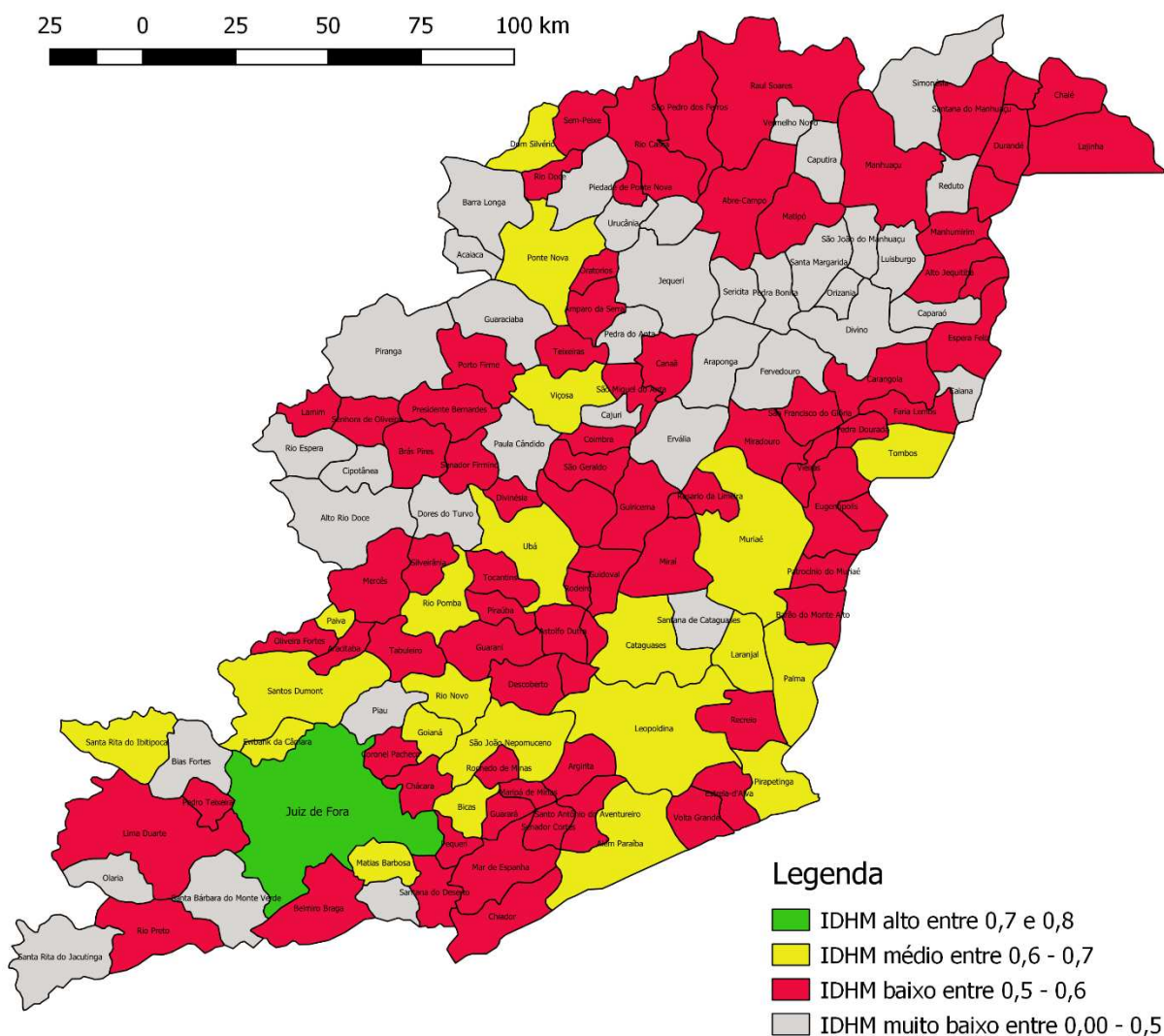


Figura 17: Mapa do IDHM educação nas cidades da Zona da Mata Mineira, 2010

Fonte: Dados da pesquisa

As intervenções do Estado no período pós-Constituição Federal de 1988 foram caracterizadas por reestruturações em leis e programas educacionais, especialmente no que se refere ao Ensino Fundamental e à Educação Básica. Nessa perspectiva, vale destacar que aconteceram três inovações capitais: a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), através da Emenda Constitucional (EC) nº 14/1996; e, mais recentemente, a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que substituiu o FUNDEF (CASTRO, 2010).

Segundo Veloso (2011), em municípios onde a rede municipal tem grande participação no ensino fundamental, o percentual de 25% da receita era insuficiente para cobrir os custos com educação. Do mesmo modo, o gasto por estudante em cidades mais pobres era muito baixo. Para amenizar essa situação, foram instituídos instrumentos de redistribuição de recursos da educação básica entre redes municipais e estaduais, objetivando reduzir a desigualdade do gasto por aluno e elevar a eficiência da alocação de recursos. Para isso, foi implantado em 1996 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), implementado a partir de janeiro de 1998. O FUNDEF destinou 15% da arrecadação dos Estados e municípios para a instauração de um fundo fiscal, em cada Estado, em que os recursos foram distribuídos entre o Estado e seus municípios, conforme o número de estudantes matriculados na rede local do Ensino Fundamental. O FUNDEF, além disso, propôs um valor mínimo nacional de gasto por estudante a ser observado em cada Estado. Quando o Estado não apresentasse recursos para atingir o valor mínimo, foi instituído um complemento por parte da esfera federal.

Ainda que o FUNDEF tenha sido importante instrumento no desenvolvimento do Ensino Fundamental, sua metodologia de distribuição de recursos veio gerar problemas para os demais níveis de ensino. Com a finalidade de ajustar essa distorção, entrou em vigor em 2007 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que sucedeu o FUNDEF. O FUNDEB incide em um fundo de financiamento para a Educação Básica em cada Estado,

nos moldes do FUNDEF, mas abrangendo a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (VELOSO, 2011).

Para determinar o gasto associado à educação nas cidades pesquisadas, deve-se levar em consideração a hipótese de que estes respeitem a definição legal vigente no artigo nº 212 da Constituição Federal, ou seja, que os municípios vinculem à educação 25% das receitas de impostos que lhes são transferidas. Dessa forma, a Figura 18 ilustra no mapa das cidades que cumprem e descumprem essa norma constitucional.

### Legenda

Cidades que não atenderam os gastos com educação - ART. 212, CF/88

- Sempre investiu acima de 25%
- Investiu abaixo de 25% em 1 exercício
- Investiu abaixo de 25% em 2 exercícios
- Investiu abaixo de 25% em 3 exercícios

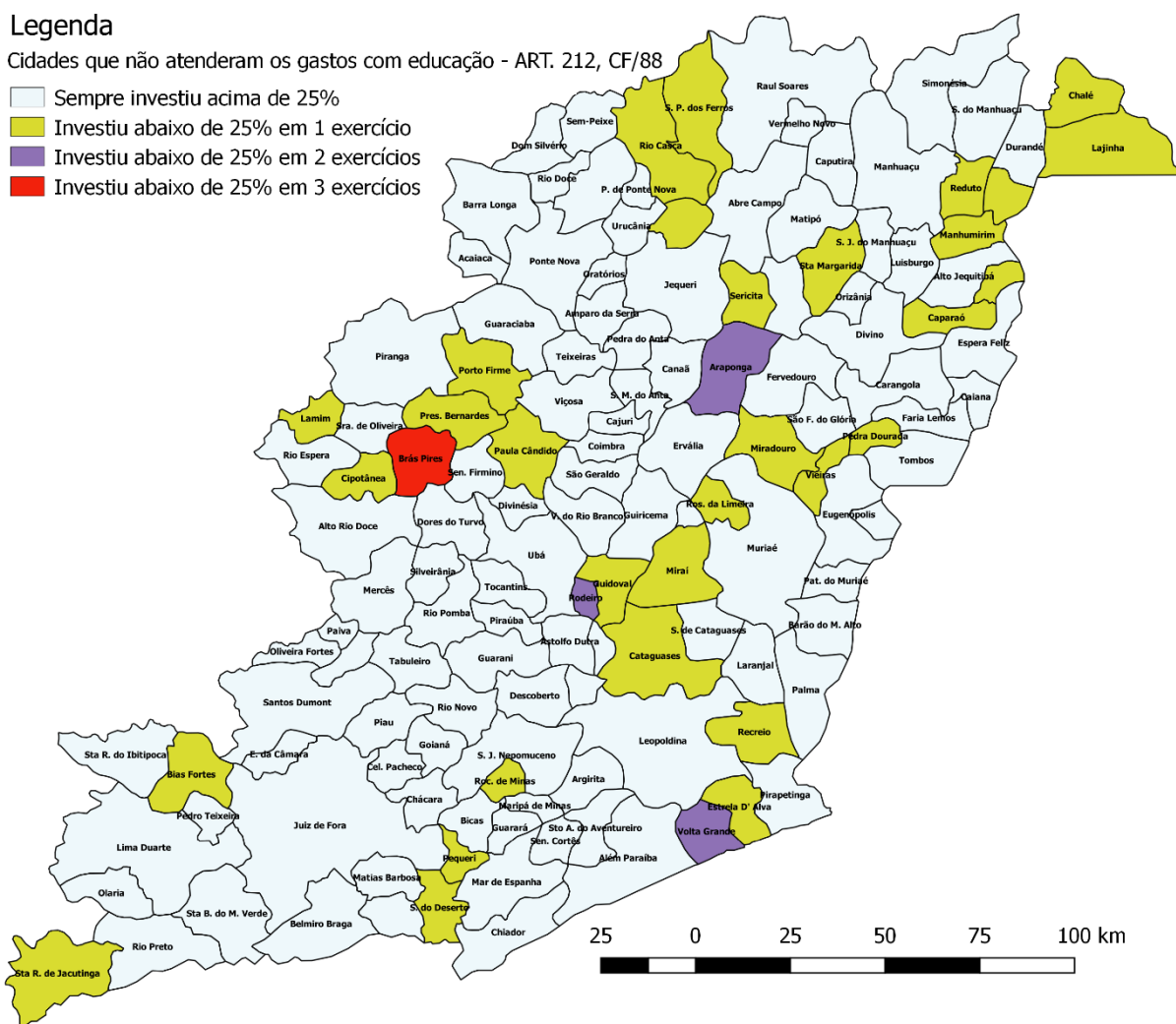


Figura 18: Mapa das cidades da Zona da Mata de MG que atendem o artigo nº 212 da Constituição Federal de 1988.

Fonte: Dados da pesquisa

A cidade de Brás Pires apresenta resultado negativo, pois deixou de investir 25% em educação durante três exercícios, e os municípios de Araponga, Rodeiro e Volta Grande não investiram a meta de 25% em dois exercícios, enquanto outros 31 municípios (Figura 18) não atingiram a meta de gasto educacional em um exercício.

A cidade de Aracitaba apresentou o maior percentual médio de investimento em educação no período de 2000 a 2010 (32,54%), resultando crescimento no IDHM-Educação de 87,29%, bem acima da média dos municípios, que foi de 49,24%. A cidade que teve o pior investimento médio no período analisado foi Pirapetinga, com média de 25,29%, e o reflexo no crescimento do IDHM-Educação foi abaixo da média, com crescimento de 32,08%.

O Gráfico 51 apresenta as 10 cidades que tiveram o maior percentual médio orçamentário investido em educação, combinado com as respectivas evoluções no IDHM-Educação.

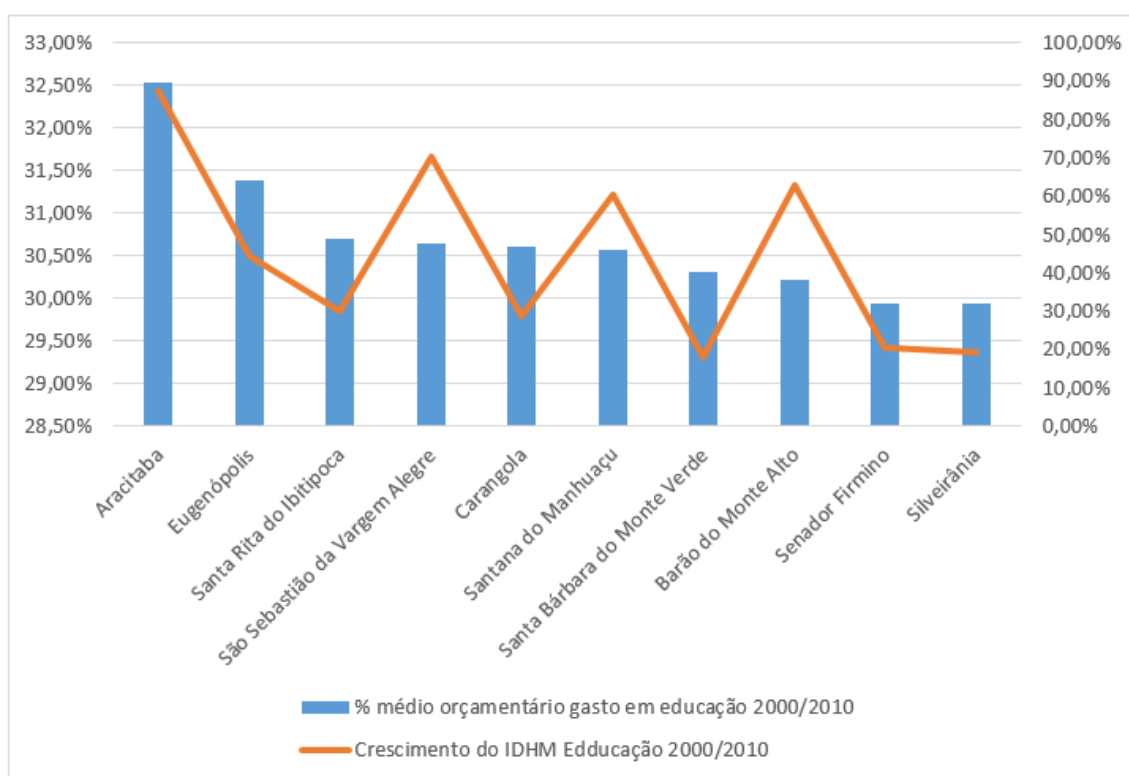


Gráfico 51 – As 10 cidades da Zona da Mata Mineira com maior percentual de gasto médio orçamentário em educação

Fonte: Dados da pesquisa

Observou-se que a cidade de Aracitaba foi a que teve o maior percentual médio orçamentário em educação, e seu IDHM-Educação médio também teve crescimento considerável. Contudo, nota-se que não existe estabilidade entre os dois indicadores, pois as 10 cidades que destinaram o maior percentual médio à educação ao longo da década nem sempre obtiveram bons resultados do IDHM-Educação. Como exemplo negativo, destaca-se Silverânia, que teve gasto médio em educação próximo de 30% do orçamento e crescimento do IDHM-Educação no período inferior a 20%.

Vale ressaltar que em 2001 foi instituído o Bolsa Escola Federal, que determinava o pagamento de R\$15,00 por criança entre 6 e 15 anos de idade para famílias com renda mensal *per capita* de até R\$90,00. Em contrapartida, as crianças em idade escolar precisariam permanecer matriculadas na escola e ter assiduidade às aulas de no mínimo 85%.

Em 2004, foi instituído o Bolsa Família, que uniu o Bolsa Escola a outros programas de transferência de renda. Entre as contrapartidas desse programa, incluem-se o acompanhamento das condições de saúde e nutricional das famílias e a obrigação de frequência à escola das crianças e jovens em idade escolar. Em 2008, foi estabelecido o Benefício Variável Vinculado ao adolescente, pago a todas as famílias com jovens de 16 e 17 anos de idade frequentando a escola (VELOSO, 2011).

Uma das grandes dificuldades para medir os efeitos dos gastos em educação advém do fato de que esses não somente exercem influência na vida daqueles que se educam, como também motivam uma cadeia de efeitos sobre o bem-estar de toda a comunidade. Apesar dessa dificuldade, a mensuração acontece por meios de alguns dados que precisam ser explorados, entre os quais se destaca o investimento médio por habitante destinado à educação. A Figura 19 contém um mapa da Zona da Mata de Minas Gerais retratando essa situação.









Buscando relacionar os municípios que mais gastam com educação e qual é o reflexo desse indicador, o Gráfico 52 contém o ranque das cidades que tiveram o maior dispêndio médio nas rubricas orçamentárias relacionadas à educação, combinado com o aumento do IDHM.

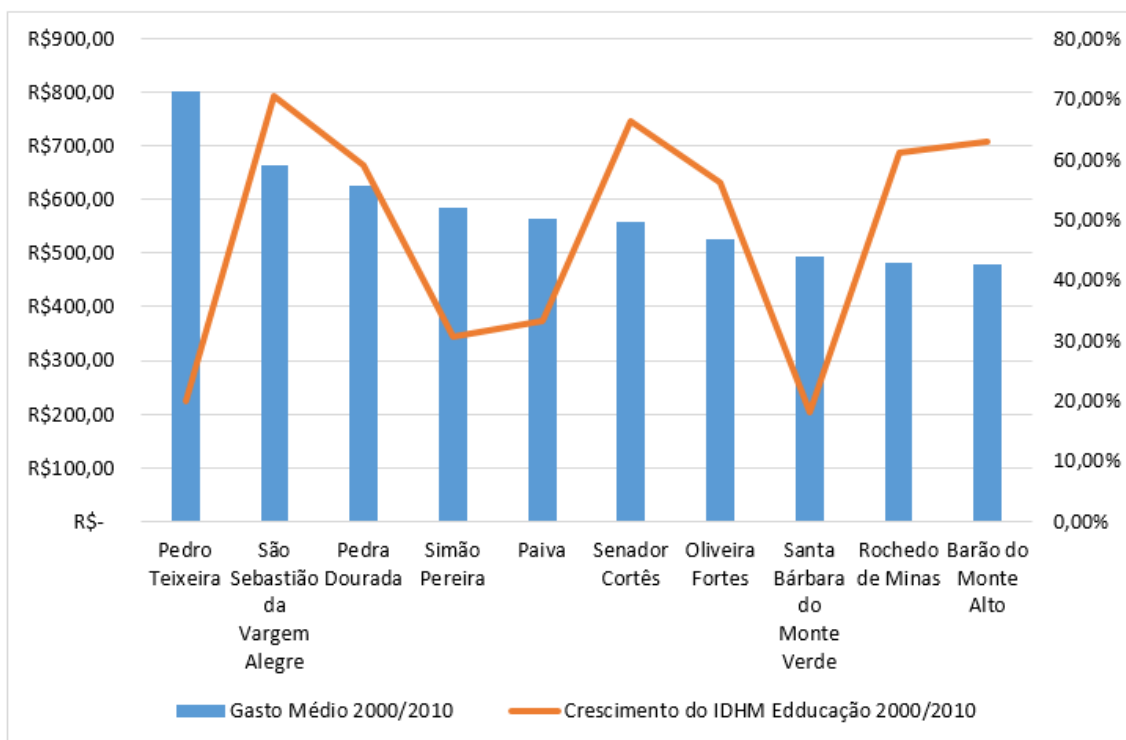


Gráfico 52 – As 10 cidades da Zona da Mata Mineira com maior gasto médio em educação  
Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados são satisfatórios e mostram que se gasta um valor considerável com educação, porém se gasta de maneira desorganizada e nem sempre com eficiência. Segundo Ferraz, Finan e Moreira (2012), as falhas na educação brasileira estão na má distribuição do dinheiro público e na gestão ineficiente dos governantes.

Merece atenção também a maneira como estão sendo aplicados os recursos na educação. A cidade que apresentou a melhor média *per capita* nesse quesito foi Pedro Teixeira, pois teve comportamento irregular na aplicação desses recursos que não podem ser explicados com os dados secundários. Nota-se no Gráfico 53 um investimento discrepante no ano 2004, o que fez a média chegar a R\$803,27, contudo houve um dos piores crescimentos do IDHM-Educação, com apenas 19,78% no período, um valor abaixo da média.

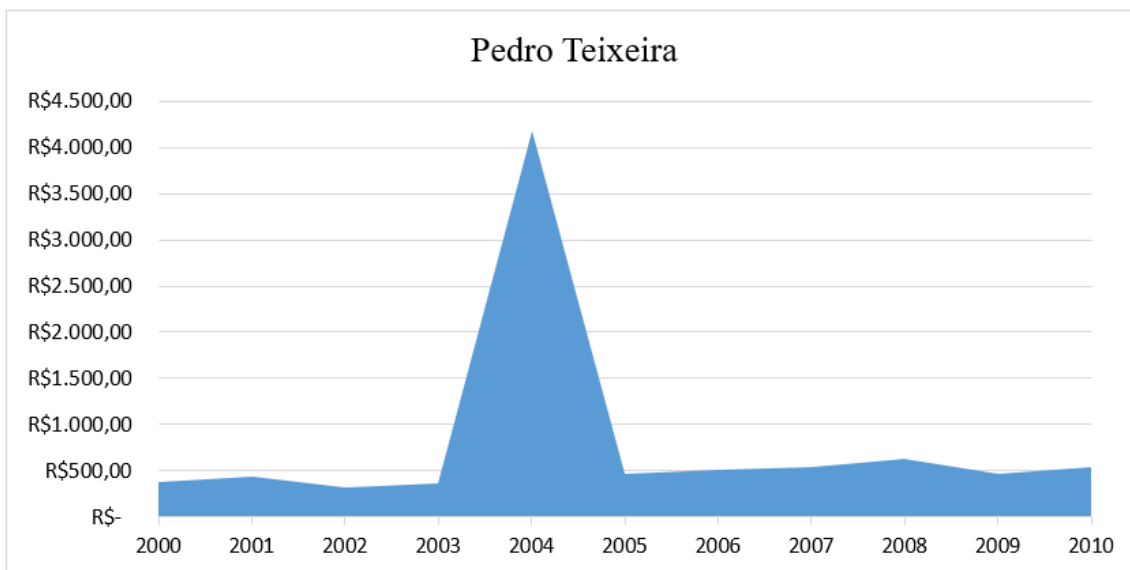


Gráfico 53 – Evolução dos gastos em educação na cidade com maior média no período

Fonte: dados da pesquisa

Dados da pesquisa de Menezes-Filho (2001) apontam que os retornos econômicos atrelados à educação vêm diminuindo ao longo do tempo, o que, em parte, é justificado devido ao próprio processo de expansão educacional, que elevou a oferta relativa de pessoas com Ensinos Fundamental e Médio.

Essa ampliação da oferta relativa, todavia, pode ter causado também grande aumento do desemprego e da informalidade dessas pessoas, o que pode impactar os indicadores sociais. “Também é possível que os recursos que efetivamente chegam nas escolas sejam menores que os gastos oficiais, em função de corrupção ou sejam alocados para usos diferentes dos que foram destinados” (VELOSO, 2011, p. 220).

Percebe-se que os resultados de investimentos de curto prazo em educação sobre a taxa de crescimento do IDHM parecem confirmar a tese de que o investimento em educação não reflete imediatamente nos indicadores.

Para verificar a realidade de investimento de cada cidade, buscou-se a média de investimento dos 142 municípios nos exercícios de 2000 a 2010, chegando ao percentual médio de investimento na Zona da Mata de Minas Gerais de 27,5%, um pouco acima do percentual constitucional. De modo a visualizar amplamente esse coeficiente, calculou-se o desvio-padrão para verificar quais cidades investem acima desse desvio e quais estão

gastando abaixo dele. A Figura 21 indica que a maioria dos municípios está dentro do desvio-padrão, o que indica não haver grandes discrepâncias nos percentuais investidos.

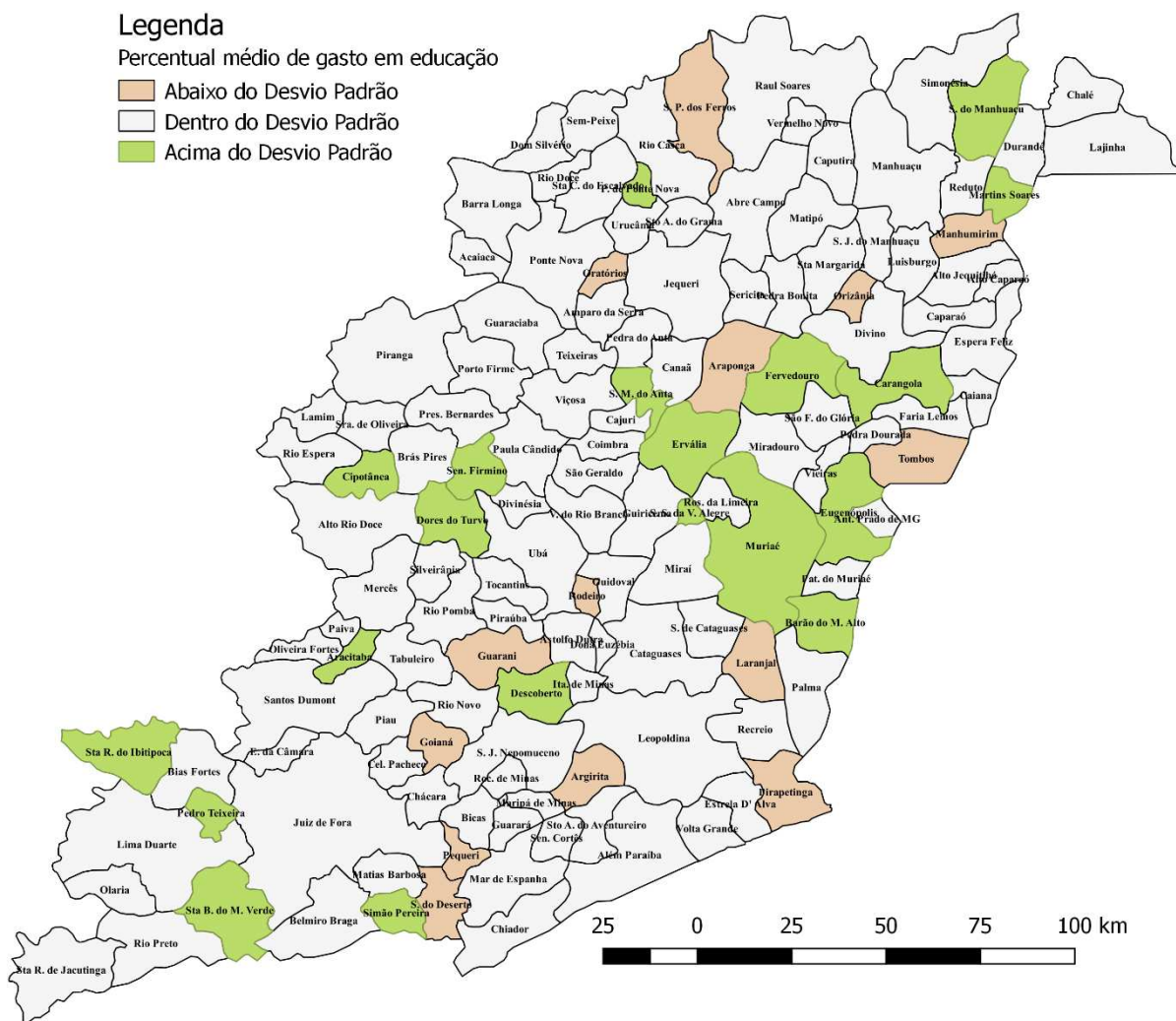


Figura 21: Mapa do Desvio Padrão do Percentual de Investimento em Educação das cidades da Zona da Mata de MG.

Fonte: Dados da Pesquisa

A questão que norteia este capítulo é se existe relação entre investimento médio em educação e crescimento do IDHM na variável educação. E uma das ferramentas utilizadas para verificar esse fenômeno é o coeficiente de correlação de Pearson ( $r$ ), que mede o grau da correlação linear entre duas variáveis quantitativas.

Garson (2009) afirma que a correlação busca medir a associação bivariada (força) do nível de relacionamento entre duas variáveis. Corroborando esse autor, Moore Notz e

Fligner (2014) reiteram que a correlação mede a direção e o nível da relação linear em meio a duas variáveis quantitativas. Para mensurar essa correlação, utiliza-se um índice adimensional com valores estabelecidos entre -1,0 e 1,0, o qual determina o grau de uma relação linear entre dois conjuntos de dados. Esse coeficiente, geralmente representado pela letra "r", admite somente valores entre -1 e 1 (Figura 22).

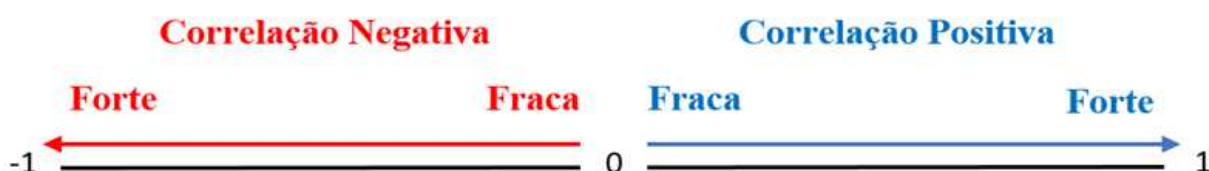


Figura 22: Nível de Correlação

Fonte: dados da pesquisa

$r = 1$  - Significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis.

$r = -1$  - Expressa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis, deste modo, se uma variável aumenta, a outra sempre diminui.

$r = 0$  - Revela que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra. Todavia, pode existir uma outra dependência que seja "não linear". De tal modo, o resultado  $r=0$  deve ser investigado por outros meios, talvez um aprofundamento qualitativo da questão.

Sejam  $x_i$  e  $y_i$  os valores das variáveis  $\bar{X}$  e  $\bar{Y}$  são respectivamente as médias dos valores  $x_i$  e  $y_i$ .

A fórmula do coeficiente de correlação de Pearson é expressa em:

$$r = \frac{n \sum(x_i \cdot y_i) - (\sum x_i)(\sum y_i)}{\sqrt{n \sum x_i^2 - (\sum x_i)^2} \cdot \sqrt{n \sum y_i^2 - (\sum y_i)^2}}$$

$$r = \frac{142 * 17.853,96 - 36.555,37 * 69,91}{\sqrt{142(11.623.291,95) - (36.555,37)^2} \sqrt{142(41,48) - (69,91)^2}}$$

$$r = -0,0365$$

Um coeficiente de correlação próximo de zero sugere que não há relação entre as duas variáveis e, quanto mais eles se aproximam de 1 ou -1, mais forte é a relação.

O Gráfico 54 revela que nem sempre um gasto alto *per capita* por estudante é a garantia de qualidade na educação. A média de investimento *per capita* por estudante nas cidades que apresentaram maior crescimento no período foi de R\$232,00, demonstrando que o mais importante que investir grandes cifras é gerir bem os recursos aplicados na educação.



Gráfico 54 – Dispersão de valores entre crescimento IDHM educação e gastos educacionais nas cidades pesquisadas entre 2000-2010.

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados indicam que não há correlação entre o investimento em educação municipal e a elevação do IDHM nas cidades da Zona da Mata mineira. Entretanto, esse resultado parece estar na contramão do que muitos consideram, fato esse que pode ser explicado pela omissão em relação à inspeção e conferência da destinação desses recursos. Outro fator que se deve considerar é a possibilidade do aumento de gasto com despesas

no longo prazo, pois a aquisição de equipamentos, obras, veículos, reformas etc., por sua vez, não proporciona resultados imediatos.

Todavia, no âmbito das pesquisas acadêmicas, as observações sobre a relação entre qualidade educacional e recursos financeiros destinados à educação são bastante controversas. De maneira geral, a literatura econômica corrobora o resultado desta pesquisa, indicando que os gastos em educação não têm associação direta com o desempenho escolar (HANUSHEK, 1997).

Segundo Soares e Marota (2009), existem indicativos de que os gastos em educação não produzem fundamentalmente resultados imparciais, em razão de os resultados dos investimentos na qualidade acontecerem de forma seletiva. As analogias encontradas indicam que os avanços da qualidade educacional através de mais insumos podem beneficiar, de forma privilegiada, determinadas cidades ou escolas. Uma explicação provável para isso pode ser a distribuição desigual dos atributos de qualidade e equidade em nosso sistema educacional.

Bonilla Cárdenas (2013) afirma que empiricamente não é possível provar conclusivamente se a educação é determinante para explicar o crescimento de determinadas comunidades. De acordo com esse autor, não há alinhamento nas conclusões das pesquisas sobre o tema, argumentando se isso pode estar relacionado com a amostra utilizada, com a qualidade dos dados utilizados e com a necessidade de incluir variáveis complementares, no sentido de que a educação sozinha não pode produzir resultados.

Mesmo os dados apontando que não existe correlação entre investimento em educação e elevação do IDHM-Educação, a Figura 23 mostra que no período analisado aconteceu considerável crescimento do referido indicador.

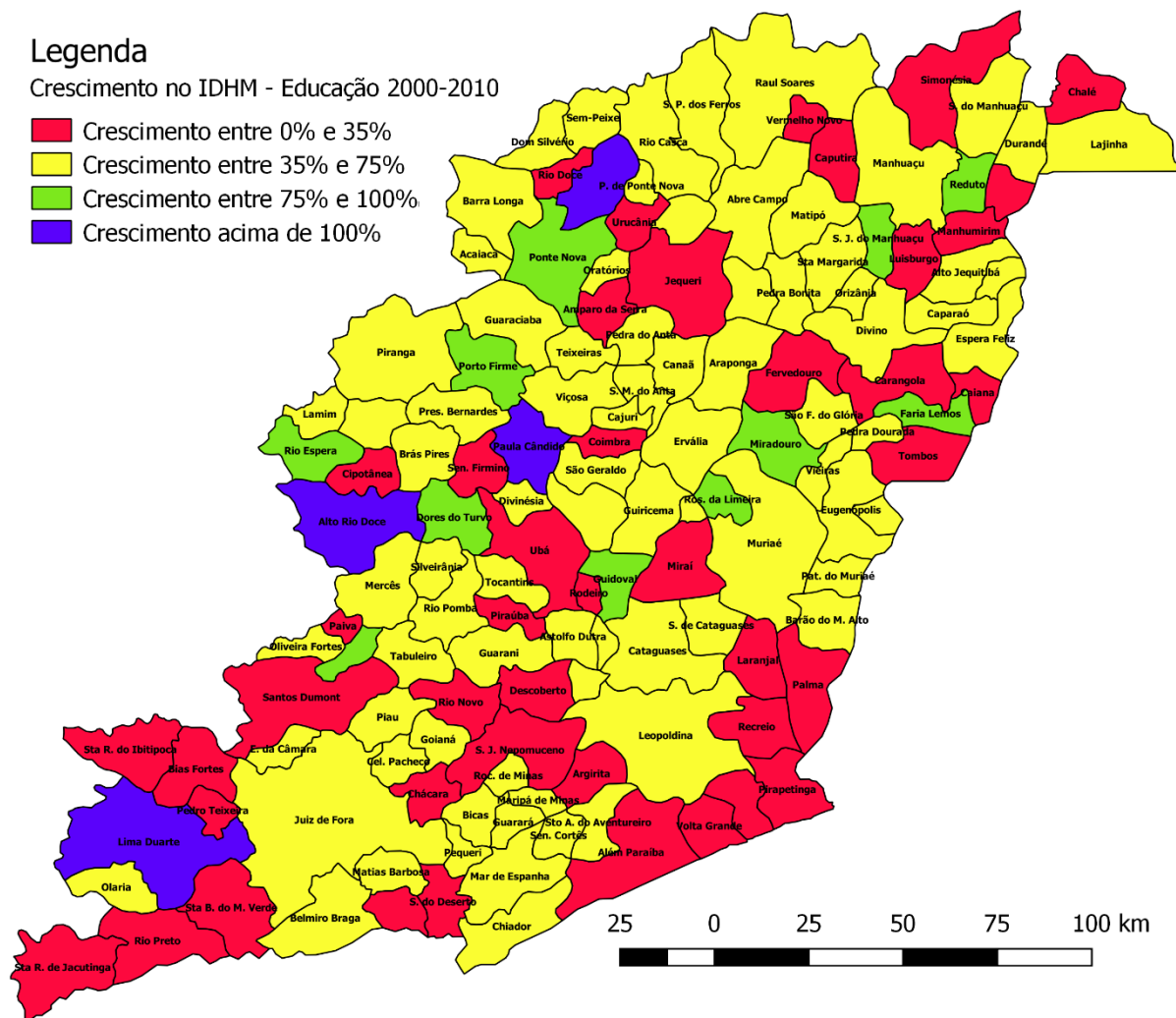


Figura 23: Mapa Crescimento do IDHM Educação das cidades da Zona da Mata de MG – 2000/2010

Fonte: Dados da pesquisa

Dos 142 municípios analisados, 42 apresentaram crescimento abaixo de 35% no período de 10 anos. Esse número é extremamente preocupante, tendo em vista que esse montante representa aproximadamente 30% dos municípios da mesorregião da Zona da Mata mineira. Entretanto, quatro cidades apresentaram grandes avanços do IDHM, com destaque para Lima Duarte, Paula Cândido, Alto Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, que tiveram crescimento acima de 100% no período analisado. Manhumirim, Argirita, Santa Bárbara do Monte Verde, Silveirânia, Além Paraíba, Jequeri e Pedro Teixeira apresentaram as menores tendências de avanço nos dados de educação, com crescimento abaixo de 20% no período analisado.



A Zona da Mata mineira é uma importante região do Estado de Minas Gerais, e o resultado encontrado nos municípios pesquisados, mais especificamente no setor educacional, é preocupante. Isso porque os dados indicam grande volume investido, mas com baixo retorno, o que revela mais uma vez a triste realidade que vive a maioria dos municípios brasileiros, com pouco interesse público em ofertar educação de qualidade.

#### **4. Conclusão**

No decorrer do percurso da coleta de dados desta pesquisa, alguns problemas foram encontrados. Entre eles se destaca que a cidade de Mar de Espanha não informou o montante de gasto com educação no ano 2000 aos órgãos estaduais. Utilizando a ferramenta de acesso à informação durante o período desta pesquisa, tentou-se obter esse valor do governo municipal, mas sem sucesso.

As modificações ocorridas na política educacional a partir da Constituição de 1988, quando a educação veio a ser um direito social, foram diversas, assegurando o aumento do IDHM-Educação no período estudado, o que demonstrou crescimento considerável, entretanto ainda é a variável mais deficiente do IDH. Com a descentralização da educação, a Administração Pública teve que se adaptar a novos mecanismos de gestão, principalmente na determinação de novos critérios técnicos na destinação dos recursos e ações financeiras.

Todavia, no mesmo momento que ocorreram alguns avanços, era necessário criar novos mecanismos de avaliação dos sistemas de ensino, principalmente na forma em que os municípios aplicam os recursos financeiros. Isso porque esta pesquisa corrobora várias outras, que chegaram a resultados de que não há correlação no ensino brasileiro entre gasto *per capita* em educação e evolução dos indicadores.

Do ponto de vista pessoal, a educação pode ser instrumento para melhoria da qualidade de vida. No entanto, acredita-se que os benefícios motivados pela educação podem sobrepujar os seus efeitos particulares. A amplitude dos efeitos externos da educação é, contudo, pouco conhecido e complexo de estimar. Levin e Kelley (1994) avaliaram as hipóteses de muitos criadores de políticas públicas, em que a educação representa uma saída para problemas de desigualdade, produtividade e crescimento econômico. Os pesquisadores expõem, com embasamento em resultados de pesquisas

anteriores, que os avanços na educação só podem estimular o crescimento econômico se existirem oportunidades para empregar essa força de trabalho mais qualificada.

Segundo Heidemann (2014), quanto mais o poder público se preocupa com a produção de meros serviços e bens de consumo para uma sociedade estratificada em grupos de interesses organizados em subsistemas políticos, nessa mesma dimensão diminui a capacidade do gestor público de dar atenção às questões mais urgentes, como a educação. Portanto, as transformações sociais e políticas têm movido determinados segmentos da sociedade, pressionando o governo a reformular políticas públicas e o método administrativo utilizado. De modo a atender à população com qualidade, é necessário exigir do Estado posicionamento mais ativo e com ações educacionais mais efetivas, estabelecendo um verdadeiro comprometimento com a sociedade.

Compreender a educação como procedimento de formação contínua, o que demanda ações coesas e arrojadas, guiando todas as atividades concebidas, em que se objetiva a qualidade do ensino, torna-se indispensável cuidar e renovar a estrutura de relações nos campos político e educacional. Nesse contexto, há necessidade de as políticas públicas, principalmente na esfera municipal, no que tange a ações educacionais, serem estruturadas na continuidade de uma administração para outra, buscando sempre o comprometimento com o desenvolvimento humano (IDH) e confiando que a educação é uma premissa imprescindível para mudança na sociedade.

Além de promover desenvolvimento cultural, a educação proporciona importantes mecanismos de democratização, em que se representam os valores de solidariedade e de harmonia e novas formas de produção e de consumo. Diante dessa realidade, a educação, como modelo teórico, oferece muitas opções. Nesse princípio de um novo milênio, a educação apresenta-se como grande desafio, enquanto o desempenho do sistema escolar não mostra resultados básicos de qualidade. Entretanto, as novas matrizes teóricas e tecnologias surgem, e os municípios não apresentam ainda a consistência necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações.

Seja qual for o panorama que a educação contemporânea tomar, uma educação voltada para o futuro sempre deverá ser pautada na era do conhecimento. Em todos os setores, pode-se dizer que se vive mesmo na era do conhecimento, na sociedade do

conhecimento, especialmente em consequência da informatização e do processo de globalização das telecomunicações a ela anexada.

A realidade recente evidencia que a informação deixou de ser uma área ou uma especialidade para se tornar dimensão de tudo, modificando intensamente a maneira como a sociedade se organiza.

A educação é o grande capital da sociedade. Não é apenas o capital da transnacional que precisa dela para a inovação tecnológica. Ela é básica para a sobrevivência de todos e, por isso, não deve ser comercializado, mas, sim, ofertado a toda a população. Essa é a função do poder público, e almeja-se que a educação do futuro seja mais democrática e menos excludente. Esse deve ser o nosso objetivo e o nosso desafio. Infelizmente, diante da carência de políticas públicas no setor, a sociedade enfrenta as indústrias do conhecimento, depreciando uma provável visão humanista, que o torna ferramenta de lucro e de poder econômico.

De modo geral, a educação deve fomentar a sociedade para que ela possa desenvolver a competência de governar e controlar o desenvolvimento econômico e o mercado. A escola necessita dar o exemplo, ousar construir o futuro. Inovar é mais importante do que reproduzir com qualidade o que existe. A matéria-prima da educação é sua visão do futuro.

Pode-se concluir que o governo garante educação, contudo a sua eficácia está atrelada à disponibilidade de outros recursos que operam como integradores para essa variável. Para um olhar mais preciso e poder sustentar quais são as variáveis que impediram a existência da correlação entre gastos educacionais e elevação do IDHM na dimensão Educação, é necessário um exame mais detalhado da realidade local de cada município estudado, o que pode ser um indicador para futuras pesquisas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao fim desta tese, consideramos que cada capítulo lançou luz sobre os temas neles abordados, e temos a expectativa de que fomenta novas pesquisas sobre a temática, pois o estudo apresentou avanços, porém este é apenas o início da mineração de conhecimentos sobre os temas propostos, pois ainda há muito a se extrair desta mina.

Procurando responder a essas questões é que se estruturou este trabalho, cuja organização geral é contextualizada em poucas linhas. O primeiro capítulo discutiu os referenciais teóricos para se compreender, na atualidade, a discussão sobre desenvolvimento, o papel da educação e a crescente importância das políticas públicas sociais nas dinâmicas atuais de desenvolvimento. O que se observou é a importância inegável da função da educação no desenvolvimento social, especialmente quando adjetivado de desenvolvimento humano. Utilizou-se do conhecimento de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen (2000) e de seu entendimento de que a educação não é importante exclusivamente por ser um dos elementos do crescimento econômico, contudo por ser um fim em si mesma. Segundo Sen, a educação é essencial para a valorização e autoconfiança da pessoa, fortalecendo as capacidades humanas e tendendo dar às pessoas oportunidades de encarar os desafios da vida. Em outras palavras, educação é, ao mesmo tempo, meio e fim.

O segundo capítulo apresenta a literatura, através da revisão sistemática realizada no lapso temporal de 18 anos, contemplando os anos de 2000 a 2018, com o intuito de compreender como a pesquisa brasileira em programas de mestrado e doutorado trouxe contribuições para elucidar os resultados dos investimentos em educação e seus reflexos na sociedade. Este estudo foi muito importante, uma vez que propiciou uma quantidade de informações que auxiliaram na construção de toda a tese não somente dos seus capítulos, além de instigar outras pesquisas dentro dessa temática.

Quanto aos critérios de inclusão ou de exclusão dos estudos encontrados, selecionamos os trabalhos que estavam explicitamente dentro da temática proposta. Os estudos oriundos de teses e dissertações possuem componentes embasados em teorias e já foram utilizados com sucesso, tendo sido apresentados e aprovados por banca avaliadora.

Os 10 trabalhos encontrados e analisados mostraram que o método de pesquisa mais utilizado neste tipo de estudo é o quantitativo, ocorrendo pequenas variações nas técnicas empregadas, em que a Análise Envoltória de Dados foi a abordagem mais

utilizada. As amostragens utilizadas pelos 10 pesquisadores foram distribuídas entre quatro pesquisas no Sudeste, quatro pesquisas no Nordeste e duas em âmbito nacional. Não foram encontradas pesquisas que tratassem especificamente de investimento em educação e de relação com IDHM. Esse dado encorajou a proposta do quarto capítulo desta tese.

Não houve consenso sobre os resultados dos estudos, fato que pode fomentar na comunidade acadêmica brasileira a importância deste assunto, tanto para a família quanto para a sociedade, e que outros pesquisadores possam se aprofundar nessa temática, contribuindo ainda mais para o avanço educacional e do conhecimento sobre este importante tema.

A construção do terceiro capítulo foi um desafio, uma vez que a metodologia do Índice de Desenvolvimento Familiar é relativamente nova e não havia relatos da construção deste indicador em cidades de médio porte do interior do Estado de Minas Gerais. A realidade quanto à possibilidade de obtenção dos dados para a construção deste indicador, entretanto, não foi tão simples. Foi necessário pesquisar nos *sites* do Ministério do Desenvolvimento, das Secretarias de Estado e de muitas outras fontes, e nenhum deles apresentava todas as informações necessárias para a geração do índice. Até que, sob a orientação de professores da Universidade Federal de Viçosa, foi possível estabelecer parceria com a Universidade de Minnesota, nos EUA, que disponibilizou o banco de dados com os microdados tratados dos censos do IBGE, os quais possibilitaram a elaboração do terceiro capítulo.

Após a criação e análise do IDF das cidades de médio porte da Zona da Mata de Minas Gerais, na sua forma total e em suas dimensões, foram apresentados no corpo do terceiro capítulo os resultados globais. Tais resultados se referem às fórmulas utilizadas para cada variável e suas implicações para a realidade local, na busca sempre de fundamentos teóricos para interpretar os resultados apresentados a partir dos cálculos.

A inquietação com os resultados dos gastos públicos na economia foi o insumo que impulsionou a geração deste capítulo, especialmente com os impactos deles sobre a sociedade. Incorporados ao desenvolvimento humano estão atrelados o crescimento econômico, a educação, a saúde, o bem-estar e as condições habitacionais. E é na captura dessas dimensões que se propôs trabalhar o Índice de Desenvolvimento Familiar, em caráter regional, aferindo os sete municípios de médio porte da Zona da Mata mineira

individualmente. Esta pesquisa teve como objetivo geral apresentar a situação das famílias dos municípios da Zona da Mata de Minas, com base nas informações básicas contidas no questionário do IBGE, considerando os Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Para esta pesquisa foram utilizadas seis dimensões e 45 variáveis, adaptadas às informações constantes nos questionários dos referidos censos demográficos.

Através de regressões foi possível obter, em meio a diversos indicadores, prováveis situações futuras em variáveis pré-selecionadas e estabelecer quais são as projeções para a realidade dos municípios em futuro próximo, especialmente na dimensão Educação.

Ao longo desta pesquisa de doutorado, foi possível constatar a presença de lacunas em temáticas largamente debatidas e sobre as quais ainda há muito a pesquisar. Sem ponderar alternativas de pesquisas futuras replicando o que foi desenvolvido no terceiro capítulo desta tese, foi possível perceber, através da geração do IDF, que as situações de carência da população das cidades pesquisadas na Zona da Mata mineira devem ser analisadas por meio de várias dimensões, com aplicações em períodos mais amplos, e de outras áreas da gestão de recursos públicos, como saúde e segurança pública. Também existem lacunas em estudos que contemplam unidades administrativas diferentes: municípios, países, regiões, mesorregiões ou microrregiões, para efeito de comparação. Há muito caminho a ser explorado, talvez a tese não seja a pesquisa da vida do doutorando, mas pode ser o início de uma grande pesquisa que talvez em uma vida não seja concluída. A inclusão de novas variáveis e novas unidades administrativas e também novos fatores econômicos, condições sociais, culturais e geográficas e suas implicações sobre a população podem gerar inúmeras novas pesquisas.

O quarto capítulo apurou na mesorregião da Zona da Mata mineira a classificação segundo o grau de investimento em educação e seu reflexo no IDHM, sendo indicados em mapas para a situação de cada cidade da região. De modo geral, foi identificado que não existe correlação direta entre gastos educacionais e a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano. Porém, este capítulo apresentou algumas particularidades interessantes, mostrando as cidades que não cumpriram a meta constitucional de investir 25% do orçamento municipal em educação e aquelas que investiram mais do que o mínimo exigido. Também apresenta cidades que conseguiram a elevação do indicador com menos recursos gastos, indicando eficiência no emprego da verba pública.

O estudo do investimento dos recursos públicos aplicados na educação apresenta-se importante porque, mesmo que não tenha apresentado a correlação entre investimento e elevação do IDHM, a qualidade dos serviços públicos, na alocação apropriada dos recursos disponíveis, permite ampliar o acesso à educação e, como resultado, a atenuação das desigualdades sociais, do mesmo modo que fomenta o desenvolvimento socioeconômico, ou seja, possibilita o emprego de mais recursos na busca da igualdade social. Acredita-se, portanto, que este capítulo tenha utilidade para os gestores municipais da Zona da Mata mineira no processo decisório, com respeito aos recursos públicos para a educação. Além disso, é importante destacar que este trabalho poderá servir de instrumento para desencadear novas pesquisas e ponderações sobre a eficiência na gestão das políticas públicas

Os objetivos específicos do trabalho também foram atingidos de forma satisfatória. O primeiro objetivo, que era desenvolver um estudo teórico que refletiria sobre a eficiência na educação municipal nos últimos 18 anos, por meio de revisão sistemática, foi alcançado, como mostrado no segundo capítulo desta tese, o que resultou, inclusive, na publicação deste capítulo em periódico científico. As ferramentas utilizadas e os resultados encontrados não foram conclusivos quanto ao melhor método de pesquisa e qual o resultado entre investimento em educação e seu reflexo nos indicadores sociais. Entretanto, a revisão sistemática foi importante instrumento não apenas para satisfazer o objetivo, mas, sobretudo, para formar uma base teórica consistente, que sustentou toda a construção desta tese.

Os outros objetivos – que eram criar o Índice de Desenvolvimento Familiar dos municípios da Zona da Mata mineira com população entre 50.000 e 100.000 habitantes, com dados dos quatro últimos censos, visando dimensionar a situação da pobreza; e comparar o IDF entre os municípios e entre os anos estudados – foram alcançados com a elaboração do terceiro capítulo desta tese, o qual explicitou a realidade das sete cidades estudadas, cujos resultados foram apresentados em congressos científicos, periódicos científicos e capítulo de livro.

Os dois últimos objetivos específicos foram respondidos pelo quarto capítulo, que consistiu em avaliar a evolução do IDHM nas cidades da Zona da Mata mineira, nos anos de 2000 a 2010; e mensurar a relação dos gastos públicos em educação nos municípios de

médio porte da Zona da Mata de Minas Gerais, no período compreendido entre os anos de 2000 a 2010.

Consideramos que os dados apresentados possam subsidiar os formadores e executores de políticas públicas a reconhecerem os pontos a serem melhorados para que, no longo prazo, utilizem os recursos de forma a otimizar os resultados, alcançando, assim, a eficiência na área de Educação e, conseqüentemente, a promoção do desenvolvimento local, que se traduz na melhoria do bem-estar social da população.

Esta pesquisa possui determinadas limitações, como a série histórica e o fato de ter sido restrita à Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Conseqüentemente, seguem algumas possibilidades para trabalhos futuros:

– Ampliar os estudos do IDF para as demais mesorregiões do Estado de Minas Gerais. Existe ainda a carência do desenvolvimento deste importante indicador para outras regiões mineiras, razão por que pretendemos continuar o mapeamento dessas demais regiões, submetendo aos órgãos de fomento projetos de pesquisas e de iniciações científicas, para desenvolver nos estudantes de graduação o interesse na continuidade da disseminação deste indicador. Também no ano 2020 será feito um novo censo, o que possibilitará atualizar esta pesquisa e ampliar o horizonte temporal para 40 anos.

– Existe também a necessidade de realizar estudos com o tema de modo contínuo, para verificar se o impacto da variável IDF dos municípios das mesorregiões do Estado de Minas Gerais continua se comportando da mesma forma.

– O Brasil é um país de proporções continentais, o que possibilitará a ampliação futura deste indicador através de parcerias com Universidades e Institutos Federais de outros Estados da União.

– A pesquisa qualitativa dos municípios *in loco* se torna uma extensão fundamental para esta pesquisa e que irá auxiliar na determinação das variáveis com informações que possam dar consistência ainda maior ao modelo.

– Futuramente, com o IDF consolidado e o aumento do número de pesquisas em outros Estados, comparar os resultados dos municípios mineiros com os alcançados em outras cidades de outras Unidades da Federação, para que seja comprovado se o comportamento das variáveis na composição do IDF é homogêneo.

Ainda sobre as investigações dos dados não há como formar raciocínios conclusivos, porém na tese realizada está demonstrada a importância do direito à educação



na estrutura social das comunidades sob as mais diversas variáveis. Gerar meios para o acesso à educação fomenta o processo de ampliação das escolhas que as pessoas podem fazer e, conseqüentemente, desenvolve o ser humano e promove suas aptidões, competências e criatividade. Isso faz enorme diferença na sociedade, até mesmo com a adoção de um olhar mais crítico de progresso, como um processo conexo de liberdades interligadas.

– A tese também mostra que a educação é ferramenta para provocar o respeito à dignidade humana. Para isso, implementar os meios para uma Educação Básica de qualidade se configura como elemento que consolida e viabiliza o desenvolvimento e a sustentabilidade social das cidades brasileiras, entre estas os municípios estudados, como principais atores, responsáveis pela promoção da Educação Básica com qualidade e eficácia.

– A pesquisa de políticas sociais vem aumentando sua importância na maneira como elas se caracterizam como estratégias essenciais de enfrentamento das mazelas da questão social nas sociedades menos favorecidas. Este estudo as interpreta como fruto das múltiplas relações que se formam na totalidade social, exercendo funções políticas e econômicas. As políticas sociais são percebidas como fruto da dinâmica social, da interação entre os diferentes atores, em seus distintos espaços e a partir dos vários interesses e relações de força. Por isso, uma análise mais aprofundada utilizando recursos históricos e culturais, juntamente com as propostas de desenvolvimento, são essenciais para a análise das políticas sociais em trabalhos futuros.

– O desenvolvimento é uma inquietação social constante, ou seja, a sociedade espera dos pesquisadores sociais não apenas que entendam o processo, mas ao mesmo tempo que lancem luz sobre soluções dos problemas sociais e que o conhecimento não seja omitido, mas norteador de políticas públicas. O progresso não é uma espécie de entidade transcendental nem uma série de elementos determinados a serem seguidos pelas cidades como a maneira correta de agir se almejarem a modernização. Na realidade, o desenvolvimento exige de cada governo a competência de aprender com as situações particulares e nelas encontrar meios para melhorar a situação de cada sociedade, ou seja, um desempenho estratégico.

Refletimos, finalmente, sobre as várias leituras no transcurso desta tese, muitas delas dramáticas, próximas de um colapso do desenvolvimento, e nos perguntamos onde

nós, os pesquisadores sociais, podemos colaborar para impedir essas situações preocupantes. A resposta parece estar na luta constante desta deficitária área do conhecimento, em que cada pesquisa que aponta uma solução é mais uma contribuição para gerações futuras construírem um futuro melhor, mas provavelmente não estaremos aqui para colher os frutos. Isso porque estamos “plantando tâmaras, mesmo sabendo que podemos não colher seus frutos”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, p. 39-70, 2010

ALMEIDA, L. C. M. de et al. Principais situações de vulnerabilidade social das famílias da Microrregião de Ubá/MG. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 27, n. 1, p. 31-58, 2016.

ALVES, E.; MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. *Revista de Política Agrícola*, v. 18, n. 4, p. 5-17, 2009. BALTAR, P.; LEONE, E.T. O Mercado de Trabalho no Brasil os Anos 2000. **Carta Social e do Trabalho**, n. 19 – jul./set. 2012.

ALVES, J. E. D. CAVENAGHI, S. Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais. **Papeles de población**, v. 11, n. 43, p. 105-131, 2005.

AMADEO, E. Mercado de trabalho brasileiro – rumos, desafios, e o papel do ministério do trabalho. Brasília: Ministério do Trabalho, 1998.

AMORIM, A. L.; DOS SANTOS, R. B. N.; CORONEL, D. A.; M. J. BRAGA. Desigualdade de renda nos municípios Mineiros: Uma análise via modelo Threshold. In: MATTOS, L. B.; TEIXEIRA, E. C.; FONTES, R. M. O. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Viçosa: UFV/DER/DEE, 2011.

ANAND, S. SEN, A. **Human Development Index: methodology and measurement**. New York: Human Development Report Office (HDRO), United Nations Development Programme (UNDP), 1994.

ANAND, S., SEN, A. **Concepts of Human Development and Poverty: a multidimensional perspective**. Human Development Papers 1997. New York: UNDP, 1997.

ANSELIN, L. Model validation in spatial econometrics: a review and evaluation of alternative approaches. **International Regional Science Review**, v. 11, n. 3, p. 279-316, 1988.

ARANDIA, A. K. O mercado de trabalho frente à crise dos anos 80 e aos Planos de Estabilização. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 18, n. 4, p. 148-164, 1991.

ANANIAS, M. Propostas de educação popular em Campinas: as aulas noturnas. **Cadernos do CEDES**, v. 51, p. 66-77, 2000.

ANDRADE, D. V. P.; VASCONCELOS, N. V. C.; HÉKIS, H. R.; QUEIROZ, F. C. B. P.; QUEIROZ, J. V. Disclosure e accountability na gestão pública: uma investigação sobre a evidenciação de recursos para educação no Estado do Rio Grande do Norte. **Revista Catarinense da Ciência Contábil - CRCSC**, v. 10, n. 28, p. 27-39, dez./mar. 2011.

AROCENA, J. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo**. Caracas: Nueva Sociedad, 1995.

ARROYO, M. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Development in Practice: priorities and strategies for education**. Washington D.C.: World Bank, 1995.

BANTING, K.; CORBETT, S. Federalismo y políticas de atención a la salud. In: **Fórum das Federações/Institucional Nacional para el Federalismo y el Desarrollo Municipal**. Ontário/México, 2003.

BARBER, F. W. The Origin and Development of Brazil's Cooperative Agricultural Extension Service. **USAID Mission to Brazil. Office of Agriculture and Rural Development**. May, 1965, p. 174.

BARDEN, J.E. **Indicador social para o Rio Grande do Sul: uma análise a partir da abordagem das capacitações**, Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2009.

BARRETO, A. de A. Políticas Nacionais de Informação: discurso ou ação. **Revista de Ciência da Informação** - v.4, n.2, abr/03. 2003.

BARRETO, A. M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: **BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BARRETO, B. L. **Análise Envoltória de Dados no estudo da eficiência do gasto público em ensino fundamental dos municípios do Estado Do Espírito Santo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2009.

BARROS, R. P. de; CAMARGO, J. M.; MENDONÇA, R. A estrutura do desemprego no Brasil, **Texto para Discussão N.º 478**, Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. Investimentos em Educação e Desenvolvimento Económico, **Texto para Discussão N.º 525**, Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BARROS, R. P. Os Determinantes da Desigualdade no Brasil, **Seminário 22/97**, IPE-USP, 1997.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. S. Education and equitable economic development. **Economia** (Lisboa), v. 1, n.1, p. 111-144, 2000.

BARROS, R. P. CARVALHO; M. FRANCO, S. O Índice de Desenvolvimento da Família. **Texto para Discussão no. 986**. Rio de Janeiro, 2003.

BARROS, R. P.; CARVAVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Texto para Discussão N.º 1227**, Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

BAUER, R.; **Social Indicators**. Cambridge: MIT Press, 1967.

BAZUA, F.; VALENTI, G. Hacia un enfoque amplio de política pública. In: **Revista de Administración Pública. Políticas Públicas**. México, n.84, pag. 25 – 82, enero-junio, 1993.

BECKER, G. S. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, p. 9 –49, 1962.

BONILLA CÁRDENAS, S. Educación y crecimiento económico entre 1975 y 2005. Una aplicación del modelo de datos del panel dinámico de Arellano y Bond. **Revista Sociedad y Economía**, n. 25, 2013.

BRAGA, G. B. **Por uma Caracterização dos Territórios Segundo o Modo de Vida Rural e/ou Urbano**. 2015. Tese (Doutorado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 84.674**, de 30 de Abril de 1980. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional. Legislação Informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84674-30-abril-1980-434038-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. p. 13563. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2017.

BRASIL. **Portaria MTPS nº 3.828** de 28/12/1990. Declara o valor do salário mínimo para o mês de janeiro de 1991, nos termos da Lei nº 8.030, de 1990. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=181214>> Acesso em: mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.971**, de 18 de maio de 2000. Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de maio de 1996, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9971.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9971.htm)> Acesso em: mai. 2017.

BRASIL. **Lei 11.274**, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 de fev.2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm)> Acesso em: 16 de dezembro de 2015.

BRASIL. **Lei Federal n.º 11.445**, de 05 de janeiro de 2007: Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm)>. Acesso em 20 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.255**, de 15 de junho de 2010. Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1o de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei no 11.944, de 28 de maio de 2009. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm)> Acesso em: mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 150, n. 150, 6 ago. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 8.794**, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm)>. Acesso em: ago. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** - Col. Saraiva de Legislação. 53. ed. São Paulo: Saraiva, 2016

BRASIL. **Constituições Brasileiras**: 1988. vol. VII. — 3. Ed. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2012.

BRASIL<sub>1</sub>. **Emenda Constitucional nº 19**, de 04 de junho de 1998. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/30/1998/19.htm>> Acesso em: 16 de maio de 2016.

BRASIL - PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. - Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 23 maio 2016

BRAZ, R. E. T. **Capital Humano e Crescimento Econômico**. TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas), Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2013.

BRIÃO, S. F. **Federalismo Fiscal e as disparidades regionais no Brasil**. 2006. 96 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói, 2006.

BRUNS, B; EVANS, D.; LUQUE, J. **Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: próximos passos**. Publicações Banco Mundial, 2011.

BURSZTYN, M.. **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

- CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2010.
- CALDAS, C. P. Envelhecimento com dependência: responsabilidades e demandas da família. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 733-781, 2003.
- CALEIRO, A. **Educação e Desenvolvimento**: que tipo de relação existe. Departamento de Economia–Universidade de Évora, Portugal, 2010.
- CAMARGO, J. M. Política Social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**. 2004; 18(2):68-77
- CAMPOS, M. M.; HADDAD, L. Educação infantil: crescendo e aparecendo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 11-20, fev. 1992.
- CAMPOS, R. L. A.; RENGIFO, M. L. A.; MEZA, C. J. D. Reflexiones sobre el derecho a la educación y sus perspectivas en el marco del desarrollo humano. **Revista lasallista de investigación**, v. 8, n. 1, p. 117-125, 2011.
- CARLEY, M. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- CARNEIRO, P.A, S, FONTES, R. **Desigualdades na região da Zona da mata mineira**. In: FONTES, R., FONTES, M. (Ed). Crescimento e Desigualdade Regional em Minas Gerais. Viçosa UFV, 2005.
- CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. de. Família e proteção social. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, n. 2, p. 109-122, 2003.
- CARVALHO, J. A. M.; RODRÍGUEZ-WONG, L. L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 597-605, 2008.
- CARVALHO, M.; BARROS R. P., FRANCO S. **Índice de Desenvolvimento da Família**. In: ACOSTA A. R.; VITALE M. A. F.; organizadores. Família: redes, laços e políticas. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2007.
- CASHIN, P. Government Spending, Taxes, and Economic Growth. **IMF Staff Papers**, v. 42, p. 237, 1995.
- CASTRO, J. A. de. Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.
- CATTANI, A. D. et al. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas**: uma contribuição para a área educacional. 2007. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2007.
- CEFET – **Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**, Leopoldina, 2018. Disponível em: <<http://www.leopoldina.cefetmg.br/>> Acesso em: 12 mar. 2018.

CHAHAD, J. P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 205-217, dez. 2003.

CIVALE, L.; MARTINS, W. M. F. **O Espelho da História: práticas patrimonialistas e transformações na paisagem urbana de Viçosa (1980-2010)**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 18, n. 28, p. 296-317, maio 2017.

CODES, A. L. M. de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Texto para Discussão 1332. Brasília: IPEA, 2008.

COOPER, H. **Research synthesis and meta-analysis: A step-by-step approach** (3. ed.). Thousand Oaks, CA: Sage 2010.

CORTELLA, M. S. Aprendendo na escola e na ONG. In: CENPEC. **Muitos lugares para aprender**. São Paulo: Cenpec, 2003.

COSTA, L. V., DA COSTA SILVA, M. M., BRAGA, M. J., LÍRIO, V. S. Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiros em 2009. **Economia e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 373-394, 2015.

COSTA, M. C. N.; MOTA, E. L. A.; PAIM, J. S.; VIEIRA DA SILVA, L. M.; TEIXEIRA, M. G.; MENDES, C. M. C. Mortalidade infantil no Brasil em períodos recentes de crise econômica. **Revista de Saúde Pública**, v. 37, p. 699-706, 2003.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

CRUZ, A. C.; TEIXEIRA, E. C.; M. J. BRAGA. Os efeitos dos Gastos Públicos em infraestrutura e em capital humano na renda per capita da pobreza no Brasil. In: MATTOS, L. B.; TEIXEIRA, E. C.; FONTES, R. M. O. **Políticas Públicas e Desenvolvimento**. Viçosa: UFV/DER/DEE, 2011.

CURY, C. R. J. Qualidade em educação. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 17, n. 18, p. 15-31, 2011.

DANCEY, C.; REIDY, J. **Estatística Sem Matemática para Psicologia: Usando SPSS para Windows**. Porto Alegre: Artmed, 2006

DANILO, C. P. Entre a reificação da arquitetura modernista e o apagamento da memória: o caso de Cataguases - MG. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**. 7. 46., 2016

DANTAS, F. da C. **Eficiência nos gastos públicos em educação fundamental: Uma análise nos municípios do Estado do Rio Grande Do Norte, 2007 e 2011**. 2013. Dissertação Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

DA SILVA FILHO, L. A.; DE QUEIROZ, S. N.. Recuperação econômica e emprego formal: avaliação para o Nordeste brasileiro entre 2000 e 2008. **Perspectiva Econômica**, v. 7, n. 1, p. 42-54, 2011.



DA SILVA, M. L. **Expansão da cidade de Viçosa (MG): a dinâmica centro-periférica.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2014.

DAVOK, D. F. Quality in education. **Avaliação: revista da avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 12, n. 3, p. 505-513, 2007.

DE ALMEIDA, M. P.; TRINDADE, F. C. Crescimento urbano x área não edificantes: uma análise das ocupações irregulares da cidade de Manhuaçu. **Anais do Seminário Científico da FACIG**, n. 3, 2018.

DE ATAÍDE, M. A. O mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 90: uma questão em análise. **Métis: história & cultura**, v. 11, n. 22, 2013.

DE BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de ciências sociais**, v. 15, n. 42, 2000.

DE CARVALHO, M. E. P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 143-155, 2000.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia política**, v. 25, n. 1, p. 97, 2005.

DEDECCA, C.S. O Sistema público de emprego e a estratégia de desenvolvimento. In: J. MACAMBIRA; L.M. da F. CARLEIAL (orgs.), **Emprego, trabalho e políticas públicas**. Fortaleza, Instituto de Desenvolvimento do Trabalho/Banco do Nordeste, 2009.

DELLA LATTA M. T. **Mortalidade Infantil e Políticas Públicas de Saúde em União da Vitória-PR –1999 a 2007.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Contestado. Canoinhas, 2008.

DEMO, P. **Ciências sociais e qualidade.** São Paulo: ALMED, 1985.

DE SOUZA MARIA, A. C.; DE ALMEIDA FARIA, T. C.; STEPHAN, I. I. C. Um retrato da evolução urbana de Viçosa-MG: impactos da federalização da UFV sobre a cidade (1969-2014). **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 3, n. 1, p. 37-54, 2015.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

DINIZ, J. A. **Eficiência das transferências intergovernamentais para a educação fundamental de municípios Brasileiros.** 2012. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

DO CARMO, G. E. **História, Minas Gerais - MG, Ubá.** 2015. Disponível em: <<https://suburbanodigital.blogspot.com/2015/07/historia-de-uba-minas-gerais-mg.html>> Acesso em 09 de janeiro de 2019.

- DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007
- DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. In: MAFRA, J. [et al.] (org.). **Globalização, Educação e Movimentos sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Esfera, 2009.
- DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 691-713, 2007.
- DUARTE DA SILVA, C. M. **Eficiência na Alocação de Recursos Públicos na Educação Básica em Minas Gerais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.
- EGGER, M., SMITH, G. D., & ALTMAN, D. G. **System-atic reviews in health care: Meta-analysis in context** (2 ed.). London: BMJ Publishing Group, 2001.
- EMJM - **Escola Municipal José Mariano**, Ponte Nova, 2018. Disponível em: <<http://escoladrjosemariano.blogspot.com.br/>> Acesso em: 12 mar. 2018.
- ENGELS, F. **Anti-Duhring: filosofia, economia, política, socialismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ERBER, F. S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011
- ESCOL.AS. **website do Escol.as**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.escol.as/>> Acesso em: 12 mar. 2018.
- ESPINDULA, L. Avaliação de Dados da Habitação no Município de Manhuaçu/MG. In: **II Seminário Científico da FACIG - I Jornada de Iniciação Científica**, 2016, Manhuaçu/MG. Avaliação de Dados da Habitação no Município de Manhuaçu/MG, 2016.
- FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 183-238, 1997.
- FERNANDES, R.; GREMAUD, A. P. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, v. 1, p. 213-238, 2009.
- FERRAZ, C.; FINAN, F.; MOREIRA, D. B. Corrupting learning: evidence from missing federal education funds in Brazil. **Journal of Public Economics**, v. 96, n. 9/10, p. 712-726, 2012.
- FÍGOLI, M. G. B. Evolução da educação no Brasil: uma análise das taxas entre 1970 e 2000 segundo o grau da última série concluída. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 129-150, jan./jun. 2006.
- FIGUEIREDO e FIGUEIREDO. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. In: **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro v. 1, n. 3, p. 107-127, 1986.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JÚNIOR, J.A. Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, v. 18, n. 1, p. 115-46, 2009.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; et al. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 205-228, 2014.

FIRMINO, R. G. **Avaliação da eficiência na aplicação dos recursos públicos da educação básica**: Um estudo nos municípios Paraibanos. 2013. Dissertação (Mestrado Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis). Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, PB, 2013.

FONTES DE ANDRADE, F.; PEREIRA D. C. R. Desenvolvimento Social e Dimensões da Pobreza: Uma Análise do Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) na Microrregião de Bocaiúva-MG. **Desenvolvimento em Questão**, v. 7, p. 143-172, 2009

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, 2009.

FRANCELINO, L. R. M. **O índice de desenvolvimento da família como função controle para política pública de assistência social**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS), 2012.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 2ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FUKUDA – PARR, S. **Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos** - o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano (2002). Disponível em: <http://soo.sdr.sc.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FUKUDA-PARR, S. The human development paradigm: operationalizing sen's ideas on capabilities. **Feminist Economics**, v. 9, p. 301–317, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida**: Indicadores Brasileiros. Brasília, setembro de 1998.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Versão 2018. Belo Horizonte: FJP, 2018.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GALVÃO JUNIOR, A. C. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 25, p. 548-556, 2009

GALLICHIO, E. Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. IN: ROMANO, J. ANTUNES, M. (orgs.) **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brazil, 2002.

GASPER, D. **The ethics of development**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004

GARCIA, C. P. **Cursos Técnicos sob a égide dos Decretos Federais nº 2.208/97 e 5.154/04: caso do Campus Rio Pomba-IF Sudeste MG**. [s.l.] Universidade de Brasília, 2011.

GARSON, G. D. **Statnotes: Topics in Multivariate Analysis**. 2009.

GIOVANINI, R.; MATOS, R. E. S. **Geohistória econômica da Zona da Mata mineira**. UFMG: Cedeplar, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. 12 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GIVISIEZ, G. H. N.; OLIVEIRA, E. L. de. Privacidade intradomiciliar: um estudo sobre as necessidades de ampliações em residências. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 199-223, junho de 2013.

GOBERT, MULLER In, VAZ. L.G.D.; Políticas públicas. Revista nova Atenas de educação e tecnologia. **Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho**. Vol. 10, nº. 01, p. 47-61, 2007.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, ago. 1993.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 357-363, 2005.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAZIANO DA SILVA, J., **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996

GREENWALD, R.; HEDGES, L. V.; LAINE, R. D. The effect of school resources on student achievement. **Review of Educational Research**, Washington, v. 66, n. 3, p. 361-369, 1996.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2004.

GROSSMAN, M. **Education and Nonmarket Outcomes**, In: Hanushek, E.A., Welch, F. (ed.). **Handbook of the Economics of Education**. North-Holland, v.1. 2006.

GUARÁ, I. M. F. R. Educação, proteção social e muitos espaços para aprender. In: CENPEC. **Muitos lugares para aprender**. São Paulo: Cenpec, 2003.

GUIA MURIAÉ, IF Sudeste MG – Campus Muriaé divulga edital de bolsa de extensão, 2014. Acesso em 06 de julho de 2018. Disponível em <<https://www.guiamuriae.com.br/wp-content/uploads/2012/11/if-sudeste-campus-muriae.jpg>>

GUIMARÃES, S. M. **Reeleição e eficiência dos gastos municipais: uma análise dos municípios Mineiros**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

GUPTA, S.; VERHOEVEN, M. The efficiency of government expenditure: experiences from Africa. **Journal of Policy Modeling**, v. 23, n. 4, p. 433-467, 2001.

HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition and measurement of poverty. **Journal of Human Resources**, p. 211-221, 1988.

HANUSHEK, E. A. The economics of schooling: production and efficiency in public schools. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 24, n. 3, p. 1141-1177, 1986.

HANUSHEK, E. A. The Productivity Collapse in Schools. In FOWLER JR, William J. (ed.), **Developments in School Finance**. Washington, DC: National Center for Educational Statistics, U.S. Department of Education, 1997

HAQ, Mahbub ul. **Reflections on Human Development**. New York: Oxford University Press, 1995.

HEIDEMANN, F.G. Do Sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F.G; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análises**. 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

HOFFMANN, R. Elasticidade da pobreza em relação à renda média e à desigualdade no Brasil e nas unidades da federação. **Revista Economia**, v.6, n.2, p.255-289, Jul./Dez.2005

HOFFMANN, R. **Medidas de pobreza**. In: HOFFMANN, R. Estatística para Economistas. 4ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

HUNT, M. **How science takes stock: the story of meta-analysis**. USA: Russell Sage Foundation, 1997.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores Sociais Municipais - Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. **IBGE**, p. 149, 2011.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, SUPERINTENDÊNCIA DE CARTOGRAFIA **Banco de Dados Agregados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 Set. 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores Sociais Mínimos** - Conceitos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>> Acesso em: 02 mai. 2017.

IEL. **Diagnóstico da Indústria do Vestuário de Muriaé e Região** – 2010. Belo Horizonte: IEL, 2010.

IF SUDESTE MG – **Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais**, 2018. Disponível em: < <https://www.ifsudestemg.edu.br> > Acesso em: 12 mar. 2018.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E SOCIAL. **Brasil: o estado de uma nação**. Brasília, DF: IPEA, 2006.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3ª ed., Campinas: Alínea, 2004.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 79-112, jan. 2016.

KAKWANI, N. On a class of poverty measures. **Econometrica**, v.48, n.2, p.437-446, Mar.1980.

KAZTMAN, R. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social**. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones. Disponível em: <[www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos](http://www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos)>. Acesso em: 07 mar. 2018.

KAYANO, J.; CALDAS, E. DE L. Indicadores para o diálogo. In: SPINK, P.; CACCIA BAVA, S.; PAULICS, V. (Eds.). **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: [s.n.]. p. 322.

KAO, C. H. C.; LIU, B.C. Sócio-economic advance in the Republic of China (Taiwan): an intertemporal analysis of its quality of life indicators. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 43, n.4, p. 399-412, 1984.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/é fundamental. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 797-818, 2006.

KREIN, J. D. et al. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000430974>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

- LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações.** 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- LADERCHI, C. R. Poverty and Its Many Dimensions: the role of income as an indicator. **Oxford Development Studies**, Oxford, v. 25, n. 3, p. 345-360. 1997.
- LANGONI, C. **Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.
- LEGRAMANTI RODRIGUES, C.; KLARMANN ZIEGELMANN, P. Metanálise: Um Guia Prático. **Clinical & Biomedical Research**, [S.l.], v. 30, n. 4, p. 436-447. 2011.
- LELIS, J. L.; PINTO, N. M. D. A.; FIÚZA, A. L. D. C.; DOULA, S. M. O comércio informal de Viçosa (MG) e suas diferentes finalidades para as famílias envolvidas. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 22, n. 2, p. 67-87, 2011.
- LEVIN, H. M.; KELLEY, C. Can education do it alone?. **Economics of Education Review**, v. 13, n. 2, p. 97-108, 1994.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, v. 12, n. 25, 2010.
- LOPES, L. S.; TOYOSHIMA, S. H. Eficiência técnica municipal na gestão dos gastos com saúde e educação em Minas Gerais: seus impactos e determinantes. In: **SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13, Diamantina. Anais...** Diamantina: UFMG, 2008. p. 1-24,
- LOPES, M. F. **O sorriso da paineira. Construção de gênero em universidade rural.** 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- LUNA, A. G. D. de. **A eficiência do gasto público com educação: Um Estudo Sobre Os Municípios da Paraíba.** 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.
- MACÊDO, L. C. de DIAS, A. A. A educação da primeira infância no Brasil entre os séculos XIX e XX. In IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” João Pessoa PB – 2012 – **Anais Eletrônicos.** Universidade Federal da Paraíba, 2012.
- MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 53-84, 2016

- MANGHI, G.; CAVALINHENSE P.; NEVES V. Quantum GIS: Um desktop potente e amigável. **Revista FOSSGIS** Brasil, Junho 2011.
- MANOEL, J. P. **Tópicos da história de Muriaé**. v.2. Muriaé: Edição do autor, 2015.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARINHO, E.; SOARES, F. Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXI, 2003, Porto Seguro. **Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia**, Porto Seguro: ANPEC, 2003.
- MARINHO, R. C. **Trajatória e perspectivas econômicas de Muriaé - MG: o papel dos atores locais na articulação do desenvolvimento**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ, 2016.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINS, J.de S. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MEDINA, A. M. V. A. **Diagnóstico Municipal de Manhuaçu**. Belo Horizonte: A & M Consultores Associados Ltda, 06 jun. 1996.
- MESQUITA, M. R. JUNIOR, G. M. SIMÕES, A. A. A juventude brasileira e a educação. **Revista Juventude.br**, v. 6, p. 38 – 46, 2012.
- MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.
- MINCER, J. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **Journal of Political Economy**, v. 66, n. 4, p. pp. 281–302, 1958.
- MINNESOTA POPULATION CENTER. **Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.4 [dataset]**. Minneapolis, MN: University of Minnesota, 2015. Disponível em <<http://doi.org/10.18128/D020.V6.4>> Acesso em: mar. 2017.
- MONTEIRO, J. H. P.; FIGUEIREDO, C. E. M.; MAGALHÃES; A. F.; MELO, M. A. F.; BRITO, J. C. X.; ALMEIDA, T. P. F.; MANSUR, G. L. **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Coordenação técnica Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.
- MONTEIRO, J. H. P.; MANSUR, G.L. **Cartilha de Limpeza Urbana**. Rio de Janeiro: CPU/IBAM e SNS/MAS, 1997.
- MOORE, D. S.; NOTZ, W. I.; FLIGNER, M. A. **A estatística básica e sua prática**. 6ª ed. Grupo Gen-LTC, 2014.



MORAIS, M. da P. **Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil.** São Paulo: Mimeo, 2002.

MORSE, S. **Índices and Indicators in development: an unhealthy obsession with numbers.** London: Earthscan Publication Ltd, 2004.

NEDER, H. D.; SILVA, J. L. M. Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.42, n.3, p.469-486, Jul./Set.2004.

NETTO, M. M. **Cataguases/MG: Legado Patrimonial Do Movimento Modernista Mineiro.** 2013. Disponível em:  
<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/101.pdf>> Acesso em: 11 de janeiro de 2019.

NERI, M. CAMARGO, J. M. REIS, M. C. **Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações.** Texto para Discussão no. 743. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0743.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf) > Acesso em: 09 de maio de 2017.

OLIVEIRA, A. G. de. **Educational public policies of the municipalities in the State of Rio De Janeiro: Relations to the quality indicators of 2005 and 2007.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

OLIVEIRA, D. A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 753-775, 2005.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, J. L. de; LOUREIRO, A. O. F. **Mensurando o nível de pobreza dos municípios cearenses a partir do índice de desenvolvimento familiar – IDF.** Fortaleza: Ipece, 2010. (Texto para Discussão, 69). Disponível em:  
<[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos\\_discussao/TD\\_69.pdf/view](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_69.pdf/view)>. Acesso em: 08 jan. 2018.

OLIVEIRA, N. S. M. N. de, **Pobreza no Nordeste do Brasil: Um Estudo Multidimensional.** 2014. Dissertação (Mestrado Economia Regional) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

OLIVEIRA, R. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.

OLIVEIRA, T. L. de M.; DOS SANTOS, C. V. de J. F. A ideia de justiça em Amartya Sen e o paradigma restaurativo: caminhos para o constitucionalismo do futuro. In.: **XIII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea & III Mostra Nacional de Trabalhos Científicos**, 2017,

Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC - Santa Cruz do Sul, RS. Anais... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. Cortez Editora, 2002.

OMETTO, A. M. H.; FURTUOSO, M. C. O.; SILVA, M. V. Da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, p. 403-414, 1995.

PAIM, J.; TRAVASSOS, C; BAHIA, L.; MACINKO, J. Saúde no Brasil. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet Série Saúde no Brasil**, p. 11-31, 2012.

PARADA, E. L. Política y políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Coletânea políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 33, p. 437-464, 2009.

PEÑA, C. R., PINHEIRO, D. S., ALBUQUERQUE, P. H., FERNANDES, L. M. The effectiveness of income transfers: trends of inequality before and after Bolsa Família program. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 889-914, 2015.

PEREIRA, P. A. **Necessidades Humanas: Subsídios** à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

PERRENOUD, P. Entre a família e a escola, a criança mensageira e mensagem: o go-between. In: MONTANDON, C.; PERRENOUD, P. **Entre pais e professores, um diálogo impossível?** Oeiras: Celta, 2001.

PETERSON, P. **The price of federalism**. New York, The Twentieth Century Fund, 1995.

PINTO, D. G.; COSTA, M. A.; MARQUES, M. L. de A. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

PIRES, A. **Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930**. São Paulo-Tese de Doutorado: FFLCH/USP, 2004.

PMC – Prefeitura Municipal de Cataguases, **A Educação em Cataguases - Que Cataguases temos hoje?**, Disponível em: <<http://cataguases.net/educacao/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

PML – Prefeitura Municipal de Leopoldina, **Leopoldina**, 2018. Disponível em: <<http://www.leopoldina.mg.gov.br/principal>> Acesso em: 12 mar. 2018.

PMU – Prefeitura Municipal de Ubá, **Ubá**, 2018. Disponível em: <<http://www.uba.mg.gov.br>> Acesso em: 12 mar. 2018.

PNUD. **Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento: pobreza e desigualdade**, 2011. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

- POCHMANN, M.; AMORIM, R. (org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.
- POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula. **Revista SER Social**, [S.l.], v. 13, n. 28, p. 12-40, nov. 2011.
- POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. FAMÍLIA, RELAÇÕES. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia escolar e educacional**, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.
- RAVALLION, M.; DATT, G. **Growth and redistribution components of changes in poverty measures: a decomposition with applications to Brazil and India in the 1980s**. Washington: World Bank (LSMS), 1991.
- RAVALLION, M. Poverty Comparisons in Theory and Practise. Washington, DC. The World Bank. **LMMS Working Paper**, n. 133. 1998.
- RAZZOLINI, M. T. P., GÜNTHER, W. M. R. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. **Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 21-32, 2008.
- REIS, E. A; REIS, I. A. **Análise Descritiva de Dados: Síntese Numérica**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. Disponível em: <ftp://ftp.est.ufmg.br/pub/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2016.
- REIS, J. B. **Ementário do Gymnasio Leopoldinense**. 1925.
- REIS, L. **Produção de monografia: da teoria à prática**. Brasília: Senac-DF, 2016.
- REIS, M.; DE OLIVEIRA, S. M. P. O processo de implantação do ensino fundamental de nove anos obrigatórios em Minas Gerais: Questões e tensões. **Revista Contrapontos**, Itajaí, SC., v. 11, n. 2, p. 134-142, jul. 2011.
- RESENDE, T. F.; SILVA, G. F. da. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 90, p. 30-58, 2016.
- REZENDE, G. C. de. **Políticas trabalhista e fundiária e seus efeitos adversos sobre o emprego agrícola, a estrutura agrária e o desenvolvimento territorial rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. 31 p. Texto para Discussão, 11 08.
- REZENDE, F.; CUNHA, A.; BEVILACQUA, R. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 44, n. 4, p. 959-992, jul./ago. 2010.
- RIBEIRO FILHO, A. B. **Ponte Nova – 1770 a1920, 150 Anos de História** – Viçosa: 1993.
- RIBEIRO FILHO, G. B. **A formação do espaço construído: Cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG**. 1997. 244 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

- RIBEIRO, M. G. M. Educação superior e cooperação internacional: o caso da UREMG (1948-1969). **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, n. 25, p. 50-63, jan/jun. 2007.
- RIBEIRO, M. G. A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi Cienc. Hum.** [online]. 2009, vol.4, n.3, pp.453-463.
- RIZZINI, I.; DA SILVA LIMONGI, N. Percepções sobre violência no cotidiano dos jovens. **Revista Katálisis**, v. 19, n. 1, 2016.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** FGV Editora, 2003.
- ROCHA, L. MOREIRA, R. SANTOS, G. Índice de desenvolvimento da família (idf): uma análise para as microrregiões e grupos demográficos do estado de Minas Gerais. In: **Anais do XVIII Seminário sobre a Economia Mineira** [Proceedings of the 18th Seminar about Economy in Minas Gerais]. 2008.
- ROCHA, S. O programa Bolsa Família Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e sociedade**, v. 20, n. 1, p. 113-139, 2011.
- ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. **Família & escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ROSCOE, D. D. & JENKINS, S. A Meta-Analysis of Campaign Contributions' Impact on Roll Call Voting. **Social Science Quarterly**, Vol. 86, n. 1, p. 52-68, 2005
- ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 115, p. 25-63, 2002.
- ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não comunista). 5. ed. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- ROWNTREE, B. S. **Poverty, a study of town life**. MacMillan and Co., 1901.
- SAGIORO, R. Conhecimento, Inovação e Crescimento Econômico – uma Aplicação do Modelo de Solow ao Brasil, 2004. **Anais do II Encontro Científico da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (II EC-CNEC)**, Varginha, 9-10 de julho de 2004, p. 1-14, Varginha, MG, 2004.
- SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Atlas, 1994.
- SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O Tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamound, 1999.
- SANTAGADA, S. A situação social do Brasil nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990.
- SANTOS, J. A. S. Trabalho infantil: perspectivas e desafios para sua superação. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 9, p. 97-115, 2017.
- SANTOS SILVA, N. PIEDRAS, E. R. “A maior aventura tecnológica da História da Humanidade”: expectativas sociais em relação às "novas" tecnologias de informação e

comunicação no Brasil, entre 1990 e 2015. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 15, n. 30, p. 153-175, 2017.

SARAIVA, L. A.; WAGNER, A. A relação família-escola sob a ótica de professores e pais de crianças que frequentam o ensino fundamental. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 81, p. 739-72, 2013.

SARMENTO, A. D. Notas sobre o take-off: a teoria rostowiana revisada. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 18, n. 38, p.144-167, 2012.

SCARPIN, J. E.; SLOMSKI, V. Estudos dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do Estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 909–933, 2007.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV. 2007.

SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**, v. 51, n. 1, p. 1–17, 1961.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RECEITA FEDERAL), **Carga Tributária no Brasil 2010**. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-no-brasil-capa>. Acesso em 11 de jul. de 2016.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEN, A. K. **Commodities and capabilities**. New Delhi: Oxford University Press, 1999.

SEN, A. K.; MOTTA, L. T.; MENDES, R. D. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. K.; Foster, E. **La desigualdad económica**. Fondo de Cultura Económica, 2001.

SEN, A. K. **A ideia de justiça**; tradução Denise Bottman, Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, A. de A. P. et al. Eficiência na alocação de recursos públicos destinados à educação, saúde e habitação em municípios mineiros. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 1, p. 96 – 114, 2012.

SILVA, A. H. L. **A mobilidade urbana em questão: um olhar sobre a cidade de Viçosa - MG**. 2011. 173 f. Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2011

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: **Conferência Latino Americana e Caribenha Sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano**, Porto Alegre, 2010.

SILVA, C. M. D. da. **Eficiência na Alocação de Recursos Públicos na Educação Básica Em Minas Gerais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2013.

SILVA, E. P. da; QUINTAIROS, P. C. R.; ARAÚJO, E. A. S. de. Educação e desenvolvimento. **Latin American Journal of Business Management**, Taubaté, v. 4, n. 2, p. 42-57, 2013.

SILVA, G. L. J. **A Lei dos Pobres 1601: Primeira Lei Assistencialista e Política de Bem Estar Social**, Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 12 de jun. 2017.

SILVA, M. A. da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Caderno Cedes**, v. 29, n. 78, p. 216-226, 2009.

SILVA, V. P. da. **Qualidade do gasto público em educação para os municípios da região metropolitana de Natal-2007**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2011.

SIMONÉSIA. **História de Manhauçu**. 2014. Disponível em: <<https://www.guiamanhuacu.com.br/noticia/364/histoacuteria-de-manhuaccedilu>> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

SLOMSKI, V. **Teoria do agenciamento no estado: uma evidenciação da distribuição de renda econômica produzida pelas entidades públicas de administração direta**. 1999. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, p. 6–94, 1956.

SOARES, J. F.; MAROTTA, L. Desigualdades no sistema de ensino fundamental brasileiro. In: VELOSO, Fernando et al. (Ed.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.

SOARES, S.; DE SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, F. G. **Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza**. Bolsa família, Brasília: IPEA, 2010.

SOUZA, A. P.; SILVEIRA, S. F. R.; FERREIRA, M. A. M.; ABRANTES, L. A.; BRUNOZI JÚNIOR, A. C. Efeitos da Arrecadação Tributária sobre os Indicadores Socioeconômicos da Saúde e da Educação e Avaliação de seu Impacto nos Municípios Mineiros. In.: **ENAPEGS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, IV, 2010, Lavras – MG. Anais...** Lavras: UFLA, 2010.

SOUZA, C. M. R. de. **Integração do território brasileiro e expansão do Sistema Elétrico Nacional: o Programa Luz Para Todos do governo federal e a ampliação do acesso aos bens de consumo**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2016.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

STEPHAN, I. I. C. Rua Milton Bandeira: uma síntese de problemas urbanos. **Folha da Mata**, Viçosa-MG, v. 34, n. 1470, 26 abr. 1997.

TEIXEIRA, A. A. DA CRUZ, J. A. FONSECA, P. G. Administração Pública dos Serviços de Saneamento Básico: Uma análise da aplicabilidade da Gestão Estratégica com o uso do Balanced Scorecard–BSC NA Empresa Baiana de Águas e Saneamento–EMBASA. **Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 9, n. 25, p. 159-179, 2015.

TIBÚRCIO, L. Educação e trabalho capitalista: perspectiva histórica e ideias dominantes. **Análise Social**, v. XV, p. 57, 1979.

TORRAS, M. **La participación de los pueblos en su desarrollo**. Barcelona: Intermón, 1995.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1988.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M.P.; DINI, N.P. Indicadores Sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. **São Paulo em Perspectiva**, 17(3-4): 80-90, 2003.

UFV – **Educação Infantil**, Viçosa, 2018. Disponível em: < <http://www.ein.ufv.br/>> Acesso em: 12 mar. 2018.

UL HAQ, M. **Reflections on Human Development**, New York, 1995

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990.

VELOSO, F. **A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil: a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, p. 215-253, 2011.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, p. 548-554, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 13<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 104

VIEIRA, L. M. F. Obrigatoriedade escolar na educação infantil. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 9, p. 57-68, 2012.

VILLAR, J. P. **Vapor e Movimento: A Estrada De Ferro Leopoldina e a (Trans)Formação da Paisagem no Município de Ponte Nova – MG**. 2016. Monografia (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

XAVIER, W. S.; CARRIERI, A. P. Discurso e as cidades: um estudo sobre Cataguases-MG baseado na produção literária modernista da Revista Verde. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 4, p. 948-965, 2016.

WASELFISZ, J. J. **Relatório de desenvolvimento juvenil**. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), Instituto Sangari, Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília, 2007.

WILL, A. R. **Eficiência dos estados brasileiros nos gastos com educação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2014.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, v. 110, p. 288-322, 2012.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ZOGHBI, A. C. P.; MATOS, E. H. C.; ROCHA, F. F.; ARVATE, P. R. Mensurando o Desempenho e a Eficiência dos Gastos Estaduais em Educação Fundamental e Média. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 785-809, out./dez., 1999.



## **Apêndices**

Apêndice A – Índice de Desenvolvimento Familiar de Cataguases/MG, 1980 a 2010

IDF CATAGUASES		1980	1991	2000	2010
		0,6150	0,6904	0,7225	0,7782
Dimensão	Variável	1980	1991	2000	2010
Vulnerabilidade da Família	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9179	0,9258	0,9495	0,9582
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,8888	0,9018	0,9259	0,9406
	V3. Ausência de criança (0-11)	0,7386	0,7557	0,7916	0,8490
	V4. Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,6314	0,6831	0,7268	0,7996
	V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,3697	0,4294	0,4940	0,5417
	V6. Ausência de idoso; (<60)	0,9183	0,9026	0,8786	0,8694
	V7. Presença do cônjuge;	0,3733	0,4032	0,4216	0,4443
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,7942	0,8214	0,8849	0,9249
	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9831	0,9932	*	*
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9803	0,9966	0,9873	0,9830
Acesso ao Conhecimento	V11. Ausência de adultos analfabetos;	0,7893	0,8517	0,9074	0,9391
	V12. Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,2624	0,4073	0,5821	0,7072
	V13. Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,2182	0,3248	0,4336	0,6213
	V14. Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,0941	0,1620	0,2103	0,3593
	V15. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0153	0,0387	0,0386	0,0926
	V16. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou	0,0038	0,0057	0,0096	0,0222
Acesso ao Trabalho	V17. Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,3740	0,4091	0,4764	0,6618
	V18. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,7983	0,6682	0,6808	0,8056
	V19. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,8238	0,8765	0,9277	0,9424
	V20. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,6667	0,9674	0,8846	0,8743
	V21. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,2495	0,6449	0,3992	0,2708
Disponibilidade de Recursos	V22. Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,5365	0,8322	0,8310	0,9511
	V23. Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,4003	0,7511	0,7091	0,9445
Desenvolvimento Infantil	V24. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando;	0,9602	0,9765	0,9805	0,9846
	V25. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando;	0,9074	0,9421	0,9516	0,9554
	V26. Ausência de criança até seis anos fora da escola;	0,0274	0,0258	0,4381	0,5545
	V27. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola;	0,8520	0,8406	0,9758	0,9786
	V28. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola;	0,7642	0,7559	0,9256	0,9560
	V29. Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso;	0,6975	0,7050	0,8263	0,8258
	V30. Ausência de adolescente analfabeto;	0,9178	0,9544	0,9784	0,9904
	V31. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto;	0,9488	0,9561	0,9907	0,9907
	V32. Ausência de mãe cujo filho tenha morrido;	0,8581	0,8935	0,7533	0,6891
	V33. Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido;	0,8129	0,6805	0,8133	0,8235
V34. Ausência de mãe com filho nascido morto.	*	*	*	0,9881	
Condições Habitacionais	V35. Domicílio próprio;	0,5329	0,6808	0,7452	0,7223
	V36. Domicílio próprio ou cedido;	0,7186	0,8169	0,8449	0,8222
	V37. Densidade de até dois moradores por dormitório;	0,4875	0,5874	0,7408	0,8361
	V38. Material de construção permanente;	0,9567	0,9746	*	0,9986
	V39. Acesso adequado a água;	0,7777	0,9031	0,9881	0,9981
	V40. Esgotamento sanitário adequado;	0,5620	0,7575	0,8438	0,8010
	V41. Lixo é coletado;	*	0,6244	0,8659	0,9424
	V42. Acesso à eletricidade;	0,7824	0,9185	0,9976	0,9995
	V43. Acesso a fogão e geladeira;	0,4719	0,7335	0,9454	0,9842
	V44. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio;	0,4701	0,7277	0,9382	0,9811
	V45. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio e telefone;	0,1123	0,1707	0,3142	0,4162
	V46. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio, telefone e computador.	**	**	0,0586	0,2755

Fonte: Dados da pesquisa

\* Dados ausentes no referido censo demográfico

\*\* O computador para uso doméstico não era popular

**Apêndice B – Índice de Desenvolvimento Familiar de Leopoldina/MG, 1980 a 2010**

IDF LEOPOLDINA		1980	1991	2000	2010
		0,6038	0,6722	0,7028	0,7636
Dimensão	Variável	1980	1991	2000	2010
Vulnerabilidade da Família	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9159	0,9414	0,9456	0,9070
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,8913	0,9096	0,9184	0,8727
	V3. Ausência de criança (0-11)	0,7033	0,7253	0,7965	0,8440
	V4. Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,6131	0,6321	0,7191	0,7765
	V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,3725	0,4068	0,4695	0,5631
	V6. Ausência de idoso; (<60)	0,9181	0,9131	0,8878	0,8491
	V7. Presença do cônjuge;	0,3579	0,3552	0,3910	0,4186
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,7651	0,7893	0,8776	0,8409
	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9749	0,9923	*	*
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9852	0,9846	0,9791	0,9755
Acesso ao Conhecimento	V11. Ausência de adultos analfabetos;	0,7623	0,8106	0,8764	0,9288
	V12. Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,2577	0,3604	0,5300	0,6811
	V13. Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,2162	0,2799	0,1849	0,5801
	V14. Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,0946	0,1245	0,1849	0,2957
	V15. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0131	0,0298	0,0416	0,0718
	V16. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta;	0,0031	0,0143	0,0171	0,0171
Acesso ao Trabalho	V17. Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,3492	0,3867	0,5356	0,6509
	V18. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,9771	0,8645	0,8479	0,8052
	V19. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,7395	0,7705	0,8415	0,9245
	V20. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,6221	0,9444	0,8525	0,8598
	V21. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,2362	0,5561	0,3679	0,2425
Disponibilidade de Recursos	V22. Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,4544	0,7834	0,8071	0,9560
	V23. Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,3492	0,6907	0,6969	0,9444
Desenvolvimento Infantil	V24. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando;	0,9515	0,9535	0,9821	0,9916
	V25. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando;	0,9014	0,8982	0,9452	0,9731
	V26. Ausência de criança até seis anos fora da escola;	0,0137	0,0296	0,4169	0,5093
	V27. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola;	0,7996	0,7904	0,9510	0,9732
	V28. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola;	0,7159	0,6992	0,8969	0,9372
	V29. Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso;	0,6667	0,6912	0,9051	0,9350
	V30. Ausência de adolescente analfabeto;	0,9189	0,9474	0,9805	0,9818
	V31. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto;	0,9045	0,9622	0,9939	1,0000
	V32. Ausência de mãe cujo filho tenha morrido;	0,8496	0,8730	0,7931	0,6269
	V33. Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido;	0,8722	0,7937	0,7414	0,9104
V34. Ausência de mãe com filho nascido morto.	*	*	*	0,9814	
Condições Habitacionais	V35. Domicílio próprio;	0,4904	0,5467	0,6381	0,6623
	V36. Domicílio próprio ou cedido;	0,7317	0,7991	0,7974	0,7936
	V37. Densidade de até dois moradores por dormitório;	0,5175	0,5014	0,6971	0,8094
	V38. Material de construção permanente;	0,9197	0,9889	*	0,9996
	V39. Acesso adequado a água;	0,7583	0,9227	0,9657	1,0000
	V40. Esgotamento sanitário adequado;	0,4960	0,6344	0,7657	0,8414
	V41. Lixo é coletado;	*	0,6165	0,7331	0,8584
	V42. Acesso à eletricidade;	0,7032	0,9048	0,9793	0,9991
	V43. Acesso a fogão e geladeira;	0,4829	0,8117	0,9243	0,9765
	V44. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio;	0,4696	0,7934	0,9225	0,9748
V45. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio e telefone;	0,2283	0,1540	0,3605	0,4021	
V46. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio, telefone e computador.	**	**	0,0636	0,2184	

Fonte: Dados da pesquisa

\* Dados ausentes no referido censo demográfico

\*\* O computador para uso doméstico não era popular

Apêndice C – Índice de Desenvolvimento Familiar de Manhuaçu/MG, 1980 a 2010

IDF MANHUAÇU		1980	1991	2000	2010
		0,5518	0,6136	0,6480	0,7119
Dimensão	Variável	1980	1991	2000	2010
Vulnerabilidade da Família	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,8922	0,9188	0,9239	0,9437
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,8592	0,8883	0,8972	0,9179
	V3. Ausência de criança (0-11)	0,7034	0,6960	0,7570	0,7991
	V4. Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,6022	0,6051	0,6638	0,7220
	V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,3230	0,3400	0,4043	0,4741
	V6. Ausência de idoso; (<60)	0,9346	0,9309	0,9193	0,8903
	V7. Presença do cônjuge;	0,3839	0,3617	0,4119	0,4611
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,7917	0,7610	0,8529	0,9043
	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9859	0,9953	*	*
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9883	0,9969	0,9829	0,9942
Acesso ao Conhecimento	V11. Ausência de adultos analfabetos;	0,7338	0,7636	0,8424	0,8849
	V12. Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,2088	0,3099	0,4445	0,5816
	V13. Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,1632	0,2315	0,3162	0,4958
	V14. Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,0709	0,0892	0,1198	0,2314
	V15. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0151	0,0185	0,0199	0,0465
	V16. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou	0,0025	0,0083	0,0067	0,0079
Acesso ao Trabalho	V17. Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,3699	0,3753	0,5308	0,6582
	V18. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,6765	0,4951	0,6011	0,7030
	V19. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,5235	0,5431	0,5041	0,5868
	V20. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,5051	0,9073	0,7475	0,6695
	V21. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,2306	0,6371	0,3110	0,1859
Disponibilidade de Recursos	V22. Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,4682	0,7796	0,8533	0,9084
	V23. Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,3394	0,6880	0,7576	0,8849
Desenvolvimento Infantil	V24. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando;	0,9391	0,9429	0,9363	0,9592
	V25. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando;	0,8956	0,9018	0,8832	0,9295
	V26. Ausência de criança até seis anos fora da escola;	0,0096	0,0085	0,1977	0,4170
	V27. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola;	0,6640	0,7015	0,8766	0,9587
	V28. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola;	0,5940	0,6393	0,8073	0,9088
	V29. Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso;	0,7369	0,7755	0,8598	0,9067
	V30. Ausência de adolescente analfabeto;	0,8140	0,8976	0,9881	0,9923
	V31. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto;	0,8558	0,9245	0,9812	0,9912
	V32. Ausência de mãe cujo filho tenha morrido;	0,8597	0,8759	0,8315	0,6466
	V33. Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido;	0,8959	0,8121	0,8577	0,8120
V34. Ausência de mãe com filho nascido morto.	*	*	*	0,9758	
Condições Habitacionais	V35. Domicílio próprio;	0,5167	0,6135	0,6355	0,6196
	V36. Domicílio próprio ou cedido;	0,8092	0,8727	0,8537	0,8066
	V37. Densidade de até dois moradores por dormitório;	0,5118	0,4761	0,6883	0,8309
	V38. Material de construção permanente;	0,8713	0,9485	*	0,9965
	V39. Acesso adequado a água;	0,4840	0,8097	0,9557	0,9983
	V40. Esgotamento sanitário adequado;	0,3329	0,4292	0,5336	0,5923
	V41. Lixo é coletado;	*	0,1605	0,4933	0,5868
	V42. Acesso à eletricidade;	0,5791	0,8538	0,9789	0,9988
	V43. Acesso a fogão e geladeira;	0,2715	0,4704	0,7331	0,9216
	V44. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio;	0,2669	0,4573	0,7293	0,9158
	V45. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio e telefone;	0,0488	0,0849	0,1469	0,1922
	V46. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio, telefone e computador.	**	**	0,0291	0,1257

Fonte: Dados da pesquisa

\* Dados ausentes no referido censo demográfico

\*\* O computador para uso doméstico não era popular

**Apêndice D – Índice de Desenvolvimento Familiar de Muriaé/MG, 1980 a 2010**

		1980	1991	2000	2010
IDF MURIAÉ		0,5928	0,6621	0,6981	0,7643
Dimensão	Variável	1980	1991	2000	2010
Vulnerabilidade da Família	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9152	0,9325	0,9473	0,9574
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,8804	0,9032	0,9187	0,9358
	V3. Ausência de criança (0-11)	0,7156	0,7292	0,7895	0,8479
	V4. Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,6470	0,6422	0,7113	0,7807
	V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,3541	0,4044	0,4628	0,5305
	V6. Ausência de idoso; (<60)	0,9266	0,9121	0,9041	0,8711
	V7. Presença do cônjuge;	0,3683	0,3981	0,4299	0,4575
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,7788	0,8133	0,8772	0,9234
	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9930	0,9931	*	*
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9780	0,9846	0,9846	0,9978
Acesso ao Conhecimento	V11. Ausência de adultos analfabetos;	0,7377	0,8153	0,8670	0,9123
	V12. Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,2434	0,3673	0,5273	0,6474
	V13. Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,1905	0,2867	0,3927	0,5561
	V14. Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,0953	0,1456	0,2039	0,2990
	V15. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0224	0,0491	0,0401	0,0827
	V16. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou superior;	0,0050	0,0088	0,0094	0,0225
Acesso ao Trabalho	V17. Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,4325	0,4691	0,5287	0,7019
	V18. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,7615	0,6536	0,5909	0,7966
	V19. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,7950	0,8090	0,8439	0,9175
	V20. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,5425	0,9431	0,8458	0,8436
	V21. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,2151	0,6127	0,4002	0,2886
Disponibilidade de Recursos	V22. Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,4387	0,7829	0,7493	0,9605
	V23. Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,3346	0,6932	0,6429	0,9386
Desenvolvimento Infantil	V24. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando;	0,9323	0,9403	0,9654	0,9808
	V25. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando;	0,8703	0,8918	0,9346	0,9434
	V26. Ausência de criança até seis anos fora da escola;	0,0183	0,0163	0,3158	0,5165
	V27. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola;	0,7324	0,7687	0,9519	0,9749
	V28. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola;	0,6461	0,6799	0,8889	0,9383
	V29. Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso;	0,6823	0,6767	0,8109	0,8388
	V30. Ausência de adolescente analfabeto;	0,8880	0,9414	0,9807	0,9963
	V31. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto;	0,9254	0,9508	0,9816	0,9852
	V32. Ausência de mãe cujo filho tenha morrido;	0,8009	0,7689	0,7489	0,6561
	V33. Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido;	0,8768	0,8222	0,8398	0,7989
	V34. Ausência de mãe com filho nascido morto.	*	*	*	0,9729
Condições Habitacionais	V35. Domicílio próprio;	0,5464	0,5894	0,7170	0,6914
	V36. Domicílio próprio ou cedido;	0,7373	0,7848	0,8302	0,7776
	V37. Densidade de até dois moradores por dormitório;	0,5297	0,5756	0,6833	0,8329
	V38. Material de construção permanente;	0,8863	0,9549	*	0,9974
	V39. Acesso adequado a água;	0,6957	0,8884	0,9684	0,9980
	V40. Esgotamento sanitário adequado;	0,6084	0,6654	0,8066	0,8388
	V41. Lixo é coletado;	*	0,5145	0,7808	0,8896
	V42. Acesso à eletricidade;	0,7408	0,9111	0,9788	0,9996
	V43. Acesso a fogão e geladeira;	0,4394	0,6515	0,8776	0,9654
	V44. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio;	0,4319	0,6438	0,8711	0,9592
	V45. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio e telefone;	0,1300	0,1482	0,3559	0,3505
	V46. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio, telefone e computador.	**	**	0,0643	0,2228

Fonte: Dados da pesquisa

\* Dados ausentes no referido censo demográfico

\*\* O computador para uso doméstico não era popular

Apêndice E – Índice de Desenvolvimento Familiar de Ponte Nova/MG, 1980 a 2010

IDF PONTE NOVA		1980	1991	2000	2010
		0,5924	0,6362	0,6822	0,7442
Dimensão	Variável	1980	1991	2000	2010
Vulnerabilidade da Família	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9023	0,9248	0,9487	0,9140
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,8750	0,8930	0,9205	0,8657
	V3. Ausência de criança (0-11)	0,7008	0,7202	0,7829	0,8270
	V4. Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,5971	0,6285	0,6958	0,7583
	V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,3221	0,3736	0,4345	0,5149
	V6. Ausência de idoso; (<60)	0,9292	0,9121	0,9094	0,8867
	V7. Presença do cônjuge;	0,3305	0,3558	0,3748	0,3951
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,7674	0,7928	0,8644	0,9326
	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9711	0,9882	*	*
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9833	0,9864	0,9867	0,9787
Acesso ao Conhecimento	V11. Ausência de adultos analfabetos;	0,7583	0,7750	0,8598	0,8988
	V12. Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,2861	0,3655	0,5460	0,6539
	V13. Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,2376	0,2892	0,3990	0,5691
	V14. Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,0946	0,1274	0,1925	0,2812
	V15. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0140	0,0336	0,0373	0,0730
	V16. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta;	0,0041	0,0090	0,0120	0,0125
Acesso ao Trabalho	V17. Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,3880	0,4028	0,4745	0,3867
	V18. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,7768	0,7052	0,6716	0,8231
	V19. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,7158	0,7214	0,7965	0,8601
	V20. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,5683	0,9281	0,8233	0,8408
	V21. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,2557	0,5430	0,2701	0,2365
Disponibilidade de Recursos	V22. Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,4615	0,7819	0,7387	0,9348
	V23. Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,3494	0,6735	0,5991	0,9156
Desenvolvimento Infantil	V24. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando;	0,9208	0,9508	0,9803	0,9960
	V25. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando;	0,8764	0,9087	0,9477	0,9756
	V26. Ausência de criança até seis anos fora da escola;	0,0141	0,0165	0,3460	0,5411
	V27. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola;	0,7368	0,7556	0,9520	0,9731
	V28. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola;	0,6777	0,6992	0,9111	0,9393
	V29. Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso;	0,6646	0,6512	0,7869	0,7661
	V30. Ausência de adolescente analfabeto;	0,8898	0,9075	0,9796	0,9868
	V31. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto;	0,8889	0,9170	0,9870	0,9916
	V32. Ausência de mãe cujo filho tenha morrido;	0,8809	0,8850	0,7718	0,7722
	V33. Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido;	0,8085	0,7770	0,7552	0,7975
V34. Ausência de mãe com filho nascido morto.	*	*	*	0,9779	
Condições Habitacionais	V35. Domicílio próprio;	0,6511	0,5685	0,6997	0,6792
	V36. Domicílio próprio ou cedido;	0,7445	0,7925	0,8451	0,7864
	V37. Densidade de até dois moradores por dormitório;	0,4425	0,5349	0,6485	0,7747
	V38. Material de construção permanente;	0,9566	0,9675	*	0,9925
	V39. Acesso adequado a água;	0,6579	0,7973	0,9435	0,9863
	V40. Esgotamento sanitário adequado;	0,5845	0,5788	0,7165	0,8105
	V41. Lixo é coletado;	*	0,1380	0,7141	0,8203
	V42. Acesso à eletricidade;	0,7116	0,8952	0,9792	0,9989
	V43. Acesso a fogão e geladeira;	0,4478	0,6123	0,8489	0,9697
	V44. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio;	0,4396	0,5957	0,8474	0,9663
	V45. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio e telefone;	0,1905	0,1127	0,2868	0,2647
	V46. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio, telefone e computador.	**	**	0,0506	0,1640

Fonte: Dados da pesquisa

\* Dados ausentes no referido censo demográfico

\*\* O computador para uso doméstico não era popular

**Apêndice F – Índice de Desenvolvimento Familiar de Ubá/MG, 1980 a 2010**

		1980	1991	2000	2010
<b>IDF UBÁ</b>		0,6039	0,6777	0,7103	0,7826
<b>Dimensão</b>	<b>Variável</b>	1980	1991	2000	2010
Vulnerabilidade da Família	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,9062	0,9295	0,9379	0,9511
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,8776	0,8980	0,9148	0,9262
	V3. Ausência de criança (0-11)	0,7232	0,7436	0,7915	0,8246
	V4. Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,6298	0,6564	0,7137	0,7547
	V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,3603	0,4049	0,4442	0,5034
	V6. Ausência de idoso; (<60)	0,9169	0,9117	0,9110	0,8943
	V7. Presença do cônjuge;	0,3689	0,3788	0,4162	0,4370
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,7825	0,8229	0,9011	0,9178
	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9876	0,9877	*	*
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9904	0,9832	0,9859	0,9950
Acesso ao Conhecimento	V11. Ausência de adultos analfabetos;	0,7643	0,8395	0,9030	0,9423
	V12. Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,2813	0,4037	0,5760	0,7854
	V13. Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,2113	0,3155	0,4358	0,6139
	V14. Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,0948	0,1415	0,2044	0,2986
	V15. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,0184	0,0354	0,0421	0,0872
	V16. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.	0,0059	0,0084	0,0135	0,0207
Acesso ao Trabalho	V17. Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,3718	0,4336	0,5265	0,6842
	V18 Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,9693	0,8754	0,8807	0,6644
	V19 Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,8614	0,8903	0,9392	0,9693
	salário mínimo; salários mínimos;	0,6091 0,2523	0,9357 0,6771	0,6147 0,2650	0,9598 0,7589
Disponibilidade de Recursos	V22 Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,4861	0,8477	0,7814	0,9632
	V23 Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,3715	0,7926	0,6860	0,9604
Desenvolvimento Infantil	V24 Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando;	0,9457	0,9500	0,9787	0,9914
	V25 Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando;	0,9014	0,9003	0,9381	0,9345
	V26 Ausência de criança até seis anos fora da escola;	0,0138	0,0198	0,3249	0,4897
	V27 Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola;	0,7974	0,8016	0,9630	0,9786
	V28 Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola;	0,3435	0,3442	0,9187	0,9228
	V29 Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso;	0,7697	0,7779	0,8840	0,9089
	V30 Ausência de adolescente analfabeto;	0,9379	0,9590	0,9920	1,0000
	V31 Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto;	0,9353	0,9604	0,9789	0,9877
	V32 Ausência de mãe cujo filho tenha morrido;	0,8362	0,8571	0,8261	0,7386
	V33 Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido;	0,8305	0,7637	0,7516	0,8068
V34 Ausência de mãe com filho nascido morto.	*	*	*	0,9877	
Condições Habitacionais	V35 Domicílio próprio;	0,5110	0,5741	0,6753	0,6214
	V36 Domicílio próprio ou cedido;	0,6651	0,7122	0,7588	0,7137
	V37 Densidade de até dois moradores por dormitório;	0,4735	0,5607	0,7522	0,7948
	V38 Material de construção permanente;	0,9722	0,9885	*	0,9961
	V39 Acesso adequado a água;	0,6852	0,9001	0,9751	0,9952
	V40 Esgotamento sanitário adequado;	0,6240	0,7239	0,8465	0,8535
	V41 Lixo é coletado;	*	0,5643	0,8500	0,9209
	V42 Acesso à eletricidade;	0,7984	0,9168	0,9986	0,9993
	V43 Acesso a fogão e geladeira;	0,4944	0,7335	0,9367	0,9823
	V44 Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio;	0,4944	0,7286	0,9324	0,9799
	V45 Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio e telefone;	0,0961	0,1688	0,3159	0,4333
	V46 Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio, telefone e computador.	**	**	0,0624	0,2667

Fonte: Dados da pesquisa

\* Dados ausentes no referido censo demográfico

\*\* O computador para uso doméstico não era popular

Apêndice G – Índice de Desenvolvimento Familiar de Viçosa/MG, 1980 a 2010

IDF VIÇOSA		1980	1991	2000	2010
		0,6310	0,7119	0,7561	0,7975
Dimensão	Variável	1980	1991	2000	2010
Vulnerabilidade da Família	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano;	0,7264	0,8118	0,9638	0,9299
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos;	0,6354	0,7669	0,7740	0,8900
	V3. Ausência de criança (0-11)	0,7144	0,7346	0,7926	0,8394
	V4. Ausência de criança ou adolescente; (0-15)	0,6283	0,6584	0,7101	0,7737
	V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem; (0-29)	0,3199	0,3854	0,4261	0,5216
	V6. Ausência de idosos; (<60)	0,9332	0,9244	0,9235	0,8895
	V7. Presença do cônjuge;	0,3488	0,3738	0,3974	0,4214
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa;	0,7154	0,7613	0,8362	0,8740
	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido;	0,9845	0,9878	*	*
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe.	0,9911	0,9819	0,9875	0,9720
Acesso ao Conhecimento	V11. Ausência de adultos analfabetos;	0,8129	0,8729	0,9221	0,9445
	V12. Ausência de adultos analfabetos funcionais;	0,8460	0,8937	0,9503	0,9615
	V13. Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo;	0,5036	0,6138	0,7739	0,8582
	V14. Presença de pelo menos um adulto com secundário completo;	0,3586	0,5771	0,5624	0,6327
	V15. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior;	0,1569	0,1562	0,1732	0,2621
	V16. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou	0,0492	0,0690	0,1273	0,1241
Acesso ao Trabalho	V17. Mais da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados;	0,8393	0,7957	0,7850	0,6442
	V18. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal;	0,6889	0,5348	0,4956	0,6038
	V19. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola;	0,8521	0,8874	0,8927	0,9435
	V20. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a um salário mínimo;	0,5746	0,9073	0,8413	0,8277
	V21. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos;	0,3561	0,6053	0,4177	0,3111
Disponibilidade de Recursos	V22. Renda familiar per capita superior a linha de extrema pobreza;	0,5783	0,8254	0,7487	0,9687
	V23. Renda familiar per capita superior a linha de pobreza;	0,4306	0,7488	0,6102	0,9643
Desenvolvimento Infantil	V24. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando;	0,9424	0,9695	0,9853	0,9874
	V25. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando;	0,8948	0,9341	0,9618	0,9734
	V26. Ausência de criança até seis anos fora da escola;	0,0195	0,0045	0,3578	0,6012
	V27. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola;	0,7865	0,8686	0,9871	0,9870
	V28. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola;	0,7075	0,7128	0,9371	0,9524
	V29. Ausência de criança de até 14 com mais de dois anos de atraso;	0,7327	0,5391	0,8516	0,5696
	V30. Ausência de adolescente analfabeto;	0,9405	0,9471	1,0000	0,9854
	V31. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto;	0,9521	0,9680	0,9858	0,9841
	V32. Ausência de mãe cujo filho tenha morrido;	0,3450	0,7533	0,8578	0,8938
	V33. Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido;	0,9436	0,9373	0,9904	0,7854
	V34. Ausência de mãe com filho nascido morto.	*	*	*	0,9824
Condições Habitacionais	V35. Domicílio próprio;	0,6656	0,7471	0,7648	0,7391
	V36. Domicílio próprio ou cedido;	0,8286	0,8701	0,8382	0,8224
	V37. Densidade de até dois moradores por dormitório;	0,4586	0,5931	0,7521	0,8696
	V38. Material de construção permanente;	0,9175	0,9652	*	0,9955
	V39. Acesso adequado a água;	0,6429	0,8780	0,9822	0,9970
	V40. Esgotamento sanitário adequado;	0,5217	0,6318	0,8096	0,8901
	V41. Lixo é coletado;	*	0,4948	0,8710	0,9522
	V42. Acesso à eletricidade;	0,7057	0,9185	0,9884	0,9988
	V43. Acesso a fogão e geladeira;	0,4468	0,7576	0,9074	0,9767
	V44. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio;	0,4468	0,7233	0,9031	0,9743
	V45. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio e telefone;	0,1910	0,2347	0,5143	0,4555
	V46. Acesso a fogão, geladeira, televisor ou rádio, telefone e computador.	**	**	0,1550	0,3551

Fonte: Dados da pesquisa

\* Dados ausentes no referido censo demográfico

\*\* O computador para uso doméstico não era popular



**Apêndice H – Estatísticas descritivas do IDF de Cataguases/MG, 1980 - 2010**

<b>IDF CATAGUASES - MG</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Índice</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>1980</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3697	0,9831	0,7596	0,2321
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0038	0,7893	0,2305	0,2932
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2495	0,8238	0,5825	0,2580
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,4003	0,5365	0,4684	0,0963
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0274	0,9602	0,7746	0,2752
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1123	0,9567	0,5872	0,2343
<b>1991</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4032	0,9966	0,7813	0,2160
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0057	0,8517	0,2984	0,3132
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,4091	0,9674	0,7132	0,2182
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,7511	0,8322	0,7917	0,0573
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0258	0,9765	0,7730	0,2843
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1707	0,9746	0,7177	0,2188
<b>2000</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4216	0,9873	0,7845	0,2021
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0096	0,9074	0,3636	0,3472
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,3992	0,9277	0,6737	0,2363
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,7091	0,8310	0,7701	0,0862
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,4381	0,9907	0,8634	0,1714
<b>Condições Habitacionais</b>	0,0586	0,9976	0,7530	0,2985
<b>2010</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4443	0,9830	0,8123	0,1914
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0222	0,9391	0,4570	0,3615
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2708	0,9424	0,7110	0,2671
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,9445	0,9511	0,9478	0,0047
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,5545	0,9907	0,8852	0,1471
<b>Condições Habitacionais</b>	0,2755	0,9995	0,8148	0,2399

Fonte: Dados da pesquisa

**Apêndice I – Estatísticas descritivas do IDF de Leopoldina/MG, 1980 - 2010**

<b>IDF LEOPOLDINA - MG</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Índice</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>1980</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3579	0,9852	0,7497	0,2355
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0031	0,7623	0,2245	0,2832
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2362	0,9771	0,5848	0,2984
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,3492	0,4544	0,4018	0,0744
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0137	0,9515	0,7594	0,2774
<b>Condições Habitacionais</b>	0,2283	0,9197	0,5798	0,1971
<b>1991</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3552	0,9923	0,7650	0,2333
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0143	0,8106	0,2699	0,2983
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,3867	0,9444	0,7044	0,2294
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,6907	0,7834	0,7371	0,0655
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0296	0,9622	0,7638	0,2767
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1540	0,9889	0,6976	0,2405
<b>2000</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3910	0,9791	0,7761	0,2118
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0171	0,8764	0,3058	0,3341
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,3679	0,8525	0,6891	0,2247
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,6969	0,8071	0,7520	0,0779
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,4169	0,9939	0,8606	0,1768
<b>Condições Habitacionais</b>	0,0636	0,9793	0,7134	0,2803
<b>2010</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4186	0,9755	0,7830	0,1779
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0171	0,9288	0,4291	0,3609
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2425	0,9245	0,6966	0,2732
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,9444	0,9560	0,9502	0,0082
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,5093	1,0000	0,8927	0,1649
<b>Condições Habitacionais</b>	0,2184	1,0000	0,7946	0,2526

Fonte: Dados da pesquisa

**Apêndice J – Estatísticas descritivas do IDF de Manhuaçu/MG, 1980 - 2010**

<b>IDF MANHUAÇU - MG</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Índice</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>1980</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3230	0,9883	0,7464	0,2405
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0025	0,7338	0,1991	0,2743
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2306	0,6765	0,4611	0,1686
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,3394	0,4682	0,4038	0,0911
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0096	0,9391	0,7265	0,2749
<b>Condições Habitacionais</b>	0,0488	0,8713	0,4692	0,2514
<b>1991</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3400	0,9969	0,7494	0,2459
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0083	0,7636	0,2368	0,2844
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,3753	0,9073	0,5916	0,2001
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,6880	0,7796	0,7338	0,0648
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0085	0,9429	0,7480	0,2783
<b>Condições Habitacionais</b>	0,0849	0,9485	0,5615	0,2878
<b>2000</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4043	0,9829	0,7570	0,2197
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0067	0,8424	0,2916	0,3200
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,3110	0,7475	0,5389	0,1586
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,7576	0,8533	0,8055	0,0677
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,1977	0,9881	0,8219	0,2274
<b>Condições Habitacionais</b>	0,0291	0,9789	0,6161	0,3037
<b>2010</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4611	0,9942	0,7896	0,1992
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0079	0,8849	0,3747	0,3408
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,1859	0,7030	0,5607	0,2137
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,8849	0,9084	0,8967	0,0166
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,4170	0,9923	0,8634	0,1792
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1257	0,9988	0,7154	0,3024

Fonte: Dados da pesquisa

**Apêndice K – Estatísticas descritivas do IDF de Muriaé/MG, 1980 - 2010**

<b>IDF MURIAÉ – MG</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Índice</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>1980</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3541	0,9930	0,7557	0,2360
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0050	0,7377	0,2157	0,2721
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2151	0,7950	0,5493	0,2402
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,3346	0,4387	0,3867	0,0736
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0183	0,9323	0,7373	0,2720
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1300	0,8863	0,5746	0,2124
<b>1991</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3981	0,9931	0,7713	0,2241
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0088	0,8153	0,2788	0,2964
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,4691	0,9431	0,6975	0,1831
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,6932	0,7829	0,7381	0,0634
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0163	0,9508	0,7457	0,2764
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1482	0,9549	0,6661	0,2265
<b>2000</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4299	0,9846	0,7806	0,2067
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0094	0,8670	0,3401	0,3266
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,4002	0,8458	0,6419	0,1976
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,6429	0,7493	0,6961	0,0752
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,3158	0,9816	0,8419	0,2009
<b>Condições Habitacionais</b>	0,0643	0,9788	0,7213	0,2763
<b>2010</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4575	0,9978	0,8113	0,1917
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0225	0,9123	0,4200	0,3461
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2886	0,9175	0,7096	0,2480
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,9386	0,9605	0,9496	0,0155
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,5165	0,9963	0,8729	0,1580
<b>Condições Habitacionais</b>	0,2228	0,9996	0,7936	0,2573

Fonte: Dados da pesquisa

**Apêndice L – Estatísticas descritivas do IDF de Ponte Nova/MG, 1980 - 2010**

<b>IDF PONTE NOVA - MG</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Índice</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>1980</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3221	0,9833	0,7379	0,2490
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0041	0,7583	0,2325	0,2822
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2557	0,7768	0,5409	0,2189
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,3494	0,4615	0,4055	0,0793
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0141	0,9208	0,7359	0,2701
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1905	0,9566	0,5827	0,2122
<b>1991</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3558	0,9882	0,7575	0,2366
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0090	0,7750	0,2666	0,2859
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,4028	0,9281	0,6601	0,1985
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,6735	0,7819	0,7277	0,0767
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0165	0,9508	0,7469	0,2764
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1127	0,9675	0,5994	0,2748
<b>2000</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3748	0,9867	0,7686	0,2248
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0120	0,8598	0,3411	0,3277
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2701	0,8233	0,6072	0,2334
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,5991	0,7387	0,6689	0,0987
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,3460	0,9870	0,8418	0,1968
<b>Condições Habitacionais</b>	0,0506	0,9792	0,6891	0,2822
<b>2010</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3951	0,9787	0,7859	0,2001
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0125	0,8988	0,4148	0,3498
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2365	0,8601	0,6294	0,2953
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,9156	0,9348	0,9252	0,0136
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,5411	0,9960	0,8834	0,1464
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1640	0,9989	0,7678	0,2800

Fonte: Dados da pesquisa

**Apêndice M – Estatísticas descritivas do IDF de Ubá/MG, 1980 - 2010**

<b>IDF UBÁ - MG</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Índice</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>1980</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3603	0,9904	0,7543	0,2347
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0059	0,7643	0,2293	0,2835
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2523	0,9693	0,6128	0,3070
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,3715	0,4861	0,4288	0,0810
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0138	0,9457	0,7311	0,3075
<b>Condições Habitacionais</b>	0,0961	0,9722	0,5814	0,2325
<b>1991</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3788	0,9877	0,7717	0,2255
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0084	0,8395	0,2907	0,3104
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,4336	0,9357	0,7624	0,2089
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,7926	0,8477	0,8202	0,0390
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0198	0,9604	0,7334	0,3093
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1688	0,9885	0,6883	0,2252
<b>2000</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4162	0,9859	0,7796	0,2142
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0135	0,9030	0,3625	0,3443
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,2650	0,9392	0,6452	0,2745
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,6860	0,7814	0,7337	0,0675
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,3249	0,9920	0,8556	0,2015
<b>Condições Habitacionais</b>	0,0624	0,9986	0,7367	0,2941
<b>2010</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4370	0,9950	0,8005	0,2006
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0207	0,9423	0,4580	0,3795
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,6644	0,9693	0,8073	0,1478
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,9604	0,9632	0,9618	0,0020
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,4897	1,0000	0,8861	0,1558
<b>Condições Habitacionais</b>	0,2667	0,9993	0,7964	0,2445

Fonte: Dados da pesquisa

Apêndice N – Estatísticas descritivas do IDF de Viçosa/MG, 1980 - 2010

<b>IDF VIÇOSA - MG</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Índice</b>	<b>Desvio padrão</b>
<b>1980</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3200	0,9910	0,6996	0,2353
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0492	0,8129	0,4051	0,2783
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,3561	0,8521	0,6622	0,2059
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,4306	0,5783	0,5045	0,1044
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,0195	0,9521	0,7265	0,3106
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1910	0,9175	0,5825	0,2128
<b>1991</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3740	0,9880	0,7386	0,2178
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,0690	0,8729	0,5030	0,3207
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,5348	0,9073	0,7461	0,1680
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,7488	0,8254	0,7871	0,0542
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,1261	0,9695	0,7756	0,2679
<b>Condições Habitacionais</b>	0,2347	0,9652	0,7104	0,2141
<b>2000</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,3970	0,9880	0,7569	0,2160
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,1273	0,9221	0,5648	0,3425
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,4177	0,8927	0,6865	0,2150
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,6102	0,7487	0,6795	0,0979
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,3578	1,0000	0,8915	0,1952
<b>Condições Habitacionais</b>	0,1550	0,9884	0,7715	0,2428
<b>2010</b>				
<b>Vulnerabilidade da Família</b>	0,4210	0,9720	0,7902	0,1905
<b>Acesso ao Conhecimento</b>	0,1241	0,9564	0,6297	0,3602
<b>Acesso ao Trabalho</b>	0,3111	0,9435	0,6661	0,2416
<b>Disponibilidade de Recursos</b>	0,9643	0,9687	0,9665	0,0031
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	0,5696	0,9874	0,8755	0,1575
<b>Condições Habitacionais</b>	0,3551	0,9988	0,8355	0,2174

Fonte: Dados da pesquisa